Portal do Discente

Universidade Federal do Piauí
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 10/06/2026 19:04

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 10/07/2026

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	JOÃO VICTOR DA COSTA RIOS			Matrícula:	20241004543 *(identificador)*
Telefone:	995626969				
Identidade:	04590794330 - SSP/PI	CPF:		E-mail:	joaorios1000@gmail.com
Orientador:	CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES	CPF:	578.456.973-20	E-mail:	claudiafontineles@ufpi.edu.br
Membro da banca:	CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES	CPF:	578.456.973-20	E-mail:	claudiafontineles@ufpi.edu.br
Membro da banca:	PAMELA TORRES MICHELETTE	CPF:	342.083.528-09	E-mail:	pamelamichelette@yahoo.com.br
Membro da banca:	VITOR IZECKSOHN	CPF:	810.011.347-53	E-mail:	vizecksohn@gmail.com
Data da Defesa:	01/04/2026			Titulação:	Mestre
Título:	PIAUÍ SOB ÁGUIAS E ARMAS: IMPRENSA, NACIONALISMO E RESISTÊNCIA NA MIRA DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA (1953-1967)				
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI			CNPJ:	6517387000134
Afiliação:				CNPJ:	
Palavras-chave:	História; Mídias; Relações Internacionais; Piauí.				

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

gov.br Documento assinado digitalmente
JOAO VICTOR DA COSTA RIOS
Data: 10/06/2026 19:12:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **307c041faf**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

JOÃO VICTOR DA COSTA RIOS

PIAUÍ SOB ÁGUIAS E ARMAS:

imprensa, nacionalismo e resistência na mira dos serviços de inteligência (1953-1967)

TERESINA – PI
2026

JOÃO VICTOR DA COSTA RIOS

PIAUÍ SOB ÁGUIAS E ARMAS: IMPRENSA, NACIONALISMO E RESISTÊNCIA NA MIRA DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA (1953-1967)

Texto Dissertativo apresentado para a qualificação no Mestrado em História do Brasil, do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, sob a orientação da Professora Doutora Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

TERESINA – PI
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

R586p Rios, João Victor da Costa.
Piaui sob águias e armas : imprensa, nacionalismo e resistência na mira dos serviços de inteligência (1953-1967) / João Victor da Costa Rios. – – 2026.
174 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
Orientação: Professora Doutora Cláudia Cristina da Silva Fontineles

1. História - Piauí. 2. Mídia. 3. Relações internacionais - Piauí. I. Fontineles, Cláudia Cristina da Silva. II. Título.

CDD 981.22

Elaborada por Fabíola Nunes Brasilino CRB 3/ 1014

JOÃO VICTOR DA COSTA RIOS

PIAUÍ SOB ÁGUIAS E ARMAS: IMPRENSA, NACIONALISMO E RESISTÊNCIA NA MIRA DOS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA (1953-1967)

Texto dissertativo apresentado para Defesa no Mestrado em História do Brasil do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – UFPI

Aprovado em ___/ ____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª.Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Doutora em História – UFPI
Presidente

_____
Profª.Pâmela Torres Michelette
Doutora em História – UFPI
Membro

_____

Prof. Vitor Izecksohn
Doutor em História – UFRJ
Membro Externo

_____

Aos meus pais e heróis, Ana Cleide da Costa Rios e Francisco da Silva Rios, com amor.

À mes parents et héros, Ana Cleide da Costa Rios et Francisco da Silva Rios, avec amour.

“Essa é pra você, descendente de escravo que não teve direito à indenização.” — Mano Brown, *Negro Drama*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família, que foi crucial para minha formação e para a realização desta dissertação. Sobretudo, meu pai, Francisco da Silva Rios, e minha mãe, Ana Cleide da Costa Rios, e meu irmão, Cayo Gustavo. Vocês foram e são as bases da minha vida. Amo muito todos vocês.

Agradeço à minha orientadora, Cláudia Cristina da Silva Fontineles, por todos os ensinamentos, pelas oportunidades de pesquisa, desde a graduação em História, assim como pela atenção, paciência e respeito. Muitíssimo obrigado.

Aos professores Johny Santana de Araújo e Pâmela Torres Michelette, muito obrigado por terem aceitado participar da banca de qualificação deste trabalho, bem como pelas suas valiosas contribuições.

Muito obrigado, professor Vitor Izecksoh, por ter aceitado participar da minha banca de defesa. Suas considerações, foram de grande valor para este trabalho.

É importante deixar meus agradecimentos à professora Iracema Santos Rocha da Silva, que, além de ser uma autoridade histórica neste estudo, também é uma personagem significativa no apoio à pesquisa. Bem como sua filha, Eliane Maranhão. Ambas foram importantes desde a graduação. Muito obrigado por tudo.

RESUMO

Este trabalho, situado no campo da História Política, investiga as relações entre imprensa, poder e autoritarismo no contexto da Guerra Fria, tomando o Piauí como centro de análise. A problemática consiste em explicar de que modo a imprensa piauiense se configurou de forma ambivalente, ao mesmo tempo em que atuou como arena de disputa política e ideológica, articulando discursos e projetos nacionalistas, tornou-se alvo de monitoramento, censura e repressão por estruturas de inteligência e por dispositivos autoritários, sobretudo após o golpe de 1964. O objetivo central é analisar como se constituiu esse papel ambivalente da imprensa entre 1953 e 1967. O recorte inicia-se em 1953, quando Teresina (PI) passa a aparecer de maneira identificável em arquivos desclassificados da *Central Intelligence Agency* (CIA), indicando registros de interesse e monitoramento anteriores à Aliança para o Progresso. O recorte encerra-se em 1967, por corresponder ao término da primeira fase da ditadura civil-militar, momento de consolidação de práticas de vigilância e reorganização do controle de informação, permitindo observar efeitos iniciais da ditadura de 1964 sobre a imprensa. No campo teórico, a pesquisa dialoga com Domingos (2009) no debate sobre nacionalismo, com Sousa (2015) no estudo das Ligas Camponesas no Piauí, com Capelato (1998) na compreensão da imprensa como arena de disputa ideológica e com Certeau (2009) nas reflexões sobre estratégias de poder e táticas de resistência. Considerando a imprensa como campo social construído por homens e mulheres, Cardoso (2003) e Gobbi (2023) ajudam a situar a participação feminina na sociedade piauiense e na comunicação. O conceito de Governo Invisível, formulado por Wise e Ross (1965), orienta a leitura das denúncias envolvendo interesses estadunidenses, enquanto Loureiro (2020), Roett (1972), Araújo (2025) e Oliveira (2020) contribuem para contextualizar as dinâmicas interamericanas. Na metodologia, adota-se análise qualitativa, com crítica documental e cruzamento de fontes, articulando documentos desclassificados norte-americanos disponíveis na *Brown Digital Repository* e no *CIA FOIA Electronic Reading Room*, além de documentação do Serviço Nacional de Informações, inquéritos policiais-militares e periódicos como O Dia, O Semanário (RJ) Estado do Piauí e Jornal do Comércio. Entre os resultados, destaca-se o protagonismo de O Semanário e do Jornal do Comércio na difusão do nacionalismo reformista e na defesa da soberania no Piauí, em articulação envolvendo homens e mulheres. Em perspectiva internacional, a pesquisa evidencia o Piauí como espaço de interesse e monitoramento estadunidense, aspecto reforçado pelas denúncias do jornalista Jocelyn Brasil sobre bases secretas e exploração de minérios em solo piauiense. Por fim, demonstra-se que, apesar da censura e da vigilância intensificadas em 1963-1964, jornalistas piauienses construíram práticas de resistência e ações pragmáticas tanto na democracia quanto na ditadura, com destaque para a comunicação radiofônica e para o cotidiano das redações.

PALAVRAS-CHAVE: História; Mídias; Relações Internacionais; Piauí.

ABSTRACT

This study, situated within the field of Political History, examines the relationships between the press, power, and authoritarianism during the Cold War, focusing on the state of Piauí as its core case. It aims to explain how the Piauí press adopted an ambivalent role: while serving as a space for political and ideological conflict and promoting nationalist discourses and projects, it also became a target of surveillance, censorship, and repression by intelligence agencies and authoritarian forces, especially after the 1964 coup. The main goal is to analyze how this ambivalent role developed between 1953 and 1967. The study begins in 1953, when Teresina, Piauí, appears in declassified CIA records, indicating U.S. interest and surveillance before the Alliance for Progress. It concludes in 1967, marking the end of the first phase of the civil-military dictatorship, a period characterized by the consolidation of surveillance techniques and the reorganization of information control, allowing an observation of the early effects of the dictatorship on the press. Theoretically, the research engages with Domingos (2009) on nationalism, Sousa (2015) on the Peasant Leagues in Piauí, Capelato (1998) on the press as a battleground of ideological struggle, and Certeau (2009) on power strategies and tactics of resistance. Treating the press as a social space constructed by men and women, Cardoso (2003) and Gobbi (2023) help contextualize women's participation in Piauí society and communication. The concept of the Invisible Government, proposed by Wise and Ross (1965), guides the analysis of denunciations related to U.S. interests, while Loureiro (2020), Roett (1972), Araújo (2025), and Oliveira (2020) provide background on inter-American relations. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, utilizing documentary analysis and cross-referencing sources. It draws on declassified U.S. documents available in the Brown Digital Repository and the CIA FOIA Electronic Reading Room, as well as records from Brazil's National Information Service, military police inquiries, and newspapers like O Dia, O Semanário (Rio de Janeiro), Estado do Piauí, and Jornal do Comércio. Among its findings, the study highlights the importance of O Semanário and Jornal do Comércio in promoting reformist nationalism and defending sovereignty in Piauí through mobilizations involving both men and women. From an international perspective, it shows that Piauí was an object of U.S. interest and monitoring, a point reinforced by journalist Jocelyn Brasil's reports about secret bases and mineral exploitation on Piauí soil. Finally, it argues that despite increased censorship and surveillance in 1963 and 1964, Piauí journalists developed resistance practices and pragmatic responses under both democratic and authoritarian rule, especially through radio communication and the daily routines of newsrooms.

KEYWORDS: History; Media; International Relations; Piauí.

LISTA DE SIGLAS

ALEPI – Assembleia Legislativa do Piauí

APP – Aliança para o Progresso

AI-5 – Ato Institucional n. 5

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Latino-americana para o Desenvolvimento

CIA – Central Intelligence Agency

CINCSOUTH– O Comando Sul das Forças do Exército dos EUA

CODI – Centro de Operação e Defesa Interna

CNP- Comitê Nacionalista do Piauí

DF- Departamento Feminino

DSI – Divisão de Segurança e Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra Secas

DOI – Destacamento de Operações Interna

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FMP – Frente de Mobilização Popular

FOIA - Freedom Of Information Act

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JOC – Juventude Operária Católica

LSN – Lei de Segurança Nacional

MEB – Movimento de Educação de Base

MEB – Movimento de Educação de Base

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-Informações

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA- Superintendência de Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

Sumário

1 INTRODUÇÃO 13
2 O MOVIMENTO NACIONALISTA-REFORMISTA NO PIAUÍ: IMPRENSA, POLÍTICA E PODER 19
2.1 O Nacionalismo-reformista na imprensa e sociedade piauiense 19
2.2 As Ligas Camponesas no Piauí: constituição, lideranças e diálogos com o governo de Chagas Rodrigues 50
2.3 Uma imprensa sob constante disputa: um quadro para analisar o nacionalismo sob ataque 53
2.4 O debate jornalístico sobre a Reforma Agrária 64
3 O Piauí e os Estados Unidos da América: história, inteligência e Democracia 67
3.1 Origens da Aliança para o Progresso e as jabuticabas estadunidenses 67
3.2 O Piauí na Aliança para o Progresso: 80
3.3 Piauí sob Águias americanas, jornalistas nacionalistas em reação: denúncias de bases secretas e exploração no solo piauiense 94
3.4 O golpe no olhar da CIA 102
3.5 A percepção e o monitoramento da ditadura de 1964 no Piauí nas documentações oficiais dos Estados Unidos da América 116
4 UM ESTADO SOB ARMAS: AUTORITARISMO, CENSURA NA IMPRENSA PIAUIENSE 128
4.1 A Revolta Piauiense através da imprensa e dos bastidores dos meios de comunicação: jornais, rádio e memórias 128
4.2 O golpe de 1964 em Teresina: censura, resistência e autoritarismo 140
4.3. A Elaboração do Serviço Nacional de Informação: Contexto Pré-1964 146
4.4. A Criação do Serviço Nacional de Informações (1964) 148
4.5. As Faces do Jornalismo Tradicional Piauiense e a Ditadura (1967) 152
5.0 Considerações finais 161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 166

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se no campo da História Política, em diálogo com a história da imprensa, a História do Tempo Presente e os estudos sobre autoritarismo, nacionalismo e relações interamericanas no contexto da Guerra Fria. O objetivo é analisar o papel da imprensa no Estado do Piauí entre 1953 e 1967, com ênfase em sua atuação ambivalente, ora como arena de articulação de projetos nacionalistas, de disputas políticas locais e de denúncias públicas, ora como alvo de vigilância, controle e repressão por parte de órgãos estatais brasileiros e de agências estrangeiras, especialmente no processo de instauração e consolidação da ditadura civil-militar a partir de 1964. Parte-se da compreensão de que a imprensa, longe de constituir um espaço neutro de circulação de informações, integra as próprias engrenagens do poder, disputando agendas, produzindo reputações, mediando conflitos e, em certos momentos, enfrentando mecanismos impostos por estruturas de vigilância e de coerção.[1]

A segunda metade do século XX foi profundamente marcada pela Guerra Fria, conflito geopolítico, ideológico e estratégico que reorganizou as relações internacionais após a Segunda Guerra Mundial. Embora Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não tenham entrado em confronto militar direto, ambas as superpotências disputaram áreas de influência em diferentes regiões do mundo por meio de intervenções políticas, econômicas, culturais, diplomáticas e militares. A Guerra Fria ultrapassou os limites de uma disputa exclusivamente do Norte Global, e transformou países da Ásia, África e América Latina em territórios estratégicos para os projetos de expansão e contenção ideológica. Nesse cenário, os EUA desenvolveram políticas voltadas para impedir o avanço de movimentos considerados comunistas ou antiamericanos, articulando ações de inteligência, programas econômicos, campanhas culturais e alianças políticas.

No Brasil, especialmente no Nordeste, a Guerra Fria assumiu contornos específicos. A região passou a ser vista pelos Estados Unidos como área estratégica devido às desigualdades sociais, à pobreza estrutural e ao crescimento de movimentos sociais, sindicais e camponeses, sobretudo as Ligas Camponesas. É justamente nesse quadro que o Piauí se insere. Frequentemente colocado em posição secundária na historiografia sobre Guerra Fria e relações interamericanas, o estado aparece, entretanto, em documentos desclassificados da Central Intelligence Agency (CIA), em denúncias da imprensa nacionalista e em registros de órgãos de inteligência brasileiros, evidenciando que também foi atravessado por disputas ideológicas, ações de vigilância e tensões ligadas ao nacionalismo e ao autoritarismo. Assim, analisar o Piauí nesse cenário significa compreender como dinâmicas globais da Guerra Fria se manifestaram

[1] CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

em escala regional, influenciando conflitos políticos, práticas de imprensa e mecanismos de controle no interior do Nordeste brasileiro.

A pesquisa parte do reconhecimento de uma lacuna historiográfica específica. A historiografia brasileira dedicada à Guerra Fria e ao Nordeste produziu contribuições decisivas e vem demonstrando, com vigor, como a região foi atravessada por disputas por projetos de sociedade, por intervenções externas e por conflitos em torno de reformas e direitos. No entanto, observa-se que, com frequência, a leitura do Nordeste sob a Guerra Fria privilegiou a Zona da Mata e o Agreste, com destaque para estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte. Esse privilégio historiográfico pode ser explicado por razões históricas e documentais, como a projeção nacional dessas regiões, a força de suas mobilizações sociais e sindicais, a centralidade das Ligas Camponesas em determinados espaços, além da visibilidade internacional alcançada por tais conflitos, inclusive por meio da imprensa estadunidense, como em reportagens que ajudaram a moldar percepções sobre o Nordeste e a alimentar preocupações anticomunistas no período em que o governo de John F. Kennedy (1961-1963) buscou reposicionar a política externa dos EUA para a América Latina. Nesse quadro, o Piauí tende a aparecer de modo secundário, como se estivesse à margem das dinâmicas interamericanas e dos circuitos informacionais e repressivos que, em graus distintos, atravessaram o Nordeste brasileiro.

A hipótese central desta dissertação sustenta que o Piauí não esteve à margem dessas tensões. Ainda que frequentemente pouco explorado em trabalhos sobre Guerra Fria no Nordeste, o estado foi atravessado por disputas políticas, ideológicas e informacionais em escalas local, nacional e internacional. Um ponto decisivo para demonstrar esse argumento encontra-se no próprio terreno das fontes hemerográficas. No Piauí, circularam denúncias públicas sobre interesses estrangeiros e suspeitas de presença estadunidense, incluindo referências a áreas associadas a bases secretas e a pontos considerados estratégicos e pouco esclarecidos. Entre esses casos, destaca-se a atuação do jornalista Jocelyn Brasil, que, no debate público, denunciou a existência de áreas vinculadas a bases secretas norte-americanas e a outros pontos suspeitos. Essas denúncias não são tomadas nesta pesquisa como evidências autoexplicativas, mas como problemas históricos a serem analisados com rigor, cotejando o que foi publicado, como foi publicado, quais reações provocou, quais silêncios a cercaram e que formas de monitoramento, contestação ou enquadramento institucional se articularam em torno disso. A aposta metodológica é que, ao investigar esse tipo de ocorrência a partir de um recorte regional, é possível iluminar dimensões ainda pouco exploradas sobre como a Guerra Fria se materializou em territórios frequentemente considerados periféricos e como, nesses espaços, a disputa por informação e a produção de suspeitas integraram o jogo político.

O problema central que orienta a dissertação consiste em compreender de que maneira

a imprensa piauiense se constituiu como arena de disputa entre projetos nacionalistas, forças conservadoras e interesses externos, quais mecanismos de vigilância e repressão incidiram sobre jornalistas, periódicos e agentes políticos, e quais formas de resistência, negociação e adaptação se tornaram possíveis nesse cenário. Analisa-se, portanto, a imprensa como campo estratégico de disputa política e ideológica, no qual se articularam projetos nacionalistas, denúncias de interferência externa e conflitos sobre os rumos do Estado, ao mesmo tempo em que se intensificavam práticas de monitoramento e controle associadas ao anticomunismo e à reorganização autoritária do aparato estatal. Em escala regional, essa dinâmica expressa tensões mais amplas da Guerra Fria na América Latina e os modos pelos quais o autoritarismo se capilarizou no cotidiano político e profissional, afetando o trabalho jornalístico, as redes de sociabilidade política, as práticas eleitorais e os circuitos de circulação de informação.

A escolha da imprensa como eixo analítico central justifica-se, ainda, por uma característica decisiva do período no Piauí. Jornalistas, militantes e políticos, em muitos casos, estavam inseridos nos mesmos circuitos de influência, sociabilidade e disputa, com passagens cruzadas por redações, partidos, sindicatos, associações e espaços de comunicação. A imprensa não apenas refletia conflitos, mas também os produzia, os amplificava e, por vezes, os administrava. As disputas eleitorais, nesse contexto, não decidiam apenas quem ocuparia cargos formais do Estado, mas também redefiniam o futuro das próprias redações, seus alinhamentos, suas margens de proteção, seus financiamentos, suas possibilidades de circulação e seus riscos. Em um ambiente em que mecanismos de vigilância se fortaleciam e em que a promoção do autoritarismo se traduzia em monitoramento e punição de adversários, a imprensa tornou-se um espaço em que política, sociedade e repressão se encontravam de forma particularmente intensa. Desse modo, compreender a política piauiense no período requer observar como jornais e rádio participaram da vida pública, da disputa por legitimidade e da construção de sentidos sobre nacionalismo, comunismo, soberania, desenvolvimento e ordem.

O recorte temporal de 1953 a 1967 justifica-se por razões históricas e documentais. O marco inicial remete à identificação, em fontes hemerográficas e em registros posteriormente tornados públicos, de sinais de interesse e de monitoramento associados a agências estrangeiras sobre o Nordeste e o Brasil, incluindo referências que permitem rastrear, já na década de 1950, a presença de preocupações estratégicas e informacionais que antecedem a institucionalização da Aliança para o Progresso (APP). O marco final, por sua vez, permite acompanhar os primeiros anos de consolidação da ditadura civil-militar e seus efeitos sobre a imprensa, os jornalistas e os circuitos de produção de informação no estado, sem diluir a análise em um período excessivamente amplo e heterogêneo. Trata-se de um intervalo que abarca, simultaneamente, disputas nacionais em torno do nacionalismo reformista, as tensões do anticomunismo, a reorganização institucional da repressão e o avanço de práticas sistemáticas

de vigilância e classificação política.

No que se refere às categorias analíticas e ao estatuto das fontes, esta dissertação compreende "serviço de inteligência" como um aparato institucional dedicado à produção sistemática de informações consideradas estratégicas, por meio de coleta, triagem, classificação, interpretação e circulação controlada de dados, visando orientar decisões governamentais e antecipar riscos. No contexto da Guerra Fria, tais estruturas frequentemente ultrapassaram a função de assessoramento, aproximando-se de práticas de vigilância interna, de enquadramento ideológico e de neutralização de adversários, sobretudo quando a noção de "segurança nacional" passou a operar como justificativa ampla para a intervenção na vida política e no mundo do trabalho. Desse modo, os documentos de inteligência e repressão são analisados não como registros neutros do real, mas como artefatos produzidos por lógicas institucionais específicas, com vocabulários próprios, interesses classificatórios e usos políticos.

É nesse ponto que se torna necessário explicitar o sentido de "arquivos desclassificados", expressão que se refere a conjuntos documentais que, em algum momento, circularam sob regimes de sigilo e restrição e que, posteriormente, se tornaram acessíveis ao público em razão de prazos legais, políticas de transparência ou procedimentos formais de acesso à informação. Em muitos casos, esses materiais chegam ao pesquisador com lacunas, tarjas, cortes e reorganizações, o que exige atenção à materialidade do documento e ao contexto de sua liberação. Desclassificado, portanto, não significa completo, neutro ou automaticamente verdadeiro, mas indica que um rastro institucional antes restrito passou a ser consultável, trazendo consigo tanto o que o Estado decidiu registrar quanto o que escolheu silenciar ou modular.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise histórica de fontes primárias diversificadas e na orientação por procedimentos de crítica documental. A opção por um corpus heterogêneo decorre da natureza do objeto, que exige acompanhar simultaneamente discursos públicos, registros burocrático-repressivos e documentação de inteligência produzida em esfera transnacional. O corpus documental é composto por documentação de arquivos estadunidenses, especialmente materiais consultados na *Brown Digital Repository* e no *Central Intelligence Agency Freedom of Information Act Electronic Reading Room*, mobilizados para identificar registros de monitoramento, classificações políticas e interesses estratégicos relacionados ao Brasil e ao Nordeste, com atenção às menções e implicações para o Piauí. A imprensa periódica constitui eixo fundamental da investigação, com destaque para jornais piauienses como *O Dia, Folha do Litoral*, *Folha da Manhã*, *O Dominical*, *Jornal do Piauí*, *Estado do Piauí e Jornal do Comércio,* além de veículos como *O Semanário* e o *Jornal do Brasil*, que permitem observar disputas

locais e conexões com debates nacionais sobre nacionalismo, soberania, anticomunismo e reformas. Utilizam-se, ainda, fontes repressivas e de vigilância do Estado brasileiro, notadamente documentos do Serviço Nacional de Informações e Inquéritos Policiais-Militares, consultados no Arquivo Nacional e no Portal Brasil Nunca Mais, essenciais para examinar práticas de classificação, monitoramento e repressão envolvendo jornalistas, periódicos e agentes políticos. Esse conjunto é complementado por memórias políticas e registros correlatos, utilizados de modo específico e comparativo, para ampliar a compreensão das experiências e narrativas sobre os conflitos analisados.

O tratamento metodológico da imprensa não a toma como um espelho neutro dos fatos, mas como fonte e objeto. Os periódicos participam ativamente da construção de agendas, da seleção do dizível e da disputa por legitimidade, operando, muitas vezes, como instância de mediação entre Estado, elites locais e sociedade. Do mesmo modo, os documentos produzidos por agências de inteligência e por órgãos repressivos são analisados a partir de sua lógica institucional de produção, de seus interesses classificatórios e de seus usos políticos. Essa escolha metodológica busca evitar leituras simplificadoras e permite observar com maior precisão como se articulavam estratégias de poder e táticas de resistência no interior da cultura política e comunicacional piauiense.

No plano teórico, a pesquisa dialoga com Charles Sidarta Machado Domingos, especialmente no debate sobre nacionalismo, com Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais Sousa, no estudo das Ligas Camponesas no Piauí, com Maria Helena Rolim Capelato, quanto à imprensa como arena de disputa ideológica, e com Michel de Certeau, nas reflexões sobre estratégias e táticas. Este estudo compreende a imprensa piauiense como um campo construído por homens e mulheres; por isso, os trabalhos de Elizangela Barbosa Cardoso e Maria Cristina Gobbi contribuem para situar relações sociais, comunicação e experiências femininas em contextos de desigualdade e disputa. O conceito de Governo Invisível, formulado por David Wise e Thomas Ross, orienta a leitura de denúncias envolvendo interesses estadunidenses, práticas de segredo e a expansão do aparato de inteligência no Brasil. Felipe Loureiro, Riordan Roett, Johny Santana de Araújo e Pedro Carvalho Oliveira contribuem para contextualizar dinâmicas interamericanas e a circulação de agendas políticas e econômicas no período.

É importante destacar que a dissertação não pretende oferecer uma história total da Guerra Fria no Piauí, nem esgotar temas conexos, como a trajetória integral das Ligas Camponesas, da atuação da Aliança para o Progresso ou as múltiplas formas de resistência à ditadura civil-militar. O recorte proposto privilegia a imprensa como eixo analítico central em sua relação com nacionalismo, vigilância e autoritarismo, selecionando episódios, agentes e documentos capazes de demonstrar essa problemática de forma consistente. Essa delimitação constitui uma escolha analítica coerente com o objetivo do estudo, que busca apresentar novas

fontes, novas conexões e novas interpretações sobre a história política do Piauí no período.

Como resultados esperados, a pesquisa pretende demonstrar que o Piauí integrou, de forma mais significativa do que sugere parte da historiografia, as dinâmicas da Guerra Fria e das relações interamericanas; que a imprensa piauiense atuou como arena central de disputas ideológicas e políticas, articulando projetos nacionalistas e críticas à interferência externa; que a vigilância sobre jornalistas e periódicos, especialmente após 1964, foi parte constitutiva da capilarização local do autoritarismo; e que as práticas jornalísticas no estado revelam formas de resistência, negociação e adaptação que complexificam leituras dicotômicas entre colaboração e oposição. Ao enfatizar a articulação entre as escalas local, nacional e internacional, esta dissertação contribui para a História Política do Brasil Contemporâneo, para os estudos sobre a ditadura civil-militar, para a história da imprensa e para as relações internacionais, evidenciando que regiões frequentemente classificadas como periféricas foram espaços ativos de conflito, vigilância e produção de sentidos políticos. Dessa forma, o trabalho busca oferecer uma interpretação historicamente situada das relações entre mídia, poder e autoritarismo no Piauí, iluminando dimensões ainda pouco exploradas da experiência brasileira na Guerra Fria.

2 O MOVIMENTO NACIONALISTA-REFORMISTA NO PIAUÍ: IMPRENSA, POLÍTICA E PODER

2.1 O Nacionalismo-reformista na imprensa e sociedade piauiense

> "O povo piauiense, de um modo geral, as forças ligadas aos trabalhadores, é um entusiasta da candidatura do Marechal Teixeira Lott, que será vitorioso no Piauí. Não tenho dúvida quanto à sua vitória na minha terra. O seu programa, nitidamente popular e nacionalista, é uma esperança de melhores dias para o povo brasileiro, em particular, o piauiense [...]."[2]
> **-Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Governador do Piauí , 1960.**
>
> "O Nacionalismo surge no momento em que o povo incorpora ao seu patrimônio espiritual a consciência do enriquecimento social da Nação. Esse momento de fixação histórica, esse momento de eclosão de um sentimento e de uma racionalização coletiva é que constituiu o ponto focal de convergência dos elementos econômicos com as forças espirituais atuantes."[3]
> **- Clidenor de Freitas Santos, Deputado Federal e membro da Frente Parlamentar Nacionalista, 1959.**
>
> "Nacionalismo pode ser considerado com a mesma sutileza da moral. Poucos sabem defini-la, porém todos sabem quando alguém pratica um ato amoral. Nacionalismo é um sentimento que se enraiza no coração de todo aquele que ama sua terra, e que se manifesta por meios concretos de defesa e amparo ao patrimônio comum que recebemos de nossos antepassados."[4]
> **- Iracema Santos Rocha da Silva, líder do Departamento (Nacionalista) Feminino, 1961.**

As declarações destacadas pertencem a autoridades piauienses de diferentes posições e trajetórias, mas que foram importantes na promoção de movimentos nacionalistas-reformistas, vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ou, especificamente, na campanha presidencial de 1960 em apoio à chapa formada por Henrique Teixeira Lott e João Goulart. Em princípio, o discurso do governador do Piauí, Francisco das Caldas Chagas Rodrigues emerge como um fragmento crucial, evidenciando a confiança depositada pelo então líder piauiense na narrativa nacionalista e em seu principal candidato, o Marechal Henrique Teixeira Lott, representante das forças políticas de esquerda naquele pleito. Suas palavras expressavam uma suposta vontade popular, imbuída de mensagens de esperança para um futuro orientado por forças políticas nacionalistas, além de refletirem a expectativa de vitória de Lott no estado sob sua administração. Este depoimento foi obtido por meio de uma série de reportagens do jornal O Semanário, que buscava conhecer as perspectivas dos governadores alinhados às lutas

---

[2] OS PIAUIENSES EMPOLGADOS COM A PLATAFORMA NACIONALISTA DE LOTT. Depoimento de Francisco Caldas Chagas Rodrigues. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1960.
[3] FREITAS, Clidenor. Discurso na Câmara Federal, *Jornal do Comércio*, Teresina, 11 out. 1959, p. 3.
[4] ROCHA, Iracema Santos. Comentários e Políticos. *Folha do Litoral*, Parnaíba, 14 jun. 1962, s/d.

políticas dos trabalhadores antes da eleição presidencial de 1960.

Nesse contexto, é imprescindível compreender que *O Semanário* se posicionava abertamente como um veículo de imprensa de caráter nacionalista, vinculado às esquerdas do PTB e outras vertentes partidárias. Consequentemente, jornalistas, cronistas, comentaristas e políticos utilizavam suas páginas para disseminar ideias nacionalistas e analisar fatos políticos sob uma ótica favorável a esses ideais. Ou seja, não é um periódico que vendia sua imagem como neutro, muito pelo contrário, o editorial era essencialmente nacionalista. Justamente, por isso, este jornal constitui-se em uma das principais fontes de depoimentos e materiais jornalísticos para a presente análise.

O objetivo deste capítulo é apresentar, analisar e dimensionar o movimento nacionalista no Piauí, a partir de sua articulação na imprensa piauiense. As fontes primárias incluem o Jornal do Comércio, O Seminário e a Folha do Litoral, complementadas por um diálogo com a historiografia pertinente ao nacionalismo promovido por simpatizantes do PTB.

Destaca-se, primeiramente, que Francisco das Chagas Rodrigues foi o primeiro e único governador filiado ao PTB a administrar um estado brasileiro com uma política mais aberta aos interesses sociais. Em contraposição, a um cenário político nacional dominado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pela União Democrática Nacional (UDN). Em segundo lugar, a gestão de Chagas Rodrigues e os embates travados durante seu governo demonstram que o Piauí, longe de um suposto isolamento, estava inserido nos conflitos políticos da época. Por fim, a eleição de Chagas Rodrigues mobilizou as forças conservadoras piauienses, que atuaram em diversas frentes para minar sua administração, percebida por esses grupos como reformista e até radical.

O nacionalismo expresso pelos petebistas piauienses adquiriu contornos mais definidos a partir da eleição presidencial de 1960. Esse nacionalismo dizia respeito à defesa dos interesses nacionais, ao apoio às Reformas de Base, ao combate ao imperialismo estadunidense e à luta por direitos iguais entre homens e mulheres. Justamente porque foi um período de formação de eventos nacionais, organizando grupos que realizaram ações em conjunto pela propaganda do movimento nacionalista, seja na imprensa escrita, seja na imprensa radiofônica. Nesse contexto, a vitória de Marechal Lott e João Goulart no Piauí reflete, em certa medida, a eficácia da estruturação desse trabalho político-partidário para conquistar votos para essa chapa.[5] Essa conquista foi edificada por ambos os sexos aqui no Piauí. Jorge Ferreira observa que a transição entre as décadas de 1950 e 1960 foi marcada pela crença, compartilhada por homens e mulheres, de que o nacionalismo, a defesa da soberania, a realização de reformas nas estruturas

[5] No âmbito nacional, o candidato à presidência, Marechal Henrique Teixeira Lott, perdeu para Jânio Quadros. Mas, em termos estaduais, no estado do Piauí, ele foi escolhido pela maioria do povo piauiense, sendo o Piauí e o Maranhão os estados do Nordeste brasileiro que mais votaram no Marechal Lott.

socioeconômicas e a ampliação de direitos sociais para trabalhadores do campo e da cidade poderiam abrir caminhos para o desenvolvimento do país e para o bem-estar efetivo da sociedade.[6]

Partilhamos a leitura do historiador porque, ao longo do trabalho em arquivos públicos e privados, é recorrente encontrar indícios da participação feminina na organização de comitês nacionalistas e em diferentes frentes de apoio à chapa Lott-Jango, fenômeno observado também em outros estados da federação. Assim, este recorte contempla ações de homens e mulheres piauienses em defesa do nacionalismo e da chapa Lott-Jango, em comitês, ligas e formas associativas semelhantes, compreendendo-o como um movimento atravessado por diferentes sujeitos e experiências. Isso, contudo, não implica supor uma cultura política livre de machismo ou de mecanismos de exclusão: a presença feminina coexistia com hierarquias de gênero que limitavam visibilidade, autoridade e reconhecimento público. Nesse cenário, quando se trata da organização e da circulação de ideias nacionalistas, trabalhistas e reformistas no Piauí, a figura que aparece com maior centralidade (tanto nas fontes do período quanto na historiografia) é a do governador Chagas Rodrigues, personagem que mobiliza elogios e críticas e se tornou referência incontornável para compreender a configuração política estadual no início dos anos 1960.

Outros nomes são as lideranças do PTB-PI, como Deusdedit Mendes Ribeiro, o senador João Mendes Olímpio de Melo, entre outros. Iracema Santos Rocha da Silva foi a liderança feminina com maior destaque nos jornais piauienses e no *O Semanário* (RJ), além de suas contribuições em termos de divulgação das ideias da chapa Lott-Jango na imprensa escrita e radiofônica do Piauí. Podemos citar seu protagonismo na formação de embriões políticos que visavam instruir e organizar mulheres piauienses nas lutas sociais e de gênero da época, inclusive em contextos não eleitorais.

Focando em Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, é necessário apontar que ele era filho de Poncion Queiroz Rodrigues e Ignésia Caldas Rodrigues, tendo nascido em 8 de novembro de 1922, na cidade de Parnaíba. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi selecionado em segundo lugar para o posto de assistente jurídico do Ministério da Fazenda, em 1947.[7] Casou-se com Maria do Carmo Correia, em 1948. Desse casamento nasceram os filhos Teresinha e Terezinha (1949), Almira (1953), Maria da Conceição (1955) e José Alexandre (1958).

A trajetória política de Chagas Rodrigues teve início na década de 1950, quando foi eleito deputado federal com 11.120 votos. Nas eleições de 1954 e 1958, conseguiu se reeleger.

---

[6] FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 5.

[7] MELO, Francisco. *Chagas Rodrigues, o homem e sua história política*. In: KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília, DF: Senado Federal, 2018, p. 23.

Posteriormente, integrou a Frente Nacionalista, precursora da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), formada em 1956, a qual atuou de maneira marcante no Congresso brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. Seus principais integrantes eram do PTB, mas também contava com políticos de diferentes partidos.

Dentre suas principais características, destacavam-se posições contrárias ao imperialismo, sobretudo aquele articulado por forças políticas e empresariais dos Estados Unidos. O grupo esteve presente em discussões como a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração de recursos naturais essenciais, além de ter atuado para além de um ciclo eleitoral. Criada em 1956, a frente chegou a protagonizar a promoção da candidatura do Marechal Lott, ao lado de João Goulart, sendo extinta somente com o golpe de 1964.

Foi nesse grupo que Chagas Rodrigues passou a dialogar e atuar como um político nacionalista. Dentre suas participações na FPN, destaca-se sua atuação em inspeção realizada na Ilha de Fernando de Noronha, com o objetivo de averiguar ações de tropas norte-americanas na região.[8] Tal contexto remonta ao acordo de cooperação e assistência militar firmado pelo governo brasileiro em 15 de março de 1952. Em 1957, foi instaurado um Inquérito Parlamentar para analisar os desdobramentos da política externa brasileira diante dos efeitos do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos.[9]

Posteriormente, durante a eleição de 1958, o PTB e a UDN, apesar de oposições históricas, uniram-se para derrotar o candidato do PSD, José Gayoso Freitas, filho do coronel Pedro Freitas e sobrinho do então governador Gayoso e Almendra (1955-1959). A coligação UDN-PTB organizou seus candidatos da seguinte forma: Chagas Rodrigues, candidato a deputado federal; Marcos Parente, candidato ao Senado; Joaquim Gomes Calado, candidato a deputado estadual; Demerval Lobão, candidato a governador; e Tibério Nunes, candidato a vice-governador.

O candidato ao Palácio Karnak e ao Senado Federal acabaram perdendo a vida em um acidente automotivo no próprio estado. Esse acidente vitimou outras nove pessoas, nas proximidades da vila de Morrinhos, a 14 km de Teresina. O acidente ocorreu em meio a uma densa nuvem de poeira que comprometeu a visibilidade dos viajantes. Vale destacar que, à época, a maioria das estradas do Piauí não era asfaltada, sendo ainda comuns deslocamentos interestaduais e locais pelos rios Poty e Parnaíba. O episódio provocou imediata comoção popular, alterando significativamente o cenário eleitoral. Após breve período de inércia, a coligação PTB-UDN realizou conferência para redefinir as candidaturas após a tragédia.

[8] O SEMANÁRIO. Investigação total da política externa do Brasil. Rio de Janeiro, n. 50, 21-28 mar. 1957. p. 4.
[9] Ibidem.

Ficou estabelecido entre os representantes da UDN, liderados pelo deputado federal José Cândido Ferraz, e o PTB, sob a direção do ex-governador Matias Olímpio de Melo, que a candidatura da oposição seria composta pelos seguintes nomes: Chagas Rodrigues (PTB), candidato ao governo do estado; Tibério Nunes (UDN), vice-governador; Joaquim Santos Parente (UDN), candidato ao Senado; e José Vitorino Correia (PTB), suplente de senador. Para disputar o pleito municipal da capital, foram indicados Petrônio Portella (UDN), candidato à prefeitura de Teresina, e Inácio Soares da Silva, candidato a vice-prefeito.

Apesar de ataques na imprensa local, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues elegeu-se, em dois colégios eleitorais, deputado federal e governador do estado, com 101.523 votos, contra 82.647 votos de José Pires Gayoso de Almendra Freitas, do PSD. Além disso, Tibério Barbosa Nunes elegeu-se vice-governador com 96.440 votos, derrotando Agenor Barbosa de Almeida, que obteve 91.071 votos. Após assumir o cargo de governador, em 1960, dirigiu-se aos representantes do Legislativo do Piauí por meio de discurso no qual destacou sua visão sobre a situação administrativa do estado, denunciando a pobreza da população e as condições econômicas e financeiras do povo piauiense. Em sua exposição, descreveu os fatores econômicos e a situação caótica herdada da gestão anterior:

> É o Piauí a área mais atrasada, habitada por um povo cujas condições de vida são as mais deploráveis. Não se tem notícia de outra área no País ou no Continente, com renda global inferior e de renda per capita tão baixa. Nossas populações, mormente as do sul do Piauí, vivem tal estado de penúria e pauperismo, que seria difícil descrevê-lo. Em meio às grandes propriedades latifundiárias, dormentes na improdutividade, vagueiam essas populações, subnutridas e andrajosas, sem trabalho certo, doentes, sem assistência médica e hospitalar, sem escolas e sem terras. [...] Observando-se o nosso Estado no quadro geral da Federação Brasileira, a situação que se nos depara é contristadora e revoltante. O Piauí é o único Estado marítimo que ainda não dispõe, sequer, de um ancoradouro; nossa Capital (Teresina) é a única que não possui aeroporto com pista pavimentada; dois terços do Estado carecem de rodovias; Teresina ainda não está ligada por estrada pavimentada à principal cidade, situada na faixa litorânea, que é Parnaíba; e é a única, em todo o País, que não dispõe de serviço de esgoto.[10]

Na década de 1950, o Piauí teve três governadores, sendo o último Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1958-1962), do PTB. Seu governo foi marcado pela promoção de ideais nacionalistas, trabalhistas e reformistas na imprensa piauiense. De acordo com a historiografia, o governador petebista introduziu inovações no quadro político piauiense, sobretudo ao apoiar as Reformas de Base, o que gerou tensões com forças políticas e econômicas do estado. Nesse

[10] ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem do Governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1960. Teresina, 1960: 06. Fonte:[caixa 11 – envelope 124, I parte e 124ª II parte – duplicata parte I]. Localizada no Arquivo Público, Casa Anísio Brito. Teresina-PI. In: LIMA, Flávia de Sousa. Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2011, p. 50.

enquadramento, a proposta do PTB no Piauí não assumia um caráter revolucionário, isto é, não pretendia transformar o estado de maneira radical.[11]

Contudo, as lideranças petebistas do Estado buscavam uma reorganização social mais justa, orientada por reformas, assim como o PTB Nacional defendia. Uma das principais reformas debatidas e defendidas por Chagas Rodrigues e aliados políticos era a Reforma Agrária[12]. Assim, a revolta de oligarquias piauienses foi imediata, e a imprensa da época registra esse quadro de descontentamento de forças políticas locais contra o governador filiado ao PTB. Conforme será analisado em outras seções deste trabalho, os EUA também tinham essa mesma perspectiva em relação ao governo Chagas Rodrigues.

Em um dos relatórios da inteligência americana no Nordeste, alguns agentes não compreendiam por que Chagas Rodrigues apoiava Ligas Camponesas, pois seu governo não tinha características revolucionárias e sua família era latifundiária. Reiteramos que nossa análise compreende Chagas Rodrigues como um político nacionalista-reformista que entendia que as riquezas naturais do Brasil e do Piauí deveriam ser exploradas tendo o Estado brasileiro e o povo brasileiro como principais beneficiários, e não os interesses estrangeiros. Além disso, Chagas Rodrigues compreendia a necessidade de reformar o Estado Nacional, sobretudo do ponto de vista da divisão de terras. Tais ideias não são revolucionárias, mas já ameaçavam elites históricas do Piauí que não compreendiam a necessidade de reformas, até mesmo para aprimorar o sistema capitalista que (em tese) defendiam.

Uma vez que reformas, como a Reforma Agrária, representam uma ideia do Liberalismo econômico, não do socialismo científico. Um desses grupos conservadores fazia parte do governo de Chagas Rodrigues: a ala udenista. Justamente por esse perfil, Chagas Rodrigues foi mais atacado na imprensa piauiense quando rompeu com seu partido coligado, a União Democrática Nacional (UDN), e passou a defender, com mais ênfase, uma política e um discurso favoráveis a mudanças na forma de combater as desigualdades sociais no Estado.

Tais práticas seriam um dos diferenciais do governador em relação a outros líderes políticos piauienses. Flávia Lima aponta que as ações do governador visavam promover o desenvolvimento socioeconômico, criando empresas estatais nos setores de energia, água, esgoto etc. Nesse sentido, Chagas Rodrigues apoiou integralmente projetos de justiça social, como a fundação da Casa dos Sindicatos, beneficiando, entre outros, o sindicato dos jornalistas,

---

[11] OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016; LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

[12] A reforma agrária, defendida pelo Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB), fazia parte das reformas fundamentais do partido que visavam democratizar a propriedade da terra e alcançar a justiça social no campo. Essas propostas visavam mudar a estrutura fundiária no Brasil, promover a distribuição de terras e garantir os direitos dos trabalhadores rurais.

comerciários, bancários e professores.[13]

Para o 1º Congresso Piauiense de Trabalhadores e Agricultores, realizado em Teresina, de 28 de abril a 1º de maio de 1961, disponibilizou CR$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), ofereceu as instalações do Colégio Estadual do Piauí (Liceu Piauiense) e presidiu as cerimônias de abertura e encerramento do evento, considerado um marco na mobilização social para enfrentar desafios coletivos. As terras devolutas do estado passaram a ser destinadas exclusivamente a agricultores sem-terra, sem a exigência de taxa, aluguel ou qualquer tipo de renda.[14]

Essas iniciativas levaram a vários ataques na mídia piauiense. Durante seu mandato, Chagas Rodrigues se distanciou das partes mais conservadoras do Piauí e passou a interagir com figuras nacionalistas, reformistas e trabalhistas do estado e de outras regiões. Após o golpe de 1964, ele foi criticado e, em várias ocasiões, acusado de promover o comunismo no Piauí. Em 1969, ele não pôde participar da política em razão do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Além disso, a Barragem de Boa Esperança foi inaugurada, representando um marco na região, devido ao seu papel significativo na associação de regiões, na geração de energia e na renovação da fé política dos moradores do Piauí. O empreendimento foi resultado de um esforço coletivo e Chagas Rodrigues participou de sua criação e preparação. No entanto, seu nome foi silenciado devido à repressão dos militares e de outros indivíduos que buscavam tirar o governador do Piauí, privando-o de seus direitos políticos.

[13] LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
[14] KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília, DF: Senado Federal, 2018, p. 153.



Figura 1 – Francisco das Chagas Caldas Rodrigues Fonte: Portal Clube News, 2025.

Outra liderança nacionalista-trabalhista de destaque no Piauí foi Iracema Santos Rocha da Silva. Nascida em 1927, no município de Floriano, filha do padre Moisés Pereira dos Santos e de Rosa Soares da Rocha. Na primeira fase de sua trajetória, lutou para tornar-se professora; contudo, desde a adolescência, manifestava o desejo de cursar Direito, sob a convicção de que apenas nos fóruns seria possível exercer maior liberdade de expressão do que nos demais espaços sociais.

Sua experiência individual torna-se mais inteligível quando situada no contexto das transformações socioeconômicas vivenciadas por Teresina nas décadas de 1950 e 1960. Conforme analisa Elizangela Barbosa Cardoso, as mulheres que cursavam ou já haviam concluído a formação jurídica tendiam a ocupar funções no serviço público estadual, municipal ou federal, enquanto as estudantes da Faculdade de Filosofia se inseriam majoritariamente no magistério primário e secundário, ainda que muitas também atuassem como funcionárias públicas.[15] No mesmo período, o processo de urbanização intensificou a demanda por serviços básicos, sobretudo nas áreas de educação, saúde, abastecimento de água e energia, comunicações e infraestrutura viária. Com a priorização governamental desses setores, o Estado consolidou-se como principal prestador de serviços e ampliou significativamente os postos de trabalho em áreas tradicionalmente associadas à inserção da mão de obra feminina, como a

[15] CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003

educação e a saúde, criando condições objetivas para a entrada das mulheres no mercado de trabalho formal.

Esse cenário contribuiu para a emergência de trajetórias femininas marcadas pela circulação no espaço público, permitindo enquadrar Iracema Santos Rocha no grupo das chamadas Mulheres Plurais, expressão utilizada por Elizangela Barbosa Cardoso para designar mulheres que, a partir da escolarização e do trabalho, transitaram por diferentes esferas sociais, rompendo, ainda que parcialmente, com limites tradicionalmente impostos ao espaço doméstico.

A atuação de Iracema Santos no campo jornalístico também pode ser interpretada à luz das reflexões de Maria Cristina Gobbi, que discute como as contribuições femininas na *práxis* midiático-comunicativa e nos canais de produção e difusão do conhecimento foram, em grande medida, invisibilizadas, mesmo quando realizadas em espaços institucionalizados e de ampla circulação, como jornais e revistas. Nessa perspectiva, o silenciamento não deve ser entendido como ausência de produção, mas como resultado de processos históricos atravessados por hierarquias de gênero, classe, raça e etnia, que definiram quais vozes seriam legitimadas e preservadas na história da comunicação.[16]

Nesse sentido, a expressiva colaboração de Iracema Santos Rocha da Silva em periódicos piauienses como *O Zodíaco*, *O Dominical*, *Folha da Manhã*, *Voz do Piauí*, *O Estado*, *Jornal O Dia*, *Jornal do Piauí*, *Estado do Piauí*, *A Hora* e *Folha do Litoral*, este último sediado em Parnaíba, revela uma participação ativa nos circuitos de formação da opinião pública no Piauí durante as décadas de 1950 e 1960. Essa atuação permite compreender a imprensa local não apenas como espaço de divulgação, mas como um ambiente de produção de conhecimento e de intervenção política, no qual mulheres como Iracema Santos exerceram papel protagonista, ainda que suas contribuições tenham sido posteriormente fragmentadas, esquecidas ou marginalizadas nos registros historiográficos.

Assim, a trajetória da jornalista articula-se, por um lado, ao contexto socioeconômico descrito por Elizangela Cardoso e, por outro, ao problema teórico apontado por Maria Cristina Gobbi acerca do silenciamento epistemológico das produções femininas na comunicação brasileira. Sua presença recorrente na imprensa piauiense, sobretudo na comunicação política, evidência que as mulheres não apenas participaram do campo de informação, mas contribuíram ativamente para novas promoções sociais por meio da prática midiática, mesmo quando essa produção não foi plenamente incorporada aos cânones e às narrativas dominantes da área.

---

[16] GOBBI, Maria Cristina. *Do silenciamento à palavra: mulheres nos estudos em comunicação na América Latina*. Portugal: Ria Editorial, 2023.



Figura 2 - Professora Iracema Santos Rocha da Silva. Fonte: Acervo Pessoal Iracema Santos Rocha da Silva.

Aliás, foi na década de 1950 que essa jornalista e professora teve o primeiro contato com as ideias nacionalistas, no contexto do Movimento Nacionalista "O Petróleo é Nosso". No rádio piauiense, atuou em programas famosos como "Falando com o Povo" pela Rádio Clube de Teresina, mas também na Rádio Difusora. Além disso, apresentou o programa "A Tribuna Nacionalista", que estava no ar quando, no dia 1º de abril, ela afirmou que a situação vivida pelo país naquele momento não era uma Revolução, mas um ataque às liberdades. Filiada ao PTB, chegou a ser presidente do Diretório Municipal em 1962.

Entre 1960 e 1963, liderou o Departamento Feminino do CNP e foi a primeira candidata à prefeitura de Teresina, terminando em segundo lugar. Defendeu as Reformas de Base no jornalismo piauiense, sobretudo a Reforma Agrária, e por isso acabou debatendo com outros jornalistas contrários às reformas nos jornais locais. Além disso, participou ativamente de movimentos sociais em Teresina, como a Liga Feminina Trabalhista (LFT), a Frente de Mobilização Popular e tentou promover Ligas Camponesas na zona rural da capital.

Mas na posteridade foram punidas por ações como estas e por defenderem pautas ligadas ao PTB e às reformas de base. Outras mulheres se interessaram pelas críticas e pela política no Piauí. A ponto de Teresina-PI receber os comitês nacionalistas, visando a eleição presidencial de 1960, e as mulheres, em maioria professoras teresinenses, protagonizarem o Departamento Feminino do Comitê Nacionalista. Nesse momento, Iracema Santos Rocha da Silva mostra sua integração às lutas coletivas que marcaram a década de 1960 no Brasil e no mundo; o sentimento de pertencer a uma geração que, através de seus atos, mudaria o mundo e

colocaria a humanidade em novo estágio de futuro e desenvolvimento.

> [...]O Nacionalismo é tão complexo quanto o problema da liberdade humana e por isso talvez, tão intimamente a ele é ligado. Sempre somos levados a agir pelas decisões do livre-arbítrio. De milênios vem sendo travada a luta do homem contra a totalidade, contra a ignorância. Os acontecimentos sociais-políticos, históricos, religiosos e econômicos, não são produtos implacáveis do senhor tempo, mas cristalização da conduta humana. Muitos filósofos têm procurado explicar de maneiras diversas, as disparidades das formas nacionais do mundo. Uns afirmam-se com a Geopolítica do meio, como ela indispensável para a preeminência de uma civilização e de um povo. Outros, creem que a maior ou menor densidade da população pode também dinamizar ou arrefecer o desenvolvimento Social. Foi tecla continuamente solfejada pela burguesia industrial do Renascimento, ao mesmo tempo em que os remanescentes da aristocracia feudal imputavam, pela lei de Malthus, como causa de atraso e miséria, o crescimento exagerado das populações. Entretanto, o primeiro degrau para a independência de um povo, ou para o desenvolvimento de uma sociedade; ou para a florescimento de uma um forte senso nação, é uma profunda compreensão dos ideais humanos, de independência e compenetração do poder da vontade. O Nacionalismo brotou no Brasil-Colônia do século XVII, no Brasil escravizado da Metrópole Portuguesa, o que reafirmou mais uma vez que a escravidão não faz o escravo, a ignomínia não cria o réprobo, a opressão não faz o oprimido, apenas pode acrescentar um detalhe ao todo humano, sem modificar a sua essência. O Nacionalismo ainda visionário de Camarão, de André Vidal de Negreiros de Filipe dos Santos, de José Joaquim da Silva Xavier, de Gonçalves Lêdo, prova ainda mais que o processo histórico dos povos está, contudo, no próprio homem, em suas ideias, seus sentimentos, em suas inclinações e, sobretudo, em seus atos. O valor da pessoa humana é imenso, porque é dinâmico e sendo nacionalismo um sentimento humano em ação, é o nacionalismo a equação de todos os problemas políticos do Brasil. Por isso deve ser o nacionalismo esclarecido, imparcial e vigilante para que as consequências nacionais possam ser benéficas**.** O Nacionalismo engendra deve ser ação continuada e progressiva. Ação real e efetiva da pelas reservas e forças nacionais e pela atuação ideológica e política do povo, capaz de dinamizar e transformar as reservas e os valores, destinados a satisfação das necessidades nacionais em bons nômicas e culturais da Pátria Recursos. O Nacionalismo é a compreensão das massas no processo de conexão do desenvolvimento econômico social da Nação.[17]

Os discursos dos nacionalistas ligados ao PTB tinham tons emocionais, promovendo a soberania e a valorização do povo brasileiro por meio de suas riquezas nacionais. O objetivo era a verdadeira libertação do povo que, segundo os trabalhistas, não havia sido conquistada com a Independência do Brasil (1822), nem com a abolição da escravidão, nem com a Proclamação da República (1889), e muito menos com a "Revolução de 1930".

A partir disso, percebe-se a complexidade de definir o nacionalismo, pois essa doutrina política foi disputada por grupos políticos extremamente distintos. No Piauí, uma professora e jornalista captou esse momento. A concepção de nacionalismo articulada pela professora e jornalista direcionava-se primordialmente à conquista de uma independência efetiva para o Brasil e seus cidadãos. Segundo sua análise, as mulheres permaneciam em condição análoga à

[17] SILVA, Iracema Santos Rocha da. O que é Nacionalismo? *Folha do Litoral*, Parnaíba, 19 nov. 1961, p. 3.

da escravidão, enquanto homens e mulheres encontravam-se igualmente desassistidos pelo Estado, a ponto de lhes faltar a consciência de pertencimento à nação brasileira.

A autora enfatizava que a busca por essa verdadeira independência constituía a própria definição de nacionalismo e que sua concretização representaria o elo fundamental para forjar uma mentalidade coletiva de unidade nacional. Tal ideal, em sua perspectiva, só seria alcançado mediante a agregação humana, conferindo voz e poder ao corpo nacional. Ser brasileiro, portanto, não deveria limitar-se a uma designação formal, mas traduzir-se em uma realidade vivenciada com direitos, deveres e dignidade humana, assegurada pela promoção das bases nacionais que legitimam a existência de uma nação livre e soberana.

Complementarmente à visão da professora e jornalista, a leitura de Flávio Tavares sobre as massas brasileiras na transição entre as décadas de 1950 e 1960 oferece um importante horizonte de interpretação. Para o autor, "não houve, na história brasileira, anos tão gloriosos quanto os de 1961 a 1964. Em todos os setores da vida brasileira houve uma redescoberta".[9] Essa formulação permite compreender o período como uma conjuntura de intensa politização e alargamento da consciência nacional. Não por acaso, Charles Domingos define essa "redescoberta" como o momento em que o Brasil foi apresentado às suas próprias bases, revelando-se à população brasileira de modo mais profundo.[18] Essa formulação permite compreender o período como uma conjuntura de intensa politização e alargamento da consciência nacional. Não por acaso, Charles Domingos define essa "redescoberta" como o momento em que o Brasil foi apresentado às suas próprias bases, revelando-se à população brasileira de modo mais profundo.[19]

Tal redescoberta encontra-se intrinsecamente ligada ao nacionalismo, que serviu como elemento de conexão para indivíduos até então desarticulados de um projeto comum. Esse fenômeno contrapunha-se tanto à negligência das elites locais, desinteressadas em incorporar os setores mais pobres aos planos estatais, quanto às heranças coloniais refratárias a qualquer manifestação de consciência libertadora ou, simplesmente, de soberania.

Contudo, em meio a essa intrincada equação social, emergia uma nova variável, caracterizada pelo otimismo em relação à mudança, pela formação de uma consciência coletiva e nacional de pertencimento a um projeto de Brasil. Essa nova variável almejava, sobretudo, a redenção de um povo historicamente acostumado a ouvir a promessa de um país do futuro, moderno e próspero. Naquele momento, setores sociais passaram a acreditar que o fervor nacionalista representava a oportunidade concreta de o Brasil realizar as aspirações longamente

---

[18] TAVARES, Flávio. O golpe de 1964, início de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (org.). *Rebeldes e contestadores (1968): Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 99. Apud: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Quando éramos "irreconhecivelmente inteligentes": o nacionalismo dos primeiros anos 60 no Brasil. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 381-400, jan./abr. 2014. p. 385.

[19] DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Quando éramos "irreconhecivelmente inteligentes": o nacionalismo dos primeiros anos 60 no Brasil. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 381-400, jan./abr. 2014. p. 385.

acalentadas. Essa variável catalisadora pode ser identificada como o nacionalismo-trabalhista.

O nacionalismo-trabalhista representava um fenômeno em prol da soberania do Brasil e da promoção de novos direitos sociais e trabalhistas aos brasileiros, tanto da zona rural como da zona urbana. Esse projeto, que obteve expressiva aclamação popular na época, tinha como objetivo final a implementação de reformas estruturais consideradas necessárias para a redenção popular. No entanto, precisamente por visarem à democratização do acesso à terra, à educação e a outros bens, essas reformas foram alvo de intensos ataques na imprensa e nos círculos políticos.

Ademais, a visão consciente propagada pelos nacionalistas trabalhistas ganhava difusão em todo o país, promovendo uma elucidação mais fundamentada das causas da pobreza e da desigualdade brasileiras. Passou-se a interpretar esses problemas sociais como consequências de ações internacionais, como a remessa excessiva de lucros ao exterior, a conversão da moeda nacional em dólar e a exploração econômica por grandes grupos internacionais que se beneficiavam da manutenção da miséria no Brasil. Desse diagnóstico emergiu um vocabulário nacionalista específico, com termos como "inimigos alienígenas", "contracolunas" e "entreguistas", que passaram a permear o imaginário de alguns brasileiros identificados com a causa de uma suposta nova independência nacional.

Essas denominações refletiam diretamente a elucidação das causas da pobreza e evidenciavam os motivos pelos quais o nacionalismo defendido pelos petebistas era percebido como um projeto valoroso aos olhos das camadas populares. Essa vertente do nacionalismo, predominante nos chamados "Anos Dourados" e "Anos Rebeldes", evoluiu conscientemente para o nacional reformismo, fenômeno discutido por Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.[20] Durante a década de 1950, setores políticos expressivos do país sustentavam que os caminhos para o progresso econômico e a melhoria das condições sociais passavam pela defesa de princípios nacionalistas e pela intervenção planejada do Estado.

Nesse contexto, paralelamente ao fortalecimento do ideário nacionalista, consolidou-se entre grupos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o PTB, um movimento reformista que advogava por alterações na estrutura socioeconômica nacional. Essas reformas visavam, principalmente, à ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, incluindo um enfrentamento efetivo da questão agrária por meio de uma reforma agrária. Essa proposta, sintetizada na luta pelas Reformas de Base, encontrou no PTB seus principais apoiadores e promotores, com João Goulart, herdeiro político de Vargas, sendo reconhecido como liderança apta a conduzir esse processo de mudanças.

---

[20] FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Nesse ínterim, é impossível analisar o início dos anos 1960 no Brasil sem considerar o papel central desempenhado pelas Reformas de Base e pelo nacionalismo. A luta por essas reformas mobilizou intensamente o país. Setores das camadas populares viam, no avanço das reformas, a perspectiva de melhorias significativas na qualidade de vida e na garantia de direitos sociais, como o acesso à terra e à educação.

Por outro lado, para os grupos dominantes, a concretização das Reformas de Base representava uma ameaça à manutenção de suas estruturas de dominação. Assim, as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais no final da década de 1950 estavam intrinsecamente ligadas à agenda das Reformas de Base. Diante da não resolução dos anseios populares, essa pauta tornou-se central nos períodos eleitorais da década de 1960.

Nesse cenário, os Comitês Nacionalistas de 1960 atuavam não apenas como instrumentos de campanha eleitoral, mas também projetavam a valorização dos direitos conquistados a partir de 1946 e a necessidade de sua ampliação, buscando construir as bases políticas essenciais para viabilizar novas engenharias de promoção social por meio das Reformas de Base. Contrapondo-se a esse projeto, manifestavam-se ações contrárias por parte de movimentos sociais e partidários alinhados ao PTB.

O combate ao nacionalismo associado ao PTB e a outras doutrinas transformadoras visava à manutenção das estruturas sociais vigentes e à vitória de candidatos opositores, da UDN e de outros partidos vinculados ao capital estrangeiro. Em geral, a era republicana compreendida entre 1945 e 1964 foi marcada por fortes tensões, evidenciando continuidades com processos políticos anteriores, mas também apresentando rupturas significativas.

Conforme apontam Angela de Catro Gomes e Jorge Ferreira, embora o sistema partidário e as práticas eleitorais pós-1945 mantivessem conexões com a dinâmica política do Estado Novo e da Primeira República, também ocorreram mudanças relevantes, ainda que, por vezes, subestimadas na historiografia política brasileira. Portanto, apesar das incertezas inerentes ao período, é possível afirmar que o Brasil desenvolvia, naquele momento, uma experiência de democracia representativa. De fato, foi precisamente por estar progredindo e avançando na expansão dos direitos de cidadania que a Terceira República foi interrompida pelo golpe de 1964.[21]

Ademais, outra figura de liderança do nacionalismo petebista no Piauí foi Clidenor Freitas, médico e político reconhecido na historiografia piauiense por suas contribuições na área hospitalar, embora seu papel na disseminação das ideias e do projeto nacionalista seja menos conhecido. Nascido em Miguel Alves (PI), em 16 de fevereiro de 1913, e falecido em Teresina, em 2 de abril de 2000, Clidenor de Freitas Santos era filho de Raimundo Rodrigues dos Santos

[21] GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018, p. 254.

e Maria de Freitas Santos. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Recife, em 1937, especializando-se em psiquiatria. Ao retornar ao Piauí, lecionou filosofia no Liceu Piauiense e dirigiu o Hospital de Psiquiatria de Teresina, além de fundar o Sanatório Meduna, inaugurado em 1954. Sua trajetória política iniciou-se com a candidatura à prefeitura de Teresina pelo PTB, em 1954, na qual foi derrotado por Agenor Almeida.

Apesar do revés, a campanha municipal projetou seu nome, culminando em sua eleição para deputado federal, em 1958, com a maior votação do estado (19.444 votos), tornando-se o representante dos trabalhistas piauienses na Câmara dos Deputados. Durante seu mandato, Clidenor Freitas participou ativamente das deliberações políticas e contribuiu para projetos sociais e econômicos no âmbito do partido trabalhista, envolvendo-se em longas discussões na Câmara dos Deputados. Integrou a Ala Progressista do PTB, ao lado de Chagas Rodrigues, e apoiou a proposta de reformas de base no estado. Mantinha amizade próxima com o presidente João Goulart e atuou como intermediário entre o governo federal e políticos piauienses.[22] Ao assumir o mandato na Câmara, ocupou o cargo de vice-líder da bancada e integrou a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

Nas eleições de 1962, tentou a reeleição pelo PSD, sem sucesso. Como presidente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), no último ano do governo de João Goulart, foi atingido pelo Ato Institucional n.º 1, de 13 de junho de 1964, o que o levou a dedicar-se exclusivamente à medicina. Sua última participação eleitoral ocorreu em 1986, pelo PDT, quando conquistou uma suplência na disputa para deputado federal. É patrono da Cadeira n.º 31 da Academia de Letras do Vale do Longá.

Em termos de reconhecimento e destaque na imprensa nacionalista do Centro-Sul, Clidenor Freitas posicionava-se logo após Chagas Rodrigues. Suas atuações na FPN foram frequentemente publicadas no jornal *O Semanário*, abrangendo desde discursos na Câmara dos Deputados até retaliações contra embaixadores americanos. Um dos destaques conferidos pelo jornal ao nacionalista piauiense foi a publicação de uma entrevista na qual Clidenor Freitas manifestava apoio à candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott à Presidência da República.

> .A entrevista do Marechal Lott a O Semanário, tal como está feita, representa o lançamento dos alicerces de uma campanha presidencial feita em termos de programa de governo. Partindo de suas declarações, todos os problemas nacionais são abordados. Não faltou nada, desde os problemas básicos, que dizem respeito às questões do desenvolvimento de nossa terra, até questões regionais. Considero peça importante para a planificação da campanha do Marechal Lott, assim como para a elaboração do programa do futuro governo. As considerações referentes ao programa dos nacionalistas e ao do PTB são absolutamente corretas. Será para

[22] LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 136.

> nós uma segurança de continuidade democrática e patriótica promessa do progresso do país a eleição deste grande brasileiro.[23]

Os precursores do nacional reformismo, juntamente com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em sua fase final, foram o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Parlamentar Nacionalista.[24] A FPN aportou certa influência na sociedade durante o governo Goulart (1961-1964). Estava empenhada em promover as reformas fundamentais desde 1960, apesar das divergências entre os seus membros sobre a reforma agrária. Essas divisões em nível partidário indicam que os associados ao PTB apoiavam as reformas rurais, enquanto os do PSD, do Partido de Representação Popular e do Partido Republicano não as apoiavam plenamente.[25]

Ademais, Clidenor Santos também discorreu em favor do nacionalismo em jornais piauienses. Em 1959, produziu discursos cruzando o nacionalismo com sua área da medicina. Para ele existia uma psicologia do nacionalismo. Suas análises tornaram-se únicas, uma vez que autores, seja no Jornal do Comércio ou Folha do Litoral, produziram crônicas explicando as origens e importância do nacionalismo nas lutas sociais do Brasil. Todavia, uma explicação enveredada pela psicologia foi algum apresentado pela primeira vez pelo médico Clidenor Freitas. Para ele não podemos deixar de:

> Encarar os fundamentos mentais que levam um povo a proceder de umas definidas, com características próprias, construindo o seu próprio destino. Não podemos, entretanto, movimentar os dados da análise, sem primeiro verifiquemos o que nos informa a história sobre tão palpitante tema. É do conhecimento de todos que a primeira manifestação completa do moderno Nacionalismo ocorreu na Inglaterra do século VII – a Nação mais desenvolvida em espírito científico e em empreendimento comercial, em pensamentos e atividades políticas. Animada por uma imensa confiança nas novas tendências e nas grandes possibilidades abertas, o povo inglês sentiu sobre seus ombros o peso da missão histórica e a convicção de que ao povo comum da Inglaterra caberia a construção de um destino inteiramente novo, onde a noção de liberdade estaria completamente refundida. Nesta revolução inglesa emergiram um novo humanismo otimista inteiramente diferente[...] O nacionalismo significava na América como na França revolucionária, adesão a uma ideia nacional. Colimando o futuro comum de liberdade e igualdade, repudiando um passado que se tinha formado por seu autoritarismo e desigualdade. Os exércitos de Napoleão disseminaram esse nacionalismo através da Europa e do Oriente próximo, sobre inspiração americana e francesa também a América Latina despertou para as novas ideias.[26]

Em linhas gerais, a expressão do nacionalismo em Clidenor de Freitas alinhava-se

---

[23] *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1483, 31 mai. 1959, p. 5.
[24] DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O nacionalismo na experiência democrática brasileira. *Outros Tempos*, [s.l.], v. 5, n. 5, p. 94-112, jun. 2008, esp. p. 105-106. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/download/224/161/731. Acesso em: 10 mar. 2026.
[25] Ibidem, p. 107.
[26] FREITAS. Discurso na Câmara Federal, *apud Jornal do Comércio*, Teresina, 11 out. 1959, p. 3.

àquela defendida por outros membros do PTB no Piauí. Entre 1959 e 1960, artigos e pronunciamentos públicos explicitavam com frequência as matrizes europeias do nacionalismo, evidenciando como importantes nações industrializadas recorreram a essa ideologia para transformar suas próprias realidades. Ao mesmo tempo, defendiam-se pautas como a soberania nacional, o fortalecimento da indústria de base, a centralidade da questão petrolífera, a crítica aos lucros excessivos das companhias estrangeiras em atuação no Brasil e a realização de reformas estruturais. A adesão à agenda nacionalista promovida pelo PTB, em diálogo com diferentes segmentos sociais, inseria-se em um contexto mais amplo, marcado pelos embates políticos que atravessaram o Brasil desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Em 1959, Clidenor de Freitas, juntamente com outros grupos nacionalistas, concluiu que o marechal Henrique Teixeira Lott personificava os princípios dessa doutrina. A escolha de um militar com viés nacionalista pelas esquerdas, em 1960, decorreu da participação de segmentos das Forças Armadas na defesa da soberania nacional e na representação dos interesses populares durante períodos de instabilidade e tentativas golpistas. O período entre 1945 e 1964 caracterizou-se por acelerada industrialização no Brasil, acompanhada da expansão de direitos trabalhistas, fortalecimento sindical e surgimento de movimentos sociais relevantes.

O cenário partidário contava com várias legendas; contudo, era o PTB, de raízes varguistas e foco no proletariado urbano, que exercia maior influência. O PSD, igualmente vinculado a Getúlio Vargas, representava um agrupamento sob liderança de elites regionais, proprietários rurais e industriais. Como terceira força, destacava-se a UDN, caracterizada por sua oposição a Vargas, às pautas trabalhistas e às reformas, além de proximidade com interesses estrangeiros. No último pleito presidencial da década de 1950, a chapa Juscelino Kubitschek–João Goulart saiu vitoriosa. Contudo, a expressão democrática do voto popular foi ameaçada por um movimento conspiratório que buscou obstruir a posse dos eleitos.

A intervenção do então ministro da Guerra, marechal Lott, mediante contragolpe, assegurou a posse. Tal evento conferiu-lhe a reputação de legalista e guardião da ordem democrática. Ao longo do quadriênio subsequente, seu nome foi frequentemente cogitado para futuras disputas, o que se concretizou em 1959.

A candidatura de Lott emergiu ainda durante o governo JK. Sua adesão a bandeiras como o voto a analfabetos, a proteção do monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e a restrição à remessa de lucros, aliada à imagem de defensor da legalidade frente aos opositores de Vargas, consolidou-o como figura central para os nacionalistas de esquerda. Contudo, a trajetória de Lott como preferência das correntes nacionalistas de esquerda não foi isenta de obstáculos. Inicialmente, integrantes da FPN ventilavam seu nome no *Correio da Manhã* como alternativa no PSD. Todavia, a indicação carecia de unanimidade, pois setores udenistas o rejeitavam por posições consideradas favoráveis às esquerdas.

No entanto, já no primeiro semestre de 1959, o bloco nacionalista mencionava Lott como possível candidato, ainda que sem confirmação, e o próprio militar evitou fazer qualquer declaração, alegando que só as faria após uma apresentação formal das autoridades do partido. Em 1º de julho de 1959, o Conselho de Segurança Pública do Distrito Federal aprovou a indicação de Lott para o congresso nacional do partido por 87 votos a 3. Em 15 de julho, a comissão executiva do PSD também indicou Lott como candidato do PSD[27].

A partir de então, diversas ações visaram convencer o eleitorado de que o nacionalismo petebista constituía o caminho mais adequado para a transformação do Brasil e para a emancipação de sua população. Identificou-se que a chapa ideal seria Marechal Lott para presidente e João Goulart para vice-presidente. Por todo o território nacional, criaram-se comitês nacionalistas para planejar e implementar campanhas eleitorais em apoio à dupla.

Após a confirmação da chapa, em julho de 1959, Edna Lott, filha do marechal, assumiu um papel de destaque. Formalizada a candidatura, engajou-se profundamente nos esforços eleitorais, tornando-se figura proeminente da campanha. Ela integrou a Comissão Executiva do Movimento Nacionalista Brasileiro. Apesar do insucesso, periódicos da época, mesmo opositores, admitiram que Edna Lott foi pilar fundamental da campanha do PSD e que sua ausência acarretaria derrota mais expressiva. Compreender esse aspecto da campanha nacionalista de 1960 é fundamental para analisar a constituição do nacionalismo dos petebistas organizados por mulheres piauienses. Nesse contexto, qual foi a participação do Piauí nesse relato histórico envolvendo o nacionalismo-trabalhista, a chapa Lott-Jango e Edna Lott?

Inicialmente, o Piauí integrou esse processo, pois todos os estados registraram movimentos nacionalistas ligados à chapa. Contudo, houve variações regionais. O fortalecimento do movimento foi mais evidente no Sul em comparação ao Norte-Nordeste, tanto em divulgação quanto em mobilização. Entretanto, no Norte-Nordeste existiam movimentos nacionalistas-trabalhistas apoiando Lott-Jango, sobretudo em estados governados por petebistas, pessedistas ou por coligações envolvendo esses partidos. Nessas unidades federativas, observou-se mobilização mais intensa em favor dos candidatos, tanto na sociedade quanto na imprensa. Assim, busca-se compreender como Chagas Rodrigues obteve relevância em 1962, sustentado por sua atuação no Piauí como líder do nacionalismo-trabalhista.

No Piauí, o *Jornal do Comércio* foi o principal veículo de notícias e artigos voltados ao nacionalismo petebista e à chapa Lott-Jango. O periódico mantinha ligações evidentes com o governador Chagas Rodrigues e, por isso, apoiou os nacionalistas formalizados pela aliança PSD-PTB. A primeira tentativa de oficializar esse enfoque no jornal ocorreu com a criação de espaços próprios aos nacionalistas: a “Folha Nacionalista”, em 1959, exemplifica essa

[27] Ibidem, p. 250.

promoção. Desse modo, entre o segundo semestre de 1959 e o final das eleições de 1960, o jornal foi palco de manifestações nacionalistas, visando à vitória de Lott-Jango e à promoção da imagem de Chagas Rodrigues e de outros militantes na imprensa local. Verificam-se chamadas públicas para discussão e difusão do nacionalismo junto ao povo piauiense, que se estendiam às páginas do *Jornal do Comércio*.

O conteúdo assemelhava-se ao de outros periódicos nacionalistas do Brasil, destacando a necessidade de atender aos anseios nacionais e de lutar por novas oportunidades. Assim, o *Jornal do Comércio* foi um dos meios para a criação e divulgação de ligas, comitês e departamentos partidários em prol do nacionalismo na sociedade piauiense. Exemplo disso foi a criação da Liga Nacionalista do Piauí, embrião do Comitê Nacionalista do Piauí. Nesse contexto, em 5 de julho de 1959, a Liga Nacionalista ganhou sede para promover reuniões e debater nacionalismo e estratégias de campanha no Piauí. Tudo foi oficializado em solenidade presidida pelo governador Chagas Rodrigues.

A Liga foi formalizada por figuras como Anselmo Morais (delegado regional do Trabalho) e Deusdedit Sousa (presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio). Sua sede provisória localizava-se no Centro Estudantil Piauiense, em Teresina. O governador Chagas Rodrigues, já em 1960, apresentava-se no *Jornal do Comércio* como nacionalista-trabalhista. A recorrência de seu nome nesse periódico e em veículos do Centro-Sul, como *O Semanário*, evidencia seu protagonismo na promoção do nacionalismo petebista no estado. Reforça-se que o governador apoiava tanto o comitê nacionalista quanto a imprensa trabalhista, com financiamento à proliferação dessas ideias. Somada à atuação de mulheres piauienses, a organização nacionalista-trabalhista foi formada por homens e mulheres locais, tendo como principal palco a capital, Teresina, sobretudo no Clube dos Diários.

O local, usualmente salão de festas, acolheu debates calorosos, frequentemente conduzidos por jovens politizados e engajados na campanha nacionalista. Destaca-se também o uso do auditório da Rádio Difusora para encontros e debates. Ao final de 1959, a chapa PSD-PTB já iniciava preparativos para a campanha de 1960. Nesse momento, a revista *O Cruzeiro* apresentou o surgimento dos Comitês Nacionalistas e uma de suas líderes, Edna Lott, que participava ativamente de inaugurações. Edna Lott destacava-se por seus laços paternos com o candidato do PSD, mas, sobretudo, por sua iniciativa como protagonista na campanha da chapa PSD-PTB, tornando-se, em 1960, figura central na mobilização nacional. Assim, entre fins de 1959 e 1960, diversos comitês nacionalistas foram inaugurados no Brasil, e o PTB no Piauí instituiu seu Comitê Nacionalista Estadual, em Teresina.

Nesse contexto, Edna Lott visitou Teresina em 1960 como parte da “Ofensiva Nacionalista” no Norte-Nordeste. Recebida com honras de candidata, foi acolhida por dirigentes nacionalistas locais e hospedou-se na residência do ex-governador Mathias Olímpio,

ligado ao PTB. Sua agenda incluiu encontros com lideranças políticas estaduais, um comício no Comitê Nacionalista e atividades com o Departamento Feminino da campanha no estado. É interessante notar como sua presença no Piauí atraiu atenção de periódicos de outros estados, como o jornal *Novos Rumos*, do Rio de Janeiro.

Tanto os jornais locais quanto os de outras regiões destacaram uma Praça Pedro II lotada para o encontro de Edna Lott com o povo piauiense. Na ocasião, discursaram, ao lado de Edna Lott, Nogueira Paranaguá, Cláudio Melo, Iracema Santos Rocha da Silva, Deusdedit Mendes, Raimundo Paixão, Hugo Bastos e José Nunes. A visita alcançou seu objetivo de disseminar a mensagem da chapa Lott-Jango por meio de comícios. Edna Lott, com experiência adquirida em comitês do Sul-Sudeste, chegou bem-preparada a Teresina. Apesar de sua experiência partidária limitada, a filha do marechal que chegou à capital do Piauí mostrou-se uma líder hábil em engajar massas, dialogar com políticos e negociar agendas.

Embora nova no campo, apresentou-se como política experiente, assumindo protagonismo em eleição nacional sem ser candidata. Sua atuação atraía atenção inclusive da esquerda não nacionalista. Ao analisar seu discurso em Teresina, percebe-se seu entusiasmo e eloquência frente aos anseios nacionalistas que atravessavam o Piauí e o Nordeste.

> MENSAGEM DE D. EDNA LOTT AOS PIAUIENSES - No momento em que temos a satisfação de desembarcar em Teresina, dando cumprimento à caminhada cívica que estamos empreendendo pelo Brasil, enviamos a todos os piauienses a nossa mensagem de fé e de confiança nacionalista na luta que sustentam contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Tendo como símbolo a sagrada bandeira do Nacionalismo, que nos anima e nos certifica da grandeza do nosso destino histórico, haveremos de desfraldá-la na defesa intransigente das mais caras reivindicações do povo piauiense, as quais convém salientarmos a construção da barragem no médio Parnaíba, empreendimento que dará ao Piauí o lugar de destaque que almeja e merece dentro da federação brasileira. Os piauienses poderão estar certos de que o aproveitamento hidráulico do Parnaíba e os demais problemas fundamentais do Estado, contidos no plano da Piauí SUDENE, elaborados conforme o exame dos técnicos estaduais, terão por parte do governo do Marechal Henrique Teixeira Lott a atenção devida, em consonância com a sua firme programação nacionalista de promover a integração do Brasil, emigração sócio-econômica tendo que o desenvolvimento econômico do país se desenrole unicamente nas regiões já adiantadas e procurando, contrário, com que ele se processe por toda a Nação a fim de uniformizar a nossa estrutura social[...].[28]

A mensagem de Edna Lott aos piauienses representa, em alguma medida, as promessas da agenda nacionalista para essa região nordestina, ao destacar o projeto da barragem de Boa Esperança como setor estratégico para a redenção econômica piauiense, bem como para a integração do Piauí a outras regiões do Brasil. Por duas vezes, a barragem é mencionada com ênfase na ideia de que os piauienses poderiam estar certos de que haveria, em caso de vitória

[28] LOTT, Edna. Mensagem de D. Edna Lott aos piauienses. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1696, 17 jul. 1960, p. 1.

do marechal Lott e de João Goulart, um aproveitamento hidráulico em benefício do estado. A insistência nesse ponto revela a ausência de garantias concretas: internamente, eram discutidos e disputados os futuros frutos da barragem, muitas vezes direcionados apenas ao Maranhão. Esse quadro perdurou, ao menos, até meados de 1964.

A ponto de, quando Juscelino Kubitschek veio ao Piauí — no contexto de uma pré-campanha à Presidência da República (1965) —, ter sido questionado na Praça Pedro II sobre se o estado receberia ou não os frutos da barragem de Boa Esperança. Ou seja, tal linha de questionamento prolongou-se por anos no cenário político-partidário piauiense. Nossa análise indica que, em Teresina, Edna Lott empregou uma abordagem persuasiva ao associar a agenda nacionalista às aspirações de um segmento da população que via a barragem como caminho para o desenvolvimento, particularmente por meio do acesso à eletricidade, e como oportunidade de inserção na iniciativa de integração nacional lançada durante o governo JK.

Quando Edna Lott chega à capital do Piauí, ela se depara com uma região de forte perfil conservador. Ainda assim, havia nesse centro urbano um agrupamento organizado por mulheres, promotor de alternativas políticas. O principal destaque era o Departamento Feminino do CNP. A partir disso, analisaremos como esse movimento foi constituído, sua organização e sua atuação na cidade de Teresina.

Em junho de 1959, o processo teve início com a criação do primeiro comitê nacionalista em apoio à chapa Lott–Jango, inaugurado durante cerimônia realizada em 5 de junho, no auditório da Rádio Difusora. O Comitê Nacional para a Candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott foi formado com apoio da FPN, e diversos políticos do PTB e do PSD estiveram presentes na reunião inaugural. Entre as figuras de maior projeção, destacavam-se o marechal Lott, João Goulart e os governadores Chagas Rodrigues (Piauí) e Roberto Silveira (Rio de Janeiro).

O *Jornal do Comércio* registrou que a proposta dos comitês pretendia expandir-se por todos os estados da Federação, com o deputado Clidenor Freitas liderando os esforços no Piauí. No entanto, a instalação do Comitê Estadual piauiense somente ocorreria em outubro de 1959, em razão de entraves organizacionais. Embora a inauguração estivesse prevista para 12 de outubro, ela foi adiada porque representantes do Rio de Janeiro enfrentaram conflitos de viagem e de agenda. O plano inicial era realizar uma solenidade de abertura na Rádio Difusora de Teresina, com o cel. Anderson Mascarenhas como convidado de honra, a fim de apresentar aos piauienses a dimensão e o significado do comitê para a eleição presidencial de 1960. Segundo editorial do *Jornal do Comércio*, tratava-se de um momento de grande relevância para a história recente do Piauí.

Na ocasião, além da solenidade (que não se concretizou), foram divulgados os dirigentes do Comitê. O primeiro movimento concreto, de caráter parcialmente popular, tendente a

defender e lutar pelas candidaturas Lott e Jango no estado, seria dirigido pela seguinte comissão: Adolfo Alencar (presidente); coronel Costa Araújo e Augusto Nogueira Paranaguá (vice-presidentes). Nomes como o do senador João Mendes Olímpio de Melo e o do deputado Hugo Bastos também estiveram presentes.

Assim, na noite de 13 de outubro, o Comitê Nacionalista do Piauí foi inaugurado no auditório da rádio. A participação foi estimada em cerca de mil pessoas, incluindo trabalhadores e políticos trabalhistas. Nessa reunião, foram apresentadas ao público piauiense as impressões e definições do Conselho Nacional.

> [...]finalidades do Comité Estadual Nacionalista Pró Lott e Jango, além de constituir trabalho intelectual de realce, recebeu os mais efusivos aplausos. Publicamos aqui, a oração desse autêntico líder piauiense para uma perfeita apreciação de parte dos nossos leitores: O "Comité Estadual Nacionalista pro Lott-Jango"traz, pela primeira vez, ai Piauí, um aspecto novo às nossas lutas partidárias. Não vem substituir as agremiações políticas, mas se propõe a dar um conteúdo programático ao debate sucessório que se avizinha. Consciente da gravidade da situação nacional, coloca-se ao lado do povo para a defesa intransigente dos princípios nacionalistas hoje, mais do que nunca, ameaçados por uma orientação entreguista. O Brasil só nas aparências rompeu os vínculos coloniais. A independência política, meramente formal, apenas propiciou melhor clima para a permanência do colonialismo econômico. Que o gesto romântico do Ipiranga representa simples gesto, temos no exame comparativo entre a nossa estagnação e o progresso de outros povos. Se as forças revolucionárias de trinta cujo mérito não tiveram, não se lhes pode negar que, com a vitória do movimento, quebrou-se a visão deformada de um falso desenvolvimento econômico. A ruína de um sistema baseado na expor tação de matérias primas desvalorizadas, como o café, o cacau, a carnaúba, o algodão, determinou nova mentalidade no sentido de transformarmo-nos de simples plantadores arruinados em nação industrial. Mas apreços das nossas mercadorias a interesses do exigir empenham-se, agora, em conservar-nos como dependentes seus através do domínio das indústrias fundamentais.[29]

Os discursos apresentam, de modo proeminente, explicações históricas, incluindo referências às ações de Dom Pedro I no período da Independência, cujos efeitos teriam sido duradouros, uma vez que o Brasil preservou fundamentos coloniais mesmo após declarar-se independente. Temas semelhantes podem ser identificados no discurso do professor, que aborda o processo de Independência, o risco de perda de setores vitais para entidades estrangeiras e o apelo a um esforço nacional unificado.

Nessa interpretação, a Independência é entendida como a conquista de autonomia formal em relação a Portugal, sem que se tivessem rompido, de fato, as conexões coloniais. Desse ponto de vista, sugere-se que uma parcela significativa da população brasileira permaneceu sob a influência de potências do Velho Mundo. Para os nacionalistas-trabalhistas da década de 1960, esse processo teria sido mais romântico do que revolucionário. Outro elemento relevante da

[29] INSTALADO BRILHANTEMENTE O COMITÊ PRÓ-LOTT E JANGO. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1513, 15 out. 1959, p. 5.

publicação é a apresentação da causa nacionalista como uma novidade na vida política do Piauí, ao afirmar que o CNP teria trazido "pela primeira vez, ao Piauí, um aspecto novo às nossas lutas partidárias". Essa formulação sustenta uma das hipóteses deste capítulo: a promoção do nacionalismo no Piauí a partir da eleição presidencial de 1960.

Além disso, o governo de Chagas Rodrigues foi apresentado pelo editorial do jornal *O Semanário* como uma administração de orientação nacionalista, atribuindo ao jovem líder um caráter pioneiro. O texto não poupou elogios à situação: "Registramos aqui um fato, aliás inédito na história do Piauí, qual seja a orientação nacionalista e socialista que vem imprimindo o Governador Chagas Rodrigues na administração do seu Estado."[30]

Em nossa análise concordamos que o governo trouxe as temáticas do nacionalista, reformismo e trabalhismo ao Estado do Piauí, seja por meio da imprensa escrita e radiofônica. Seja por meio de políticas públicas que estavam de acordo com um país soberano e que buscava amenizar desigualdades históricas. Entre o final de 1959 e o encerramento da eleição de1960, manifestações e propagandas nacionalistas e trabalhistas eram facilmente encontradas nos espaços de poder em Teresina (rádios, jornais, comitês estaduais e departamentos políticos). Além disso, Chagas Rodrigues participou de reuniões fora do estado para promover os ideais da chapa Lott-Jango. O primeiro comitê Lott-Jango em Minas Gerais, em uma das reuniões do PTB, o líder piauiense se encontrou com o Marechal Henrique Teixeira. O encontro aconteceu em junho de 1960 e teve cobertura do jornal Folha de Minas[31]. Na mesma oportunidade, estava também o governador do Ceará, Parsifal Barroso.

[30] OS PIAUIENSES EMPOLGADOS COM A PLATAFORMA NACIONALISTA DE LOTT. Depoimento de Francisco Caldas Chagas Rodrigues. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1960, p. 3.

[31] A *Folha de Minas*, diário fundado em Belo Horizonte em 1934 e inicialmente dirigido por Afonso Arinos de Melo Franco, constituiu-se como importante periódico da imprensa mineira, com inserção destacada no debate político estadual e nacional. Na conjuntura da sucessão presidencial de 1960, o jornal dialogou com formulações nacionalistas ao veicular textos sobre soberania, sucessão e questões políticas vinculadas ao projeto nacional-desenvolvimentista.



Figura 3 - Visita do candidato a presidência do Brasil, Marechal Henrique Teixeira Lott ao Governador Mineiro, Bias fortes . Presentes na foto o governador Chagas Rodrigues (Piauí) e o governador Parsifal barroso (Ceará). Fonte: Jornal Folha de Minas. Arquivo Público Mineiro. 30. jun.1960.

Contudo, é fato que nem o Marechal Lott nem João Goulart estiveram presentes no estado do Piauí durante a campanha. Em substituição a Lott, como já mencionado, sua filha Edna Lott compareceu. João Goulart, por sua vez, não designou representantes alternativos. Sua visita mais recente a Teresina havia ocorrido em agosto de 1958. O Arquivo Nacional preserva imagens desse evento, que mostram a Praça Pedro II repleta de público para ouvir o então vice-presidente da República, conhecido defender das pautas nacionalistas e trabalhistas.



Figura 4 – Vice-presidente João Goulart discursando ao povo piauiense, em 1958. Fonte: Arquivo Nacional, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).



Figura 5 - População de Teresina escutando o discurso do vice-presidente João Goulart em 1958. Fonte: Arquivo Nacional, Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

De forma geral, o ano de 1960 pode ser interpretado como um marco na tentativa de impulsionar um projeto político de cunho nacionalista e trabalhista no Piauí. Tal movimento expressou-se no apoio de forças políticas vinculadas ao governador Chagas Rodrigues e de outros segmentos sociais, entre eles o feminino, à formação de comitês e grupos auxiliares destinados a promover, difundir e sustentar as propostas da chapa Lott-Jango. Ainda assim, não se pode afirmar que esse processo tenha resultado em uma transformação estrutural da cultura política piauiense. Antes, agregou novos componentes às lutas sociais já existentes, voltadas à maior integração da região ao restante do país, à redefinição de suas configurações econômicas e à expectativa de implementação de projetos nacionais de desenvolvimento no Piauí.

O ponto de partida da participação feminina no movimento nacionalista piauiense ocorreu quando um coletivo liderado por Iracema Santos Rocha da Silva passou a se vincular ao Comitê por meio da Rádio Difusora, espaço no qual a jornalista já atuava como radialista. A partir dessa inserção inicial, ocorreram mudanças organizativas e surgiram conjecturas sobre a criação de uma seção feminina subordinada ao Comitê Nacionalista, composta exclusivamente por mulheres do Piauí.

Assim, a estruturação dessa organização feminina, formalizada em dezembro, já havia

sido sinalizada em novembro de 1959, culminando na criação de um Departamento Feminino com o objetivo de apoiar o Comitê Nacionalista Pró-Lott e Jango, em Teresina. Conforme o planejamento estabelecido, realizou-se uma reunião destinada a deliberar sobre a formação do Departamento Feminino, concebido como entidade auxiliar do Comitê Estadual. O encontro contou com a participação das senhoras Aurydéa Pires de Melo, Hercília Torres de Almeida, Maria Dolores Parentes Fortes, Iracema Santos Rocha da Silva, Maria das Dores Cunha, Ivonete Coelho da Silva, Dulcinea Nunes Leal, Vilna Castro Lopes, Clarice da Silva Freitas e Maria de Lourdes Azevedo, além das senhoritas Tereza Bastos, Teresinha de Jesus Alcântara, Otacília Soares de Sousa, Maria Lourdes Andrade, Maria Marlene Santana e Terezinha Barros dos Santos.

O grupo foi oficialmente reconhecido pela Direção-Geral do Comitê Nacionalista, adquirindo legitimidade. A primeira iniciativa voltada à promoção do nacionalismo entre as mulheres piauienses foi a realização de reuniões semanais, sempre às segundas-feiras, destinadas à discussão e à disseminação dos princípios do Comitê e das candidaturas do marechal Lott e de João Goulart. Dessa forma, o Departamento Feminino consolidou-se como um espaço de referência do nacionalismo no estado, liderado por mulheres e voltado à formação política feminina.

A análise do corpo social que compunha o Departamento Feminino revela que a maioria de suas integrantes era formada por professoras da educação básica, seguidas por assistentes sociais. Ou seja, eram mulheres que podem ser classificadas como integrantes de uma classe média teresinense, além disso, estamos falando de mulheres brancas, isso não pode ser ignorado. Mas analisado como problemática para compreender quais corpos ocuparam esses grupos de luta política.

Além disso, ainda que não haja evidências suficientes para afirmar que todas compartilhavam uma mesma orientação ideológica, sua atuação coletiva aponta para o que Maria Cristina Gobbi define como abandono da passividade e construção prática do conhecimento político, protagonizada por mulheres em múltiplos espaços sociais. Para a autora, essas experiências demonstram que a produção política e comunicacional feminina não se restringe aos espaços acadêmicos ou institucionais tradicionais, mas se desenvolve a partir de vivências concretas, marcadas por engajamento, circulação e intervenção pública.[32]

A questão que se impõe é a Democracia de 1946 alcançou, de fato, grupos historicamente marginalizados, como as mulheres, em sua integralidade. Nossa pesquisa indica que, embora as mudanças tenham sido limitadas, elas foram significativas e começaram a produzir impactos perceptíveis na sociedade. O Piauí destaca-se nesse processo, pois mulheres

[32] GOBBI, Maria Cristina. *Do silenciamento à palavra: mulheres nos estudos em comunicação na América Latina*. Portugal: Ria Editorial, 2023.

organizaram-se de forma articulada em torno de um ideal político e partidário, ocupando espaços de atuação até então restritos.

Um dado expressivo dessa mobilização é que, entre as diversas viagens realizadas por Edna Lott pelo país, especialmente pelo Nordeste, apenas no Piauí ela foi recebida e homenageada exclusivamente por um grupo feminino organizado. Isso não implica afirmar que somente no estado piauiense existiram mulheres nacionalistas, mas indica que foi ali que a primeira mulher a percorrer o país em campanha eleitoral encontrou um grupo feminino estruturado, atuante e publicamente reconhecido.

Como forma de reconhecimento da relevância histórica do episódio, a filha do marechal Lott retomou posteriormente a lembrança de sua passagem pelo Piauí em jornais do Rio de Janeiro, publicando fotografias do encontro realizado em Teresina e da homenagem promovida pelo Departamento Feminino. Esse gesto contribui para romper, ainda que parcialmente, com o silenciamento dessas experiências femininas na memória política nacional.

> O líder sindical metalúrgico José Nunes, o líder estudantil Cláudio Melo e a líder do Departamento Feminino da Frente Nacionalista Lott-Jango, D. Iracema Santos Rocha Maranhão, decidiram que no Piauí o marechal Teixeira Lott e o Sr. João Goulart deverão vencer os candidatos entreguistas por uma margem superior a quarenta mil votos. A prova de que o povo piauiense ratifica a resolução de seus líderes nacionalistas, é a primeira foto em que aparece a Sra. Edna Lott ao deixar o local onde se realizou, na principal praça de Teresina, um comício cujo comparecimento foi estimado entre oito e dez mil pessoas. Embaixo, a representante do Movimento Nacionalista, durante sua última excursão ao Nordeste, quando era homenageada pelas componentes do Departamento Feminino.[33]

A presença da população piauiense exerce papel de destaque evidente. No entanto, outros aspectos dessa crônica oferecem elementos valiosos de análise, pois permitem compreender tanto a promoção do nacionalismo no Piauí quanto as configurações e disputas que moldaram esse projeto na região. Nesse contexto, a atuação de Edna Lott não se limitou a marcar a trajetória do Comitê Nacionalista do Piauí, mas também impactou a forma como esse grupo constituído por homens e mulheres foi retratado em uma imprensa nacional.

As numerosas viagens de Edna Lott permitiram à mídia carioca apresentar o Piauí como prova de que o apoio nacionalista à chapa Lott-Jango alcançara até mesmo os sertões do vasto território brasileiro. Além disso, observa-se o reconhecimento explícito de que teria sido o único Departamento Feminino no Nordeste a acolher a política carioca. Nesse quadro, reafirma-se a importância do Departamento Feminino, agora sob a liderança de Iracema Santos Rocha da Silva.

Um aspecto significativo é que, em nenhuma das matérias assinadas pelo Departamento

[33] EDNA LOTT NO PIAUÍ. *O Semanário*, Rio de Janeiro, n. 224, 27 ago. 1960, p. 9.

Feminino e publicadas no *Jornal do Comércio* — nas quais Iracema Santos, como secretária de propaganda, desempenhava papel central —, havia menção ao seu status de líder. Essa omissão pode ser interpretada como escolha intencional da própria secretária ou como compromisso com um princípio coletivista, uma vez que as publicações frequentemente enfatizavam o caráter coletivo do movimento e sua dedicação a um propósito maior.

Entretanto, é possível que se trate de uma estratégia política mais profunda. Havia, ao que tudo indica, prioridade do governo de Chagas Rodrigues em promover a imagem da esposa do governador (Maria do Carmo) como principal liderança feminina ligada ao PTB.[34] Essa hipótese pode ajudar a explicar a ausência de referência explícita à liderança de Iracema Santos Rocha da Silva, que só aparece reconhecida em um editorial distante das disputas político-partidárias locais. Em outras palavras, o destaque veio de onde não havia competição direta pelos espaços de poder no PTB piauiense.



Figura 6 e 7 - Edna Lott na primeira foto a esquerda discursando na Praça Pedro II ao lado de membros do Comite Nacionalista Estadual do Piauí e o povo piauiense. Na segunda imagem, Edna Lott está discursando no Clube dos Diários em solenidade promovida pelo Departamento Feminino de Teresina para homenagear a convidada. Fonte: O Semanário, Rio de Janeiro, n. 224, 27 ago. 1960, p. 9.

[34] INAUGURADA mais um núcleo da Liga Feminina Trabalhista. *O Dia*, Teresina, n. 985, 31 maio 1962, p. 3.


Domingo, 31 de Janeiro de 1960 JORNAL DO COMÉRCIO

Comitê Nacionalista Pró LOTT

AÇÃO DO DEPARTAMENTO FEMININO

Secretária de Propaganda: Iracema Santos Rocha da Silva.

a mais, no grande problema do Petróleo.

Como o Departamento é uma entidade dirigida por mulheres im-

so território brasileiro e de seus direitos, contra o truste matreiro que procura sangrar com unhas de onça, o desenvolvimento econômico do

Figura 8 - Manchete do Comitê Nacionalista Pró Lott, promovido pelo Departamento Feminino em 1960.Fonte: Jornal O Comércio. Teresina, 31 de janeiro. Fonte: Acervo Pessoal Iracema Santos Rocha da Silva.

No geral, tal momento merece ser configurado na história do jornalismo piauiense não apenas pelo protagonismo feminino, mas também pelo público que ela atingiu:

> [...] Segunda-feira, dia 18 de janeiro, o Departamento conseguiu reunir a maioria de seus componentes, e as discussões e os programas de ação para o corrente ano de 1960, acaloraram e entusiasmaram os debates. Dentre o plano de movimentos esclarecedores à opinião pública, destacou-se o de palestras, feita por membros do próprio Departamento e que tiveram início na seguinte reunião de segunda-feira dia 25 de janeiro, às 16 horas na sede do Comitê Nacionalista. Os temas para essas palestras serão os de assuntos palpitantes e atuais, como:- ‘‘ Que é nacionalismo’’- ‘‘ Que é entreguismo’’- ‘‘ Como influem no arcabouço político, a ação econômica de um país’’ – ‘‘Por que sou nacionalista ?’’- ‘‘ Por que Lott é candidato dos nacionalistas? ’’. Será vasto e interessante, portanto, o caminho que o Departamento seguirá. Executamos também um programa de palestras e conferências pela Rádio Difusora [...] Como o Departamento é uma entidade dirigida por mulheres imbuídas do profundo significado do que é ser patriota, esperamos que outras mulheres também procurem dar seu valioso auxílio a esta campanha de defesa de nosso território brasileiro e de seus direitos, contra o truste matreiro que procura sangrar com unhas de onça, o desenvolvimento econômico do Brasil. Unamo-nos todas nós mulheres brasileiras, e incitemos à altruística campanha de conservação do que é nosso- o Brasil.[35]

A orientação nacionalista presente nas palestras e eventos alinhava-se claramente aos propósitos da chapa Lott-Jango. Embora servissem como plataforma para destacar os candidatos, essas ocasiões possuíam um caráter fundamentalmente didático e conceitual, característica em parte atribuível à participação de professoras da área de humanidades. Um elemento notável desse período, conforme relatado em crônicas, era a ocorrência de debates intensos na sede[36] do Departamento Feminino. Tal fato reveste-se de particular interesse, considerando que a estrutura social teresinense da década de 1960 não era propícia a discussões

[35] SILVA, Iracema Santos Rocha da. *Jornal do Comércio*, Teresina, 31 jan. 1960, p. 1.
[36] Os debates aconteciam no Clube do Diários, localizado no centro de Teresina.

acaloradas em grupos femininos, tampouco à divulgação de seus resultados em rádios locais. Contudo, esse cenário discursivo e de promoção política não encontrou eco no discurso da imprensa teresinense de forma integral. O tratamento predominante conferido a essa vertente do nacionalismo em Teresina foi, essencialmente, o silêncio. Não foi possível encontrar nenhum registro de reações masculinas sobre esse momento, nem para elogiar, nem para criticar. O que foi totalmente diferente quando um novo grupo feminino de Teresina vinculado ao PTB, criou um organismo político, mas que diferente do DF, continha mulheres negras e de outras classes sociais, conforme veremos ao longo do texto.

Em grande medida, a adesão de apoiadores e curiosos à causa nacionalista foi impulsionada pela atuação do Comitê Nacionalista e de seu setor subsidiário feminino. A captação e o trabalho desses grupos, seja por meio de reuniões divulgadas em rádios difusoras ou pela ação de protagonistas femininas, demonstram o significativo impacto político que o movimento teve no Piauí. Nesse contexto, o editorial do Jornal do Comércio, de forma coercitiva ou não, publicou uma crônica e até manchetes para promover o Departamento Feminino Nacionalista. É interessante notar que o público leitor dessa matéria, produzido pelo DF, ainda estava inserido em um ambiente social predominantemente machista. Todavia, mulheres piauienses, de forma coletiva e organizada dentro da estrutura partidária do PTB-PI, esboçaram uma participação política relevante no final da década de 1950 e início da década de 1960.

O desfecho eleitoral de 1960 reservou uma surpresa para os nacionalistas. Jânio Quadros sagrou-se vencedor na disputa presidencial, enquanto a coalizão nacionalista-trabalhista conseguiu eleger apenas João Goulart para a vice-presidência do Brasil. A análise dos votos revela que o Piauí manifestou preferência pelo projeto Nacionalista-Trabalhista, concedendo 61.061 votos (50,04%) ao Marechal Lott, em contraste com os 53.172 votos (43,58%) a favor de Jânio Quadros, o vitorioso em âmbito nacional. João Goulart obteve êxito tanto no cenário nacional quanto no Piauí, onde recebeu 62.110 votos, superando Milton Campos, que obteve 47.324 votos. Ao examinarmos os resultados municipais, Teresina, conhecida por seu perfil conservador, confirmou essa tendência ao conceder a vitória a Jânio Quadros (9.771 votos contra 5.556 de Lott) e a Milton Campos (8.479 votos contra 5.514 de Jango). Tratou-se de uma vitória expressiva da oposição sobre a chapa Lott-Jango, resultado, contudo, previsível dada a formação histórica da capital piauiense.

A surpresa residiu nos números da cidade de Parnaíba. Considerada um reduto do PTB e ponto de partida para a disseminação das ideias trabalhistas no estado, Parnaíba apresentou resultados eleitorais curiosos. Jânio Quadros superou o Marechal Lott por uma margem estreita (4.876 contra 4.059 votos). Na disputa pela vice-presidência, o resultado esperado se confirmou, porém com ressalvas: Jango venceu Milton Campos também por uma margem apertada (4.479

contra 4.256 votos).Em suma, o Piauí posicionou-se, juntamente com o Maranhão, entre os estados nordestinos que conferiram maior apoio proporcional ao Marechal Lott. Depreende-se, assim, que, embora os objetivos primários da chapa nacionalista não tenham sido integralmente alcançados com a derrota de Lott, houve, nas urnas, conquistas significativas, materializadas na eleição de João Goulart como vice-presidente.

2.2 As Ligas Camponesas no Piauí: constituição, lideranças e diálogos com o governo de Chagas Rodrigues

Conforme destacado anteriormente, a década de 1960 representou um divisor de águas na história do Brasil, marcada por profundas transformações sociais e políticas. No meio rural, a secular concentração fundiária e a exploração sistemática dos trabalhadores do campo culminaram em conflitos agrários de caráter estrutural. Nesse contexto, as Ligas Camponesas emergiram como um movimento de resistência fundamental, uma reação direta às graves desigualdades sociais e às condições degradantes impostas aos camponeses, cujas origens e desdobramentos, tanto em escala nacional quanto regional, exigem uma análise sensível às especificidades e diversidades internas do próprio Nordeste brasileiro.

A percepção de uma iminente ameaça revolucionária, catalisada pela ascensão das Ligas Camponesas e pela atuação de lideranças como Francisco Julião, repercutiu internacionalmente, tornando-se uma prioridade geopolítica para Washington, sobretudo após a Revolução Cubana. Francisco Julião foi alçado à condição de símbolo do chamado "perigo comunista", interpretação que desconsiderava as raízes materiais do movimento, forjado nas condições extremas de exploração vivenciadas pelos trabalhadores rurais da região do Galileia, em Pernambuco.

As Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, inicialmente denominadas Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), surgiram como resposta coletiva à extrema miséria e ao colapso do paternalismo tradicional no campo. A revogação do direito ao sítio pelos proprietários rurais. Essa prática rompeu vínculos históricos e aprofundou a precarização das relações de trabalho e impulsionou decisivamente a organização dos trabalhadores.

A preocupação com o enterro digno, elemento central da cultura camponesa, constituiu um dos catalisadores da criação da entidade. Todavia, a imprensa, por sua vez, rebatizou a SAPPP como "Ligas Camponesas", numa tentativa deliberada de associá-la ao movimento comunista da década de 1940. Contudo, os próprios trabalhadores ressignificaram o termo, apropriando-se dele como elemento legitimador de sua luta. Essa disputa semântica revela o esforço de construir narrativas alternativas ao discurso oligárquico dominante. Em escala internacional, o movimento adquiriu relevância incontestável: jornalistas estrangeiros, influenciados pelo contexto da Guerra Fria e pelo impacto da Revolução Cubana, passaram a retratar o Nordeste brasileiro como um cenário potencialmente revolucionário, alimentando os temores do governo estadunidense.

Consolidou-se, assim, o temor de que o Brasil, a partir do Nordeste, pudesse tornar-se o próximo país da América Latina a seguir o modelo cubano, caso nenhuma medida fosse

adotada, sob a ótica estadunidense e dos setores conservadores brasileiros. Entretanto, essa representação também serviu a interesses internos. Celso Furtado, por exemplo, soube mobilizar esse cenário para angariar apoio político à criação da SUDENE, concebida como instrumento de combate às estruturas oligárquicas e de promoção da modernização regional.[37]

As Ligas Camponesas, enquanto símbolo de resistência, condensaram as contradições de um Nordeste em transição, no qual estruturas arcaicas colidiam com demandas sociais emergentes.[38] Tornaram-se um ícone precisamente pela convergência de interesses geopolíticos, disputas midiáticas e pelo desespero diante da precariedade da vida rural. Nesse cenário de efervescência social e política, as Ligas Camponesas piauienses emergiram como um movimento de resistência camponesa de grande relevância, em consonância com experiências similares em outras regiões do Nordeste. A concentração fundiária no estado contrastava dramaticamente com a precariedade da vida dos camponeses, majoritariamente submetidos à condição de agregados ou arrendatários, sujeitos a formas severas de exploração, incluindo o trabalho forçado conhecido localmente como cambão.

No Piauí, essa realidade era agravada por uma estrutura fundiária profundamente desigual e pela dependência quase absoluta dos trabalhadores em relação aos grandes proprietários. A ausência de direitos formais sobre a terra, associada a práticas recorrentes de intimidação, como espancamentos, proibições de cultivo e expulsões arbitrárias, tornava a vida no campo marcada por extrema vulnerabilidade. É nesse contexto que o debate sobre a reforma agrária ganhou maior visibilidade durante o governo de Chagas Rodrigues. Sua gestão, de perfil nacionalista, abriu espaços para discussões sobre mudanças estruturais no campo, ainda que limitadas pelas fortes pressões conservadoras.[39]

O historiador Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais Sousa, em sua dissertação *Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960*, oferece uma contribuição fundamental e pioneira para a compreensão desse processo. Sua pesquisa constitui hoje uma referência incontornável para a historiografia brasileira e, sobretudo, para a historiografia piauiense, ao articular de forma rigorosa as

---

[37] ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

[38] MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 241-272, esp. p. 256.

[39] SANTOS, Raimundo; COSTA, Luis Flavio Carvalho. Camponeses e política no pré-1964. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 83-117, abr. 1997, p. 83. Apud: SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. Tempo de lutar: as Ligas Camponesas e os conflitos agrários em Campo Maior, Piauí (1962-1963). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais* [...] Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502834915_ARQUIVO_ArtigoANPUH2017.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

experiências camponesas locais às dinâmicas políticas mais amplas do período.[40] Ao analisar o caso de Campo Maior, ele demonstra que as Ligas Camponesas não podem ser compreendidas como simples extensões do Partido Comunista Brasileiro, tampouco como manifestações espontâneas desprovidas de organização política. Ao contrário, revelam-se como espaços de construção coletiva, nos quais comunistas locais e camponeses estabeleceram relações complexas, sem que um anulasse o outro.

Foi nesse contexto que, durante as décadas de 1950 e 1960, lavradores de Campo Maior como Luís Edwirges, passaram a discutir as crescentes dificuldades de manter suas obrigações com os fazendeiros e, simultaneamente, garantir a própria sobrevivência. A socialização dessas experiências de exploração, frequentemente realizada em rodas de cantigas ao final de jornadas de trabalho extenuantes, gradualmente assumiu a forma de questionamentos políticos sobre como transformar aquela realidade.

As Ligas surgiram, portanto, como alternativa viável de organização e mobilização dos trabalhadores do campo, estruturando-se de modo semelhante a associações formais.[41] Do ponto de vista cronológico, a constituição das Ligas Camponesas no Piauí teve início em novembro de 1961, com a criação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Teresina e Parnaíba. Esses espaços tornaram-se fundamentais para a organização camponesa, reunindo trabalhadores dispostos a enfrentar a exploração latifundiária. A mobilização foi impulsionada tanto por lideranças locais quanto por militantes do PCB, que vislumbravam na organização rural um caminho para a transformação social. Um marco significativo desse processo foi a fundação, em Campo Maior, em julho de 1962, da Liga Camponesa de Matinhos, sob a liderança de Luís Ribamar Osório Lopes, conhecido como Luís Edwirges.[42]

Em Teresina, a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, liderada por José Esperidião Fernandes, também desempenhou papel central, organizando núcleos em diversas fazendas da capital. Uma reunião realizada em 18 de março de 1962, na Fazenda Ininga, ilustra essa articulação inicial. O encontro reuniu cerca de 30 camponeses e contou com a presença de lideranças como Deusdedit Mendes Ribeiro, Francisco Bento e Honorato Gomes Martins, cujos discursos enfatizaram a necessidade de liquidar o latifúndio por meio da reforma agrária.[43] Essa

---

[40] SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. *Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

[41] MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

[42] SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. Tempo de lutar: as Ligas Camponesas e os conflitos agrários em Campo Maior, Piauí (1962-1963). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais* [...] Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502834915_ARQUIVO_ArtigoANPUH2017.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

[43] ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme C. Dentre lutas, lidas e labutas: memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e suas experiências organizativas na terra dos carnaubais (Fazenda Matinhos/Campo Maior). *Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI*, Teresina, v.

interação entre saber local e organização política foi essencial para a rápida expansão das Ligas, que alcançaram municípios como Capitão de Campos, Alto Longá e Barras.

Por fim, ao analisar os diálogos entre o governo de Chagas Rodrigues e as Ligas Camponesas, observa-se uma relação complexa e ambígua. Embora o governador mantivesse um discurso nacionalista e dialogasse com lideranças populares, evitando repressões diretas, seu governo não enfrentou frontalmente os interesses dos grandes proprietários. Essa postura ambivalente foi percebida inclusive pelos Estados Unidos, que, apesar disso, já consideravam Chagas Rodrigues uma figura potencialmente perigosa por não combater abertamente as Ligas Camponesas[44].

2.3 Uma imprensa sob constante disputa: um quadro para analisar o nacionalismo sob ataque

Escrever esta seção é uma oportunidade de explicar uma questão ampla a partir de um contexto local. Propor uma engenharia dissertativa sobre os caminhos que levaram o nacionalismo reformista a ser atacado na imprensa piauiense é também uma chave de análise para compreender a própria estrutura do jornalismo piauiense e suas relações com as intempéries na sociedade local e interestadual. Nesse meandro, ao longo do século XX no Brasil, a existência de uma imprensa livre e autônoma configurou-se mais como uma raridade do que como uma norma estabelecida (talvez ela não seja possível em modelos replicados em sociedades capitalistas). A fundação e a sustentação de veículos de comunicação demandavam investimentos elevados, tornando essa indústria acessível predominantemente àqueles com significativo poder econômico ou influência política. Consequentemente, as linhas editoriais e os princípios norteadores das redações eram frequentemente ditados pelos proprietários, que se valiam desse controle para alcançar ou consolidar posições no cenário político.

Apesar disso, é fundamental compreender que o Brasil pré-golpe de 1964, mesmo com grandes dificuldades, tinha jornais nacionais como *Novos Rumos* e *O Semanário*, que publicavam matérias, colunas e apurações internacionais sem se comprometerem com as ordens hegemônicas. No entanto, o Piauí ainda sofria para ter jornais consolidados nas lutas contra hegemônicas, seja pelo nacionalismo-reformista, seja pelo comunismo. A questão é que tivemos jornais piauienses defendendo reformas, como a Reforma Agrária, ou mesmo o

---

1, n. 1, p. 72-91, 2013, p. 73. Apud: SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. Tempo de lutar: as Ligas Camponesas e os conflitos agrários em Campo Maior, Piauí (1962-1963). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais* [...] Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502834915_ARQUIVO_ArtigoANPUH2017.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

[44] Essa discussão e outras esferas sobre as Ligas Camponesas no Piauí estão muito bem esclarecidas ou problematizadas nas pesquisas de Ramsés Pinheiro, e justamente por isso, seu trabalho é recomendado aos interessados no tema.

nacionalismo reformista do Governo Chagas Rodrigues. Mas esses jornais agiram nessas condições específicas. Eles dependeram de forças políticas eleitas ou com grande capacidade de investimento para conquistar os espaços de poder associados aos lugares de escrita e publicação.

O Semanário no Estado do Rio de Janeiro não dependia dos resultados das eleições para continuar existindo ou não. Ou o jornal *A Última Hora*, que somente saiu de circulação por conta do golpe de 1964. A tese (ideia central desta seção) aponta que o Piauí tinha um jornalismo pautado essencialmente pelos resultados eleitorais. Assim, (as eleições) não eram somente uma consulta pública sobre os destinos políticos do povo piauiense, mas também um mecanismo que alterava o destino das redações do Piauí. Um exemplo emblemático dessa conjuntura é o jornal *Folha do Nordeste*, fundado em 16 de janeiro de 1962 e dirigido por figuras proeminentes do PSD piauiense. Sua criação teve o propósito explícito de advogar por agendas conservadoras e, primordialmente, de impulsionar a campanha política do PSD.

Seus diretores incluíam os deputados João Clímaco d'Almeida e Dirno Pires Ferreira, conhecidos por sua oposição declarada ao então governador Chagas Rodrigues. Simplício de Sousa Mendes destacou-se como um dos cronistas mais influentes da *Folha do Nordeste*, notabilizando-se por seus textos contundentes e diretos contra a administração de Chagas Rodrigues, bem como por sua oposição a políticas que divergiam dos preceitos liberais.

À medida que o governo de Chagas Rodrigues promovia a inserção progressiva dos trabalhadores nas esferas estatais, intensificavam-se as críticas veiculadas em periódicos como a *Folha do Nordeste*. Essas críticas eram, em parte substancial, fundamentadas em uma concepção de liberalismo patronal característica da época, a qual "refletia suas restrições ao reconhecimento do direito do operariado aos direitos trabalhistas e de organização sindical. Espelhava, em segundo lugar, seu alarme contra a chegada de classes consideradas subalternas à estrutura das instituições republicanas".[45] A partir desse contexto, Simplício Mendes emergiu como um dos mais proeminentes defensores desse liberalismo na imprensa local.

O quadro de colaboradores da *Folha do Nordeste* incluía também outros nomes, como A. Tito Filho[46], Alberoni Lemos, Eulino Martins e Vieira Chaves, embora nem todos alinhassem suas visões sobre Simplício Mendes. Torna-se relevante compreender tanto os fundamentos que sustentavam a defesa de uma democracia popular quanto as objeções levantadas contra a expansão da participação democrática das massas, em contraste com um liberalismo de viés elitista. Este profissional contribuiu significativamente para o quadro

[45] SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 47-96, esp. p. 85.

[46] José de Arimatéa Tito Filho (1924–1992): Nascido em Barras (PI), foi advogado, professor e crítico literário. Notabilizou-se por sua longa presidência na Academia Piauiense de Letras (1971–1992) e por sua vasta produção bibliográfica, com mais de 30 livros publicados sobre a história e a cultura piauiense.

jornalístico no qual os periódicos piauienses funcionavam como arena para o embate entre distintas correntes ideológicas, ora favoráveis, ora contrárias aos ideais democráticos.

Contudo, subjacente a essa complexa trama discursiva, o objetivo primordial era o processo eleitoral, cujos resultados exerciam influência decisiva sobre a orientação e, em muitos casos, sobre a própria continuidade de linhas editoriais. Havia, portanto, uma interdependência entre os desfechos das urnas e as reações editoriais subsequentes, fortemente condicionada pela influência dos proprietários dos veículos. Essa dinâmica aparece de modo particularmente expressivo no testemunho do jornalista Alberoni Lemos Filho, que descreveu uma imprensa local marcada pela centralidade dos "donos de jornal", isto é, figuras que acumulavam propriedade e redação, movidas por interesse político e, por vezes, por convicções pessoais. Segundo ele, "[...] jornalismo no Piauí era feito por 'donos de jornal', isto é, o dono do jornal, por interesse ou idealismo, era dono e redator do jornal [...] Acabou a eleição, acabou o jornal".[47]

É importante observar que esse registro memorialístico não circulou como uma obra amplamente publicada. O livro com as memórias do Alberoni Lemos não foi editado por grandes casas editoriais, teve circulação muito restrita em Teresina e contou com pouquíssimos exemplares, circunstância que contribui para explicar por que essas memórias permanecem praticamente ausentes dos debates consolidados da historiografia piauiense. Nesse sentido, a incorporação desse material nesta pesquisa constitui um esforço de trazer à análise um testemunho pouco acessível, porém valioso, justamente porque ilumina práticas cotidianas e relações de força dificilmente captadas por fontes oficiais ou por narrativas mais estabilizadas. A raridade e a baixa circulação do texto, longe de reduzir sua relevância, reforçam a necessidade de examiná-lo criticamente, de situá-lo em seu contexto de produção e de confrontá-lo com outras fontes, a fim de compreender o modo como agentes do jornalismo interpretavam a si mesmos, suas rotinas e suas dependências políticas.

Sob essa ótica, o veredito das urnas não se limitava a definir os governantes do estado, mas reverberava diretamente no funcionamento das redações. Isso ocorria porque a capacidade de investimento nos jornais tendia a ser maior quando aliados políticos dos proprietários ascendiam ao poder, situação frequente em um ambiente no qual, não raro, donos de periódicos também ocupavam cargos ou disputavam mandatos. Além disso, a importância do depoimento do jornalista decorre de sua posição como um profissional que atravessou diferentes experiências e cotidianos nas redações piauienses, acompanhando de perto as tensões entre interesses proprietários, alinhamentos políticos e sobrevivência material dos periódicos, o que lhe confere um lugar privilegiado para captar as engrenagens internas do jornalismo local

[47] LEMOS FILHO, Alberoni. *Vida impressa*. Teresina: Corisco, [s.d.], p. 17.

naquele contexto.

Por outro lado, o trabalho de Tania Regina de Luca, ao discutir a imprensa como fonte histórica, oferece base metodológica para tratar esse tipo de registro sem ingenuidade, chamando atenção para as condições de produção da notícia, para as influências nem sempre explícitas e para a "suspeição" que muitas vezes recai sobre o jornalismo. Ainda assim, a autora sustenta que é fundamental que os historiadores não abdiquem da imprensa como fonte, mas a abordem com crítica documental e atenção aos seus condicionamentos.[48]

Além disso, é importante ressaltar, contudo, que o encerramento das atividades não era o único destino dos jornais após as eleições. Frequentemente, os veículos de comunicação passavam por transformações significativas, que podiam afetar desde a composição de sua equipe de redatores até a disponibilidade de recursos para impressão e circulação, como consequência direta dos resultados eleitorais. Assim, em certos casos, embora o título do jornal fosse preservado, sua orientação editorial sofria modificações internas consideráveis. A fachada se mantinha, mas as perspectivas e os enfoques adotados eram redefinidos de acordo com a nova configuração do corpo de escritores.

Como mencionado anteriormente, o *Jornal do Comércio* veiculou ideias associadas ao nacionalismo e ao trabalhismo até as eleições presidenciais de 1960. No entanto, a análise aqui desenvolvida, em consonância com as visões do jornalista Alberoni Lemos Filho e sua ênfase sobre o profundo impacto dos resultados eleitorais sobre as redações no Piauí. Um exemplo jornalístico que ilustra essa dinâmica é a publicação de conteúdo contrário ao nacionalismo justamente no periódico (*Jornal do Comércio*) que havia sido o principal expoente dessa corrente ideológica no período entre 1959 e o pleito presidencial de 1960.

> As forças comunistas e pseudonacionalistas receberam o mais virtual repúdio do povo brasileiro nas últimas eleições. Do pleito de 3 de outubro saiu fortalecida a democracia. É decisivo, porém, que a vitória conquistada nas urnas sirva de ponto de partida para derrotar definitivamente a ação dos grupos vermelhos, estimulados, ou orientados por Moscou. Não é mais possível a atribuição dos valores falsos às palavras nacionalismo, desenvolvimento e colonialismo, a fim de que elas passem a servir não aos interesses da Pátria, mas aos propósitos dominadores do bloco de nações comunistas.[49]

Uma publicação deste cunho e estrutura representa uma contradição em relação a diversas matérias e textos políticos do periódico no mesmo ano, mas reflete a estrutura do jornalismo piauiense dos anos 1960, uma vez que essa linha de comportamento foi uma das formas pelas quais as forças políticas se perpetuaram no poder. O impacto das eleições foi aparentemente imediato neste jornal. Além disso, ao dialogar com a memória de Alberoni Lemos, podemos identificar justamente aquilo que o jornalista descreveu.

---

[48] LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111.

[49] NACIONALISMO OU TRAIÇÃO CUBANA? *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1.745, p. 4, 17 nov. 1960.

Compreendemos que a memória não constitui uma reprodução fiel do que aconteceu, mas um conjunto de fragmentos e seleções, uma vez que, como assinala Lucília de Almeida Neves Delgado, "não é a história em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória".[50]Alberoni Lemos Filho, jornalista que iniciava sua trajetória profissional entre as décadas de 1950 e 1960, oferece um testemunho que, embora marcado pelos limites próprios do registro memorialístico, pode ser confrontado e sustentado por outras evidências quando caracteriza o jornalismo piauiense como um campo profundamente politizado, no qual os resultados eleitorais eram capazes de alterar elementos estruturantes da comunicação social no estado.[51]

Nesse sentido, o cotejamento com a imprensa periódica permite observar como certas categorias e disputas se reconfiguravam conforme as conjunturas políticas. Uma publicação do *Jornal do Comércio*, por exemplo, sugere que, em determinado momento anterior a desfechos eleitorais específicos, o nacionalismo circulava como doutrina política valorizada e promovida editorialmente, e não como rótulo depreciativo associado a acusações de oportunismo, falsidade representativa ou captura por adversários.

Outrossim, a crônica, vista do ponto de vista integral, já faz parte de uma série de estratégias de um jornalismo combativo a políticas soberanas e reformistas, totalmente ligada aos governos do PTB. Era uma crítica contra os integrantes do nacionalismo trabalhista na imprensa. O conteúdo abordado pelos nacionalistas na eleição anterior é atacado com alusões de falsidade do conceito de Nacionalismo, que supostamente seria algo vinculado ao Comunismo. Nesse contexto, duas ferramentas de comunicação seriam fortemente utilizadas para esta função combativa aos nacionalistas petebistas: jornais impressos e rádios.

Isso foi uma das demonstrações da política piauiense, que, por meio de suas elites econômicas mais tradicionais, não queria alterações nas estruturas sociais. Assim, políticas públicas orientadas pelo projeto político Liberal-Conservador eram o campo mais desejado por essas forças políticas, uma vez que asseguravam latifúndios e a concentração de terras nas mãos de oligarquias. UDN-PI e PSD-PI formalizaram estes desejos de manutenção social, o que foi representado na imprensa, seja em ataques aos Nacionalistas trabalhistas, seja em ataques a outros grupos reformistas. Além disso, uma das estratégias utilizadas pelos defensores da política tradicional era associar reformistas ao comunismo. Nesse sentido, vemos novamente um exemplo na crônica de Simplício Mendes, onde seu ataque ao governo de Chagas Rodrigues é notável:

> O governador do Piauí, Sr. Francisco das Chagas Rodrigues está entrosado nesse plano - consciente ou inconsciente, - certo é que anda metido nessa agitação

[50] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 18.
[51] LEMOS FILHO, Alberoni. *Vida impressa*. Teresina: Corisco, [s.d.].

> socialista, toda em atividade para de qualquer maneira, transplantar o comunismo cubano para o Brasil [...].[52]

Mas quais seriam as alianças e políticas do Governador Chagas Rodrigues que estariam colocando em risco o Regime republicano, as tradições liberais e políticas do povo brasileiro? Simplício Mendes tinha provas de que as ações de introdução do povo piauiense ao orçamento do Estado eram, na verdade, um plano com fins de Revolução Comunista? Ou se tratava de um ataque sem embasamento em nome da manutenção das estruturas sociais, onde os mais pobres não tinham espaço no orçamento do Estado? Segundo Maria Helena Rolim Capelato, "os jornais passaram a dispor de aparatos técnicos que permitem a fabricação e a manipulação dos imaginários coletivos que constituem uma peça importante no exercício do poder".[53] Assim, fazia parte da engenharia política utilizar os meios de comunicação como instrumentos das práticas de poder, algo que atravessava tanto grupos de oposição quanto de situação. Nesse processo, estavam em disputa valores democráticos e preceitos autoritários, pois a circulação de notícias, enquadramentos e ênfases não apenas informava, mas também orientava percepções, reforçava legitimidades e delimitava o campo do aceitável no debate público.

Entretanto, o projeto autoritário no Brasil, que excluía os segmentos mais vulneráveis da população, não se manifestava dessa forma. Empregavam táticas distorcidas para direcionar o debate público à sua conveniência. Assim como nenhuma ditadura se revela como tal, os políticos e jornalistas que apoiavam práticas autoritárias e excludentes não se apresentavam como inimigos da democracia, mas, ao contrário, se posicionavam como defensores das causas republicanas e liberais, mesmo que para assegurar esses princípios fosse necessário um golpe ou uma Revolução (supostamente) democrática.

Chagas Rodrigues, caracterizado como um reformista pragmático, é considerado um político que buscou apoio para a iniciativa trabalhista nacional e para sua expressão no âmbito do governo estadual. Ao propor um projeto trabalhista para o Piauí, almejou um tipo de engajamento político semelhante ao de seus associados partidários, ao mesmo tempo em que aderiu a princípios compartilhados no interior do PTB. Nesse sentido, desempenhou papel relevante ao conferir visibilidade a uma marca específica de trabalhismo no estado, processo que contribuiu para seu êxito eleitoral e para a consolidação de um programa de governo identificado, já em 1959, com a ideia de "redenção do Piauí", em um contexto marcado por exclusão social, pobreza e desigualdade.[54] Seguindo as propostas de Chagas Rodrigues, esforços seriam mobilizados para integrar parcelas mais pobres da população às iniciativas do

---

[52] MENDES, Simplício de Sousa. *Folha do Nordeste*, Teresina, 3 dez. 1962, p. 4.
[53] CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998, p. 36.
[54] OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 259.

Estado.

Ao mesmo tempo, enquanto Chagas Rodrigues e seus aliados desenvolviam programas e ações voltados à promoção do bem comum, enfrentaram oposição significativa, em consonância com a crescente polarização política observada no país. Parte da imprensa piauiense estabeleceu paralelos entre suas iniciativas e uma suposta agenda voltada a desorganizar a família brasileira e impor o comunismo, mobilizando vocabulário típico do anticomunismo do período.

Em 1961, o professor Simplício de Sousa Mendes escreveu a coluna “Televisão Canal 2”, em que teceu críticas duras ao governo. Em outro periódico da capital, a *Folha da Manhã*, o nome de Chagas Rodrigues também aparece, de forma recorrente, associado a acusações de vinculação com comunistas e com apoiadores da União dos Camponeses.[55]

A posição do governo de Chagas Rodrigues em promover a extensão dos valores democráticos a grupos até então esquecidos foi forte alvo da oposição nos jornais do Piauí. Os jornais, ao criticarem sem embasamento em ideias e doutrinas de mundo, recorriam ao falseamento da realidade para convencer o leitor, a todo custo, de que as ações de promoção social do governo eram, na verdade, um plano superior de uma suposta dominação comunista. Nesse mesmo contexto, essas práticas se configuravam como defesas de projetos autoritários; ao colocar Chagas Rodrigues em uma posição em que ele não era, os jornais de oposição, como a Folha do Nordeste, utilizavam seus meios para vender ataques a todo custo.

Ademais, outra forma de atacar o nacionalismo na imprensa piauiense foi classificá-lo como Nacionalismo-Melancia: uma alusão ao político "verde" por fora e "vermelho" por dentro. O verde representa o amor à pátria, e o vermelho seria para desqualificar o verde externo como algo falso, e a tonalidade interna seria a verdadeira face deste nacionalismo (de cunho comunista). Outros termos para associar o nacionalismo dos petebistas ao falso representante eram nacionalismo vermelho ou Nacionalismo de Fancaria.

Recorda-se a Nação do que foi a campanha movida ao candidato Jânio Quadros, durante a marcha da sucessão. Chefiada pelo nacionalismo de fancaria, girou toda ela em torno do falso pressuposto de que o sr. Jânio Quadros era entreguista e como tal devia ser combatido a fim de evitar que os trustes internacionais se apoderassem da nossa riqueza mineral, notadamente, o petróleo. O ataque era violento, pela imprensa, pelo rádio, nos comícios. Parecia que uma grande desgraça ia acontecer, com repercussão na vida do País, desgraça que ameaçava proscrever a própria soberania nacional. Se isso não acontecesse, no mínimo, continuaríamos na triste condição de simples colônia econômica dos Estados Unidos. E o nacionalismo-melancia, que chamou Rachel de Queiroz, no ardor

[55] LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 105.

da batalha, chegou a afirmar que o candidato oposicionista será apoiado pelos trustes e mais os grupos econômicos do País, interessados na vitória, para melhor explorarem tudo que produzimos em qualquer atividade. Esses pontos-de- vista foram aceitos pelo candidato situacionista e todos que o defendiam na campanha. O povo, porém, não se deixou conduzir pela palavra dos adversários do sr. Jânio Quadros, e o resultado foi o que vimos. Como Instalado o Governo a 31 de janeiro, não demorou o sr. Presidente da República demonstrar a sua orientação segura e decidida nos negócios da Nação, impondo-se perante o mundo internacional como um estadista de visão[...]. Cuba resolverá o seu problema interno e externo, em entendimento com os seus desafetos, sem que o Brasil venha a impor, injustificadamente, a sua palavra ou o seu modo de pensar. também nada temos que reclamar no caso de Angola versus Portugal, porquanto somente aos dois interessa a questão que, presentemente, os preocupa. Acham, entretanto, os nacionalistas (sempre com ideias veladas) que cumpria ao sr. Jânio Quadros se manifestar a favor de Angola, rompendo destarte as relações que sempre mantivemos com Portugal. E como justificativa apelam até para a formação racial do Brasil, em grande parte devida ao elemento africano, procedente de Angola. Puro sentimentalismo. Futilidade que até provoca riso aos que não estão tocados pela generosidade dos nacionalistas de Angola. Puro sentimentalismo. Sem dúvida, é curioso o pensamento dos defensores do nacionalismo-melancia.[56]

O conteúdo do artigo ataca claramente os discursos dos comitês nacionalistas, que interpretavam as ações do Governo Jânio Quadros como entreguistas ao capital internacional. A estratégia do periódico era invalidar a retórica dos petebistas, associando suas pautas a falsas questões nacionalistas. Em nossa análise, este ataque também era uma forma de atingir indiretamente o Governo Chagas Rodrigues no Piauí, que, naquele momento, promovia uma nova fase do Serviço Social do Estado (Serse).

A Serse foi inaugurada em junho de 1961 com a bênção do Arcebispo Metropolitano Dom Avelar Brandão Vilela, e a gestão do órgão foi confiada à primeira-dama, Maria do Carmo Rodrigues. Na ocasião, Chagas Rodrigues justificou a nomeação por suas qualificações adquiridas ao trabalhar na empresa de seu pai. Contudo, outros aspectos precisam ser considerados. É fundamental destacar que a Serse surgiu como uma medida de urgência para amenizar o grave estado de abandono da população piauiense.[57] O Piauí, assim como toda a região Nordeste, carregava a marca do esquecimento, abrigando os estados com as menores rendas per capita do Brasil, como Maranhão, Ceará, Alagoas e Sergipe.

Segundo o *Jornal do Comércio*, a equipe da primeira-dama percorria os bairros mais necessitados de Teresina para cadastrar famílias em um programa social que distribuía alimentos e uma pequena quantia de dinheiro.[35] Tais ações eram bem-vistas pelos que almejavam um Piauí mais justo, especialmente pelos grupos políticos ligados ao PTB. Esse

[56] MENDES, Simplício de Sousa. Pseudonacionalismo. *Folha da Manhã*, Teresina, 10 mar. 1961, p. 4.
[57] OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 282.

apoio refletia o: “[...] fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e petebistas que se constituiu com base na sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista. E contra isso armou-se um golpe de Estado em abril de 1964”.[58]

Ademais, para fortalecemos ainda mais o caráter combativo dos jornais contra o nacionalismo reformista e seus defensores, podemos ler a cobertura da mídia local na eleição municipal de Teresina em 1962, pois ela é carregada de referenciais dessas disputas intensas. Por exemplo, dois anos antes, durante a campanha presidencial de Lott e Goulart, o *Jornal do Comércio* havia sido um dos principais veículos de propaganda do PTB, abrigando a Folha Nacionalista e o Comitê Nacionalista Estadual. A jornalista Iracema Santos Rocha, secretária de propaganda do comitê, era cronista ativa no periódico. Em 1962, porém, embora o jornal ainda apoiasse o PTB-PI, negou espaço à candidatura da professora à prefeitura de Teresina, a mesma que fora protagonista na divulgação do partido dois anos antes.

Esse periódico passou a apoiar candidatos do PSD e da UDN, como o Dr. Hugo Bastos, em detrimento da chapa trabalhista. Se o editorial mantivesse seu alinhamento com o PTB, seria natural que a candidata do partido tivesse seu espaço garantido, o que não ocorreu. O apoio que lhe faltou foi encontrado nos jornais *Folha do Litoral* e *O Dia*. É crucial ressaltar as transformações na estrutura do jornal *O Dia* na primeira metade da década de 1960. Fundado em 1951 por Leão Monteiro, o periódico, que tinha o lema "Órgão independente, noticioso e político", sempre esteve atrelado a interesses partidários. Inicialmente, contava com colaboradores como Cunha e Silva, Camal Curi, Arimatheia Tito Filho e Petrônio Portella.

Com a ascensão de Chagas Rodrigues, o jornal passou a fazer oposição ao seu governo. No entanto, um momento decisivo ocorreu em 1962, quando o PTB arrendou o jornal para influenciar as eleições. Quando se aproximou a campanha eleitoral de 1962, com as candidaturas Petrônio Portella e Constantino Perreira, este jornal foi arrendado ao PTB, e mudou inteiramente de orientação, com a defesa do governo Chagas Rodrigues e a propaganda do candidato do PTB. Os principais colaboradores deixaram o jornal. Naquela campanha, Constantino Pereira concorria ao governo estadual, Chagas Rodrigues ao Senado, e Iracema Santos Rocha à prefeitura da capital. A eleição se mostrava desfavorável aos trabalhistas, pois as políticas sociais de Chagas Rodrigues rompiam com a tradição política piauiense, na qual os mais pobres não tinham relevância orçamentária.

A partir de 1959, o Piauí passou por uma mudança que, embora parcial, gerou conflitos ao ameaçar interesses históricos. Exemplo disso foi a ruptura da UDN com o PTB em 1961, quando o governador adotou uma retórica favorável à reforma agrária, o que o deixou isolado

[58] SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 47-96, esp. p. 87.

até mesmo dentro de seu partido, pois lideranças nacionais, como o senador Matias Olímpio, mantiveram-se distantes.[59] A chapa de oposição (PSD-UDN) lançou Petrônio Portella ao governo, João Clímaco de Almeida como vice, José Cândido Ferraz ao Senado e Hugo Bastos à prefeitura de Teresina. A UDN se afastou do PTB e aliou-se a grupos conservadores. As propostas de Hugo Bastos, divulgadas no Jornal do Comércio, refletiam essa visão:

> Obras duradouras, inversões de capitais, obtidos através de financiamentos[...] Avenida Maranhão alinhada, da encosta da Usina a Ponte do Parnaíba, no seguimento do cais projetado construído pelo engenheiro José Leite Perra, quando chefe do Serviço de Portos. Rios Canas, cujo plano foi mutilado por rampas, já danificadas. Depois, realizado um serviço social do saneamento moral das margens do "velho monge", onde mora o crime, a promiscuidade e o vício. Terminamos um lugar aprazível para passos e o rio seria visto pelo visitante, em situação mais adequada. Os terrenos seriam valorizados e a Prefeitura ganharia a grande área para loja ou utilizar em Obras Públicas. O Teresinense quer a sua estação Rodoviária, ampla, moderna lucrativa para a Prefeitura, se a planejar em condições de rentabilidade permanente.[60]

As propostas de Hugo Bastos evidenciavam os fundamentos da UDN e do PSD: valorização do capital, dos interesses empresariais e das grandes propriedades, sem foco na valorização dos trabalhadores nem em benefícios para as classes desfavorecidas. Em contrapartida, a candidatura de Iracema Santos Rocha pelo PTB representava um projeto de avanços sociais e democráticos. Em sua propaganda, ela conclamava a população:

> [...] Povo de Teresina! Trabalhadores da zona rural e da cidade, estudantes, magistrados [...] Industriais progressistas, Comerciantes e Comerciários, Professores [...] operários [...] Mulheres de minha terra [...] combatamos firmemente unidos, por uma real melhoria e uma verdadeira renovação de nossa cidade. Por uma assistência social permanente para as classes operárias e trabalhadoras, por escolas funcionais, gratuitas e abundantes, por mercados e matadouro higiênicos.[61]

Pela primeira vez, Teresina tinha uma mulher como candidata à prefeitura por um grande partido. Seu discurso alinhava princípios do trabalhismo, do nacionalismo, da democracia e da cidadania social aos desafios da capital. Como apontam Gomes e Ferreira, o PTB, embora marcado por práticas clientelistas, também mobilizava e difundia esses valores.[62] Essa candidatura simbolizava avanços da República inaugurada em 1945, pois "a invenção do trabalhismo permitiu à subclasse expandir a sua intervenção na vida da nação".[63] Outro ponto

---

[59] LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011, p. 118-119.
[60] DIPLOMADOS OS ELEITOS DE TERESINA. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 3.024, 22 nov. 1962, p. 1.
[61] MENSAGEM AO POVO DE TERESINA. *O Dia*, Teresina, 19 set. 1962, s.d., p. 3.
[62] GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018, p. 261.
[63] SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 47-96, esp. p. 92.

fundamental foi a criação, em 1962, da Liga Feminina Trabalhista, que se diferenciava do Departamento Feminino anterior. A LFT possuía uma composição social heterogênea, incluindo mulheres brancas, negras, ciganas e camponesas, letradas e iletradas, com origem majoritária em bairros populares como o Poty Velho e a Vila Operária. Em uma crônica social, Iracema Santos Rocha, vice-presidente da Liga, descreve os ataques sofridos pelo movimento:

> Não sei o que mulher tem a ver com política, dirão alguns leitores de ideias retrogradas [...] A Liga Feminina Trabalhista [...] nasceu em Teresina, com áurea de vitória [...] E por isso, pela sua ação esclarecedora e atuante, vem a Liga F.T. recebendo uma campanha baixa e vil da parte das Oposições em Marchas Ré. ‘‘Comunista’’, ‘‘comunizante’’, ‘‘macumbeira’’, ‘‘feiticeira’’, de tudo é chamada a Liga, pelos falsos políticos, porque nosso trabalho está em contato com as massas populares [...].[64]

Os ataques descritos pela autora revelam mais do que simples disputas partidárias. O fato de um setor do PTB, associado às camadas populares e às religiões de matriz africana, tornar-se alvo dessas ofensas constitui uma novidade historiográfica, uma vez que a historiografia piauiense costuma situar a organização política de mulheres negras apenas a partir dos anos 1980.

As abordagens do DF e da LFT são complementares, porém distintas. Enquanto o DF era formado majoritariamente por mulheres brancas e vinculadas a segmentos da classe média de Teresina, a LFT já surgiu, destacando que sua base social vinha sendo alvo de ataques que incluíam intolerância religiosa e racismo direcionado a mulheres ligadas a religiões de matriz africana. Essas diferenças de abordagem não podem ser ignoradas. O DF foi silenciado, não recebeu elogios públicos de grupos masculinos e tampouco registrou ataques. A LFT, por sua vez, nasceu nas páginas dos jornais piauienses sob o registro de que sua recepção inicial foi marcada por agressões externas dirigidas à sua base. Mas a base social da LFT provavelmente também era de classe média.

Na análise deste trabalho, a principal razão para tal diferenciação reside no racismo estrutural, na intolerância religiosa e no machismo. Em certa medida, tolerou-se em silêncio o DF; entretanto, quando emergiu a LFT, protagonizada por mulheres de diferentes classes sociais, tons de pele e pertencimentos religiosos, a reação se manifestou como ódio público. Esse é um ponto que precisaria ser melhor esclarecido: existe alguma ata de filiação que permita compreender a composição por grupo social?

Apesar das dúvidas que persistem, como a ausência das integrantes do DF na LFT, um elemento comum é o papel de liderança de Iracema Santos Rocha em 1960 e 1962. Curiosamente, a imprensa de oposição referia-se a ela com frequência no masculino, usando a

[64] ROCHA, Iracema Santos. Comentários e Políticos. *Folha do Litoral*, Parnaíba, 14 jun. 1962.

expressão 'candidatura masculina', o que apagava as conquistas simbólicas representadas por sua presença. O *Jornal do Comércio*, que antes lhe atribuía protagonismo, passou a ignorá-la e a concentrar-se exclusivamente na imagem do candidato udenista, inclusive durante a apuração dos votos.

É fundamental destacar que essa publicação merece novas análises e reconsiderações, sobretudo no âmbito da historiografia piauiense. Em particular, recoloca-se uma questão central: quando, de fato, se iniciou a participação feminina de mulheres negras em movimentos políticos no Piauí.

Nossa pesquisa não reúne respostas definitivas, mas apresenta novos elementos que podem contribuir, ainda que parcialmente, para discussões e investigações mais objetivas, especialmente sob a perspectiva da história da imprensa feminina. Além disso, é importante registrar que esse projeto foi encerrado prematuramente, como todos os projetos vinculados ao PTB. Dois anos depois da fundação da LFT, o Brasil foi alvo de um golpe, e várias esferas associadas ao trabalhismo e ao nacionalismo-reformista foram interrompidas e submetidas a políticas de apagamento, seja de forma planejada, seja em razão da ausência de apoio do Estado ao resgate de sua própria história.

2.4 O debate jornalístico sobre a Reforma Agrária

Nos jornais de 1963, o debate sobre a Reforma Agrária inflamou as páginas dos jornais piauienses, com destaque para as posições antagônicas da Folha do Nordeste e da Folha do Litoral. Para o editorial da Folha do Nordeste, a reforma representava um passo rumo à revolução comunista, que transformaria o Brasil em satélite da União Soviética e da China. Em contrapartida, a Folha do Litoral defendia que a Reforma Agrária, junto às demais Reformas de Base, era o caminho para que o Brasil superasse suas desigualdades históricas e alcançasse uma democracia mais justa. A crônica do jornalista Simplício Dias Mendes, na Folha do Nordeste, exemplifica a retórica anticomunista da época:

> Reformas pistoleiras são chamadas de reformas de base. Por trás delas se colocam os esquerdistas nacionalistas [...] como os jagunços fanáticos emboscados em alvejar o regime liberal-democrático [...]. E é este um assunto dominante [...] com a pretensão de subverter a ordem político-social e de conduzir o Brasil, mediante reformas de caráter-leninista, para a área de Moscou [...]. O que se pretende é o concurso do caboclo nosso para desmoralizar e revolucionar o regime, começando-se pela porta aberta de degradação da propriedade sertaneja e territorial. Ataca-se e fere-se o ponto mais vulnerável – a ignorância e fanatizante situação do ruralismo nordestino [...].[65]

[65] MENDES, Simplício Silva. Reformas Pistoleiras. *Folha do Nordeste*, Teresina, 25 abr. 1963, p. 4.

À medida que as doutrinas reformadoras penetravam no imaginário dos trabalhadores, as reações contrárias se intensificavam. Os jornais piauienses tornaram-se um campo de batalha entre projetos democráticos e autoritários. Nesse contexto, a questão agrária, a remessa de lucros, a industrialização e as reformas eleitoral, tributária e educacional dominaram o debate público nacional entre as décadas de 1950 e 1960.

O projeto ruralista tradicional se opunha frontalmente às propostas nacionalistas e trabalhistas, como a aplicação da legislação social aos trabalhadores do campo e a distribuição de terras, especialmente porque a maioria dos eleitores rurais era analfabeta e, portanto, excluída do voto. Além disso, setores vinculados à economia agroexportadora não demonstravam interesse no novo modelo de desenvolvimento industrial e urbano.[66] Em oposição, grupos progressistas tendiam a se unir em torno do desenvolvimento com base nacional, partindo do entendimento de que a manutenção do poder no novo cenário democrático exigia uma resposta às necessidades populares.[67] A visita, no entanto, foi recebida com ceticismo pelos setores trabalhistas:

> [...] o P.T.B. propriamente, apenas, como todo partido consciente da Força popular esclarecida, procurou sentir nas reações coletivas, o alcance da candidatura J.K. para 65 [...]. E o fiasco das metas jotacanianas foi de triste repercussão no seio daqueles que ansiavam por uma nova mensagem de reformas estruturais [...]. O povo já não se conforma com candidatos de fala bonita, mas oca da verdade. Quer fala rude, embora, mas que acene pelo menos com a esperança de uma modificação da infraestrutura vacilante e podre que carrega muito tristemente o Brasil. E Juscelino não soube trazer essa mensagem. [...] Fugiu de estudar [...] os problemas palpitantes da atualidade brasileira, e mesmo do Piaui. Não falou na Reforma Bancária; na Reforma Constitucional na Reforma Eleitoral, e quando referiu-se a à reforma agrária, forçado gaguejou [...] e disse 'meu governo fará a Reforma Agrária [...].[68]

O relato evidencia uma nova dinâmica da democracia brasileira, caracterizada pela cobrança direta, pela população contra autoridades. A pressão popular em Teresina forçou JK a se posicionar sobre a Reforma Agrária, uma pauta que não era central em sua plataforma. Essa interação é impensável em regimes ditatoriais, nos quais a agenda política tende a ser imposta de cima para baixo. A desconfiança da jornalista em relação às promessas de JK era justificada, pois o modelo desenvolvimentista dos chamados "anos dourados" excluiu a maioria da população dos seus benefícios, uma vez que não foi acompanhado por reformas estruturais,

---

[66] MOREIRA, Vania Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 155-194, esp. p. 162; 180.

[67] FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 301-343.

[68] SILVA, Iracema Santos Rocha. A Visita de JK. *Folha do Litoral*, Parnaíba, 19 out. 1963, p. 3.

como a reforma agrária.[69] Conclui-se que a imprensa piauiense da década de 1960 era um campo de batalha de projetos para o país. Para desestabilizar movimentos sociais, jornais conservadores associavam o nacionalismo reformista ao suposto perigo comunista, contribuindo para a fabricação de uma atmosfera de medo, com o objetivo de induzir a sociedade a rejeitar projetos de transformação social.

No entanto, a luta pelas Reformas de Base em nenhum momento sinalizou uma aproximação ao comunismo. Como aponta Carla Simone Rodeghero, o combate dos setores conservadores "[...] parecia estar mais ligado aos perigos representados pelo nacionalismo e pelo antiamericanismo do que pelo comunismo".[70] Complementando essa análise, Charles Sidarta Machado Domingos afirma que o alvo central não era o comunismo, mas o nacional reformismo, isto é, o nacionalismo que defendia as reformas de base e a ampliação da democracia.[71] Portanto, o nacionalismo reformista, entendido como uma doutrina de desenvolvimento baseada em reformas estruturais, manifestou-se de forma contundente no Piauí, com participação ativa de mulheres na promoção desses ideais.

[69] MOREIRA, Vania Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 155-194, esp. p. 188.

[70] RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 164.

[71] DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O nacionalismo na experiência democrática brasileira (1945-1964): um conceito em transformação. *Anos 90*, v. 16, n. 29, p. 293-313, 2009, p. 307.

3 O Piauí e os Estados Unidos da América: história, inteligência e democracia

3.1 Origens da Aliança para o Progresso

A Aliança para o Progresso, anunciada por John F. Kennedy[72], em 1961, como um programa (dito) de desenvolvimento com justiça social. Teoricamente, foi um projeto ambivalente: combinava retórica humanitária com estratégias de controle geopolítico. No Brasil, especialmente no Nordeste, sua implementação expôs a natureza contraditória de uma iniciativa que prometia revolucionar as estruturas sociais, mas operou como ferramenta de contenção anticomunista. Para compreender suas origens, é preciso desvendar não apenas o contexto da Guerra Fria, mas também décadas de intervenção norte-americana na América Latina, marcadas por negligência, autoritarismo e uma súbita mudança de postura após a Revolução Cubana.

O objetivo dessa seção é apresentar a APP, por meio de leituras interamericanas, constituídas por historiadores, diplomatas, cientistas políticas e protagonistas da própria aliança. Ao mesmo tempo em que destacamos a posição do Nordeste brasileiro e do Piauí no programa e na Guerra Fria na região. A proposta reitera a interpretação de que o programa proposto não se limitou a ações econômicas ou diplomáticas, mas também favoreceu ações de inteligência, desestabilização da democracia brasileira e monitoramento de grupos considerados subversivos, bem como de autoridades e líderes populares.

Nesse contexto, a gênese da APP está inserida em uma tradição imperialista dos EUA, que remonta à Doutrina Monroe (1823)[73] e à política do Big Stick[74] de Theodore Roosevelt, caracterizada por intervenções militares e pelo apoio a ditaduras. Após a Segunda Guerra Mundial, enquanto a Europa recebia bilhões por meio do Plano Marshall[75], a América Latina era relegada a um papel secundário. John Foster Dulles[76], secretário de Estado na década de

---

[72] John F. Kennedy (1917-1963), 35º presidente dos EUA (1961-1963). Democrata. Durante seu governo ocorreram a crise dos mísseis em Cuba (1962) e o início da intervenção americana no Vietnã. Foi assassinado em Dallas em novembro de 1963.

[73] Foi uma Doutrina anunciada em 1823 pelo presidente James Monroe, sintetizada na ideia de "América para os americanos". Defendia a oposição dos Estados Unidos a novas intervenções e colonizações europeias no continente americano. Ao longo do século XIX e, sobretudo, no século XX, a doutrina foi reinterpretada como fundamento para a projeção de influência norte-americana na América Latina, servindo como justificativa para políticas de tutela, intervenção e definição de zonas de interesse estratégico.

[74] Expressão associada à política externa do presidente Theodore Roosevelt no início do século XX, inspirada no lema "speak softly and carry a big stick". Designa uma orientação que combinava diplomacia e ameaça de uso da força, priorizando a demonstração de poder militar como instrumento de pressão. Na prática, tornou-se marca de uma política intervencionista dos Estados Unidos, especialmente no Caribe e na América Central, voltada a proteger interesses estratégicos e econômicos e a consolidar sua hegemonia.

[75] Foi um programa de ajuda econômica lançado pelos Estados Unidos em 1947, oficialmente denominado European Recovery Program, destinado à reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial. Além do objetivo de reativar economias e estabilizar governos aliados, o plano também se inseriu na estratégia de contenção da influência soviética, reforçando a liderança norte-americana no bloco ocidental e ampliando sua capacidade de influência política e econômica no cenário internacional.

[76] Estadista e jurista estadunidense, ocupou o cargo de Secretário de Estado durante o governo Eisenhower (1953–1959). Figura central da Guerra Fria.

1950, tratava diplomatas latino-americanos como subalternos, limitando-se a repassar decisões sem diálogo.[77] Essa relação desigual alimentou um antiamericanismo crescente, evidenciado em 1958, quando o vice-presidente Richard Nixon foi hostilizado em Lima e Caracas por multidões que viam os EUA como cúmplices de elites opressoras.[78]

A percepção de abandono levou líderes latino-americanos a pressionarem por mudanças. Juscelino Kubitschek, em 1958, propôs a Operação Pan-Americana (OPA), um plano de desenvolvimento regional baseado em investimentos e cooperação multilateral. A OPA pode ser compreendida como um marco por reunir elementos que, mais tarde, seriam retomados na Aliança para o Progresso, incluindo ênfase no desenvolvimento, no combate à pobreza e na necessidade de reformas estruturais.[79] No entanto, o governo Eisenhower não acolheu imediatamente essa agenda e, apenas em 1959, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi encaminhada em ritmo acelerado, não como resultado de planejamento de longo prazo, mas vinculada a razões diplomáticas contingentes, de modo a evitar uma crise após o anúncio de uma iniciativa semelhante para o Oriente Médio. Thomas Graydon Upton, que participou de organismos financeiros internacionais e esteve entre os envolvidos na formação do BID, apresenta um testemunho particularmente elucidativo sobre essa decisão, ao destacar a lógica pragmática e reativa que orientou Washington diante das pressões interamericanas.

> É irónico, então, que a decisão final de apoiar a criação de tal banco (BID) tenha sido tomada praticamente da noite para o dia em Washington, por razões puramente diplomáticas. Numa reunião em 11 de Agosto de 1958 com o Presidente Eisenhower e o Secretário de Estado Christian Herter, o Secretário do Tesouro Robert Anderson soube que os EUA planeavam apresentar à ONU uma proposta para a criação de um banco de desenvolvimento do Médio Oriente dois dias depois. Anderson percebeu imediatamente que uma nova crise nas relações interamericanas só poderia ser evitada através de um anúncio prévio do apoio dos EUA a um banco de desenvolvimento para a América Latina, e assim convenceu o Presidente. Um telefonema ao secretário adjunto Richard Rubottom motivou a redação de uma declaração, que foi imediatamente aprovada, abrindo caminho para a declaração histórica de Douglas Dillon no dia seguinte, 12 de agosto. Conselho Social, Dillon anunciou que os EUA estavam preparados para apoiar a formação de uma instituição financeira interamericana.[80]

A passagem de T. Graydon Upton é reveladora ao indicar que o apoio dos Estados Unidos à criação do BID, em 1958, foi decidido sob forte pragmatismo e por razões

---

[77] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 377.

[78] GORDON, Lincoln. The Alliance at Birth: hopes and fears. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988. p. 35-52.

[79] WIARDA, Howard J. Did the Alliance "Lost Its Way", or were its assumptions all wrong from the beginning and are those assumptions still with us? In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 96.

[80] UPTON, T. Graydon. The Early Days of the IDB: A Personal Reminiscence. In: SCHEMAN, Ronald (org.). The Alliance for Progress: A Retrospective. New York: Praeger Publishers, 1988, p.139. Tradução nossa.

imediatamente diplomáticas, como forma de evitar uma deterioração nas relações interamericanas. Essa observação é importante porque desloca a interpretação de uma política orientada por princípios para uma política frequentemente conduzida pela gestão de crises, pela disputa de imagem e pela necessidade de recompor liderança no hemisfério. Nesse sentido, a eleição de John F. Kennedy, em 1960, pode ser compreendida menos como uma ruptura plena e mais como a tentativa de reorganizar, sob nova linguagem, instrumentos já em movimento e expectativas já tensionadas desde o fim dos anos 1950.

Além disso, outro fator que colaborou com a criação da APP veio do Brasil, uma iniciativa liderada pelo presidente Juscelino Kubitschek, denominada Operação Pan-Americana (OPA). Em síntese, a proposta da operação consistia em fornecer vultosos recursos financeiros aos países latino-americanos, visando promover mudanças de longo prazo para impulsionar seu desenvolvimento, num momento em que a URSS estava expandindo sua esfera de influência para novas regiões. Mais tarde, ele foi acompanhado pelo presidente Alberto Lleras Camargo, da Colômbia, na implementação desse programa. Outros líderes latino-americanos apoiaram iniciativas semelhantes.

A criação, em 1959, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) representou a constituição de uma instituição de assistência regional e multilateral, embora com financiamento majoritariamente sustentado pelos Estados Unidos. O BID também se articulou ao ambiente político e diplomático inaugurado pela Operação Pan-Americana, compondo parte importante desse esforço de reorganização da agenda interamericana. De fato, um dos aspectos distintivos da Aliança para o Progresso, enquanto programa de ajuda, foi o grau em que, ao menos em sua formulação inicial, incorporou parcialmente conceitos e propostas que haviam emergido na América Latina.[81]No governo Eisenhower, houve interlocução diplomática com o governo JK e encaminhamentos iniciais voltados ao Brasil e à região. Apesar disso, não se verificou a implementação de um projeto de larga escala ancorado, de modo substantivo, nas proposições e prioridades defendidas por governos latino-americanos.

Em nossa análise, isso mostra que, por mais que a propaganda e o discurso se orientem para projetos de relações entre nações, boa parte desses programas não seguia as orientações dos países latino-americanos. Apesar disso, a situação vai mudar em alguma medida, uma vez que, em 1959, a ilha de Cuba potencializa sua Revolução. Com o aumento gradual da expansão soviética em todos os recantos do hemisfério ocidental, isso despertou a atenção do governo dos Estados Unidos, que agiu rapidamente ao aprovar a Lei nº 86-735, em 8 de setembro de 1960. Esta legislação autorizava a oferta de ajuda para o desenvolvimento da América Latina,

[81] WIARDA, Howard J. Did the Alliance "Lost Its Way", or were its assumptions all wrong from the beginning and are those assumptions still with us? In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 96.

por meio de programas de cooperação tanto bilaterais quanto multilaterais, com a finalidade de impulsionar o crescimento econômico e aprimorar as condições sociais.

Mas ainda eram ações tímidas, diante do temor americano de que as regiões que, durante décadas, foram consideradas protetorados americanos. No geral, podemos compreender que essa medida foi uma das últimas ações da administração Eisenhower na América Latina. Restava ainda uma missão mais audaciosa para o próximo presidente americano: a tarefa de bloquear a expansão ou a sedição dos países do sul com ideias reformistas, nacionalistas, revolucionárias e pró-URSS ou pró-Cuba.

Em fevereiro de 1960, o líder da URSS, Kruschev, decidiu enviar seu vice, Anastas Mikoyan, em uma missão especial até Cuba. Vale destacar que Cuba teve uma revolução, mas esse movimento teve caráter ultranacionalista, não comunista. Assim, o objetivo da visita do representante soviético era investigar o que estava por trás das motivações de Castro, que tinha acabado de voltar da capital americana, Washington, onde seu pedido de audiência com o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, fora negado. Não apenas isso, ainda em 1960, Cuba sofreu sanções e embargos. Fidel Castro buscou o aliado mais provável: a URSS. Com a superpotência europeia, houve apoio econômico e político; assim, Kruschev aprovou a aquisição de açúcar cubano em troca de suprimentos de combustível.

O impacto foi tão significativo que na eleição presidencial de 1960, foi debatida a questão da América Latina e as possíveis chances de o hemisfério ocidental ter movimentos comunista. Nesse sentido, a partir da vitória de JFK, foi gestada na Casa Branca uma nova forma de olhar e perceber os vizinhos latino-americanos. A situação ganhou ainda mais notoriedade nos EUA quando, em 1959, os oprimidos de Cuba iniciaram um processo revolucionário contra os dominadores e aliados dos EUA.

Assim, empresários dos Estados Unidos testemunharam, em Cuba, a concretização de alguns dos maiores temores associados, naquele contexto, à experiência revolucionária latino-americana, como a expropriação de empresas, a reforma agrária, a nacionalização do capital estrangeiro e da indústria, bem como a estatização do comércio exterior. Esta última foi efetuada entre 1959 e 1963. Entre agosto e outubro de 1961, Cuba nacionalizou empresas estrangeiras, propriedades rurais e empresas privadas nacionais.[82]

O impacto dessas alterações inesperadas em Cuba foi tão significativo que, na eleição presidencial dos EUA em 1960, foi debatida a questão da América Latina e as possíveis chances de o hemisfério ocidental ter movimentos comunistas ou mesmo a possibilidade de países latino-americanos criarem relações internacionais com a URSS.

A partir deste cenário, destacamos, conforme a historiografia brasileira sobre a APP,

[82] SPOHR, Martina. *American way of business: a influência do empresariado norte-americano na América Latina durante a Guerra Fria*. Curitiba: Appris, 2020, p. 77-78.

que a Revolução Cubana foi um dos principais fatores que propiciaram a criação de um programa de tamanha magnitude na história das relações entre a América Latina e os EUA. A potência capitalista, com medo de perder novas zonas de influência, decidiu criar um programa para justificar sua presença e as relações entre as nações interamericanas. Muitas vezes, colocava seus agentes oficiais em áreas ignoradas pelas próprias autoridades locais de cada país, como, por exemplo, as agências norte-americanas instaladas no Nordeste brasileiro, com o pretexto de serem zonas voltadas às ações da APP e não áreas de espionagem ou contrainformação. Apesar de essa ser a posição da historiografia americana. Apesar dessa ser a posição da historiografia americana, o ex-embaixador americano no Brasil, responsável por elaborar a APP e por ser um dos agentes estrangeiros fundamentais para o golpe de 1964 no Brasil, já escreveu um artigo atacando historiadores que atribuem à Revolução Cubana como fomentadora da APP.

> Alguns historiadores com inclinações geopolíticas, preocupados com as relações entre superpotências como o princípio e o fim de tudo da política externa, interpretam a Aliança simplesmente como uma reação à revolução em Cuba - um programa profiláctico para negar a previsão de Che Guevara de "muitas Sierra Maestras" em América Central e do Sul. Essa é uma avaliação extremamente simplificada.[83]

Lincoln Gordon foi professor de Harvard e atuou de forma relevante na política externa americana em Paris e Londres, como um dos administradores do *Plano Marshall*. Na posteridade, a convite do presidente JFK, serviu como enviado dos Estados Unidos ao Brasil de 1961 a 1966. Apesar disso, Gordon ignora que, na produção científica, a neutralidade não existe. Sobretudo ao se referir à análise tradicional que coloca a APP como resposta à Revolução de Cuba, uma vez que até mesmo escritores conservadores dos EUA e do Brasil reconhecem essa hipótese como bem fundamentada.

Na verdade, essa posição indica que o próprio Lincoln Gordon demonstra que não existe neutralidade na ciência, uma vez que, mesmo anos após o fim da APP, continua defendendo as prerrogativas americanas. Isso é uma característica dos representantes dos EUA, mesmo após deixarem seus cargos. Outrossim, com a vitória de JFK, pôde finalmente ser criado um programa interamericano. Uma vez que as ações de seu antecessor tiveram impacto, as colaborações de representantes latino-americanos também geraram apoio, assim como a Revolução Cubana. Assim, nesse contexto complexo, a equipe empresarial e política do presidente Kennedy organizou um programa de investimentos americanos para a América Latina, com a retórica de promover o desenvolvimento econômico e social da região e, assim,

---

[83] GORDON, Lincoln. *The Alliance at Birth: Hopes and Fears*. In: SCHEMAN, Ronald (ed.). *The Alliance for Progress: A Retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 72, tradução nossa.

integrá-la ao mundo dito civilizado.

Assim, uma iniciativa como a Aliança para o Progresso só ganhou urgência após 1959, quando a Revolução Cubana desafiou a hegemonia dos Estados Unidos no hemisfério ocidental. A nacionalização de empresas norte-americanas pelo governo de Fidel Castro e a aproximação com a União Soviética ampliaram as preocupações em Washington. Nesse contexto, John F. Kennedy, então senador, criticou a postura do governo Eisenhower e sustentou que a pobreza servia de terreno fértil para a expansão do comunismo.[84] A APP surgiu, portanto, como resposta direta, com o objetivo declarado de evitar novos processos revolucionários, oferecendo uma alternativa reformista ao que era caracterizado como radicalismo.[85]

No Brasil, o Nordeste tornou-se alvo prioritário. A região, historicamente marcada por secas cíclicas e latifúndios, era uma fogueira de tensões sociais. Movimentos como as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, como já descritos neste trabalho representavam uma reação as injustiças sociais do Nordeste. Para os EUA, essa região era uma "zona de segurança" crítica, onde a miséria poderia gerar insurgências. A APP prometia resolver o problema com investimentos em infraestrutura, saúde e educação, mas, na prática, priorizou políticas de desestabilização de grupos contra-hegemônicos como as Ligas Camponesas e outros.

Mas antes disso, a APP foi apresentada como uma nova oportunidade para as Américas. A Carta de Punta del Este (1961), documento fundacional da APP, estabeleceu metas ambiciosas, como o crescimento anual da renda per capita de 2,5%, a reforma agrária e a ampliação da justiça social.[86] No entanto, os mecanismos de implementação revelaram a subordinação aos interesses dos Estados Unidos: os recursos anunciados (US$ 20 bilhões em dez anos) estavam vinculados a ajustes fiscais e à abertura a empresas norte-americanas. Ricardo Ribeiro destaca que a ajuda externa seguia a lógica da “capacidade de absorção”, isto é, países só recebiam o que não ameaçasse a estabilidade de suas elites.[87]

A APP também foi permeada pela atuação de conglomerados como a United Fruit e a Standard Oil, que influenciavam políticas por meio de comitês como o Commerce Committee for the Alliance for Progress (COMAP). Martina Spohr observa que o Departamento de Comércio dos Estados Unidos atuou como ponte entre corporações e governos latino-americanos, favorecendo uma orientação em que projetos de infraestrutura, como estradas e

---

[84] BARROS, Arthur Victor Gonçalves de. *“A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2017, p. 72.

[85] SPOHR, Martina. *American way of business: a influência do empresariado norte-americano na América Latina durante a Guerra Fria*. Curitiba: Appris, 2020, p. 77.

[86] SANTAMARÍA, Carlos Sanz de. Making the Alliance Work. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 122.

[87] RIBEIRO, R. A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p. 83.

portos, respondiam mais às exigências de exportação de commodities do que a prioridades de desenvolvimento local, evidenciando o peso do controle corporativo.[88] Assim, embora os discursos enfatizassem o desenvolvimento social e econômico, a estrutura administrativa da APP não indicava priorização consistente de benefícios sociais.

Além disso, do ponto de vista da militarização, até 1969, parcela expressiva dos recursos da APP no Brasil foi direcionada a forças armadas e polícias, sob o argumento de combate à subversão, o que contrasta com a retórica de redenção social associada ao projeto interamericano.[89] No Nordeste, a USAID participou do treinamento de agentes militares em técnicas de contrainsurgência no contexto mais amplo da cooperação hemisférica de segurança, relacionada à Escola das Américas.[90]

No Nordeste brasileiro, há outros exemplos do caráter contraditório da APP. Enquanto Celso Furtado, na Sudene, defendia reformas estruturais e industrialização regional, a USAID e o BID canalizaram recursos para projetos descritos como tecnicamente eficientes, mas socialmente excludentes.[91] A APP não foi apenas um projeto mal executado. Suas origens revelam um cálculo geopolítico: recorrer à ajuda externa para manter a América Latina na órbita capitalista, mesmo que isso implicasse convivência com regimes autoritários. Como sintetiza Wiarda, a APP esteve menos orientada ao desenvolvimento e mais ao controle, ainda que apresentada sob a linguagem de cooperação e modernização.[92]

Desse modo, ao analisar produções acadêmicas dos Estados Unidos, é frequente a presença de autores que apontam como um dos equívocos da Aliança para o Progresso a promessa excessiva de transformações para a América Latina, gerando expectativas irrealistas e, em seguida, frustração. Um exemplo é o historiador Arthur M. Schlesinger, vinculado ao liberalismo norte-americano e admirador de John F. Kennedy, para quem a propaganda da APP despertou esperanças desmedidas e os Estados Unidos deveriam ter atuado de forma mais discreta, com objetivos moderados e factíveis.[93] Outros autores, como Lincoln Gordon, também reconhecem que o balanço da APP foi marcado por limites e insucessos em múltiplas dimensões.[94]

---

[88] SPOHR, Martina. *American way of business: a influência do empresariado norte-americano na América Latina durante a Guerra Fria*. Curitiba: Appris, 2020, p. 106.
[89] SANTAMARÍA, Carlos Sanz de. Making the Alliance Work. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 123.
[90] OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Terra seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 134.
[91] RIBEIRO, R. A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, p. 89.
[92] WIARDA, Howard J. Did the Alliance "Lost Its Way", or were its assumptions all wrong from the beginning and are those assumptions still with us? In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.
[93] SCHLESINGER, Arthur. Myth and Reality. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 68.
[94] GORDON, Lincoln. The Alliance at Birth: hopes and fears. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

Ao analisar as causas do insucesso do programa, Lincoln Gordon, participante de sua formulação, atribui parte da responsabilidade a escolhas e impasses internos de governos latino-americanos, com ênfase no caso brasileiro durante as gestões democráticas de Jânio Quadros e João Goulart. Segundo o autor, lideranças como Quadros e Goulart teriam priorizado interesses políticos imediatos em detrimento do progresso socioeconômico que, em tese, a Aliança para o Progresso buscava promover. Gordon ressalta, contudo, que:

> Tendo aceitado o convite do Presidente Kennedy para liderar nossa embaixada no Brasil a fim de ajudar a implementar a Aliança lá, fiquei profundamente frustrado com a crescente percepção de que os propósitos centrais de dois presidentes sucessivos – Jânio Quadros e João Goulart – não eram o progresso econômico e social, mas sim a busca por poder pessoal e ilegítimo. Felizmente, vários ministros e governadores de estados brasileiros compartilhavam os objetivos da Aliança, e pudemos cooperar com eles.[95]

Essa percepção de que os últimos presidentes democraticamente eleitos do Brasil antes da ditadura civil-militar (1964-1985) representaram obstáculos aos planos estadunidenses (enquanto governadores e ministros alinhados aos EUA foram prioritários) é explorada por Felipe Pereira Loureiro em seu estudo intitulado, A Aliança para o Progresso e o Governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. Com base em documentos oficiais dos EUA, o autor demonstra que a APP foi utilizada para enfraquecer a democracia brasileira, direcionando investimentos a estados governados por aliados ideológicos, mesmo em regiões menos necessitadas.

Felipe Loureiro utiliza evidências quantitativas e qualitativas para ilustrar disparidades: o Piauí, por exemplo, enfrentava graves crises humanitárias, como altas taxas de mortalidade infantil, mas não foi priorizado. Em contraste, estados liderados por governadores conservadores ou liberais — principalmente no Nordeste — receberam mais recursos, desde que aderissem à agenda política americana. A APP, inicialmente apresentada com retórica grandiosa sobre a elevação dos esquecidos pelo poder da Aliança, mostrou-se, assim, um instrumento de influência geopolítica.

O estudo também revela um "índice ideológico" desenvolvido pelos EUA para classificar governadores brasileiros em categorias como comunistas, centristas, de direita, extrema-direita, liberais e conservadores. Estados administrados por figuras conservadoras ou liberais tinham preferência no recebimento de verbas, consolidando uma estratégia de apoio a projetos que reforçavam a ordem vigente e os interesses estadunidenses. Desse modo, a APP contribuiu não apenas para as desigualdades regionais, mas também para a erosão da democracia brasileira, ao financiar grupos políticos alinhados a Washington.

---

[95] GORDON, Lincoln. The Alliance at Birth: hopes and fears. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 78, tradução nossa.

Tabela 1.0.

Categoria	Denominação	Descrição
1	Comunista ou criptocomunista	Aqueles que foram identificados como comunistas em alto grau de certeza, seja como filiados ao Partido Comunista Brasileiro, seja como seguidores consistentes da ideologia marxista-leninista.
2	Companheiro de viagem ou inocentes úteis	Esquerdistas radicais ou esquerdistas ingênuos que, na prática, seguem a linha do Partido Comunista.
3	Esquerdista ultranacionalista	Esquerdista ultranacionalistas que são consistentemente anti-EUA, mas que não seguem a linha do Partido Comunista de forma consistente.
4	Reformistas radicais não comunistas	Defensores de reformas socioeconômicas democráticas, sem serem críticos aos EUA nem seguirem comunistas.
5	Centristas	Liberais e reformistas moderados que, apesar de adotarem uma retórica pró-reformas de base, na prática não estão engajados em executá-las
6	Conservadores	Aqueles que resistem a mudanças, incluindo grande parte da elite econômica nacional
7	Extrema Direita	Reacionários que pretendem liderar uma ditadura militar de direita no Brasil ou que não se oporiam a ela.
8	Outros	Todos os que não se encaixam nas categorias anteriores.

Fonte: Loureiro, 2020.

Tabela 2.0.

Categorias	Denominação	Governadores	Proporção
1	Comunista	0	0,0
2	Inocentes Úteis	3	9,7
3	Esquerdista Ultranacionalista	4	12,9
4	Reformistas Radicais não Comunistas	3	9,7
5	Centristas	14	45,2
6	Conservadores	7	22,6
7	Extremistas de Direita	0	0,0
8	Outros	0	0,0
Total	-	31	100

Fonte: Loureiro, 2020.

Uma análise dos dados revela como os Estados Unidos utilizaram estruturas formalmente vinculadas à Aliança para o Progresso na América Latina para o monitoramento geopolítico e o controle estratégico. Como já discutido, essa postura derivava do contexto da Revolução Cubana (1958), que alimentou em Washington D.C., um temor de uma queda do Brasil para o comunismo e, por extensão, da América Latina para movimentos contra-hegemônicos, ou seja, opostos à ordem dominante.

É importante destacar que tais grupos contestadores não se limitavam a comunistas alinhados à União Soviética. Pesquisas recentes indicam pouca vinculação de organizações latino-americanas ao governo soviético naquela época. Inclusive, relatórios de inteligência estadunidenses descartavam a presença de comunistas ligados à URSS no Brasil. O principal temor recaía sobre nacionalistas de orientação antiamericana, socialistas independentes e partidos comunistas locais. No entanto, como mostra o índice ideológico elaborado por órgãos norte-americanos para classificar governadores brasileiros, nenhum deles foi categorizado como comunista, no máximo como "ultranacionalista". Essa classificação, como observa Loureiro, baseava-se menos em critérios objetivos do que em alinhamentos políticos.[96]

A distribuição de recursos do BID ao Brasil, antes e depois de 1964, expõe um forte viés político. No período democrático de João Goulart, o governo central não recebeu empréstimos

[96] LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

diretos, e os recursos se concentraram em entidades subnacionais e projetos regionais no Nordeste. Essa política foi radicalmente alterada com a chegada do regime militar. A partir de abril de 1964, o governo federal, agora um aliado ideológico dos EUA, tornou-se o destinatário de 53,8% dos acordos de empréstimo e de 73,2% do valor total liberado. Segundo o pesquisador Felipe Loureiro, essa mudança abrupta ignora as normas das instituições multilaterais e confirma que a ajuda financeira foi usada estrategicamente para fortalecer a ditadura militar, em prejuízo da democracia no país.

Tabela 2.0.

Estados	Empréstimos		Empréstimos (percentual)	
	Número	Quantidade	Número	Percentual
Janeiro 1961 - março 1964				
Nacional	0	0	0	0
Agências nordestinas	4	41.810.000	19,0	32,2
Bahia	3	5.000.000	14,3	3,8
Espírito Santo	1	2.000.000	4,8	1,5
Guanabara	3	35.000.000	14,3	26,9
Minas Gerais	2	11.400.000	9,5	8,8
Pará	1	2.500.000	4,8	1,9
Paraná	1	4.700.000	4,8	3,6
Pernambuco	1	3.615.000	4,8	2,8
São Paulo	3	18.377.906	14,3	14,1
Santa Catarina	2	5.560.000	9,5	4,3
Rio de Janeiro	0	0	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	0	0	0,0	0,0
Total	21	129.962.906	100,0	100,0
Abril 1964 - dezembro 1969				
Nacional	21	342.910.000	53,8	73,2
Agências nordestinas	6	58.650.000	15,4	12,5
Bahia	2	3.400.000	5,1	0,7
Espírito Santo	0	0	0,0	0,0
Guanabara	2	12.000.000	5,1	2,6
Minas Gerais	2	16.000.000	5,1	3,4
Pará	0	0	0,0	0,0
Paraná	1	9.450.000	2,6	2,0
Pernambuco	0	0	0,0	0,0
São Paulo	2	14.700.000	5,1	3,1
Santa Catarina	1	3.500.00	2,6	0,7
Rio de Janeiro	1	4.650.000	2,6	1,0
Rio Grande do Sul	1	3.150.000	2,6	0,7
Total	39	468.410.000	100,0	100,0

Fonte: Loureiro, 2020.

De fato, houve um clima antinacionalista nos EUA contra o governo de Jango. Felipe Loureiro discorre que, no período do governo Goulart, o governo federal não recebeu um único empréstimo do BID, a não ser por meio de empresas ou instituições de abrangência regional no

Nordeste. Felipe Loureiro conclui que há um padrão.

> [...] primeiro, o fortalecimento de governadores pró-EUA e fortemente anticomunistas para alterar o equilíbrio de forças políticas no Brasil, obrigando o governo João Goulart a moderar suas atitudes, assumir compromissos e acordos com essas lideranças estaduais "democráticas" e, assim, enfraquecer ou até romper vínculos com segmentos esquerdistas, sobretudo com membros radicais da esquerda; segundo, financiar projetos em estados cujas lideranças tivessem chances reais de se transformar em candidatos competitivos nas eleições presidenciais de outubro de 1965 (caso Goulart conseguisse terminar seu mandato, obviamente), a fim de que tais projetos pudessem aumentar a popularidade desses governadores. Carlos Lacerda, o campeão do recebimento de ajuda econômica norte-americana, foi o maior exemplo nesse sentido. E, em terceiro, utilizar as unidades federativas próximas aos Estados Unidos como garantia para o caso de o governo Goulart e/ou de forças de esquerda tentarem desfechar algum ato antidemocrático no Brasil. No final das contas, a articulação do golpe de março de 1964 mostraria que as ilhas de sanidade também possuíam uma função ofensiva: governadores beneficiados com ajuda norte- -americana se mostraram peças-chave no processo de derrubada de João Goulart do poder. Em outras palavras: uma das razões pelas quais o golpe de 1964 foi "civil-militar" esteve vinculada, mesmo que indiretamente, à própria política de ilhas de sanidade administrativa.[97]

A posição final do pesquisador indica que governadores apoiados pelos Estados Unidos por meio da APP obtiveram maior capacidade de intervenção em suas regiões, consolidando popularidade e atraindo apoio popular contra elites dominantes. Essa dinâmica reforçou líderes políticos cujas agendas confrontavam movimentos hegemônicos, contribuindo para a criação de um cenário propício ao golpe de 1964 no Brasil. A influência desses governadores, fortalecida por recursos norte-americanos, teria sido decisiva para a derrubada do governo democrático de João Goulart.

Os Estados Unidos não apenas reconheciam esse mecanismo, mas também o incentivaram após 1964, como evidenciam dados sobre empréstimos e investimentos direcionados ao regime civil-militar. Além de consolidar a ditadura brasileira, esse apoio facilitou a propagação de golpes de Estado em países do Cone Sul, como a Argentina (1966 e 1976), o Chile (1973) e o Uruguai (1976). Esses regimes, alinhados à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), priorizavam o controle territorial, a supressão de liberdades civis e o combate às chamadas ameaças internas, como movimentos sociais e grupos classificados como subversivos.[98] A DSN, segundo Borges, emergiu como um "projeto de mentalidade militar pós-Segunda Guerra, que sobrepunha os interesses da pátria a qualquer custo", legitimando

---

[97] LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961–1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 175.

[98] LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 14.

intervenções autoritárias.[99]

A APP, embora apresentada como um programa de desenvolvimento socioeconômico, operou como uma ferramenta geopolítica para conter avanços comunistas e antiamericanos na região. Sidney Lens argumenta que a Aliança não fez revolução alguma, mas contribuiu para consolidar regimes militares apoiados pelos Estados Unidos, ao passo que os lucros de investimentos privados repatriados teriam ultrapassado US$ 9,5 bilhões na década de 1960.[100] Vincent Bevins reforça que o golpe brasileiro foi um marco na Guerra Fria, estabelecendo um modelo autoritário transnacional mobilizado para neutralizar ideias consideradas subversivas.[101]

No Nordeste brasileiro, foco prioritário da APP, a USAID firmou o Acordo Nordeste com a Sudene, mas a atuação de funcionários norte-americanos foi marcada por desconexões culturais e pela priorização de interesses estratégicos. Joseph Page relata que agentes da CIA atuaram na região sob o disfarce de colaboradores da APP, coletando informações e monitorando movimentos políticos.[102] Entre 1963 e 1964, o número de agentes da CIA no Nordeste teria aumentado, refletindo a importância da região para a contenção de ideologias antiamericanas.

A seletividade ideológica da APP é exemplificada pelo "índice ideológico" elaborado por órgãos norte-americanos para classificar governadores brasileiros. Aqueles alinhados aos interesses capitalistas receberam mais recursos, enquanto as lideranças independentes ou críticas foram marginalizadas. Após 1964, o governo federal brasileiro, agora autoritário, absorveu 73,2% dos empréstimos do BID (US$ 342,9 milhões, de um total de US$ 468,4 milhões), em contraste com a exclusão total de financiamentos durante o governo Goulart.[103]

Para Harvey Perloff, a APP "funcionava como um programa pronto para ser fechado a qualquer momento"[7][104], o que ajuda a compreender seus limites e sua baixa prioridade social efetiva. Gordon e Roett destacam que o programa conviveu com processos de desestabilização política e com a reprodução de estruturas oligárquicas locais, enquanto Oliveira enfatiza o Nordeste como laboratório de intervenção geopolítica, no qual ações de espionagem e controle,

---

[99] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 20.
[100] LENS, Sidney. *A fabricação do império americano: da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 604.
[101] BEVINS, Vincent. *The Jakarta method: Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world*. New York: PublicAffairs, 2020.
[102] PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
[103] LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2020, p. 185.
[104] PERLOFF, H. S. *Alliance for Progress: a social invention in the making*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1969, p. 145, tradução nossa.

por vezes, superaram investimentos voltados ao desenvolvimento.[105] Wiarda reconhece que a APP produziu infraestrutura (estradas, hospitais e escolas), mas falhou em compreender as realidades locais, replicando modelos pouco ajustados ao contexto latino-americano.[106] Heller e Wionczek criticam a recusa de lideranças norte-americanas em formular soluções específicas para a América Latina, destacando efeitos como endividamento e acordos econômicos desfavoráveis, em especial sob regimes autoritários.[107] Apesar do discurso de transformação social, a APP cumpriu seu objetivo extraoficial de impedir a ascensão de projetos contra hegemônicos.

Conforme Victor Alba, a Aliança foi um "projeto natimorto" em termos de desenvolvimento, mas bem-sucedido na contenção do comunismo, garantindo a hegemonia dos EUA e a estabilidade de regimes aliados[108]. A década de 1960, longe de ser um período de revolução, consolidou uma cartografia autoritária na América Latina, onde democracias foram substituídas por ditaduras alinhadas aos interesses de Washington.

3.2 O Piauí na Aliança para o Progresso

A historiografia aponta que a APP foi menos um projeto de assistência e mais uma ferramenta para preservar a cartografia do poder tradicional nas Américas, em um momento em que Ligas Camponesas e nacionalistas desafiavam abertamente a influência dos EUA na região. Enquanto os Estados Unidos buscavam conter a influência soviética no hemisfério ocidental, a região nordestina, marcada por desigualdades estruturais e tensões sociais, tornou-se um laboratório de políticas de desenvolvimento e intervenção. Neste trabalho, defendemos que a explicação para **o fato de** o Piauí, uma das regiões mais pobres do Brasil, não ter sido contemplado com grandes investimentos da APP **não se deve apenas** ao objetivo principal do programa de impedir a promoção de movimentos contra-hegemônicos. Discutir isso é o principal objetivo **desta** seção.

A questão é complexa e torna-se necessária uma leitura crítica dos documentos oficiais, da historiografia e dos depoimentos de autoridades políticas da época em questão. *A priori*,

---

[105] GORDON, Lincoln. The Alliance at Birth: hopes and fears. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988; ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972; OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Terra seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

[106] WIARDA, Howard J. Did the Alliance "Lost Its Way", or were its assumptions all wrong from the beginning and are those assumptions still with us? In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

[107] HELLER, Jack; WIONCZEK, Miguel S. The Assumptions of the Alliance. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 136.

[108] "A Aliança para o Progresso está morta. O que resta é uma estrutura burocrática, montanhas de papel mimeografado, um sorriso sarcástico nos lábios dos oligarcas e dores de culpa por parte dos políticos de esquerda que não aproveitaram a Aliança e a tornaram sua" escreveu Victor Alba no México. In: SCHEMAN, R. The Alliance for Progress – A Retrospective. New York: Praeger Publishers, 1988, p. 71.

como já vimos o Piauí contava com um dos principais alvos da APP: as Ligas Camponesas. Essas ligas emergiram como a principal força contra-hegemônica no Nordeste. Surgidas inicialmente em Pernambuco, expandiram-se para estados como o Piauí, onde lideranças como Luís Edwirges organizaram os lavradores contra a exploração latifundiária. No Piauí, as Ligas diferenciaram-se por sua organicidade: não eram apenas uma extensão das mobilizações do engenho Galileia, mas fruto de alianças locais entre camponeses e militantes.

Em Teresina, líderes como José Esperidião Fernandes articularam demandas por terra e educação, comprometendo a narrativa de que os camponeses eram "passivos" no Piauí. Mobilizações como essas já eram suficientes para provocar nos EUA o temor de que, a partir do Nordeste, uma nova revolução fosse bem-sucedida na América Latina. Apesar disso, a historiografia brasileira aponta que as Ligas Camponesas que receberam mais atenção dos EUA estavam em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nessas regiões, as ações de contenção dos EUA estavam mais centralizadas.

A estratégia dos EUA era atuar nas regiões do Nordeste onde o número de movimentos contestadores era maior. Para isso, a CIA foi fundamental: em 1962, produziu um relatório de monitoramento das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. O Piauí foi apontado com 5 ligas camponesas; Maranhão, 0; Ceará, 5; Rio Grande do Norte, 5; Paraíba, entre 15 e 20; Pernambuco, 60; Alagoas, 5; Sergipe, 5; e a Bahia somava entre 10 e 15 Ligas Camponesas. Podemos observar, no relatório da CIA, que Pernambuco e Paraíba são regiões com grandes concentrações de Ligas Camponesas. Quanto mais movimentos contestatórios eram mapeados pela CIA, maior era a necessidade de atuação das forças políticas estadunidenses por meio da Aliança para o Progresso ou outras plataformas.

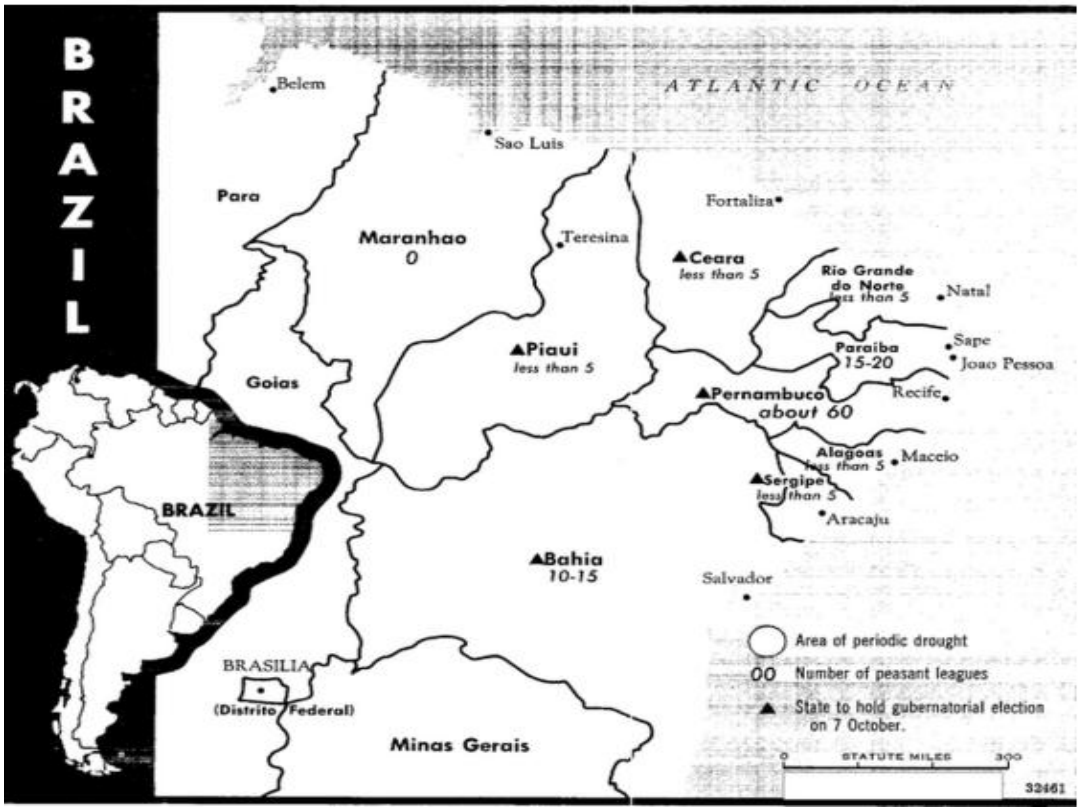


Figura – 9. Fonte: Current Inteligence Weekly Review. [Secret]. Central Intelligence Agency. 01 Jun. 1962. Disponível em: < https://www.cia.gov/readingroom/ >

Todavia, o fato do Piauí ter contado com poucas Ligas Camponesas em comparação a com Pernambuco e Paraíba não constitui o elemento decisivo para explicar sua ausência entre as prioridades da Aliança para o Progresso. A interpretação mais consistente sobre essa distribuição desigual de investimentos encontra-se nas diretrizes formuladas pela administração Kennedy para o Nordeste brasileiro. O então presidente John F. Kennedy delineou um modelo de intervenção da Aliança para o Progresso voltado especificamente aos estados nordestinos. Esse movimento reforça a centralidade da região nos interesses estratégicos dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que revela o caráter minucioso da política da Casa Branca, construída para conter movimentos considerados contra-hegemônicos no Nordeste.

Em primeiro lugar, a Aliança para o Progresso priorizou investimentos e programas sociais em áreas onde a SUDENE já desenvolvia projetos. Essa estratégia visava reduzir suspeitas de interferência direta na política regional e conferia aos Estados Unidos a aparência de apenas complementar o planejamento técnico brasileiro. As iniciativas da Aliança deveriam, portanto, ser implementadas em contextos previamente legitimados pela agenda da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

É nesse ponto que se encontra uma explicação plausível para o reduzido volume de investimentos destinados ao Piauí: como o estado não figurava entre as prioridades imediatas

da Sudene, também tendia a atrair menos recursos vinculados à presença norte-americana. Essa interpretação é construída a partir da pesquisa de Riordan Roett, que sustenta que o governo Kennedy demonstrava maior disposição para atuar no Nordeste em áreas onde a Sudene já estivesse implantada ou, alternativamente, em novas frentes de intervenção desde que houvesse presença e mediação da agência regional. Nessa lógica, a atuação norte-americana dependeria, em grande medida, de arranjos e forças políticas internas, inclusive para evitar a impressão de rivalidade com a principal agência de desenvolvimento do Nordeste ou de confronto aberto com governos estaduais específicos. A partir dessa perspectiva, formula-se uma das hipóteses deste trabalho, segundo a qual a posição periférica do Piauí na agenda da Sudene contribuiu para limitar sua capacidade de captar investimentos e projetos vinculados ao circuito interamericano de ajuda e desenvolvimento.[109]

O Piauí foi excluído de grandes projetos da Aliança para o Progresso, pois já era um estado excluído dos projetos da SUDENE. A partir do momento em que a administração Kennedy opta por evitar chamar a atenção para possíveis rivalidades entre projetos da APP e da SUDENE, o Piauí paga um preço dobrado, em virtude de sua falta de integração aos projetos nordestinos. Caso a estratégia dos Estados Unidos fosse diferente, o Piauí poderia ter tido outro destino, talvez até mesmo ser alvo de grandes transformações bancadas pelos dólares americanos, para afastar a influência dos ditos subversivos do poder político. Todavia, isso não significa que o estado não tenha recebido atenção dos americanos, bem como não significa que ele não estivesse integrado às arenas políticas interamericanas. Ele estava inserido nessa Guerra Fria, mas de modo diferente, como historicamente tem sido o caso.

Essa visão só foi possível ser formulada a partir da leitura não de um clássico da historiografia brasileira, mas de um trabalho, em minha visão, esquecido, mas que é fundamental, sobretudo, para que os nordestinos compreendam a importância do Nordeste nesse contexto de Guerra Fria e de disputas políticas nacionais e internacionais no Brasil contemporâneo. A pesquisa foi publicada em 1972 e chama-se: *The Politics of Foreign aid in the Brazilian Northeast* de Riordan Roett.

Cabe ressaltar que esse autor, praticamente ausente na historiografia brasileira, não alcançou a mesma projeção que autores como Thomas Skidmore ou Noam Chomsky, cujos trabalhos são amplamente difundidos. Contudo, foi Riordan Roett um dos latino-americanistas que, na década de 1970, investigou de modo sistemático as relações entre o Brasil e os Estados Unidos tomando o Nordeste como eixo central. Ele foi pioneiro ao demonstrar como a Aliança para o Progresso se estruturou na região e quais critérios orientaram a seleção dos estados

[109] ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

beneficiados. O trabalho de Skidmore[110] permanece fundamental para compreender o diálogo bilateral entre Brasil e Estados Unidos, sobretudo no que tange ao eixo Rio de Janeiro–São Paulo. No entanto, quando se trata do Nordeste, outras pesquisas, como a de Riordan Roett, merecem maior atenção e valorização.

Em tese, a administração Kennedy poderia sustentar que a ausência de projetos substanciais no Piauí decorria da incapacidade da SUDENE de elaborar iniciativas alinhadas aos desafios estruturais do estado. Apesar disso, os Estados Unidos realizaram aportes pontuais. Ainda no governo de Chagas Rodrigues, o líder piauiense manteve contato com autoridades americanas e, em 17 de dezembro de 1962, os governos do Piauí e dos Estados Unidos assinaram um acordo que destinava verba de 120 mil cruzeiros à construção ou ao aprimoramento de trinta e duas unidades de saúde, entre postos de atendimento básico e hospitais.

A realidade socioeconômica piauiense no início da década de 1960 explicita a urgência de investimentos públicos, pois o estado possuía 1.254.368 habitantes, dos quais apenas 144.799 residiam em Teresina, enquanto a maioria da população enfrentava carências severas, como ausência de abastecimento de água tratada, acesso limitado à educação, restrição alimentar e atendimento de saúde precário; nesse cenário, dados do IBGE indicavam que o Piauí contribuía com apenas quatro décimos por cento do Produto Interno Bruto nacional e registrava a mais alta taxa de analfabetismo do país, atingindo cerca de 78% da população, quadro que também se expressava na mortalidade infantil, já que o estado figurava entre os mais críticos do Nordeste, com 290 óbitos para cada 1.000 nascimentos, enquanto Sergipe e Rio Grande do Norte registravam 343 e 353 mortes de recém-nascidos por 1.000 nascimentos, respectivamente.[111]

Do ponto de vista humanitário, os Estados Unidos incluíram o Piauí no programa Alimentos para a Paz. Foram administrados projetos de merenda escolar em duzentas e setenta e duas escolas, atendendo aproximadamente trinta e oito mil alunos, além de um programa de alimentação materno-infantil em trezentos e trinta e dois centros, alcançando cerca de cinquenta e quatro mil mães. Ainda assim, os grandes projetos de infraestrutura pleiteados pela

[110] É fundamental destacar que Thomas Skidmore foi um dos mais importantes *brasilianistas*, com obras fundamentais para a compreensão da história política e social do Brasil contemporâneo. Em *Brasil: De Getúlio a Castelo (1930–1964)*, ele propôs uma reflexão sobre os limites e contradições da experiência democrática brasileira no pós-1930. Já em *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964–1985)*, discorreu sobre a consolidação da ditadura militar e o processo de transição democrática. Além disso, produziu sínteses amplamente utilizadas, como *Uma História do Brasil* e *Brazil: Five Centuries of Change*, nas quais abordou os principais processos históricos do país em perspectiva de longa duração. Todas essas obras citadas e outras sobre o Brasil, são produções reconhecidas e consolidadas, todavia, considero fundamental compreender autores que buscaram entender a Aliança para o Progresso no Nordeste como ponto chave para entender a própria criação da Aliança, bem como sua história.

[111] LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2020, p. 94.

administração de Chagas Rodrigues não foram contemplados. A justificativa institucional era inequívoca: o Piauí precisava integrar-se aos grandes programas da SUDENE para negociar novos acordos de desenvolvimento com os Estados Unidos.

Em 1963, ocorreu um episódio inédito na história política do estado: o encontro do governador Petrônio Portella com o presidente John F. Kennedy, em abril daquele ano, na Casa Branca. Foi a primeira vez que um representante político do Piauí se reuniu com um chefe de Estado norte-americano. A Casa Branca registrou que Petrônio Portella se encontrava nos Estados Unidos para uma série de compromissos e aproveitou a oportunidade para solicitar audiência com Kennedy, a fim de negociar novos investimentos da Aliança para o Progresso no Piauí. Mesmo sem aviso prévio, a administração americana incluiu o governador na agenda presidencial.

Nesse contexto, o governador manteve diálogo direto com o diplomata Ralph A. Dungan para discutir possíveis aportes financeiros. A reunião contou com a presença de Ralph Burton, diretor de Assuntos Brasileiros do Departamento de Estado, Liel Seidenman, responsável pela interpretação, e George Haciel, ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil. O memorando da Casa Branca registrou que Portella destacou a necessidade urgente de apoio dos Estados Unidos, sustentando que a SUDENE ignorava sistematicamente o Piauí e o excluía de seus projetos estruturantes.

> O governador sente que a SUDENE está obstruindo seus planos de desenvolvimento. (A posição dos EUA tem sido de que é politicamente essencial trabalhar em conjunto com a SUDENE e os estados individualmente, mas podemos ter que escolher outras alternativas porque a SUDENE está sendo "difícil").[112]

Ou seja, o representante do povo piauiense verbalizava publicamente que a SUDENE negligenciava projetos para o seu estado. O que fortalece nossa hipótese apresentada anteriormente. O diálogo entre o presidente JFK e o governador do Piauí, Petrônio Portella Nunes, em 1963, ilustra as complexidades dessa cooperação bilateral, revelando convergências e divergências nas perspectivas estadunidenses e brasileiras.

> O Presidente perguntou ao Governador sobre sua viagem aos EUA. O Governador declarou que sua visita a Washington lhe proporcionou contatos muito interessantes do ponto de vista das necessidades da área que ele representava, particularmente com aqueles que tinham responsabilidade pela condução da Aliança para o Progresso. Ele expressou confiança de que o programa se tornaria cada vez mais eficaz nos meses seguintes. O Presidente respondeu que certamente desejamos ver o programa avançar, apesar dos obstáculos que se devem, em parte, a problemas complexos da nossa parte e, em parte, à hostilidade de elementos no Brasil que se opõem à Aliança para o

[112]*CALL ON MR. RALPH DUNGAN BY THE GOVERNOR OF PIAUÍ, PETRÔNIO PORTELA*. 1963. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/. Acesso em: 10 out. 2023. Tradução nossa.

> Progresso. Ele expressou a esperança de que o programa possa ser impulsionado de modo a evitar tal oposição. O Governador Portela transmitiu ao Presidente o sentimento de agradável aura e admiração que experimentou em seus contatos com os diretores da Aliança para o Progresso aqui, por seu profundo conhecimento dos problemas e necessidades do Brasil e do Nordeste. Expressou a certeza de que os atuais obstáculos que impedem a Aliança para o Progresso serão em breve superados pela vontade dos Governadores do Nordeste. Afirmou que a hostilidade a que o Presidente se referiu era, na verdade, menor do que muitos são levados a crer. Estamos prestes a entrar em uma fase de progresso no Hemisfério, na qual a Aliança para o Progresso seria o instrumento mais produtivo para o fortalecimento da paz e da prosperidade.[113]

Em resposta às considerações apresentadas pelo governador piauiense, John F. Kennedy reconheceu as dificuldades que comprometiam a eficácia da Aliança para o Progresso no Brasil, atribuindo-as a dois fatores principais. O primeiro estava relacionado à burocracia excessiva, à falta de coordenação entre as agências envolvidas e às pressões políticas internas que atravancavam a implementação dos programas. O segundo dizia respeito à oposição de setores nacionalistas brasileiros, cuja resistência era significativa. Entre esses grupos, especialmente no interior do PTB, consolidou-se a percepção de que a Aliança configurava uma forma de intervenção estrangeira disfarçada de cooperação econômica.

No encontro, entretanto, o governador piauiense minimizou a força dessa oposição, afirmando que ela era menor do que se supunha. Ao destacar a capacidade dos governadores nordestinos para superar obstáculos institucionais, Petrônio Portella procurou reposicionar a narrativa sobre a Aliança para o Progresso, apresentando-a não como imposição externa, mas como iniciativa que poderia ser apropriada e ressignificada pelos próprios estados da região. Ainda que o memorando da visita registrasse sua insatisfação com a atuação da SUDENE, Petrônio Portella evitou mencionar explicitamente o órgão na reunião com Kennedy. Sua estratégia discursiva priorizou a ênfase na vontade regional, sinalizando o desejo de enquadrar a Aliança como projeto endógeno e compatível com as necessidades locais.

No conjunto, as duas partes convergiram na avaliação de que o êxito da Aliança seria decisivo para a estabilidade hemisférica. Kennedy projetava o programa como instrumento de progresso geopolítico, enquanto Petrônio Portella o vinculava à possibilidade de redenção social e econômica para o povo piauiense. Contudo, essa visão idealizada contrastava com entraves concretos, como a lentidão na liberação dos recursos e as tensões políticas que culminariam no golpe de 1964. É necessário reiterar que o grande objetivo da Aliança para o Progresso não era, em última instância, assegurar o desenvolvimento econômico e social propagandeado em suas campanhas, mas fortalecer uma política de contenção ideológica alinhada aos interesses norte-americanos.

---

[113] Ibidem.

Assim, o encontro entre JFK e Petrônio Portella deixa a aberto as ambiguidades estruturais da Aliança para o Progresso enquanto projeto de cooperação internacional. De um lado, os Estados Unidos buscavam conter a expansão comunista mediante investimentos seletivos e estratégicos; de outro, os líderes regionais brasileiros tentavam ampliar os benefícios destinados aos seus estados, mesmo diante das limitações impostas pela SUDENE e das exigências geopolíticas da política externa norte-americana. A experiência piauiense na Aliança revela como a Guerra Fria se manifestou em escalas regionais e locais, demonstrando que mesmo estados considerados periféricos estavam incorporados às disputas globais da época.

É crucial reiterar, mais uma vez, que a relativa exclusão do Piauí dos grandes investimentos não expressa apenas sua menor relevância estratégica aos olhos dos Estados Unidos. Reflete, também, a complexa teia de mediações institucionais e políticas que orientava a distribuição dos recursos no âmbito da cooperação internacional durante a década de 1960. Nesse contexto, a imprensa nacional desempenhou papel central na construção das percepções sobre a Aliança para o Progresso e sobre o lugar do Nordeste na política hemisférica.

O *Jornal do Brasil* teve função particularmente importante ao moldar representações sobre o Nordeste ao longo desse processo, atuando como mediador entre os discursos oficiais brasileiros e as expectativas norte-americanas. A visita do governador Petrônio Portella ao presidente Kennedy, em abril de 1963, foi registrada pelo jornal de forma a reforçar a imagem de um Piauí alinhado às diretrizes hemisféricas de desenvolvimento e à retórica anticomunista que sustentava o programa. A primeira matéria destacou que:

> O Governador Petrônio Portela Nunes, do Estado brasileiro do Piauí, foi recebido em audiência, ontem, pelo Presidente Kennedy, e informou, posteriormente, haver debatido com ele problemas e dificuldades enfrentados pelo Brasil. O visitante disse aos jornalistas que o Presidente Kennedy demonstrara, uma vez mais, seu interesse em dar assistência ao Brasil através da Aliança para o Progresso. Segundo o Sr. Portela Nunes, a maior parte das dificuldades resultam da campanha comunista contra a Aliança. O Governador piauiense revelou ter-lhe dito o Presidente Kennedy que esperava encontrá-lo em sua visita ao Brasil mas sem mencionar a data. A projetada viagem de Kennedy ao Brasil foi adiada várias vezes. Recentemente, em entrevista à imprensa, o Presidente disse que tem um compromisso para visitar aquele país.[114]

A narrativa reforçava uma interpretação segundo a qual o sucesso da Aliança dependia da superação de entraves atribuídos à ação comunista e da cooperação direta entre governadores brasileiros e a administração de Kennedy. Assim, o Piauí era apresentado como ente federativo engajado na agenda continental e disposto a superar obstáculos por

[114] GOVERNADOR DO PIAUÍ COM KENNEDY. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1963, p. 3.

meio de alinhamento político e diplomático. A reportagem também reafirmava o papel dos Estados Unidos como agente modernizador, consolidando um imaginário de dependência técnica e financeira que marcava os discursos associados ao programa. A segunda matéria, publicada semanas depois, destacou os resultados concretos da visita do governador aos Estados Unidos, acentuando o otimismo de Petrônio Portela e aproximando o leitor da ideia de que o Piauí ingressaria definitivamente na rota do desenvolvimento. O *Jornal do Brasil* relatou:

> Nova Iorque, De Nahum Sirotsky, Correspondente do Jornal do Brasil. O Governador do Piauí, Sr. Petrônio Portela Nunes, declarou ontem, após sua visita de três semanas aos Estados Unidos, que partia para o Brasil convencido de que poderia contar com a ajuda da Aliança para o Progresso e do Banco Interamericano para seus planos de desenvolvimento. O Governador do Piauí encaminhou às autoridades norte-americanas vários planos, entre os quais o de fornecimento de água para Teresina, de eletrificação, rodovias, que importam em obras no valor de seis bilhões de cruzeiros, ou meio milhão de dólares. O Sr. Petrônio Portela Nunes afirmou que seu objetivo principal é agitar o seu Estado, para tirá-lo da estagnação em que se encontra há muito tempo, para depois começar a obra de construção. Informou também ter pedido ao Banco do Nordeste estudos sobre quatrocentos mil hectares de terras de propriedade do Estado, para a posterior distribuição pelos camponeses. O Governador manteve em Nova Iorque uma reunião de mais de cinco horas com os principais importadores norte-americanos de carnaúba. Os importadores concordaram em fornecer-lhe todos os elementos informativos necessários ao plano de recuperação da carnaúba no mercado interno.[115]

A escolha editorial de apresentar detalhadamente os projetos — abastecimento de água, eletrificação, estradas, reforma fundiária parcial e recuperação da carnaúba — reforçava o ideal modernizador que permeava a cobertura da Aliança para o Progresso. As ações atribuídas ao governador apresentavam-se como sinal de iniciativa e competência administrativa, aproximando o Piauí dos critérios técnicos valorizados pelos organismos internacionais. Esse enquadramento atendia à lógica que predominava na imprensa nacional, que frequentemente reproduzia a premissa de que o desenvolvimento regional dependeria da incorporação de modelos externos de gestão e de investimentos provenientes dos Estados Unidos.

Ao publicar essas duas matérias em sequência, o *Jornal do Brasil* contribuiu para difundir uma imagem de Estado em movimento, empenhado em romper com a estagnação histórica e integrar-se às políticas hemisféricas. O jornal reforçou tanto o protagonismo pretendido por Petrônio Portela quanto a expectativa norte-americana de consolidar no Nordeste um laboratório de desenvolvimento vinculado à Aliança para o Progresso. Desse modo, o periódico atuou como agente de legitimação, projetando o Piauí no debate público

[115] GOVERNADOR DO PIAUÍ VOLTA DOS EUA CERTO DA AJUDA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1963, p.1.

nacional e inscrevendo sua trajetória política nas dinâmicas mais amplas da Guerra Fria no continente.



Figura – 10 : Encontro oficial do governador do Piauí, Petrônio Portella Nunes e o presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca em abril de 1963. Acervo Pessoal Petrônio Portella Nunes.



PIAUI NA CASA BRANCA

O Presidente Kennedy recebe o Governador Petrônio Portela na Casa Branca

BUSCA DE INVESTIMENTOS

Figura 11 – Publicação do *Jornal do Brasil* sobre a visita do governador do Piauí à Casa Branca (1963). Fonte: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1963, p. 3.

Ademais, é necessário voltar a pesquisa de Felipe Loureiro. Uma vez que ao revelar o "índice ideológico" para classificar políticos brasileiros, o pesquisador mostrou que

governadores das categorias 4 (reformistas radicais não comunistas) e 5 (centristas) eram priorizados, enquanto os de esquerda (categorias 2 e 3) recebiam valores ínfimos ou nenhum apoio (Tabelas 1.0 e 2.0). Chagas Rodrigues, governador do Piauí entre 1959 e 1962, foi enquadrado na categoria 3 (esquerdista ultranacionalista) por seu apoio a João Goulart e às reformas de base, o que justificou sua exclusão quase total dos empréstimos em dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da USAID. Piauí sob Chagas Rodrigues recebeu apenas Cr$ 120 mil em doações da USAID (1,5% do total), contra Cr$ 1,9 milhão para o Rio Grande do Norte (categoria 5) e Cr$ 1,1 milhão para Pernambuco, governado por Miguel Arraes (categoria 3), mas com maior peso geopolítico.

Tabela 3.0.

Doações da USAID ao Brasil discriminadas por estados, janeiro de 1962 a julho de 1963 (em milhões Cr$).

Estados	CRS	%
Rio Grande do Norte	1.981,00	24,9
Guanabara	1.946,00	24,5
Pernambuco	1.109,00	14,0
Agencias nordestinas	960,76	12,1
Bahia	540,00	6,8
Alagoas	370,00	4,7
Maranhão	280,00	3,5
Rio de Janeiro	200,00	2,5
Parnaíba	188,00	2,4
Ceará	150,00	1,9
Piauí	120,00	1,5
Sergipe	100,00	1,3
Total	7.944,76	100,00

Fonte: Loureiro, 2020.

Nenhum recurso em dólares foi destinado ao Piauí durante o governo de Chagas Rodrigues, padrão que se repetiu em todos os estados administrados por lideranças classificadas como de esquerda pelos Estados Unidos. Com a eleição de Petrônio Portela, da União Democrática Nacional, em 1963, o Piauí passou a ser governado por um político enquadrado na categoria cinco, correspondente ao perfil centrista associado à retórica pró-reformas sem compromisso efetivo com transformações estruturais. Essa reclassificação, conforme demonstra Felipe Loureiro, refletia a estratégia norte-americana de ampliar investimentos em territórios administrados por lideranças anticomunistas, mesmo que moderadas. Embora o memorando da Casa Branca o classificasse como progressista, Petrônio Portela seria

posteriormente reconhecido como conservador, defensor de um discurso de modernização técnica alinhado aos interesses estratégicos da Aliança para o Progresso.

Entretanto, a marginalização do Piauí sob a gestão de Chagas Rodrigues não pode ser atribuída apenas aos entraves burocráticos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Ela também expressava uma orientação deliberada dos Estados Unidos de enfraquecer governos alinhados ao trabalhismo nacionalista de João Goulart, posição à qual o governador piauiense estava politicamente associado. A ausência de investimentos agravou crises sociais, como as sucessivas secas e a precariedade estrutural, enfraquecendo sua imagem pública. Os dados disponíveis revelam que a justificativa de ineficiência técnica para a exclusão do Piauí dos projetos da Aliança para o Progresso não se sustenta. No Nordeste, estados igualmente pobres receberam recursos significativos desde que fossem governados por aliados confiáveis da política externa norte-americana.

A administração petebista enfrentou críticas de opositores, que a qualificavam como irrelevante para algumas de suas inaugurações de obras. Contudo, a escassez de financiamento externo limitava drasticamente suas possibilidades de ação. Chagas Rodrigues acabou penalizado por seu alinhamento nacionalista-trabalhista, o que refletia a prioridade dos Estados Unidos em cooptar elites explicitamente anticomunistas. Com a ascensão de Petrônio Portela, o Piauí passou a ocupar uma posição simbólica mais favorável, embora os investimentos efetivados permanecessem modestos. De modo geral, a pesquisa de Felipe Loureiro sustenta que a seletividade ideológica, mais do que critérios técnicos ou necessidades sociais, orientou o acesso aos recursos da Aliança para o Progresso, reforçando desigualdades regionais e limitando a continuidade de projetos reformistas. Nesse sentido, o caso piauiense sugere que a Guerra Fria incidiu não apenas na política externa, mas também nas dinâmicas internas do desenvolvimento nacional. Ainda assim, a posição do estado na agenda regional foi determinante: o fato de a Sudene não incluir o Piauí entre seus grandes projetos exerceu influência decisiva sobre sua capacidade de captar investimentos, de modo que, mesmo quando certos governos locais eram avaliados de forma favorável por órgãos norte-americanos, isso não se traduziu automaticamente em aportes expressivos da Aliança, como indica o caso da gestão de Petrônio Portela.[116]

> Conhecido pelos brasileiros como o mais atrasado de todos os estados brasileiros, o Piauí não foi favorecido nem pela natureza nem pelo homem. Sua pequena base econômica é baseada em indústrias extrativas (babaçu e carnaúba) e em um sistema agrícola rudimentar. A riqueza existente no estado reside nas mãos de poucas famílias. Um descendente de uma dessas famílias é agora o governador do Piauí. Jovem (na casa dos 40 anos) e simpático, Chagas Rodrigues, do PTB,

[116] LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

> tem sido um apoiador público das Ligas Camponesas e de Fidel Castro. Certa vez, ele convidou o deputado pernambucano Francisco Julião para organizar as Ligas Camponesas no Piauí; dessa forma, afirmou ele, a agricultura poderia ser ajudada a se desenvolver. Apesar desses convites cordiais, as Ligas não alcançaram nenhum sucesso notável no estado. O governador, embora ocasionalmente defenda esses programas radicais, é considerado basicamente conservador, ainda que um tanto grosseiro. As eleições para governador serão realizadas em outubro de 1962. Ainda não se sabe se a aliança PTB-UDN conseguirá ou estará disposta a impedir o retorno do PSD ao poder.[117]

Este documento, um telegrama do Departamento de Estado americano, datado de 19 de dezembro de 1961, oferece uma janela privilegiada para a política externa dos Estados Unidos em relação ao Brasil no auge da Guerra Fria. Sua análise detalhada revela não apenas a vigilância minuciosa sobre as dinâmicas políticas e sociais brasileiras, mas também a lente ideológica por meio da qual essa realidade era interpretada. O foco no Piauí, um estado que os americanos consideravam atrasado, e no governador Chagas Rodrigues, por suas ligações com movimentos nacionalistas e camponeses, ilustra a profundidade da preocupação de Washington com a estabilidade de zonas nordestinas e a contenção de influências julgadas subversivas. O que analisaremos insere-se naquilo que David Wise e Thomas Ross definiram como Governo Invisível, entendido como uma engrenagem paralela de poder que opera no interior do Estado norte-americano e que, em determinados contextos, pode valer-se de programas oficiais para viabilizar a coleta de informações, a produção de relatórios e operações de caráter reservado, articulando indivíduos e órgãos provenientes do próprio governo formal.[181] Nessa chave de leitura, ações públicas de cooperação e ajuda externa podem, em situações específicas, conviver com objetivos informacionais menos explícitos, sobretudo em cenários marcados por disputas geopolíticas.

> Existem hoje, nos Estados Unidos, dois governos. Um é visível. O outro, invisível. O primeiro é o governo sobre o qual os cidadãos leem nos jornais e as crianças estudam nos compêndios de educação cívica. O outro é a maquinaria oculta e interligada que executa a política dos Estados Unidos na guerra fria. O segundo governo invisível coleta informações, dirige a espionagem, planeja e executa operações secretas em todo o mundo. O Governo Invisível não está formalmente organizado. É um agrupamento amorfo e indefinido de indivíduos e órgãos extraídos de vários setores do governo visível.[118]

Há exemplos que permitem dialogar com essa perspectiva, como a atuação da USAID no âmbito do Acordo Nordeste, amplamente divulgado, mas frequentemente descrito como

---

[117] RAINE, P. *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Relatório, 19 dez. 1961. *Opening the Archives Project* / NARA / CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662–832.24/1-2263, Record Group 59, slide 777. *Records of the U.S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960–1963*. Tradução nossa. Disponível em: http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html.

[118] ROSS, Thomas; WISE, David. *O governo invisível: as forças ocultas dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 1.

marcado pela presença de quadros norte-americanos sem experiência substantiva no território brasileiro, o que abre margem para problematizações sobre a circulação de profissionais formalmente vinculados à cooperação, mas potencialmente mobilizados para observar e reportar realidades locais em um contexto de Guerra Fria. Em alguns casos, a própria dinâmica da presença norte-americana no Nordeste incluiu estruturas de permanência mais duradouras, como a formação de colônias e a vinda de funcionários com suas famílias, o que evidencia que a APP não se reduziu a visitas pontuais, mas envolveu formas cotidianas de inserção institucional.

A descrição do Piauí em documentos produzidos nesse ambiente, embora marcada por um viés etnocêntrico, refletia uma preocupação estratégica. O subdesenvolvimento do estado não era visto como um mero problema local, mas como uma condição capaz de gerar instabilidade e favorecer a penetração de ideologias percebidas como hostis aos interesses dos Estados Unidos. A concentração de terras e a desigualdade social apareciam, nesse enquadramento, como terreno fértil para discursos anticapitalistas, em sintonia com os temores que se intensificaram após a Revolução Cubana. Nesse sentido, Pedro Carvalho Oliveira observa que foi no início dos anos 1960 que os Estados Unidos "descobriram a pobreza estrutural da região e suas supostas semelhanças com Cuba: a presença significativa de uma indústria canavieira, a miséria das regiões sertanejas, a ausência de reformas pontuais que reduzissem a pobreza e a penetração de agentes políticos alinhados ao comunismo entre os movimentos camponeses".[119]

A partir desse tipo de registro, torna-se mais claro que a percepção do Nordeste como um "barril de pólvora" não era exclusiva da CIA nem dos consulados. Riordan Roett corrobora essa leitura ao descrever o Nordeste como uma área de subdesenvolvimento extremo, com indicadores sociais comparáveis aos das regiões mais pobres da Ásia e da África, destacando analfabetismo, desnutrição e uma estrutura agrária arcaica como traços dessa realidade. Nesse enquadramento, a pobreza e a desigualdade locais eram tratadas como ameaças potenciais à segurança hemisférica, legitimando vigilância, classificação política e a própria ideia de intervenção. Roett também sustenta que, para a administração Kennedy, o Nordeste se configurava como espaço prioritário de experimentação da nova política de ajuda externa, dada a combinação entre a miséria regional e o peso estratégico do Brasil. Assim, a visão norte-americana sobre o Piauí, ainda que frequentemente superficial, operava em chave geopolítica: atraso e desigualdade não eram apenas dados econômicos, mas elementos de um cenário de risco, no qual a miséria poderia ser interpretada como passível de exploração por forças consideradas hostis.

---

[119] OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Terra seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 29-30.

A figura do governador Chagas Rodrigues emerge no telegrama como um ponto central de preocupação para o Departamento de Estado americano. Sua descrição como político jovem e simpático contrasta com a ambiguidade de suas posições, o que o coloca sob constante monitoramento. Dois fatores principais acenderam o alerta americano: seu apoio público às Ligas Camponesas e Fidel Castro. A associação com esses nomes era um sinal vermelho, e o convite a Francisco Julião para organizar as Ligas no Piauí foi interpretado como a legitimação de um movimento considerado uma ameaça à estabilidade regional.

A análise americana sobre Chagas Rodrigues, no entanto, é marcada por uma aparente contradição. Embora defendesse pautas radicais, ele era visto como um político de fundo conservador, ainda que seu estilo fosse considerado um tanto grosseiro. Essa dualidade revela a dificuldade dos EUA em classificar figuras brasileiras que não se encaixavam nas categorias rígidas da Guerra Fria. Chagas Rodrigues, como muitos trabalhistas do PTB, provavelmente utilizava uma retórica nacionalista para construir um projeto soberano, sem necessariamente buscar transformações radicais em um regime comunista. Para Washington, contudo, tanto o nacionalismo reformista quanto o comunismo eram projetos indesejáveis.

No que diz respeito às Ligas Camponesas, o telegrama observa que, apesar do convite do governador, elas não tiveram sucesso notável no Piauí. Contudo, essa aparente falta de êxito não diminuía a preocupação americana. A análise não se concentrava na força imediata do movimento, mas em seu potencial de crescimento e desestabilização com o apoio de uma figura política influente. A simples presença de Francisco Julião, símbolo da luta pela reforma agrária, já representava a semente de um movimento de massa.

Em suma, a vigilância sobre as Ligas no Piauí não se referia à sua força real, mas ao que poderiam se tornar. Movimentos que questionavam a estrutura fundiária eram vistos como potenciais veículos da ideologia comunista, independentemente de suas intenções. A preocupação americana era com a fagulha, não apenas com o incêndio. Isso reforça que os EUA estavam atentos a qualquer sinal de mobilização social, por mais incipiente que fosse, que pudesse ser interpretado como um passo rumo à subversão.

3.3 Piauí sob Águias americanas, jornalistas nacionalistas em reação: denúncias de bases secretas e exploração no solo piauiense

Como já analisamos, na segunda metade do século XX, o Nordeste brasileiro tornou-se palco das disputas geopolíticas da Guerra Fria. A região, historicamente negligenciada pelas elites nacionais, atraiu a atenção dos Estados Unidos justamente por seu potencial de insurgência social. Neste contexto, destacam-se as denúncias do periódico carioca *O Semanário* sobre ações de agentes norte-americanos no Piauí. Os EUA investiram em ações econômicas, midiáticas e secretas no Nordeste, buscando evitar mudanças políticas radicais que pudessem

ameaçar seus interesses na América Latina. O objetivo dessa seção é analisar as matérias e denúncias do jornal, na qual colocam um destaque nacional para o Piauí como uma área marcada pela presença americana de forma indevida e apresenta denúncias gravíssimas sobre uma suposta exploração mineral em terras piauiense.

O Semanário publicou reportagens investigativas lideradas pelo jornalista e aviador Jocelyn Barreto Brasil Lima. Com a manchete: Aviões ianques dispõem de bases militares secretas. Quando o jornalista chegou no segundo semestre de 1962, no Piauí, constatou que um helicóptero da US Air Force saía constantemente do litoral para o interior e pousava em território ao qual o Estado brasileiro não chegava. Além disso, o jornalista foi provocado por um vaqueiro de Campo Maior quando disse que ninguém pode entrar na área onde a aeronave pousa. O coronel de reserva da Aeronáutica percorreu nove estados nordestinos para denunciar a "infiltração imperialista" norte-americana em regiões onde o Estado brasileiro não mantinha presença efetiva. Suas investigações revelaram a existência de bases militares secretas e o uso de helicópteros da *US Air Force* para transporte de minérios, especialmente a extração ilegal de areia monazítica entre Pedro II e Campo Maior, no Piauí. Jocelyn Lima Brasil descreveu sua experiência no estado:

> Quando andei pelo Piauí em 1956, constatei ali a presença de helicópteros norte-americanos. Soube depois que estavam fazendo trabalho de cartografia. Tempos depois, um major do Exército abandonava o convívio com os cartógrafos. Explicou: esses serviços devem ser feitos com a presença de um fiscal brasileiro, e para isso o Ministério da Guerra designa um major. Acontece que os "gringos", vez por outra, deixavam major em terra, do que este não gostava e com o que não podia concordar. [...] O governador Chagas Rodrigues declarou que, enquanto governou o Piauí, sumiram dali os tais aviões e helicópteros. Bastou que entregasse o governo ao udenista seu vice-governador, para que os helicópteros e o "Hércules" voltassem a cortar os ares do Piauí [...] Esse avião e esses helicópteros têm tripulações que vivem em um acampamento no aeroporto de Teresina. Em novembro do ano passado, eram 20 os americanos existentes em Teresina, chefiados por um capitão de nome William Miller. Hospedavam-se no Hotel Piauí. Como a juventude local começasse a implicar com a presença desses estrangeiros na cidade, passaram eles a residir na base, num acampamento de barracas no aeroporto, longe das vistas de quem desembarca na cidade Agem esses americanos nas regiões de Campo Maior, Picos, Piracuruca (Sete Cidades, parque nacional), fazendo pião em Teresina. Em Campo Maior, há também um acampamento; contaram-me que um vaqueiro ia perseguindo uma rés e teve de parar ante a aparição de americanos, de armas mãos; parece que a rés havia entrado em território americano e o vaqueiro teve que respeitar. Da região de Campo Maior, eles têm carregado minérios. E de Sete Cidades, também. Contaram-me que Sete Cidades é um monumento de pedras. Segundo alguns, deve existir, em todo o Estado, cerca de 80 homens. A população local andava muito curiosa a respeito das atividades daqueles estrangeiros, até que houve uma explicação dada pelo comandante da Guarnição Federal, que, até então, também nada conhecia a respeito. Explicaram que os americanos andam fazendo o mapeamento da região, o que, por sinal, já faziam em 1955.[120]

[120] Brasil, Jocelin. Americanos espalham postos de observação no interior do País. *O Semanário*, Rio de Janeiro, n. 332, 9–15 maio 1963, p. 8.

O relato de Jocelyn Brasil ilustra o conceito de governo invisível na realidade piauiense. A justificativa oficial de "trabalho de cartografia" era uma estratégia típica das operações de inteligência americana na América Latina, disfarçando atividades militares sob a forma de cooperação técnica. Baseados no relato, podemos ver a exclusão do fiscal brasileiro designado pelo Ministério da Guerra e a reação de um vaqueiro de Campo Maior, que foi impedido de entrar em uma área sob controle americano, como um desrespeito à soberania nacional e a natureza da operação, que claramente ia além de uma simples cartografia. Em outras palavras, tal quadro é uma violação importante e ademais: ela é pouco conhecida pelos próprios piauienses. Nem mesmo a geração piauiense dos anos 1960, tampouco a atual debateu essa denúncia em seus círculos e simpósios sociais.

Além disso, a correlação entre a orientação política dos governantes e a presença de aeronaves americanas evidencia o caráter político da operação. Os helicópteros "sumiram" durante o mandato do governador Francisco das Chagas Rodrigues, mas retornaram quando o poder foi transferido para seu vice-governador, um udenista. Essa alusão sugere que a presença americana estava intrinsecamente ligada ao alinhamento político das autoridades locais com os interesses de Washington. O que é pode ser uma linha interpretativa do jornalista, mas que mesmo sendo um isso, ela tem respaldo pelos próprios acontecimentos futuros, na qual, Chagas Rodrigues manteve sua posição nacionalista e os componentes da UDN no Piauí, apoiaram o golpe de 1964 e perpetuação ou avanço da ditadura de 1964.

Apesar da explicação oficial do comandante da Guarnição Federal de Teresina, Coronel Façanha, de que se tratava apenas de uma suposta pesquisa militar, a reportagem de *O Semanário* é crucial por expor a presença americana no Piauí e levantar suspeitas sobre suas ações, especialmente considerando o apoio dos EUA ao Golpe Civil-Militar brasileiro. Tanto o editorial como o jornalista, Jocelyn Brasil, apontam que essas ações são na verdade, espionagem americana no Brasil. E isso não era novidade no Brasil. Mas sua manifestação específica no Piauí representava um fato relevante que exigia investigações históricas mais aprofundadas.

Essa situação exemplifica o que Moniz Bandeira denominou de "presença hegemônica", na qual a soberania nacional é gradualmente erodida por operações que, embora formalmente autorizadas, escapam ao controle efetivo das autoridades brasileiras.[121] Mas isso é um quadro de análise, outro é a denúncia específica de *O Semanário* sobre a extração de minérios foi reforçada por um ex-Secretário de Economia do Piauí:

> Aparelhos Norte-Americanos em Missão Secreta no Piauí é o título da denúncia do ex-Secretário de Economia do Piauí, revelando que aviões ianques, com base

[121] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

> provável em uma das Guianas, estão há vários meses carregando sacos da preciosa areia monazítica existente entre os Municípios de Pedro II e Campo Maior.[122]

É importante destacar que podem ter existido pesquisas realizadas no Brasil em parcerias internacionais, mas, até o presente momento, há pouco conhecimento sobre pesquisas arqueológicas ou de caráter mineral, entre outras, realizadas no Piauí durante os anos 1960, nas quais brasileiros e norte-americanos tenham dialogado para explorar superficialmente. O que temos em termos de notícias na imprensa está nas páginas do jornal O Semanário: são duas denúncias sobre a presença estadunidense no estado: uma de caráter de espionagem e outra de cunho exploratório, inclusive com relatos de caixas carregadas com minérios piauienses sendo exportadas da região para o hemisfério norte.

Além disso, a notoriedade local das denúncias, especialmente após 1953, e a ausência de investigações aprofundadas por autoridades locais, refletem a dependência de acordos bilaterais que legitimavam a presença dos Estados Unidos. Ademais, um arquivo da CIA, publicado em fevereiro de 1999 na sala eletrônica do FOIA, contém imagens do Piauí, incluindo fotos aéreas de Teresina, possivelmente obtidas por helicópteros americanos. Embora não se possa concluir que essas imagens estejam diretamente relacionadas às denúncias de O Semanário, elas reforçam a presença de vigilância americana na região. Pesquisas mais aprofundadas são necessárias para estabelecer conexões definitivas e encontrar documentos que comprovem essas hipóteses

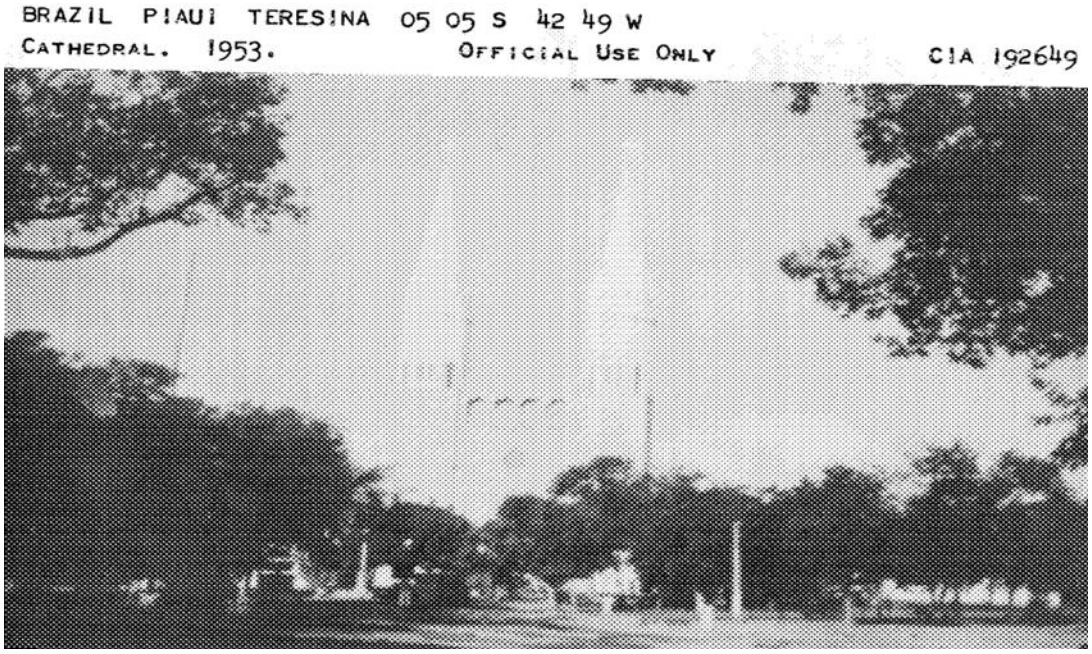
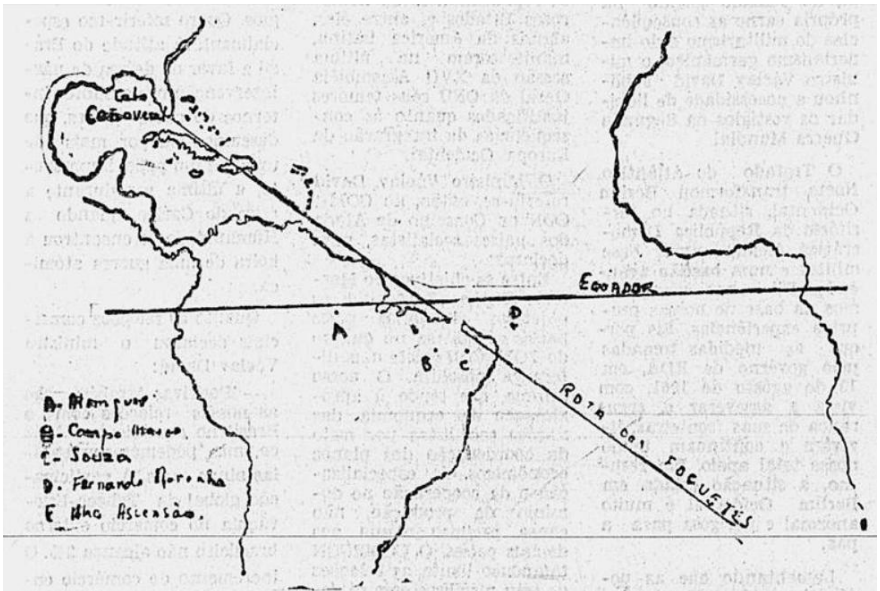


Figura-12:Fonte: Current Inteligence Weekly Review. [Secret]. Central Intelligence Agency. 01. 1953. Disponível em: < https://www.cia.gov/readingroom/ >

[122] BRASILIANAS. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 17–23 jan. 1963, p. 2.

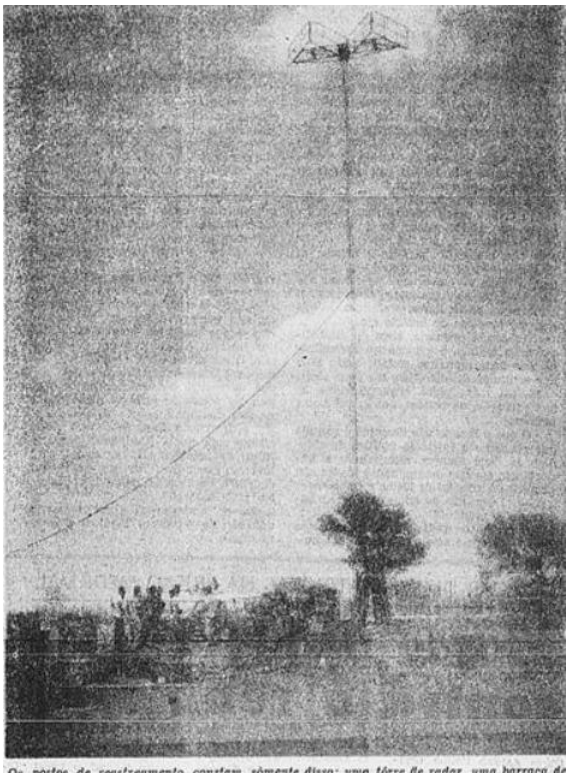
O que podemos apresentar, de modo geral, é que havia uma lógica de vigilância global, conforme enfatizado pelo ex-diretor da CIA, Allen Dulles, que defendia a necessidade de "vigilância constante em todas as partes do mundo".[123] Em alusão a essa visão de Allen Dulles, podemos interpretar que o Piauí, embora considerado periférico, não escapou à atenção da inteligência americana, ao contrário de outras regiões do Nordeste brasileiro. Novas considerações sobre as denúncias de Jocelyn Brasil, publicadas na edição de *O Semanário* de 9 a 15 de maio de 1963, aprofundam a narrativa investigativa sobre a presença americana no Norte e Nordeste do Brasil, ligando-a à instalação de postos de observação e espionagem.



Aí está a trajetória dos foguetes norte-americanos saindo de Cabo Cañaveral. Entre Alenquer (A), no Pará, e Campo Maior (B), no Piauí, deve haver mais duas estações de rastreamento. O interior do Brasil é utilizado como se fôssemos um Pôrto Rico qualquer

Figura-13: Imagem reproduzida pelo Jornal *O Semanário* destacando que: Aí está a trajetória dos foguetes norte-americanos saindo de Cabo Canaveral. Entre Alencar (A) no Pará e Campo Maior (B), no Piauí deve haver mais duas estações de treinamento. O interior do Brasil é utilizado como se fôssemos um Porto Rico qualquer.

[123] DULLES, Allen. *The craft of intelligence*. 1. ed. New York: Harper & Row, 1963, p. 44, tradução nossa.



Os postos de rastreamento constam, sòmente disso: uma tôrre de radar, uma barraca de operação e um gerador, que fornece energia para a operação. É inclúsive, portanto, a instalação de tais postos. Quantos haverá pelo interior do Brasil?

Figura-14: Imagem dos postos de rastreamento com uma torre de radar conforme apuração do O Semanário.

A matéria denuncia a movimentação misteriosa de aviões e helicópteros americanos em cidades como Belém, São Luís e Teresina, sugerindo que essas aeronaves transportavam materiais para estações de rastreamento de foguetes localizadas em pontos estratégicos do país. O jornalista expõe que as caixas trocadas entre os helicópteros continham, aparentemente, equipamentos para essas instalações, cuja função seria monitorar lançamentos de foguetes no território brasileiro. Jocelyn Lima detalha a suspeita sobre a localização dessas bases:

> Quem acompanhou minhas reportagens anteriores sobre a presença de americanos no Norte e Nordeste do Brasil, há por certo de se recordar de que falei em Hércules, trocando caixas com helicópteros da USAF, em Belém, em São Luís e em Teresina. Naquela ocasião, não sabíamos bem a que atribuir tais permutas, nem dizer o que continham tais caixas. Já hoje podemos adiantar qualquer coisa. Aonde aquelas caixas iam ter, saídas dos aviões e carregadas pelos helicópteros? A uma estação de rastreamento de foguetes. Tivemos conhecimento apenas da existência de duas: a de Alenquer e a de Sousa. Agora, ficamos a imaginar que entre Alenquer e Sousa há de haver outras estações. Onde? Uma delas já podemos concluir que deve ficar ali pelo Piauí, em redor de Campo Maior, tal a frequência dos voos de helicópteros entre Teresina e aquela região. E as outras? Possivelmente deverá haver uma no interior do Maranhão, ali pela região de Pindaré ou Codó, e outra lá para as bandas do Gurupi, no interior do Pará.[124]

[124] Brasil, Jocelin. Americanos espalham postos de observação no interior do País. *O Semanário*, Rio de Janeiro, n. 332, 9–15 maio 1963, p. 8.

A análise crítica da reportagem sugere que o Piauí, especificamente a região de Campo Maior, era considerado um dos centros geoestratégicos de interesse dos Estados Unidos, com ações diretamente ligadas à competição por hegemonia no hemisfério ocidental durante a Guerra Fria. A sugestão de que Campo Maior poderia abrigar uma estação de rastreamento de foguetes, baseada na frequência dos voos de helicópteros, suscita sérias questões sobre a soberania nacional e a autonomia do Brasil diante das pressões externas.

Além da descrição minuciosa dos movimentos de aeronaves, a reportagem apresenta uma crítica contundente à forma como os Estados Unidos se infiltraram no interior do Brasil, operando de forma oculta e sem fiscalização. A precariedade das instalações, que funcionavam com geradores próprios e eram abastecidas por helicópteros com alimentos e combustível, é um ponto que o jornalista utiliza para dar visibilidade a estruturas muitas vezes ocultas sob a justificativa de programas de cooperação e assistência internacional. A matéria descreve a precariedade das instalações:

> Como se vê na fotografia que ilustra esta reportagem, a instalação desses postos é muito precária. Ali não há nenhum conforto. São os helicópteros que abastecem esses postos, não só de gêneros alimentícios como de combustível. Isto foi verificado quanto à estação de Sousa. O posto trabalha com energia de gerador próprio. Há dois deles lá em Sousa, um trabalhando e o outro de reserva.[125]

A descrição da natureza clandestina da operação intensifica o teor crítico da denúncia, ao sugerir que a ação não se limitava à espionagem, mas envolvia também a exploração indevida de áreas do interior do Brasil. A suspeita levantada por Jocelyn Lima de que outros centros de comunicação poderiam existir no Piauí, Maranhão e Pará amplia a percepção de uma rede de controle norte-americana atuando sem o conhecimento efetivo das autoridades brasileiras e da população local.

Mais uma vez, a denúncia de Jocelyn Brasil insere-se como um relevante exercício de jornalismo investigativo, ao revelar dinâmicas de poder e controle impostas por uma potência estrangeira em território nacional. Ao mesmo tempo, a reportagem evidencia as fragilidades da vigilância do Estado brasileiro, que se mostrava cada vez mais dependente da assistência externa (especialmente dos Estados Unidos) para viabilizar seus projetos de desenvolvimento e de segurança nacional.

As análises de Moniz Bandeira e de Johny Santana de Araújo contribuem para a leitura das matérias e das denúncias publicadas pelo jornal *O Semanário*, permitindo inseri-las em um quadro mais amplo de intervenção estadunidense no Brasil. Conforme destaca Araújo, a vigilância norte-americana no Piauí não se restringia ao apoio financeiro, mas também incluía o monitoramento de organizações de esquerda, sujeitos políticos, entidades, movimentos

[125] Ibidem.

sociais e até da movimentação do próprio governador.[126]

Outro aspecto que merece destaque é o caso de Campo Maior. Tradicionalmente reconhecida pela historiografia piauiense como um dos centros de atuação das Ligas Camponesas, a cidade pode ser compreendida, à luz dessas pesquisas, também como um espaço de manifestação da Guerra Fria no Nordeste brasileiro. A região ganhou projeção nacional a partir das denúncias de espionagem e exploração do solo brasileiro veiculadas por *O Semanário*. Ao mesmo tempo, configurava-se como um polo de atuação de grupos contra-hegemônicos no Nordeste, ainda que dissidentes, uma vez que o principal núcleo das Ligas Camponesas se encontrava em Pernambuco. Essa condição não reduz, e sim reforça, a complexidade política e internacional que marcou a região.

Dessa forma, pode-se destacar uma localidade atravessada simultaneamente pela atuação de forças contra-hegemônicas e pela suposta presença norte-americana, representante da hegemonia política do período, realizando alegadas operações secretas no mesmo território. Tal dinâmica não pode ser negligenciada, pois remete a um Piauí inserido nas disputas da Guerra Fria. É possível discutir que a presença norte-americana foi facilitada por agentes vinculados a programas como a USAID e os Corpos da Paz, que atuavam formalmente como consultores e técnicos, mas, paralelamente, ofereciam suporte logístico e político para ações voltadas à desestabilização do governo de João Goulart.[127]

Moniz Bandeira, com base em informações atribuídas a órgãos de segurança brasileiros, afirma que "no Piauí, a CIA organizou indubitavelmente uma vasta operação especial, com suporte militar dentro e fora do país". Segundo essa denúncia havia em Teresina um campo de pouso para helicópteros clandestino".[128] Essa lógica de atuação, já observada em outros cenários da Guerra Fria, teria como objetivo fomentar focos de resistência à expansão das Ligas Camponesas e a outras formas de organização política de esquerda. A intensidade da presença militar norte-americana no Nordeste é reforçada, pelo aumento expressivo de pessoal, comparável apenas ao período da Segunda Guerra Mundial.[129]

O Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos coordenava programas militares na América Latina, com missões de assessoramento que, no Brasil, chegaram a ultrapassar 100 homens em 1966. Desde 1961, o foco desses treinamentos teria se concentrado em ação cívica, contrainsurgência e defesa interna, o que indica uma preparação voltada a

---

[126] ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí e o Nordeste na Guerra Fria: as ações e contra-ações da Aliança para o Progresso (1961-1966). In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BATISTA, Joel Marcos B. de S.; CASTELO BRANCO, Ronald C.; CARDOSO, Natanael da S. (org.). *60 anos do golpe: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder*. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2025, p. 197.
[127] Ibidem, p. 202.
[128] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 136.
[129] Ibidem, p. 135-136.

conflitos domésticos.[130]

Em síntese, a análise crítica da reportagem permite compreender com maior nitidez como a Guerra Fria se estendeu pelo Brasil, especialmente no contexto da Aliança para o Progresso. Embora apresentada oficialmente como um programa de cooperação voltado ao desenvolvimento, a APP, quando interrogada por denúncias como a de Jocelyn Brasil, também expõe dimensões de controle e influência geopolítica que não se reduzem à assistência econômica. A atuação norte-americana no Piauí e em outras áreas do Norte e Nordeste aparece, nesse tipo de fonte, ligada a interesses estratégicos mais amplos, envolvendo monitoramento, disputas por informações e atenção a territórios considerados sensíveis.

O ponto decisivo, porém, é que esse material permite recolocar o Piauí em um novo eixo de análise. Boa parte da literatura sobre Guerra Fria no Nordeste tende a privilegiar a Zona da Mata e o Agreste, em especial estados como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, tanto pelo peso político dessas regiões quanto pela força e visibilidade de núcleos camponeses e pela forma como foram retratados em circuitos jornalísticos nacionais e internacionais. Isso acabou por deixar o território piauiense em posição secundária, como se estivesse fora do "centro" das tensões. A reportagem de *O Semanário*, entretanto, aponta em outra direção: mesmo sem ter sido alvo de grandes investimentos da APP, o Piauí estava inserido no tabuleiro da Guerra Fria internacional no Nordeste brasileiro, ainda que por dinâmicas distintas. Aqui, a inserção não se dá principalmente pela intensidade dos aportes econômicos, mas pela combinação entre vigilância, suspeitas, disputas informacionais e pela leitura geopolítica de áreas periféricas como possíveis pontos de risco.

Desse modo, a reportagem cumpre papel fundamental não apenas por denunciar uma ingerência externa disfarçada sob o discurso da ajuda internacional, mas por abrir caminho para uma interpretação mais complexa do Nordeste na Guerra Fria: não como um espaço homogêneo, mas como um mosaico de regiões com ritmos, prioridades e formas diferentes de intervenção e monitoramento. Nesse quadro, o Piauí deixa de ser apenas "ausência" nos grandes projetos e passa a ser entendido como parte ativa, ainda que sob outros mecanismos, do mesmo cenário de disputa internacional.

3.4 O golpe no olhar da CIA

[130] LIEUWEN, Edwin. *Survey of the Alliance for Progress: the Latin American military: study prepared at the request of the Subcommittee on American Republics Affairs of the Committee on Foreign Relations, U.S. Senate, Oct. 9, 1967*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1967, p. 27. Apud: ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí e o Nordeste na Guerra Fria: as ações e contra-ações da Aliança para o Progresso (1961-1966). In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BATISTA, Joel Marcos B. de S.; CASTELO BRANCO, Ronald C.; CARDOSO, Natanael da S. (org.). *60 anos do golpe: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder*. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2025, p. 204.

O contexto da Guerra Fria transformou a América Latina em um laboratório de intervenções políticas, econômicas e militares. A construção do chamado "perigo comunista" seguiu padrões globais de fabricação do inimigo interno e externo, mobilizando discursos e práticas semelhantes em diferentes regiões do mundo. Como demonstram Chomsky e Herman, a legitimação dessa ameaça contou com a atuação decisiva de institutos de produção de conhecimento, responsáveis por fornecer bases intelectuais e técnicas para justificar intervenções diretas e indiretas.[131]

Nesse sentido, a análise de Robert Pollard sobre os fundamentos econômicos da Guerra Fria evidencia como a política externa norte-americana para a América Latina foi estruturada a partir da lógica da "segurança econômica", formulada ainda no imediato pós-guerra, entre 1945 e 1950.[132] Essa orientação, como aponta González Casanova, converteu o anticomunismo em eixo central das relações interamericanas, produzindo um quadro geopolítico no qual propostas reformistas passaram a ser recorrentemente associadas à "subversão" da ordem liderada pelos Estados Unidos.[133]

Em perspectiva comparada, García Ferreira e Taracena Arriola mostram, a partir do caso centro-americano, como essa lógica sustentou a construção de uma arquitetura de intervenção que também encontrou expressão no Brasil em 1964.[134] A historiografia sobre o golpe brasileiro e o uso de documentação desclassificada é vasta e consolidada. Nesse campo, destaca-se o trabalho de Carlos Fico, que esclarece o papel do Departamento de Estado, da CIA e da United States Agency for International Development (USAID) em processos de desestabilização política.[135]

De modo geral, arquivos que, no momento de sua produção, integravam regimes de sigilo e segurança nacional tornaram-se, com o passar do tempo, testemunhos privilegiados de como se articularam operações de influência e intervenção por meio de instrumentos econômicos, políticos e militares. A triangulação entre relatórios de inteligência, documentação diplomática e registros do Executivo norte-americano permite reconstruir não apenas a cronologia dos eventos, mas também a mentalidade e os métodos que tornaram tais intervenções viáveis.[136]

---

[131] CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. The Washington connection and Third World fascism. In: CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *The political economy of human rights*. v. 1. Boston: South End Press, 1979.

[132] POLLARD, Robert. *La seguridad económica y los orígenes de la Guerra Fría (1945-1950)*. Buenos Aires: GEL, 1990.

[133] GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Imperialismo y liberación: una introducción a la historia contemporánea de América Latina*. México: Siglo XXI, 1979.

[134] GARCÍA FERREIRA, R.; TARACENA ARRIOLA, A. *Guerra Fría y anticomunismo en Centroamérica*. Guatemala: FLACSO, 2017.

[135] FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[136] Sobre o uso articulado de relatórios de inteligência, documentação diplomática e registros do Executivo norte-americano, ver especialmente a discussão metodológica e empírica em FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

No período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, a economia brasileira sob o governo João Goulart atravessava um cenário de crescente instabilidade. Embora o Produto Interno Bruto tenha apresentado crescimento em determinados momentos, a inflação constituía um dos principais problemas, intensificando-se ao longo do início da década, em associação a conflitos distributivos, restrições externas e deterioração de expectativas em ambiente de instabilidade política.[137] A elevada dívida externa, somada à radicalização do conflito político, contribuiu para a formação de um ambiente de incerteza que favoreceu o processo de desestabilização do governo.

O contexto militar também foi decisivo. Como analisam Rouquié e Veneroni, os militares brasileiros não atuaram apenas como executores de um projeto imposto externamente, mas como parceiros estratégicos que compartilhavam uma visão geopolítica convergente com agendas de segurança hemisférica.[138] A Escola Superior de Guerra desempenhou papel relevante na difusão de concepções de segurança nacional que legitimavam ampliação da vigilância e fortalecimento do autoritarismo estatal contra os chamados subversivos. Desde a década de 1950, essa instituição já defendia a expansão e o aperfeiçoamento do sistema de informações brasileiro, indicando que, antes mesmo de 1964, o intercâmbio entre militares brasileiros e setores de inteligência dos Estados Unidos era uma realidade consolidada.

Esta seção tem como objetivo analisar documentos desclassificados da CIA a fim de compreender como se constituíram visões e ações dos Estados Unidos em relação ao golpe de 1964 no Brasil. Ao cruzar fontes primárias da inteligência norte-americana com interpretações de diplomatas, historiadores e cientistas políticos, busca-se não apenas aprofundar o entendimento sobre 1964, mas também oferecer elementos para compreender formas contemporâneas de desestabilização política na América Latina.

A revelação desses arquivos ultrapassa o âmbito das relações bilaterais, expondo uma arquitetura de construção de regimes autoritários durante a Guerra Fria. Como argumentam García Ferreira e Taracena Arriola, e também Katz, o caso brasileiro não foi um episódio isolado, mas parte de uma dinâmica hemisférica de disputa e controle.[139] Pode-se falar, assim, em uma cartografia autoritária na América Latina, considerando o peso político do Brasil na dinâmica regional. Em um momento histórico no qual o passado é mobilizado para compreender o presente, desvendar esses mecanismos constitui contribuição relevante para debates sobre democracia no continente.

---

[137] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata (séries históricas de PIB e inflação com base em IBGE e outras bases oficiais). Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 10 jan. 2026.

[138] ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires: EMECE, 1984; VENERONI, Horacio. *Estados Unidos y las fuerzas armadas de América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1971.

[139] GARCÍA FERREIRA, R.; TARACENA ARRIOLA, A. *Guerra Fría y anticomunismo en Centroamérica*. Guatemala: FLACSO, 2017; KATZ, Friedrich. La Guerra Fría en América Latina. In: SPENSER, D. (org.). *Espejos de la Guerra Fría: México, América Central y el Caribe*. México: CIESAS-Porrúa, 2004. p. 11-30.

Nesse contexto, destaca-se a atuação de duas instituições centrais nas relações Brasil e Estados Unidos, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Ambas contaram com apoio norte-americano e atuaram de forma decisiva na desestabilização da democracia brasileira. Nos anos 1960, enquanto o país vivia intenso debate em torno de reformas sociais, essas entidades emergiram como articuladoras de um projeto de contenção das ideias reformistas em expansão.

O IPES foi criado em agosto de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros. Segundo Martina Spohr, embora incorporasse elementos de diferentes correntes ideológicas, seus membros eram unificados por "conexões econômicas multinacionais, postura anticomunista e o desejo de ajustar e reestruturar o Estado brasileiro".[140] Apesar de se apresentar como organização apolítica, com fins educativos e cívicos, o IPES atuou, na prática, como núcleo de articulação conservadora, promovendo campanhas destinadas a influenciar a opinião pública e o tecido social brasileiro.[141]

O IBAD, por sua vez, operava por meio de intelectuais orgânicos ligados ao empresariado, que estabeleceram redes com empresários, militares e altos funcionários públicos. Conforme observa Spohr, o instituto interferia diretamente em governos legislativos e estaduais, além de atuar em processos eleitorais nacionais e regionais, inclusive no apoio a determinados sindicatos.[142]

É igualmente relevante destacar que a inteligência norte-americana produziu avaliações sobre João Goulart antes mesmo de sua chegada à Presidência da República. Ainda na década de 1950, ele já era retratado como um líder de esquerda, frequentemente associado ao comunismo e a grupos considerados subversivos. Assim como ocorreu no Brasil, onde foi alvo de críticas de setores conservadores desde sua atuação no Ministério do Trabalho no governo Vargas, Goulart também foi objeto de desconfiança por parte da política externa norte-americana.

Em setembro de 1953, a CIA elaborou um relatório semanal de inteligência que reunia informações consideradas estratégicas para a política externa dos Estados Unidos em diferentes regiões do mundo. Na seção dedicada ao Brasil, o próprio título já expressava uma leitura depreciativa da figura de João Goulart: *The new Brazilian labor minister and his pro-communist allies*. Esse enquadramento revela como, desde cedo, sua trajetória política foi interpretada a partir da lógica do anticomunismo, contribuindo para a construção de sua imagem como ameaça à ordem hemisférica defendida pelos Estados Unidos.

---

[140] SPOHR, Martina. *American way of business: a influência do empresariado norte-americano na América Latina durante a Guerra Fria*. Curitiba: Appris, 2020, p. 162.
[141] DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
[142] SPOHR, Martina. *American way of business: a influência do empresariado norte-americano na América Latina durante a Guerra Fria*. Curitiba: Appris, 2020, p. 160.

O conteúdo do relatório destaca que os esforços do ministro brasileiro eram voltados supostamente para construir uma máquina política baseada em sindicatos consolidados, visando fortalecer a influência comunista nas organizações trabalhistas do país. Nesse contexto, para os escritores desta apreciação, João Goulart era um oportunista, uma vez que tais ações lhe renderiam ganho de popularidade entre as classes populares.

Apesar disso, reconheceu-se que, em seus três primeiros meses no cargo, João Goulart já obteve alguns sucessos, tais como o estabelecimento, pela primeira vez, de uma máquina de mediação eficaz que evitou greves em indústrias-chave e em serviços públicos. A conquista de alianças entre as lideranças de vários sindicatos locais também foi um apoio significativo da base. Ao mesmo tempo, foi reconhecido que sua conexão próxima com Getúlio Vargas foi um grande trunfo para ele.

Vale destacar que, nos anos 1930, bem como na primeira metade da década seguinte, o Brasil viveu um período de transformações profundas a partir de um Estado que, rompendo com os princípios e preceitos liberais, assumiu um papel central na reorganização da sociedade. Inspirado por ideologias de caráter autoritário (como a italiana e alemã), o Estado brasileiro promoveu mudanças estruturais que afetaram diretamente as relações de trabalho e a organização política do país.

Nesse contexto, a expansão da máquina estatal se constituiu por algumas frentes, tais como a promoção da industrialização brasileira, a introdução de leis trabalhistas (em zonas urbanas) e a exaltação de símbolos identitários brasileiros, que redefiniram valores, hábitos e a percepção da realidade pelo tecido social. Grupos organizados, vinculados ou não a outras cooperativas internacionais, passaram a defender visões antagônicas. Podemos destacar dois: de um lado, a retomada do liberalismo clássico (interrompido após a Revolução de 1930), com a defesa da mínima interferência estatal na economia e no mercado; de outro, a continuidade do projeto estatizante, visto como motor do desenvolvimento e da justiça social, com a cogitação, desde meados dos anos 1950, da extensão de direitos trabalhistas para trabalhadores rurais e novas alterações na Constituição Federal de 1946, visando à extensão da cidadania.

Nesse contexto, consolidou-se o trabalhismo, corrente política institucionalizada no PTB. Seu programa combinava nacionalismo econômico, defesa da industrialização pesada, criação de empresas estatais em setores estratégicos, como energia e infraestrutura, e ampliação de redes de proteção social. Essa agenda, embora reformista e marcada por ambiguidades, atraiu inclusive setores do Partido Comunista que, sem abandonar críticas ao trabalhismo, viram nele uma frente possível de contenção da influência dos Estados Unidos e de defesa de pautas

nacionais no interior da experiência democrática do pós-1945.[143]

É nesse ponto que se torna inteligível o modo como certos analistas norte-americanos passaram a enquadrar João Goulart. A aproximação entre trabalhistas e comunistas no universo sindical, ainda que heterogênea e muitas vezes pragmática, alimentava leituras externas que associavam o trabalhismo a riscos de radicalização e instabilidade. Assim, em documentos e avaliações produzidos por agências de inteligência, a figura de Goulart tende a aparecer sob descrições depreciativas ou suspeitas, não necessariamente por suas propostas isoladas, mas pela rede de alianças e mediações políticas que o cercava no campo do trabalho organizado.[144]

Em 1955, ocorreu a segunda crise da República de 1946, que se configurou como uma articulação política destinada a impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek e do vice-presidente João Goulart. A União Democrática Nacional adotou uma estratégia que foi seguida por outros setores conservadores. A diretriz consistia em rotular o apoio de comunistas a Juscelino como fraude eleitoral, fornecendo justificativa para a anulação das eleições. Além disso, buscou-se mobilizar o argumento da "maioria absoluta" para impedir que o presidente eleito assumisse o cargo.[145]O golpe tinha como finalidade garantir a continuidade João Café Filho na presidência do Brasil e impedir a posse dos eleitos em 1955.

A inteligência americana informou para Washington D.C. um telegrama intitulado: *New revolt reported being organized in Brazil*. Ou seja, à luz deste título, classificava a situação como uma Revolta e não como uma ação golpista. O título por si só já configura-se como um elemento de análise, uma vez que o questionamento ou cogitação do não cumprimento basilar do sufrágio universal, foi visto por agentes americanos como uma revolta e não crise da Democracia Brasileira:

> Parece improvável que a organização para executar um plano pudesse estar muito adiantada [...] porque os líderes anti-Kubitschek provavelmente estão sob vigilância desde o golpe de meados de novembro. O próprio Kubitschek está confiante de que tais conspirações não têm chance de sucesso, pois ele supostamente planeja deixar o Brasil para visitar a Europa e os Estados Unidos antes de assumir o cargo. A embaixada brasileira em Washington "provisoriamente" espera sua chegada para 10 de janeiro. As conspirações contra o atual governo interino e contra a posse de Kubitschek e Goulart em 31 de janeiro provavelmente aumentaram desde o ato inconstitucional de impedir o retorno do presidente Café Filho ao cargo em 21 de novembro, após os médicos presidenciais declararem que ele estava fisicamente apto a retomar suas

[143] FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, esp. p. 304.
[144] FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
[145] FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 301-343, esp. p. 319.

funções.[146]

Meses antes da eleição presidencial de 1955, a CIA produziu um boletim de inteligência em 11 de agosto, no qual destacou que o Brasil vivia um clima hostil, com ameaças de golpes e contragolpes. A apreciação destacou que a chapa apontada pelas previsões como possivelmente vencedora era composta por Juscelino Kubitschek e João Goulart. Detalhe que JK foi apresentado apenas como ex-governador de Minas Gerais, enquanto João Goulart foi apresentado como ex-Ministro do Trabalho, forçado a deixar seu posto pelos militares por causa de seus laços comunistas e de supostos esforços demagógicos para construir uma base trabalhista para a administração Vargas. Além disso, foi contrastado o anúncio público, no dia 8 de agosto, de que o Partido Comunista apoiaria Juscelino Kubitschek e João Goulart nas eleições. Em um boletim de inteligência de 11 de agosto de 1955, a agência destacava o clima de instabilidade e já traçava um perfil de João Goulart:

> A chapa que parece ter vantagem no momento é a encabeçada por Juscelino Kubitschek [...] e João Goulart, ex-ministro do Trabalho que foi forçado a deixar seu posto pelos militares por causa de seus laços comunistas e de seus esforços demagógicos [...]. O anúncio público em 8 de agosto de que o Partido Comunista apoiará Kubitschek e Goulart nas eleições irá, contudo, afastar muitos eleitores. [...] A maioria das forças armadas, no entanto, não parece favorecer um golpe neste momento. A única chapa presidencial conservadora, a encabeçada pelo general da reserva Juarez Távora, tem ganhado força nas últimas semanas.[147]

Esta apreciação final destacou que os militares, de forma geral, não estavam convictos da derrubada do presidente. Em meio a um cenário político polarizado, marcado por intensos embates entre grupos que defendiam e contestavam a legitimidade dos resultados eleitorais, o então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, emergiu como figura central na defesa da ordem constitucional. Preocupado com rumores de um golpe em gestação, Lott interpretou as ações do presidente interino Carlos Luz, que ocupava o cargo após o suicídio de Getúlio Vargas, como uma conivência perigosa com setores antidemocráticos. Com o objetivo de preservar o processo eleitoral, o general organizou lideranças das três Forças Armadas — Exército, Marinha e Aeronáutica — para articular o Movimento Militar Constitucionalista. Foi essa iniciativa que assegurou o respeito ao sufrágio universal nas eleições brasileiras. Assim, na madrugada de 11 de novembro de 1955, em uma operação rápida e coordenada, Carlos Luz foi deposto, evitando-se assim a vitória de grupos golpistas. Seu lugar foi provisoriamente assumido por Nereu Ramos, então vice-presidente do Senado. Essa gestão transitória

---

[146] CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Current Intelligence Bulletin. Documento CIA-RDP79T00975A002100430001-9,11 ago. 1955, p. 4. Disponível em https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79t00975a002100430001-9 . Acesso em: 29 jan. 2025.

[147] CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Current Intelligence Bulletin. Doc. CIA-RDP79T00975A002100430001-9, 11 ago. 1955, p. 6. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79t00975a002100430001-9

desempenhou papel crucial para garantir a estabilidade democrática até a posse dos eleitos pelo voto popular.

Esse episódio, conhecido como Contragolpe de 11 de novembro e que, segundo documentação norte-americana discutida anteriormente, já era cogitado como possibilidade, não apenas reafirmou o princípio da alternância de poder, como também evidenciou que havia setores nas Forças Armadas dispostos a defender a legalidade constitucional em contextos de crise, sem conivência com investidas golpistas. Ainda assim, o episódio expõe as tensões de uma democracia que buscava consolidar-se em meio a tentativas de ruptura e a respostas institucionais. Como observam Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, "justamente porque se estava avançando e caminhando em direção à ampliação dos direitos cidadãos, a Terceira República foi interrompida pelo golpe de 1964".[148]

Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros surpreendeu o país ao renunciar ao cargo. Tratava-se de um fim de governo totalmente inesperado. Em uma carta dramática lida no plenário da Câmara dos Deputados, ele justificou sua decisão ao alegar estar "vencido pelas forças da reação" e denunciou as "forças ocultas" que, segundo ele, sabotavam o desenvolvimento do Brasil. Exegeticamente, podemos compreender sua ação como fruto de sua falta de habilidade política. Todavia, os efeitos dessa decisão eram volumosos e incertos, pois a renúncia imediata colocava em xeque a sucessão presidencial, já que o vice-presidente João Goulart, herdeiro constitucional do cargo, encontrava-se em missão diplomática na China, distante do cenário político nacional.

O fato do vice-presidente ser uma liderança ligada às esquerdas do PTB e apontado por forças políticas nacionais e estrangeiras como simpatizante de comunistas, e estar no momento da renúncia de Jânio Quadros na China comunista, gerou uma nova crise da Democracia de 1946. O Congresso Nacional, representado por Mazzilli, acatou a renúncia sem hesitação, e nenhuma organização significativa solicitou o retorno de Jânio ao poder. O clima político era atravessado por um medo generalizado: setores conservadores, sobretudo vinculados à UDN, temiam que João Goulart, visto como um líder populista de tendências sindicalistas, pudesse implantar no Brasil um regime similar ao de Juan Domingo Perón na Argentina, marcado por alianças com movimentos trabalhistas e medidas consideradas radicais aos olhos das burguesias latino-americanas.

Todavia, a Constituição de 1946 era clara nessa situação: previa a posse automática de Goulart, mas um grupo influente de militares e políticos articulou um plano para barrá-lo. Liderados pelo ministro da Guerra, general Odílio Denys, e pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda — extremo opositor de Goulart —, o objetivo do movimento era transferir o

[148] GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018, p. 254.

poder diretamente a Mazzilli, ignorando a linha sucessória prevista pela Constituição. A estratégia incluía até mesmo um pedido de impeachment previamente arquitetado, apresentado ao Congresso antes mesmo de Goulart retornar ao país. No dia 25 de agosto, as informações diagramadas pelos estadunidenses apontavam que o futuro do Brasil era incerto e obscuro.

> Brasil: A situação após a renúncia de Jânio Quadros à presidência em 25 de agosto permanece indefinida. Uma facção majoritária das forças armadas parece apoiar o ministro da Guerra Denys, que declarou publicamente que o vice-presidente esquerdista João Goulart não poderá assumir a presidência. Uma facção minoritária das forças armadas apoia o direito de Goulart ao cargo, mas seu líder, o ex-candidato presidencial marechal Lott, foi preso. O apoio da facção minoritária a Goulart parece ser principalmente um apoio à legalidade, não a Goulart pessoalmente. Após os incidentes iniciais na noite de 25 de agosto, pouca agitação foi observada no Brasil [Censurado] Ele acredita que, como esse segmento claramente prefere Goulart, sua agitação será projetada para promover sua tomada de poder, e não para criar uma situação tão caótica que arruinaria suas chances. No entanto, se ficar claro que as chances de Goulart estão diminuindo, a agitação pode tomar um rumo sério e distúrbios graves são possíveis. A política comunista deve agitar em favor de Goulart.[149]

É muito importante destacar que uma parte deste relatório permanece, até o presente momento, censurada. É uma pequena parte que, para a inteligência americana, ainda não pode ser divulgada por colocar em risco os interesses dos EUA e sua política externa. Além disso, compreendemos que outro ponto relevante é que, em nenhum momento, os agentes americanos retratam esse momento como antidemocrático. Na verdade, podemos observar a repetição de análises biográficas comunistas sobre João Goulart. A preocupação, além disso, com os apontamentos foi voltada para explicar questões legais, como o fato de que a Constituição do Brasil estabelece que, caso os cargos de presidente e vice-presidente fiquem vagos na primeira metade de um mandato, novas eleições devem ser convocadas em até 60 dias. Por outro lado, se a vacância ocorrer na segunda metade do mandato, cabia ao Congresso Nacional designar um sucessor. Além disso, a legislação da época vedava a candidatura de ex-presidentes que tenham ocupado o cargo, mesmo que parcialmente, no mandato anterior, assim como a de governadores, ministros de Estado e comandantes das Forças Armadas.

Nesse sentido, o relatório destacou que uma alternativa jurídica, considerada viável pelo Congresso e aceitável aos militares, seria a aprovação de uma emenda constitucional para impedir a ascensão de João Goulart à presidência e nomear um substituto de consenso. Para isso, bastaria que um quarto dos membros de uma das casas legislativas propusesse a mudança, seguida de sua aprovação em dois turnos de votação. Ou seja, até mesmo nas considerações finais, dentre um leque de opções constitucionais e democráticas, os agentes americanos

[149] CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Central Intelligence Bulletin*. Documento CIA-RDP79T00975A005900160001-9, 28 ago. 1961, p. X. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79t00975a005900160001-9. Acesso em: 20 fev. 2025.

optaram por destacar uma "solução" antidemocrática, uma vez que ela dialogava com os interesses dos golpistas e conservadores.

Em outra linha de arquivo confidencial, mas também produzida sob jurisdições americanas, estão as gravações de reuniões presidenciais ou diplomáticas, muitas das quais foram liberadas ao longo dos anos a pedido de pesquisadores estadunidenses. Podemos destacar trechos das conversas entre o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, e o então presidente JFK no Salão oval da Casa Branca, em julho de 1962, nas quais as autoridades discutiam o futuro do Brasil, elogiavam ações golpistas e até apresentavam propostas de apoio a intervenções militares. Apesar disso, o conteúdo revelado contém fragmentos do papel secreto dos EUA no Brasil.

> Presidente Kennedy: Bom, agora não há nada que eu possa fazer sobre Goulart, não é? Não há nada -Gordon: Bem, eu acho que há. Este é o ponto da estratégia em geral, eu acho, é este. Uma coisa que eu queria alertá-lo é sobre a possibilidade de ação militar. Isto é bastante possível.Presidente Kennedy: Bom, agora me deixe perguntar - nós temos, é claro, sido muito críticos em relação à ação militar no Peru -Gordon: [censurado]Presidente Kennedy: - que é completamente diferente. Nós poderíamos não ser tão [censurado]. Os militares fizeram um trabalho muito bom há um ano. Tudo depende das circunstâncias da ação militar[150]

Estes diálogos mostram duas autoridades estrangeiras dialogando sobre possíveis ações para desestabilizar o presidente de uma nação democrática e soberana. Tais enquadramentos evidenciam o projeto imperialista estadunidense, no qual o futuro de nações alheias é discutido no mesmo salão oval da Casa Branca, sem a participação de representantes eleitos desses países. Nesse contexto, Lincoln Gordon responde a JFK que uma ação militar é uma hipótese para bloquear o presidente brasileiro. Para o embaixador, essa linha é a primeira "carta" na mesa. JFK responde destacando que a ação dos militares brasileiros no passado recente foi um bom trabalho. Ele se refere à oposição de setores das Forças Armadas à posse de João Goulart. Ou seja, é um reconhecimento de uma arquitetura autoritária que almejava um golpe de Estado. Em outro trecho essas linhas discursivas são reiteradas e aprofundadas:

> Gordon: Bem, eu acho que o que devemos fazer [...] Este é um assunto muito delicado e temos que nos proteger com muito cuidado quanto a isso. Não acho que devemos tentar encorajar um golpe. O que realmente queremos fazer com Goulart, eu acho, são duas coisas: queremos aproveitar o fato de que ele tem uma tremenda consideração por você. E ele está realmente muito orgulhoso de que esta relação com os EUA [censurado] tenha sido estabelecida. E há certas coisas [...] Acho que vamos resolver este caso da [...] em breve e finalmente [interjeição censurada do presidente JFK]. Recebemos sua carta para Goulart. Falei com ele novamente na segunda-feira. Acho que você resolverá isso. Espero que possamos

[150] NAFTALI, Timothy; ZELIKOW, Philip; MAY, Ernest (eds.). *John F. Kennedy: The Great Crises*. New York: Norton, 2001. v. 1–3, p. 17.

> evitar outras expropriações desta vez. Acho que podemos fazer algum progresso na questão das utilidades. É principalmente negativo, mas acho que temos que usar o máximo possível. O principal é, ao mesmo tempo, organizar forças que sejam tanto políticas quanto militares para, ou reduzir seu poder [...] em um caso extremo, talvez removê-lo, se for necessário. E isso dependeria de alguma ação ostensiva de sua parte.[151]

Lincoln Gordon é claro ao destacar que, naquele momento, o "principal" era articular, simultaneamente, forças políticas e militares capazes de desestabilizar o presidente João Goulart. Antes dessa colocação, porém, ele procura tranquilizar o presidente John F. Kennedy, sugerindo que não se tratava de uma tentativa de golpe. Essa afirmação, quando lida à luz da integralidade do diálogo e do contexto de coordenação política em curso, torna-se difícil de sustentar sem ressalvas.[152]Nesse sentido, Marcos Napolitano observa que golpes contemporâneos costumam ser desencadeados contra processos e programas de mudança socioeconômica percebidos como "subversões da ordem tradicional". O autor argumenta que operações golpistas podem derrubar constituições democráticas pela força, acusando representantes eleitos de apoiar a "subversão" ou de tolerá-la; por outro lado, em certas conjunturas, o próprio governante pode liderar uma tentativa de golpe, amparado por forças políticas e militares, visando fortalecer seu poder diante de adversários políticos e ideológicos.[153]

Sob esse prisma, o enquadramento discutido por autoridades norte-americanas diz respeito, em termos históricos e conceituais, a um golpe de Estado, no caso específico associado ao apoio a um movimento de ruptura protagonizado por forças armadas brasileiras, com respaldo externo. A Constituição de 1946 inaugurou um ciclo democrático que preservou conquistas sociais consolidadas desde os anos 1930 e recolocou a liberdade política como condição incontornável para o exercício da cidadania na República.[154] Ainda assim, o golpe civil-militar de 1964 interrompeu esse processo.

No que se refere à participação dos Estados Unidos, é necessária cautela analítica. O golpe de 1964 não foi "obra exclusiva" dos Estados Unidos, mas tampouco pode ser compreendido como acontecimento estritamente interno. Esta pesquisa sustenta que a articulação civil, midiática e militar foi, em grande medida, conduzida por forças brasileiras; porém, o apoio diplomático e o suporte de inteligência norte-americano operaram como fator

---

[151] Ibidem, p. 18.

[152] GORDON, Lincoln. The Alliance at Birth: hopes and fears. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

[153] NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019, esp. p. 402.

[154] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 643.

relevante para a vitória e para o reconhecimento externo do novo governo.[155] Nessa direção, Phyllis Parker argumenta que os Estados Unidos organizaram um apoio político-militar à ruptura, em especial por meio da Operação Brother Sam, que posicionou navios na costa brasileira prontos para auxiliar os conspiradores. Segundo a autora, esse dispositivo envolveu ao menos dois planos estratégicos, incluindo garantias de abastecimento e o envio de força-tarefa naval, cuja presença buscava demonstrar apoio tangível, reforçar a confiança dos conspiradores e desencorajar resistências leais a Goulart.[156]

O jornalista Lewis H. Diuguid também deixou suas contribuições para essa investigação e publicou no Washington Post em 29 de dezembro de 1976, a manchete traduzida como: "Forças dos EUA estavam prontas para ajudar no golpe de 1964 no Brasil".[157] O texto destacava que o golpe estava diretamente ligado a um telegrama oficial de 27 de março de 1964, trocado entre o então secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, e o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon.

Além disso, outros nomes tiveram acesso ao documento top secret, como o diretor da CIA John McCone, o secretário adjunto Mann, o diretor do Escritório de Assuntos Brasileiros Ralph Burton, o Secretário de Defesa McNamara, seu adjunto McNaughton, o general Maxwell Taylor (Chefe do Estado-Maior Conjunto), o coronel J. C. King, Desmond Fitzgerald (CIA), o general Andrew P. O'Meara, além de Ralph Dungan e McGeorge Bundy, ambos representantes da Casa Branca. Esses e outros documentos norte-americanos, desclassificados no final da década de 1970, revelam que os Estados Unidos estavam preparados para apoiar militarmente a deposição do último governo civil brasileiro pelas Forças Armadas do país, caso necessário. Segundo o documento:

> Minha conclusão ponderada é que Goulart está agora definitivamente engajado em uma campanha para assumir poderes ditatoriais, aceitando a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários radicais de esquerda para este fim. Se tivesse sucesso, é mais do que provável que o Brasil ficaria sob controle comunista total, embora Goulart pudesse esperar voltar-se contra seus apoiadores comunistas seguindo o modelo peronista que acredito ser sua preferência pessoal [...] De longe, o desenvolvimento mais significativo é a cristalização de um grupo de resistência militar sob a liderança do general Humberto Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. Castelo Branco é um oficial altamente competente, discreto, honesto e profundamente respeitado, que tem forte lealdade aos princípios legais e constitucionais e até recentemente evitou quaisquer aproximações de conspiradores anti-Goulart. Ele associou-se a um grupo de outros oficiais superiores bem-posicionados e agora está assumindo o controle e a direção sistemática dos grupos de resistência - militares e civis - amplamente difundidos, mas até então frouxamente organizados em todas as

[155] FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
[156] PARKER, Phyllis. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979, p. 70.
[157] DUGUID, L. H. U.S. forces stood ready to aid 64 Brazil coup. The Washington Post, Washington, p. A1, 23 dec. 1976.

regiões do país.[158]

Mais uma vez, as posições destacadas pelo embaixador Lincoln Gordon reforçam a tese equivocada, por falta de fundamentos, de que João Goulart tinha uma estratégia para assumir poderes absolutos no Brasil com apoio dos comunistas brasileiros. Além disso, o documento ainda mostra que, em 27 de março de 1964 — cinco dias antes da consolidação do golpe —, Lincoln Gordon informou ao secretário de Estado Dean Rusk que o general Humberto de Alencar Castelo Branco seria o líder militar a assumir o poder no Brasil, uma vez que conforme o fragmento destacado anteriormente, o Marechal Castelo Branco estava assumindo a liderança daquilo que Lincoln Gordon chama de resistência militar, o que era claramente um golpe organizado pelos militares brasileiros e que os EUA, já tinha conhecimento antes do início do deslocamento das tropas golpistas em Minas Gerais.

Na comunicação – da qual apenas trechos foram liberados ao público –, Lincoln Gordon afirmou que o presidente João Goulart estava claramente empenhado em consolidar poderes ditatoriais. Caso bem-sucedido, alertou o Brasil de correr o risco de cair sob "domínio comunista integral". O embaixador rejeitou veementemente a ideia de que as ações de Goulart visassem promover reformas sociais ou econômicas positivas. Em vez disso, argumentou que o objetivo era "deslegitimar a constituição vigente e o Congresso, pavimentando o caminho para um golpe institucional". Gordon detalhou as estratégias de João Goulart, a oposição organizada pelo general Castelo Branco e as circunstâncias que levariam este último a agir.

Exegeticamente, as evidências reforçam a tese de que o apoio internacional foi decisivo para a ruptura democrática no país. A frota naval aguardou ordens diretas do embaixador Lincoln Gordon que aguardou o andamento das reações do presidente João Goulart e das esquerdas brasileiras frente aos movimentos golpistas e adesões de forças conservadoras e políticas, tais como governadores e empresários. Apesar das acusações de interferência e apoio ao golpe de 1964, Lincoln Gordon negou publicamente o envolvimento dos EUA na derrubada de João Goulart.

Ademais, a CIA produziu entre os dias 4 e 7 de abril de 1967, um relatório geral sobre as últimas notícias dos países mais importantes para a política externa americana naquele momento, na seção referente ao Brasil, os agentes da inteligência destacaram apreciações gerais da política nacional. Nesta proposta destacamos a análise na sua integridade do ponto de vista da publicação do documento. Todavia, uma parte considerável dessa apreciação ainda não foi liberada por conter informações que colocam interesses americanos em risco.

---

[158] U.S. DEPARTMENT OF STATE. *[Telegrama de Lincoln Gordon para Dean Rusk sobre a situação política no Brasil]*. Central Files 1964–66, POL 23-9 BRAZ. National Archives and Records Administration (NARA), Record Group 59. Johnson Library, National Security File, Country File, Brazil, Vol. II, 3/64, 27 mar. 1964, p. s/d. Tradução nossa.

> Brasil: Os líderes da revolta contra Goulart estão exercendo forte pressão sobre o Congresso e o presidente interino Mazzilli para garantir a eleição de um militar forte para completar o mandato de Goulart. Sua escolha parece recair sobre o chefe do Estado-Maior do Exército Castelo Branco ou o respeitado estadista veterano e ex-presidente marechal Dutra. Os líderes da revolta estão determinados a impedir um retorno à antiga ordem [...]. O Conselho Revolucionário já concedeu ao ministro da Guerra Costa e Silva amplos poderes de prisão e demissão, incluindo o poder de revogar a imunidade parlamentar de todos os legisladores. Cresce o temor, não apenas no Congresso, mas entre muitos que apoiaram ativamente a revolta, de que a revolução possa ter dado à luz um monstro. Há crescente ressentimento com as táticas por vezes autoritárias e arbitrárias de prisão e busca dos militares quando descobrem vestígios esquerdistas do regime de Goulart. Tudo isso aponta para a necessidade de selecionar logo o sucessor de Goulart, e o Congresso já está estabelecendo procedimentos de votação. Eles podem fazer sua seleção até o final desta semana.[159]

As informações levantadas pela *Central Intelligence Agency* destacam a preocupação de lideranças golpistas em garantir a eleição de Castello Branco para substituir Goulart por meio de uma eleição indireta, via Congresso Nacional, visando estabilizar o poder e evitar um "retorno à velha ordem", associada às políticas de esquerda de João Goulart. Todavia, o conteúdo mais relevante deste relatório é a descrição do autoritarismo e da violência militar que, desde o início do movimento, representavam um "monstro" – termo utilizado para descrever práticas como prisões arbitrárias, buscas sem fundamento legal e a perseguição aos ditos vestígios esquerdistas –, revelando a repressão política que marcaria a ditadura por 21 anos. Desse modo, mesmo antes da consolidação do golpe de 1964, uma parcela considerável dos relatórios da CIA analisados descreviam, sem fundamentação, a suposta ligação de João Goulart com forças comunistas ou até mesmo um plano para assumir poderes absolutos com apoio do Partido Comunista Brasileiro.

No relatório geral em questão, há uma análise mais fundamentada do que em documentos anteriores, uma vez que destaca explicitamente a repressão política da ditadura brasileira. Isso evidencia que, desde os primeiros estágios do regime instaurado em 1964, os Estados Unidos tinham conhecimento das violações de direitos humanos no Brasil - e não apenas na década de 1970, quando a ditadura atingiu os níveis mais elevados de repressão e violência política do século XX no país.

O golpe de 1964 no Brasil não foi fruto de um momento instantâneo, mas resultou de uma engenharia golpista que se desenvolveu desde o final da década de 1950 até o início dos anos 1960. Esse processo foi monitorado durante anos pela inteligência americana, antes

---

[159] CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The President's Intelligence Review*. Documento CIA-RDP79T00936A002500130001-5, 4–7 abr. 1964, p. X. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/0005959079. Acesso em: 2 mar. 2025. Tradução nossa.

mesmo de João Goulart ser eleito vice-presidente ou assumir a presidência da República. Agentes da CIA já nutriam uma visão negativa sobre ele devido a seus vínculos biográficos com Getúlio Vargas e aos movimentos sindicais.

Além disso, por meio de documentos estadunidenses, temos acesso a informações que não podem ser identificadas nos jornais da época. O aspecto mais relevante desses registros, contudo, é o caráter imperialista dos governos de John F. Kennedy e de seu sucessor, Lyndon Johnson. Tanto as gravações da Casa Branca - com diálogos entre o presidente Kennedy e o embaixador Lincoln Gordon - quanto relatórios da CIA demonstram que os Estados Unidos não classificavam a tentativa de impedir João Goulart como um golpe, mas sim como uma ação meritória.

Outro ponto é que, desde os primeiros momentos da ditadura civil-militar de 1964, relatórios da CIA já destacavam o autoritarismo de Estado promovido pela ditadura instaurada em 1964. Nossa análise não apenas retoma fontes já estudadas, mas também examina documentos até então pouco explorados. Em síntese, argumentamos que a inteligência americana atuou diretamente para fornecer aos líderes dos EUA informações detalhadas, permitindo que o país definisse a forma e a intensidade de seu apoio às forças políticas opositoras ao presidente João Goulart. Essas ações, além de seu impacto histórico, tornaram-se, após sua divulgação, fragmentos cruciais para a compreensão desse período e para a construção de interpretações mais robustas.

3.5 A percepção e o monitoramento da ditadura de 1964 no Piauí nas documentações oficiais dos Estados Unidos da América

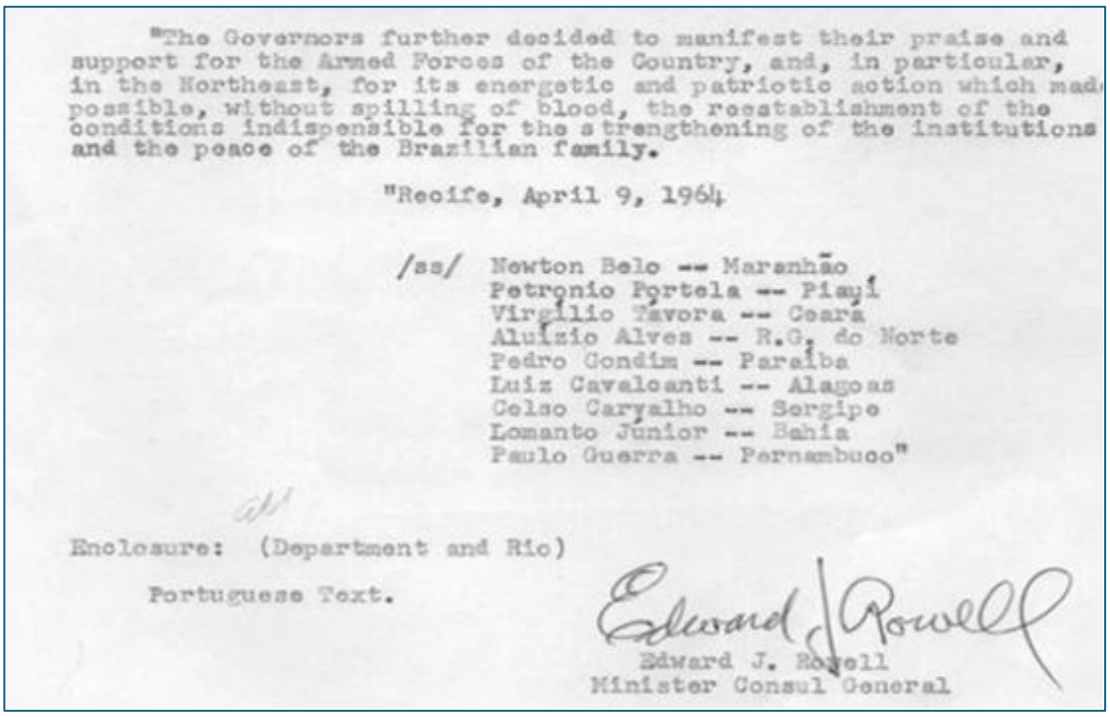
O objetivo desta seção é analisar o que os documentos desclassificados do Departamento de Estado e os telegramas diplomáticos revelam sobre a percepção e o monitoramento da política piauiense durante a ditadura civil-militar, com ênfase no período de 1964 a 1971, que abrange desde a instauração da ditadura de 1964 até o início do mandato de Alberto Tavares da Silva, governador indicado pela ditadura.

Um dos pontos analisados aqui é a posição do governador piauiense, Petrônio Portella no andamento do golpe de 1964. A interpretação habitual para esse quadro é que o governador piauiense se acomodou e integrou o regime ditatorial sem endossar plenamente os valores da ditadura e passou a coexistir com a ditadura de 1964, minimizando riscos da sua cassação política e na posteridade foi um dos pilares do processo de redemocratização, sendo inclusive bem-visto como um possível candidato civil a Presidência da República,

Todavia, propormos uma leitura diferente. Em 2 de abril, o governador piauiense publicou uma nota reconhecendo o governo interino de Ranieri Mazzilli, sinalizando sua conformidade com a nova ordem. Além disso, a historiografia tradicional também aponta que,

apesar de setores militares defenderem sua deposição devido ao apoio inicial a Goulart, sua permanência no cargo foi garantida por acordos políticos e por sua proximidade com figuras como o senador José Cândido Ferraz (UDN) e o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Todavia, a liberação de documentos brasileiros nos EUA permitiu a pesquisadores brasileiros ampliar novos olhares e contextos até então desconhecidos. Um deles aponta para a assinatura dos governadores nordestinos ao golpe de 1964. Trata-se de um documento em português, com anexos em inglês, que serviam de suporte para explicar o conteúdo documental. O título do arquivo é "*Nine Northeast States Sign Endorsement of Castello Branco*", que em tradução livre pode ser apresentado como “Nove estados do Nordeste assinam endosso a Castello Branco”. Este documento contribui para sustentar uma leitura alternativa do papel de Petrônio Portella no contexto do golpe de 1964. Nesta dissertação, a trajetória do autor é examinada menos como um simples processo de acomodação e mais como uma forma de integração ao regime, ainda que marcada por nuances e, em alguns momentos, por registros predominantemente privados, como indicam os documentos analisados.



"The Governors further decided to manifest their praise and support for the Armed Forces of the Country, and, in particular, in the Northeast, for its energetic and patriotic action which mad possible, without spilling of blood, the reestablishment of the conditions indispensible for the strengthening of the institutions and the peace of the Brazilian family.

"Recife, April 9, 1964

/ss/ Newton Belo -- Maranhão
Petronio Portela -- Piauí
Virgilio Tavora -- Ceara
Aluizio Alves -- R.G. do Norte
Pedro Gondim -- Paraiba
Luiz Cavalcanti -- Alagoas
Celso Caryalho -- Sergipe
Lomanto Junior -- Bahia
Paulo Guerra -- Pernambuco"

Enclosure: (Department and Rio)
Portuguese Text.

Edward J. Rowell
Minister Consul General

Figura 13 -Telegram para o Departamento de Estado com os nomes dos governadores golpistas, 1964.



INCOMING TELEGRAM Department of State

50-52 UNCLASSIFIED 4-9-64

Action ARA Info SS G SP CAP AID P USIA NSC INR CIA NSA OSD ARMY

NNNNESA005SUA143
RR RUEHC
DE RUESUA 390R 09/2100Z
ZNR
R 092100Z
FM AMCONSUL RECIFE
TO SECSTATE WASHDC
STATE GRNC
BT
UNCLAS ACTION DEPT 180 INFO RIO 280 BRASILIA 4 BELEM 20 SALVADOR 17 FROM RECIFE NINTH

GOVERNORS NINE NORTHEAST STATES MARANHAO, PIAUI, CEARA, RIO GRANDE DO NORTE, PARAIBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE AND BAHIA MET TODAY RECIFE SIGNED PUBLIC ENDORSEMENT CASTELO BRANCO FOR PRESIDENT. ALL NINE LEAVING FOR RIO TODAY 1500 HOURS CONSULT FEDERAL AUTHORITIES AND FURTHER CASTELO BRANCO CANDIDACY
ROWELL
BT
CFN 180 280 4 20 17 1500

008081
1964 APR 9 PM 6 33

RECIFE 180

Figura 14 - Segundo documento reiterando o compromisso de nove governadores nordestinos a ditadura de 1964.

Estamos diante de um documento que faz referência direta à assinatura dos governadores nordestinos em apoio ao golpe de 1964. Trata-se de uma fonte ainda não discutida pela historiografia para analisar o contexto piauiense, tampouco para ampliar os quadros interpretativos sobre a participação do Nordeste na consolidação do regime. Nesse sentido, configura-se como uma declaração conjunta dos nove governadores da região, emitida em nove de abril, no curso do processo de legitimação e reconhecimento do movimento militar que instaurou a ditadura mais longa da história brasileira. Trata-se, portanto, de um documento de elevada relevância histórica, pois expressa o alinhamento político das lideranças estaduais ao novo regime.

O documento relata que os governadores nordestinos estavam reunidos no Palácio do Campo das Princesas, em Recife, a convite do governador de Pernambuco, em encontro ao qual também participaram representantes militares. Na ocasião, discutiram a conjuntura nacional e deliberaram sobre ações coordenadas para consolidar a chamada situação revolucionária. As autoridades norte-americanas organizaram a análise do documento em quatro pontos principais, que articulam o apoio político, jurídico e administrativo ao golpe. No primeiro ponto, os governadores manifestam apoio unânime à indicação do general Humberto Castelo Branco para a Presidência da República, destacando nele uma suposta capacidade de restaurar a autoridade, promover o desenvolvimento e garantir a paz, consolidando o regime recém-instalado. Essa afirmação, contudo, é contraditória, uma vez que a ditadura de 1964 suprimiu liberdades democráticas, centralizou o poder federal e promoveu cassações políticas de forma sistemática.

O segundo ponto refere-se ao apoio à promulgação do Ato Institucional número um, redigido e aprovado no mesmo dia da declaração. Esse ato formalizou o golpe ao conceder poderes extraordinários ao Poder Executivo, permitindo desde a suspensão de direitos políticos até a cassação de mandatos parlamentares e eletivos. Outro elemento significativo do documento é a menção aos elevados propósitos e às justas consequências da ação revolucionária. Essa linguagem reproduz a retórica utilizada pelos golpistas, que apresentavam a ruptura institucional como necessária à restauração da ordem nacional e à purificação moral da sociedade contra o que chamavam de corruptos, comunistas e subversivos. Essa retórica resultou na chamada Operação Limpeza, articulada para eliminar da vida pública todos aqueles rotulados como inimigos da ordem. Desse modo, o documento revela que, desde os primeiros dias da ditadura, seus objetivos eram fundamentalmente autoritários.

No terceiro ponto, os governadores comprometem-se a colaborar com o novo regime, enfatizando a necessidade de integração entre os governos estaduais e o poder federal para enfrentar os desafios econômicos e sociais do Nordeste. Esse compromisso pode ser interpretado como subordinação de pautas regionais às prioridades do governo centralizado. O quarto e último ponto expressa preocupação com a preservação da perfeição democrática, a eliminação da influência comunista, a união das Forças Armadas e a realização de reformas capazes de promover progresso econômico e social. Essa formulação não causa surpresa, dada a natureza anticomunista da ditadura brasileira e a convergência desse discurso com a política externa norte-americana durante a Guerra Fria.

Os objetivos expostos como democráticos refletem, na verdade, a narrativa da ditadura de 1964, que redefiniu o conceito de democracia de modo a compatibilizá-lo com práticas autoritárias, controle político e exclusão de opositores. Em síntese, os objetivos da declaração são evidentes: legitimar o golpe, consolidar o controle político no Nordeste, projetar unidade entre autoridades civis e militares e neutralizar possíveis resistências regionais. O Nordeste, historicamente associado a movimentos contra-hegemônicos, ocupava posição estratégica nesse cenário, e o alinhamento dos governadores pode ser interpretado tanto como pragmatismo político quanto como pressão militar, especialmente diante da ausência de figuras dissidentes como Miguel Arraes, governador de Pernambuco, deposto na mesma conjuntura. A ênfase na integração nacional e na luta anticomunista reflete a influência da Doutrina de Segurança Nacional e do contexto da Guerra Fria, que legitimavam medidas autoritárias sob a justificativa de defesa da ordem.

Os signatários do documento foram Paulo Guerra, governador de Pernambuco; Pedro Gondim, governador da Paraíba; Newton Belo, governador do Maranhão; Aluízio Alves, governador do Rio Grande do Norte; Celso Carvalho, governador de Sergipe; Lomanto Júnior, governador da Bahia; Virgílio Távora, governador do Ceará; e Petrônio Portella, governador do

Piauí. Ainda não se pode afirmar com certeza por que o governador piauiense não foi cassado. Contudo, essa documentação inédita revela elementos fundamentais para a compreensão do quadro. O apoio de Petrônio Portella ao golpe, manifestado por meio de uma declaração conjunta com outros governadores, representa uma forma poderosa de comprometimento político, ainda que oculta da sociedade civil. Cabe aos historiadores e à sociedade ampliar o acesso e a análise desse material, a fim de aprofundar a compreensão da política regional no início da ditadura.

Ademais, em 1970, Teresina foi palco de um encontro significativo entre o senador Petrônio Portella e dois assessores do governo dos Estados Unidos, W. Douglas McLain Junior e Taylor Clear. A conversa, registrada em memorando intitulado *Senator Portela's Views on the Revolution, Succession in Piauí and Personal Prospects*, revela como a política piauiense também se tornava objeto de interesse e observação por agentes vinculados à presença norte-americana no Brasil.[160] O caráter informal do diálogo, a atenção a temas como "revolução", sucessão política no Piauí e perspectivas pessoais do senador, bem como o fato de a reunião ocorrer fora dos grandes centros, indicam que a coleta de informações não se restringia a arenas decisórias nacionais, mas também acompanhava a dinâmica regional, buscando captar tendências, alianças, tensões locais e possibilidades de rearranjo político em escala estadual. Nessa chave, o memorando não deve ser lido apenas como relato burocrático, e sim como registro de uma prática de observação estratégica: compreender atores, antecipar cenários e mapear formas de influência, inclusive em áreas consideradas periféricas na cartografia política mais tradicional.

Esse tipo de documentação também permite retomar, com maior precisão empírica, a noção de Governo Invisível, proposta por David Wise e Thomas Ross. Para os autores, além do governo formalmente visível, existiria uma engrenagem interligada de instituições e indivíduos que opera de modo discreto, produzindo informações, elaborando diagnósticos e orientando decisões no interior da política externa norte-americana, muitas vezes sem transparência pública e com alto grau de compartimentalização.[161] Nesse sentido, a presença de assessores norte-americanos em Teresina, em diálogo reservado com um senador influente, não deve ser interpretada como um evento excepcional, mas como expressão concreta de um padrão de atuação em que a diplomacia e a produção de conhecimento político caminham juntas. O objetivo não é presumir automaticamente uma operação clandestina em cada contato, mas reconhecer que, em contextos de Guerra Fria e de regimes autoritários ou pós-ruptura

[160] SENATOR PORTELA'S VIEWS ON THE REVOLUTION, SUCCESSION IN PIAUÍ AND PERSONAL PROSPECTS. 1970. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:377139/. Acesso em: 12 jun. 2024.

[161] ROSS, Thomas; WISE, David. *O governo invisível: as forças ocultas dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

institucional, a fronteira entre “interlocução diplomática”, “observação política” e “inteligência” torna-se mais porosa, sobretudo quando documentos registram avaliações, classificações e projeções sobre elites regionais.

Como demonstra Eduardo José Araújo Afonso, essa prática de coleta sistemática de dados e de elaboração de relatórios remonta às próprias origens institucionais do Departamento de Estado. O autor evidencia que cônsules e representantes norte-americanos foram, historicamente, instruídos a reportar informações políticas e comerciais consideradas relevantes aos interesses dos Estados Unidos, produzindo um tipo de conhecimento que não se limitava a descrições gerais, mas buscava mapear atores, conflitos sociais, orientações ideológicas e condições materiais capazes de afetar investimentos, alianças e a estabilidade de governos.[162] Essa longa duração ajuda a contextualizar o memorando de 1970: mais do que um episódio isolado, ele se insere em uma tradição de observação e registro que combina diplomacia, economia e leitura política do território. Assim, ao incorporar esse documento ao corpus, a pesquisa busca compreender não apenas o conteúdo explícito do encontro, mas também o que ele sugere sobre métodos de acompanhamento político, sobre o lugar do Piauí no radar informacional norte-americano e sobre como elites locais eram interpretadas, classificadas e situadas em narrativas mais amplas sobre “revolução”, ordem e sucessão no Brasil do pós-1964.

Do ponto de vista historiográfico, o documento oferece ao Departamento de Estado norte-americano as percepções de Petrônio Portella sobre os acontecimentos de 1964 e sobre o Ato Institucional número cinco, constituindo fonte essencial para a história política brasileira. Nesse registro, Petrônio Portella faz elogios ao ato, o que contraria interpretações tradicionais que o apresentam como opositor ao endurecimento do regime ou mesmo como defensor da democracia. Essa dissonância revela a importância de considerar as múltiplas facetas dos atores políticos e a complexidade de suas trajetórias em regimes autoritários. Além disso, levanta questionamentos sobre a construção posterior de imagens heroicas atribuídas a certas personalidades políticas, frequentemente propagandeadas como defensores incontestáveis da democracia por terem se posicionado contra o Ato Institucional número cinco ou a favor do processo de abertura política.

> 1-O senador Portela afirmou que um dos principais deveres de seu cargo como Vice-Líder do Senado era defender a Administração e a Revolução nos debates do Senado. Ele disse que alguma forma da atual democracia "controlada" ou "limitada" continuaria sendo essencial para o Brasil num futuro previsível, a fim de evitar tanto um retorno ao caos quanto interrupções repetidas do processo político pelos militares. Embora inicialmente tivesse se oposto à Revolução devido à sua ilegalidade, declarou que agora aceitava e apoiava a situação atual como uma melhoria em relação ao passado e uma oportunidade para ajustar a

[162] ARAÚJO AFONSO, Eduardo José. *Para norte-americano ver: adidos trabalhistas e operários brasileiros (1943-1952)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

> situação política brasileira. Portela insistiu que é necessário aceitar que a Revolução será um processo longo, sendo melhor reconhecer as realidades da situação e esperar que ela eventualmente produza instituições em harmonia com a "realidade" social, econômica e cultural brasileira. Ele disse ser essencial erguer uma nova estrutura legal que estabelecesse parâmetros aceitos dentro dos quais grupos políticos e autoridades governamentais pudessem operar com eficácia. Comentando sobre as restrições impostas ao legislativo nacional, Portela afirmou que o Congresso se tornaria um órgão nacional mais forte e eficaz por causa dessas limitações. Ele disse que a redução da capacidade de deputados e senadores de auxiliar diretamente seus estados diminuiria o regionalismo e levaria o Congresso a agir mais no interesse nacional. Em sua opinião, regulamentos que forçam a consideração rápida e a ação sobre projetos de lei eliminariam as delongas desnecessárias que vinham prejudicando o prestígio do Congresso no passado. Quanto às restrições às imunidades, Portela observou que estas vinham sendo abusadas de forma intolerável e que os eventos que levaram ao AI-5 (Ato Institucional nº 5) demonstraram que elas também eram irrealistas. Portela considerou que o poder de decreto do Executivo fornecia uma medida de proteção para o Congresso, uma vez que reconhecia o poder político e o papel dos militares, criando um mecanismo para canalizar esse poder de modo a evitar conflitos entre o poder legislativo e as Forças Armadas.[163]

O senador da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) defendia que o golpe de 1964 deveria ser compreendido como um processo prolongado. Para ele, seria mais realista aceitar as condições impostas pelo novo regime e aguardar que, com o tempo, fossem construídas instituições compatíveis com a realidade social, econômica e cultural brasileira. Essa posição buscava naturalizar o autoritarismo, apresentando-o como uma etapa necessária de reorganização política do país.

Ao sustentar a necessidade de fortalecer o Congresso Nacional frente às forças políticas regionais, Petrônio Portella expressava uma lógica típica de contextos autoritários, na qual o campo político é reformulado a partir da centralização do poder. Quando afirmava que a limitação da atuação dos parlamentares em favor de seus estados contribuiria para o fortalecimento do Legislativo e para a redução do regionalismo em nome do interesse nacional, o que se observava, na prática, era a defesa do poder central da ditadura. O chamado poder nacional, nesse contexto, correspondia diretamente à autoridade do regime instaurado em 1964.

Como observa Thomas E. Skidmore, a crítica ao regionalismo integrou um projeto de centralização política que tendia a tratar a diversidade e a autonomia das forças locais como potenciais ameaças à ordem pretendida pelos militares.[164] Nesse quadro, a defesa de uma tramitação acelerada de leis, apresentada publicamente como medida para “recuperar o prestígio” do Congresso, funcionava também como mecanismo de redução do debate, de compressão da deliberação e de fortalecimento do Executivo, reforçando uma cultura política

---

[163] *SENATOR PORTELA’S VIEWS ON THE REVOLUTION, SUCCESSION IN PIAUÍ AND PERSONAL PROSPECTS*. 1970. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:377139/. Acesso em: 12 jun. 2024.

[164] SKIDMORE, Thomas E. *The politics of military rule in Brazil, 1964-85*. New York: Oxford University Press, 1988.

pouco compatível com a pluralidade democrática. Essa prática aproxima-se do que Maria Celina D'Araújo identificou, ao estudar o Estado Novo, como uma legalidade de exceção, isto é, um regime no qual a violação ou a flexibilização de normas constitucionais é racionalizada e justificada em nome da segurança nacional.[165]

Outro aspecto revelador do discurso de Petrônio Portella foi a forma como ele apresentava o poder de decreto do Executivo como um mecanismo de proteção ao Congresso. Segundo esse raciocínio, o reconhecimento do papel dos militares e a criação de instrumentos para evitar conflitos institucionais garantiriam a preservação do Legislativo. Trata-se de uma inversão lógica, pois a submissão do Congresso ao Executivo e às Forças Armadas era apresentada como condição para a própria sobrevivência institucional do Congresso.

O segundo ponto do memorando analisado revela dimensões pouco conhecidas da atuação pública do senador. O documento foi produzido a partir de uma conversa informal, na qual ele não sabia que estava sendo monitorado. Tampouco sabia que suas declarações seriam registradas, encaminhadas aos Estados Unidos e, posteriormente, desclassificadas e disponibilizadas como parte do acervo documental da ditadura brasileira.

Diante disso, é pertinente questionar se o senador teria manifestado as mesmas posições caso soubesse que estava sob vigilância e que suas palavras seriam arquivadas por agentes estrangeiros. Não há registros de entrevistas públicas em que ele trate dessas questões de maneira semelhante. Esse fato confere ao documento um caráter singular e inédito, ampliando significativamente seu valor histórico.

Um dos elementos mais expressivos desse registro é a afirmação de que o Brasil vivia sob uma administração controlada e limitada. Trata-se de uma admissão rara, especialmente vinda de um senador da ARENA durante a década de 1970, acerca da natureza antidemocrática do regime. Essa declaração contrasta com a imagem construída posteriormente pela historiografia tradicional, que frequentemente apresenta Petrônio Portella como um defensor da democracia, interpretação que o documento analisado problematiza de forma direta.

Mesmo ao tentar justificar a situação política do país a partir da ideia de desordem ou de sucessivas interrupções do processo político pelos militares, o senador reproduzia o principal argumento de legitimação do regime. Como demonstrou Elio Gaspari em seus estudos sobre a ditadura, essa narrativa se sustentava na oposição artificial entre autoritarismo e caos, eliminando deliberadamente a possibilidade de retorno à democracia plena.

Essa lógica produziu uma rivalidade irreal que manteve a sociedade sob constante clima de medo, como se a ditadura fosse a única condição possível para a estabilidade nacional. O memorando indica que Petrônio Portella não apenas aderiu a esse projeto, como também o

[165] ARAUJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

apresentou como o único caminho viável para alcançar eficiência política e cumprir os objetivos do regime.

Como observa Daniel Aarão Reis, o período inaugurado em 1964 configurou uma ditadura civil-militar, sustentada não apenas pela hierarquia castrense, mas também pela participação ativa de setores civis que ofereceram apoio político, institucional e discursivo ao novo regime.[166] Nessa chave interpretativa, Petrônio Portella pode ser compreendido como um desses agentes civis cuja atuação contribuiu para dar sustentação pública ao governo, seja por meio de alianças, seja por uma retórica que ajudava a conferir legitimidade ao arranjo autoritário em construção. Tal dimensão discursiva ganha relevo quando se considera que interlocutores estrangeiros também observavam de perto a política estadual. Em contatos reservados e registros diplomáticos, assessores norte-americanos buscavam captar, interpretar e antecipar dinâmicas locais, inclusive avaliando lideranças, sucessões e possibilidades de alinhamento, prática que se articula à lógica de monitoramento e produção de informação discutida no debate sobre o chamado Governo Invisível.

Por fim, o documento analisado na sequência amplia o olhar para além do Piauí e oferece uma leitura mais abrangente do Nordeste. Trata-se de um telegrama enviado ao Departamento de Estado com informações sobre mudanças nos poderes estaduais, especialmente o enfraquecimento das forças políticas locais em favor de estruturas mais alinhadas ao poder federal. Esse monitoramento se insere na estratégia de acompanhamento sistemático da política interna dos países aliados aos Estados Unidos durante a Guerra Fria, com o objetivo de garantir estabilidade e alinhamento estratégico.

> O presidente Médici acaba de concluir o processo de designação dos candidatos da ARENA que serão eleitos governadores dos sete estados do Nordeste em outubro. São eles: Afrânio Lages, Alagoas; Eraldo Gueiros Leite, Pernambuco; Ernani Sátiro, Paraíba; Cortez Pereira, Rio Grande do Norte; César Cals, Ceará; Alberto Silva, Piauí; e Pedro Neiva, Maranhão.Entre os critérios declarados e não declarados do regime para a seleção dos governadores designados estavam: (1) apoio à Revolução, (2) honestidade, (3) capacidade administrativa, (4) apoio das organizações estaduais da ARENA, (5) renovação política (ou seja, sem ex-governadores ou líderes políticos tradicionais) e (6) status civil. Esses critérios tendiam a excluir figuras conhecidas e populares e políticos em favor de desconhecidos apolíticos ou políticos menos expressivos com qualificações técnicas. Na prática, porém, muitos desses critérios foram frequentemente ignorados no Nordeste. Tanto a capacidade administrativa quanto o apoio da ARENA variaram amplamente. Embora nenhum dos governadores designados seja rejeitado pelos militares, um deles enfrentou oposição do comando militar local, e alguns foram selecionados em detrimento de candidatos apoiados pelos militares. Embora quatro dos candidatos tenham sido classificados como "políticos" (Lages, Sátiro, Pereira e Silva) em oposição a "técnicos", apenas um, Sátiro da Paraíba, pode ser considerado um político profissional e tradicional.[167]

[166] REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
[167] *DECLARATION OF NINE NORTHEASTERN GOVERNORS*. 1964. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em:

O documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos intitulado *"Governors-Designate in the Northeast"* oferece uma visão detalhada sobre o processo de designação de candidatos da ARENA para os governos dos sete estados do Nordeste brasileiro em outubro, durante a ditadura de 1964. Do ponto de vista brasileiro, este documento mostra como as elites militares compreenderam que as administrações estaduais não estavam agindo conforme seus interesses integrais, revelando uma rivalidade entre grupos dominantes. A questão não era um embate entre progressistas e conservadores, mas sim duelos de oligarquias semelhantes do ponto de vista do modelo econômico e social pelo poder local.

Já do ponto de vista estadunidense, isso quadro mostra mais face do monitoramento da política brasileira. Neste caso para compreender quais seriam as medidas tomadas pelas esferas federais. Não é difícil compreender as razões desses constantes acompanhamentos. Os EUA desempenhavam um papel ativo no apoio a regimes alinhados aos seus interesses geopolíticos na América Latina, especialmente no contexto da Guerra Fria. O anticomunismo americano era visto como um aliado estratégico. Nesse sentido, o monitoramento detalhado da escolha de governadores no Nordeste, uma região historicamente marcada por desigualdades sociais e tensões políticas, reflete mais uma vez, o interesse americano em garantir a estabilidade política e a continuidade do regime alinhado aos seus objetivos.

O documento indica que os EUA acompanhavam de perto as decisões do ditador Emílio Garrastazu Médici e da ARENA, sugerindo um interesse em assegurar que os governadores escolhidos fossem confiáveis para manter a ordem e a influência americana na região. A apreciação lista seis critérios declarados e não declarados para a escolha dos governadores designados: apoio à Revolução (o golpe de 1964), honestidade, capacidade administrativa, apoio das organizações estaduais da ARENA, renovação política (excluindo ex-governadores e líderes tradicionais) e status civil. No geral, esses critérios, no entanto, são frequentemente ignorados, especialmente no Nordeste.

Possivelmente, a escolha de candidatos alinhados à "Revolução" sugere que o Departamento de Estado estava atento a qualquer sinal de dissidência que enfraquecesse a ditadura civil-militar. Todavia, precisamos também nos ater à clara preferência por "apolíticos" ou políticos menos conhecidos com qualificações técnicas, em vez de líderes tradicionais, para alguns isso pode indicar uma tentativa de modernizar a administração pública e reduzir a influência de elites políticas regionais. O que é uma narrativa historicamente mais consolidada. Todavia, é fundamental compreender que existem políticos neutros, podemos compreender os escolhidos como profissionais de carreira técnica e cientifica, mas isso não significa que o

https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363470/. Acesso em: 10 out. 2023.

espaço antes ocupado por eles, eram espaços de neutralidade. Toda escolha é política, e cada ato político gera consequências.

Outro ponto, o próprio documento reconhece que figuras como Ernani Sátiro (Paraíba), identificado como um político tradicional, foram escolhidas, o que contradiz o critério da suposta renovação. A inconsistência na aplicação dos critérios sugere que a ditadura de 1964, tinha dificuldades em equilibrar suas prioridades. Para os EUA, isso poderia ser interpretado como um sinal de fragilidade administrativa ou falta de coesão, algo que o Departamento de Estado acompanhava de perto para avaliar a confiabilidade do regime. No Piauí, o escolhido foi Alberto Tavares da Silva, um engenheiro com tradição política, mas sem grandes trajetórias. No corpo do relatório, há uma descrição de cada governador nordestino escolhido pela ditadura.

> Piauí - Alberto Tavares da SILVA, 52 anos. Engenheiro eletricista e ex-político, Silva vive fora do Piauí há cerca de cinco anos devido ao seu cargo como Presidente da Companhia Energética do Nordeste Central (CENORTE), no Ceará. Ele foi prefeito por dois mandatos da segunda maior cidade do Piauí, Parnaíba, onde ganhou reputação de administrador competente. Silva também é suplente de deputado federal pelo Piauí. Ele é membro da ARENA (ex-UDN). A indicação de Silva foi contestada pelo chefe político do Piauí, o senador Petrônio Portela (ARENA, ex-UDN), que apoiava outro candidato. No entanto, muitos políticos da base estadual favoreceram sua escolha. Os militares locais apoiaram sem sucesso um candidato que agora está em serviço militar ativo, enquanto os "tecnocratas", que inicialmente apoiavam o candidato militar, apoiaram Silva como segunda opção[168].

A análise de Cláudia Cristina da Silva Fontineles sobre Alberto Silva e os processos de construção de sua imagem pública, frequentemente associada ao perfil de um governador técnico mais do que propriamente político, é fundamental para compreender como o indicado ao governo do Piauí foi apresentado e percebido no estado.[169] Essa leitura ajuda a explicar por que Alberto Silva, mesmo sendo visto como um “estrangeiro” por grupos políticos tradicionais, pôde ser legitimado por uma gramática de competência e modernização administrativa, capaz de suavizar resistências e reorganizar expectativas em torno da figura do gestor.

A opção por um perfil identificado como tecnicista, como o de Alberto Silva, não foi um detalhe circunstancial, mas parte de um repertório político mais amplo, pelo qual o regime buscava apresentar a gestão pública como uma questão de eficiência e “racionalidade”, deslocando para segundo plano conflitos e negociações típicos da arena partidária. Esse enquadramento permite observar como dinâmicas locais se articulavam às estratégias do poder central e às condições de estabilidade política que, naquele contexto, eram percebidas como essenciais para a captação de recursos e a viabilização de agendas de obras e investimentos. Ao

---

[168] Ibidem.

[169] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *Recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história piauiense*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

tratar da trajetória e da memória pública de Alberto Silva, Fontineles indica que seu governo se vinculou, nos planos simbólico e administrativo, ao clima de euforia nacional associado ao chamado "milagre econômico".[170] Contudo, a literatura sobre o período destaca que esse ciclo de crescimento foi sustentado por forte endividamento externo e produziu efeitos estruturais que se agravaram nas décadas seguintes, contribuindo para crises e restrições econômicas mais duradouras. De forma significativa, a própria trajetória posterior de Alberto Silva, já em contexto democrático, permite perceber os limites desse modelo de desenvolvimento e como suas promessas de modernização encontraram obstáculos quando o cenário econômico nacional se tornou menos favorável.

[170] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0210, maio/ago. 2021.

4 UM ESTADO SOB ARMAS: AUTORITARISMO E CENSURA NA IMPRENSA PIAUIENSE

4.1 A Revolta Piauiense através da imprensa e dos bastidores dos meios de comunicação: jornais, rádio e memórias

Em agosto de 1963, Teresina tornou-se palco de um movimento rebelde que paralisou a capital piauiense. Liderado pela Polícia Militar do Piauí, o levante contou com o apoio de familiares dos policiais, de setores da imprensa e de militantes políticos. O protesto foi marcado por ameaças, mobilizações militares, atos de censura e discursos inflamados, capazes de alterar profundamente o cotidiano da cidade. A principal justificativa apresentada pelos participantes estava relacionada à crescente carestia de vida, agravada pela inflação, que corroía os salários e impedia a aquisição de bens essenciais. Esse mesmo cenário de dificuldades atingia a população civil, tanto na capital quanto no interior do estado.

O atraso estrutural do Piauí se refletia de forma evidente em Teresina.[171] Muitas ruas não possuíam iluminação nem pavimentação adequadas; mercados e açougues apresentavam condições precárias; e o saneamento básico praticamente não existia. A escassez de postos de saúde, escolas e equipamentos de assistência social denunciava décadas de abandono por parte do Estado. Essa precariedade funcionou como um importante catalisador do levante de agosto de 1963. A resposta das autoridades, contudo, seguiu um caminho autoritário, reproduzindo um padrão recorrente na política brasileira. Como observa Natalia Reis Cruz (2010), práticas conservadoras, paternalistas e coercitivas atravessam a história nacional, adaptando-se a diferentes contextos, inclusive em períodos democráticos.[172]

Esta seção analisa a Revolta Piauiense de 1963, destacando suas causas imediatas e as reações autoritárias que condicionaram seu desfecho. O objetivo não é reconstruir as origens mais remotas da crise, mas compreender o estopim, o desenvolvimento e o encerramento de um movimento que paralisou a capital e revelou tensões profundas entre Estado e sociedade.

Adota-se aqui a nomenclatura tradicional que associa o episódio aos policiais, uma vez que, embora protagonizado por eles, o movimento só adquiriu força quando recebeu apoio político, midiático e social. Ao analisar esse acontecimento a partir do conceito de cultura

---

[171] O termo “atraso estrutural” é empregado aqui no sentido de caracterizar limitações de longa duração na economia piauiense, relacionadas, entre outros aspectos, à baixa diversificação produtiva, à fragilidade das bases de infraestrutura e transportes e às dificuldades de integração dos circuitos econômicos internos e externos. Para um aprofundamento histórico e analítico dessa discussão, com diagnóstico de problemas de estrutura, séries interpretativas e indicações sobre o papel das vias de comunicação, ver os estudos de Raimundo Nonato Monteiro de Santana, especialmente “Economia Piauiense: problemas de estrutura” (1957), “Estradas e caminhos” (1959) e a síntese de fôlego apresentada em *Evolução Histórica da Economia Piauiense* (2001).

[172] CRUZ, Natalia Reis. Cultura política, autoritarismo e desigualdade: as limitações à efetivação dos direitos humanos no Brasil. In: CONGRESO CEISAL DE INDEPENDENCIAS - DEPENDENCIAS - INTERDEPENDENCIAS, 6., 2010, Toulouse. *Anais* [...] Toulouse: CEISAL, 2010, p. 3. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00503907. Acesso em: 13 abr. 2025.

autoritária, busca-se demonstrar que o autoritarismo constitui um conjunto duradouro de representações, crenças e valores que moldaram, de forma estrutural, as instituições públicas e privadas ao longo da história brasileira.

Conforme aponta Paulo Henrique Martins, trata-se de um traço profundamente enraizado na experiência colonial e que se reconfigura diante das transformações políticas posteriores.[173] Do ponto de vista conceitual, este estudo adota a formulação de Stoppino, segundo a qual o autoritarismo, sob a ótica dos valores democráticos, representa uma manifestação degenerativa da autoridade.[174] Assim, analisam-se atos e decisões que extrapolaram limites democráticos sob o argumento de fortalecimento institucional. Em março de 1963, Petrônio Portella Nunes assumiu o governo do Piauí diante do desafio de amenizar o sofrimento de uma população afetada pela fome, pela precariedade no abastecimento, pela ausência de escolas e hospitais e pelo aumento contínuo do preço dos alimentos. Nesse contexto, a crise atingiu também os policiais, que passaram a reivindicar reajustes salariais.

Ainda no primeiro semestre de 1963, as categorias da segurança pública — representadas pelo Clube dos Oficiais, pelo Clube dos Tiradentes, pelo Clube Conselheiro Saraiva e pelo Centro Social dos Cabos e Soldados — reuniram-se em assembleia. Em 29 de junho, publicaram uma nota oficial reivindicando melhores vencimentos, justificada pelo alto custo de vida. O pedido era objetivo: equiparação salarial com os valores pagos no estado do Ceará. A resposta do governo foi negativa. Petrônio Portella alegou insuficiência orçamentária e afirmou não conseguir sequer cumprir integralmente suas obrigações com o funcionalismo público.

Essa justificativa não foi bem recebida. Setores da sociedade e comunicadores passaram a utilizar programas de rádio para pressionar o governo, enquanto as associações de policiais divulgaram novas notas públicas. À época, o rádio era o principal meio de comunicação de massa no estado, em razão dos elevados índices de analfabetismo. As três emissoras piauienses — Rádio Pioneira, Rádio Clube e Rádio Difusora — desempenharam papel central no processo de mobilização popular.

Em julho, o coronel Eduardo Mota dirigiu-se ao Palácio de Karnak para relatar o crescente descontentamento entre os policiais. O clima tornou-se cada vez mais tenso. Alguns oficiais passaram a considerar a situação irreversível. O coronel Jofre do Rego Castelo Branco, ao visitar o quartel para averiguar rumores de rebelião, foi informado de que, caso o governo não encaminhasse à Assembleia Legislativa uma proposta de reajuste salarial, medidas extremas seriam adotadas. Questionados sobre o significado dessas medidas, os policiais se

---

[173] MARTINS, Paulo Henrique. Cultura autoritária no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. 1/2, p. 105-132, 2019.

[174] STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2010. v. 1, p. 94.

recusaram a detalhá-las, alegando compromisso de honra.

No início de agosto, ainda não havia consenso entre os policiais quanto aos rumos do movimento. Em nova tentativa de acordo, propuseram congelar os salários até o fim de 1963, permitindo que o governo elevasse impostos no ano seguinte para custear o reajuste. A proposta foi novamente recusada, e a tensão atingiu seu ponto máximo. Em agosto, a insatisfação explodiu em um dos maiores protestos da história do Piauí. Anos depois, Petrônio Portella apresentaria versões distintas dos acontecimentos.

Durante os primeiros dias do levante, o governador reconheceu publicamente a precariedade enfrentada pelos servidores e afirmou que atenderia às demandas da polícia assim que possível. Em suas memórias posteriores, contudo, atribuiu o movimento à busca por privilégios e justificou sua postura como necessária para preservar sua autoridade. Essa narrativa omite elementos centrais do conflito, como a fome, a crise salarial e a ausência de diálogo efetivo entre o governo e a corporação. O objetivo dos policiais era a equiparação salarial com a polícia cearense, e não a concessão indiscriminada de vencimentos de primeiro sargento a cabos e soldados.

Na segunda semana de agosto, os policiais ocuparam o quartel da Polícia Militar, localizado na Praça Pedro II. O movimento foi inicialmente liderado por oficiais como os capitães Elesbão Soares, Bonfim e Wilemar, o major Carlos Alberto e os tenentes Drumond e Kleber. Nos bastidores, também atuaram o capitão Elesbão Soares, o tenente Brasil e o tenente Campelo. Do ponto de vista histórico, o movimento pode ser dividido em duas fases: a primeira, de caráter estritamente policial; e a segunda, marcada pela adesão de familiares, jornalistas, sindicalistas, militantes do Partido Trabalhista Brasileiro e outros setores da sociedade civil.

Diante do agravamento da crise, o Palácio de Karnak solicitou apoio à Guarnição Federal de Teresina, que, por código Morse, entrou em contato com o comando da Décima Região Militar. O general Almério de Castro Neves deslocou-se de Fortaleza para Teresina, negociou diretamente com os líderes do movimento e estabeleceu um acordo preliminar para encerrar a rebelião. Esperava-se uma solução pacífica. No entanto, após sua partida, integrantes da Frente de Mobilização Popular do Piauí, sindicalistas, militantes do Partido Trabalhista Brasileiro e familiares dos policiais convenceram os militares a manter o movimento.

Iniciava-se, assim, a segunda fase do levante, agora com amplo apoio social. A imprensa radiofônica desempenhou um papel decisivo ao abrir espaço para manifestações públicas, especialmente de familiares, o que ampliou ainda mais a mobilização. Em razão dessa complexidade, o episódio recebeu diferentes denominações ao longo do tempo, como Crise da Polícia, Greve da Polícia e Levante dos Policiais. Nenhuma delas, contudo, dá conta plenamente da participação civil, sobretudo das mulheres que protagonizaram a chamada Passeata da Fome.

A denominação “Levante dos Policiais” foi proposta pelo jornalista Alberoni Lemos

Filho, que destacou a disposição dos policiais em "ir até as últimas consequências", inclusive com a possibilidade de ataque ao Palácio de Karnak. Embora tal desfecho não tenha ocorrido, diversas fontes indicam que Teresina caminhava rumo a um cenário de violência, evitado por negociações e por campanhas de doação organizadas pela sociedade. A população da capital, por meio de comícios e mobilizações no rádio, demonstrou solidariedade às famílias dos policiais. As doações incluíram alimentos básicos, produtos de higiene e pequenas quantias em dinheiro.

Apesar da ampla repercussão, a cobertura da imprensa escrita — em jornais como *O Dia*, *O Dominical* e o *Jornal do Piauí* — foi superficial e restrita às versões oficiais. Entre 10 e 20 de agosto, o quartel foi ocupado por policiais, familiares e simpatizantes. A imprensa permaneceu cautelosa. Segundo O Dia, a greve começou quando, em assembleia, a categoria decidiu, por maioria, enviar proposta de melhoria salarial ao governador Petrônio Portella. A nota afirmava que:

> Os Presidentes das entidades de classe do pessoal do Estado o Piauí, acima citadas, tornem público, a fim de evitar explorações que venham desvirtuar a atitude assumida por seus associados, no seio da população desta Capital, que cumprindo determinação tomada em sessão de Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada no dia 15 do corrente, ás 21,30 horas, no Quartel da Policia Militar do Estado, continuam reunidos em caráter permanente, aguardando de modo pacífico e disciplinado, urgente solução do Exmo. Sr. Governador do Estado, para cruciante problema de aumento salarial, reivindicando ao Chefe do Poder Executivo. Na oportunidade vem de público agradecer inúmeras moções de solidariedade partidas das diversas entidades de classe e do povo, que dando uma inequívoca prova de alta compreensão e fraternidade cristã, em assim procedentes, nos confortam e nos incentivam a luta heroica que travamos em prol de melhores dias. Quartel em Teresina, 17 de agosto de 1963. CARLOS ALBERTO PRATO DA CUNHA- Major Presidente do Clube dos Oficiais. OTAVIO CORREIA DA SILVA- Cabo Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados. JOSÉ BENONI DE MIRANDA- 2 Sargento Presidente do Clube Tiradentes dos Subtenentes e Sargentos.[175]

Na primeira nota oficial dos policiais, suas considerações reforçaram que o movimento tinha caráter pacífico e, ao mesmo tempo, demonstraram agradecimento aos populares. Exegeticamente, esse era o maior temor das autoridades, pois, se a participação popular continuasse a ganhar espaço no movimento, o governo não teria grandes alternativas, senão o autoritarismo. De modo geral, nenhum jornal publicou matéria sobre a percepção dos piauienses rebeldes em relação a este movimento. Porém, com base em observações criteriosas das poucas fontes disponíveis, notamos que o movimento recebeu apoio popular, mas, devido à escassez de matérias jornalísticas, não é possível quantificá-lo. Exemplos incluem a Rádio Clube de Teresina, que fez transmissões apoiando o movimento, e jornalistas como Iracema Santos

[175] NOTA OFICIAL DOS PRESIDENTES DAS ENTIDADES DE CLASSE DO PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR. *O Dia*, Teresina-PI, n. 1117, 22 ago. 1963, p. 4.

Rocha, que prestaram auxílio aos manifestantes e aderiram a ele. Por outro lado, existe a tese governista, e podemos representá-la por meio da primeira nota oficial divulgada pelo governo do Piauí. Trata-se das primeiras impressões governistas — ou pelo menos a versão que líderes do governo compreendiam como cabível naquele momento de tensão:

> O Governador do Estado Dr. Petrônio Portella cumpre o dever de levar ao conhecimento da população civil que, parte da Polícia Militar, após reuniões sucessivas e em termos passionais e desrespeitosos a autoridade constituída, pretendeu impor ao Governo aumento de vencimento da Corporação. Diante das ponderações do Governador de que, apesar de justa, em si, a reivindicação, embora inadequada, contraproducente e intolerável a forma porque ela se vem expressando, o Estado, tão logo seja possível ao Tesouro examinará o problema, não apenas dos militares, mas em igualdade de condições dos civis. Por tal motivo, parte da Tropa vem-se declarando rebelada contra os poderes constituídos do Estado e a autoridade do Governador, pelo que foi solicitado o concurso da Força Federal para manter a ordem, assegurar a paz e tranquilidade dos lares e as garantias constitucionais.[176]

Essa nota oficial é muito importante não apenas pelas primeiras comunicações do governo à sociedade civil, mas também porque reconhece a gravidade do problema social vivido pelos piauienses e combate a forma como os militares da polícia agiam. De todo modo, não há nenhuma menção a possíveis amparos sociais aos manifestantes; ou seja, há alusão à realidade de crise social, bem como há uma representação das atividades dos rebeldes, mas não existe, em nenhum momento das primeiras considerações, uma indicação de apoio social. E isso é um elemento essencial para compreender como uma greve evoluiu para um movimento com perspectiva de atos armados no centro da cidade de Teresina. Além disso, conforme a comunicação radiofônica potencializou seu apoio aos manifestantes, bem como o aceno positivo de alguns políticos do PTB e de alguns setores da sociedade civil, a resposta das autoridades diante da popularização do movimento, não foi apresentar uma proposta de amparo social, mas iniciar uma nova fase de contenção e ameaça, por meio da censura aos meios de comunicação radiofônicos, convocação de militares federais para proteger o Palácio de Karnak e organizar uma reação. Assim, o governo estadual ordenou o fechamento temporário da Rádio Clube. Em nota oficial, o governador destacou:

> FECHAMENTO DA RADIO CLUBE DE TERESINA-Nota de esclarecimento. A RÁDIO CLUBE DE TERESINA vinha realizando há vários dias uma campanha de solidariedade ao movimento reivindicatório de aumento de vencimentos da POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ. Nos últimos dias, entretanto, essa campanha se caracterizou por uma atitude subversiva de incitamento à rebelião daquela Corporação, pelo que o Sr. Secretário de INTERIOR, JUSTIÇA E SEGURANÇA do Estado solicitou ao Eximo. Sr. MINISTRO DA JUSTIÇA a suspensão da referida Emissora de acordo com Art. 68 de Código de Telecomunicações. No entanto, a RADIO CLUBE recrudesceu no dia de ontem, a sua campanha. procurando então envolver o EXÉRCITO NACIONAL, concitando 03 Sargentos e Praças do 25.0 BC a hipotecar solidariedade à

[176] NOTA OFICIAL DO GOVERNADOR DO ESTADO. *O Dia*, Teresina-PI, n. 1117, 22 ago. 1963, p. 1.

> POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ. Em consequência da gravidade e da falta de Fundamento das notícias veiculadas, foi determina com o fechamento provisório da referida Emissora até a solução do Exmo. Sr. MINISTRO DA JUSTIÇA à do Governo Piauiense, tendo em vista salvaguardar a repercussão desfavorável e os efeitos psicológicos negativos da população, que reais prejuízos trariam à Segurança do Estado. Quartel em Teresina, 18 de agosto de 1963.[177]

A censura, como descreve Anne-Marie Smith, constituía um sistema rigorosamente controlado que operava de modo "fácil, primoroso e automaticamente", recorrendo a fórmulas jurídicas elaboradas para esvaziar o sentido político das proibições.[178] A justificativa oficial, amparada no resguardo da "moral e dos bons costumes", buscava despolitizar a ação repressiva e mascarar a intenção de silenciar a oposição.[179]

Além disso, ao contrário do exercício legítimo da autoridade, o autoritarismo designa um princípio ou prática coercitiva, baseado na imposição e no domínio, que exige submissão incondicional e busca anular qualquer possibilidade de discussão ou negociação. Trata-se de uma dinâmica que substitui o diálogo pela verticalidade do poder, consolidando-se como mecanismo de controle social. Em reação a jornalista e militante do PTB, Iracema Santos Rocha em uma transmissão (vista como ilegal) verbalizou um discurso em apoio aos grevistas e convocou a população civil do Piauí a apoiar o movimento e reivindicar outros anseios sociais. A ação foi vista pelas autoridades como oportunismo e absurdo em relação à lei e à ordem. No discurso a militante política destacou:

> Como presidente da Liga Feminina Trabalhista hipoteco solidariedade aos sargentos, cabos e soldados presos, presos porque mostraram a fome, a miséria, o abandono. E as elites não podiam ver maculados o seu prazer, o seu conforto, com os soluços e as lágrimas de fome dos pobres. Até quando o Piauí aguentaria essa situação de sofrimento? Era chegada a hora da revolta das massas. Nossa luta não terminou. Mesmo aqueles companheiros que não foram vitoriosos nas recentes eleições, têm uma missão. E mesmo depois de nossa morte, nossas ideias continuam a caminhar e a se agigantar para um Piauí grande, próspero e feliz, debaixo da Bandeira gloriosa do Partido Trabalhista Brasileiro.[180]

A análise do discurso revela o elevado grau de politização atribuído à crise. Sua interpretação ultrapassa a dimensão estritamente salarial da reivindicação da Polícia Militar e a insere em um quadro mais amplo de luta de classes e de abandono histórico da população piauiense. Ao afirmar que os policiais estavam "presos porque mostraram a fome, a miséria, o abandono", a jornalista estabelece uma relação direta entre a condição dos militares amotinados

---

[177] *O Dia*, Teresina-PI, n. 1117, 22 ago. 1963, p. 4.
[178] SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 10-11.
[179] KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Fapesp; Boitempo, 2004, p. 116.
[180] ROCHA, Iracema Santos. In: KRUEL, Kenard. Blog Kenard Kaverna - "entrem sem bater, Iracema Santos Rocha". Teresina, 2015. Disponível em: https://krudu.blogspot.com/2015/03/iracema-santos-rocha.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.

e a situação vivida pelo povo. Dessa forma, o movimento deixa de ser apresentado como uma simples insubordinação policial e passa a ser interpretado como uma "revolta das massas".

Essa construção discursiva opera por meio de uma polarização clara, que se mostra eficaz tanto para a mobilização quanto para a formulação de uma narrativa alternativa à versão oficial. Ao confrontar o silêncio das elites políticas e econômicas, o discurso tensiona os limites impostos à interpretação do conflito, atribuindo-lhe um sentido social e coletivo mais amplo.

Todavia, uma questão central emerge dessa análise: tratava-se de um movimento em apoio aos policiais que se encontravam cercados por tropas federais. A estratégia adotada pelas forças federais consistia em bloquear o acesso de familiares e militantes políticos ao Quartel da Polícia, criando uma situação de cerco que conduziria os rebeldes à rendição ou ao confronto armado. A partir desse contexto, o discurso emocionado suscita indagações fundamentais: havia, de fato, pessoas chorando e passando fome no interior do quartel? Quais circunstâncias motivaram esse pronunciamento carregado de emoção? Existia uma ameaça concreta, inclusive armada, direcionada às camadas mais pobres que se encontravam nas proximidades do quartel?

É nesse cenário que se insere o relato do jornalista Alberoni Lemos Filho. Segundo seu testemunho: "[…] Petrônio Portella pediu socorro ao 25º BC, que mandou soldados e armas. Na porta dos Correios havia uma metralhadora pesada apontando para Pedro II […] eu vi o canhão e as granadas. Senti que não era brincadeira […]".[181]

O Quartel da Polícia encontrava-se ocupado por policiais e por alguns manifestantes civis. Conforme o relato de Iracema Santos Rocha, alguns deles choravam de fome. Esse contraste entre a gravidade da situação vivida no local e o tratamento dado ao episódio pela imprensa tradicional não foi registrado nos jornais da época. A partir de diferentes depoimentos, torna-se possível perceber a quantidade de fatos relevantes que ocorreram durante a Revolta de 1963 e que não foram divulgados ao público.

Um exemplo emblemático é o caso do sindicalista dos bancários do Piauí, José Ribamar Viana, posteriormente acusado de comunismo e de subversão após o golpe de 1964. Para incriminá-lo, os militares federais recorreram aos acontecimentos de agosto de 1963, quando o sindicalista redigiu uma carta descrevendo a situação de fome e abandono social no estado, bem como as razões que motivaram a revolta daquele ano. Essa correspondência foi interceptada por militares no telégrafo da cidade de Teresina e posteriormente fotocopiada, sendo utilizada como prova de subversão política. Por meio do Portal Digital Brasil: Nunca Mais, foi possível resgatar esse documento classificado como secreto.

> Estou escrevendo-lhe em caráter oficial, embora não use o papel timbrado do Sindicato. O motivo não é outro senão os últimos acontecimentos que se desenrolaram nesta Capital, face a atitude arbitrária do Governo do Estado que chega, até, a postar militares do Exército no Departamento do Correios e

[181] LEMOS FILHO, Alberoni. *Vida impressa*. Teresina: Corisco, [s.d.], p. 17.

> Telégrafos, a título de garantir a ordem, e realizar censura a correspondência trocada entre Associações de Classe e outras pessoas físicas e jurídicas, de finalidades sociais. Se eu usasse, portanto, envelope timbrado, correria o risco de não ser esta levada ao destino. Quero, portanto, que o Companheiro preste atenção aos fatos que vou relatar imediatamente, se entrose com o Presidente da Federação Norte e Nordeste, a fim de que o mesmo telégrafo a todos os Sindicatos de outras cidades de outros Estados a de que essas Entidades se dirijam ao Presidente da República , ao Ministro da Justiça e o Congresso Nacional PRESIDENTE, solicitando seus esforços no sentido que consigam que o Governador do Piauí, Sr. Petronio Portela Nunes adote medidas que satisfaçam o povo do Piauí, isto é, o atendimento das evidenciações da Polícia Militar do Estado e do funcionamento civil. Preste atenção, portanto, companheiro que vou relatar os fatos. A imprensa daí, se possível, deverá ser informada desses acontecimentos, uma vez que os jornais falados e escritos desta capital estão sendo controlados pelo Governo e o resto do país talvez não saiba do que está passando no Piauí.[182]

Esse relato nos provoca a dimensionar o tamanho do caos social vivido no Piauí. A censura imposta aos meios de comunicação, a violação de direitos civis e o caráter autoritário das forças federais sob influência do governo estadual são aspectos alarmantes. Não é possível encontrar, pelo nome completo, o destinatário da "carta secreta", mas ela foi endereçada à Federação de Imprensa do Rio Grande do Norte. Tratava-se de "um pedido de socorro", pois, segundo ele, a imprensa estava sob controle do governo e as informações sobre o que acontecia no Piauí deveriam chegar às autoridades federais.

Essencialmente, trata-se de um pedido em caráter de urgência. Porém, precisamos destacar que ele engloba toda a imprensa e já apresentamos que a Rádio Clube deu espaço aos grevistas ou simpatizantes. Ou seja, é necessário pontuar que, embora seja um pedido produzido no centro dos acontecimentos, ele carrega hipérboles destinados a provocar uma reação no receptor, com o objetivo de alertar esferas federais ligadas ao presidente João Goulart.

Mas outras fontes, como a nota oficial de censura referente à Rádio Clube, indicam que nem toda a imprensa esteve, naquele momento, completamente impedida de divulgar informações vinculadas aos manifestantes. Ainda assim, quando o foco recai apenas sobre os jornais impressos, a percepção de controle e restrição informativa não se mostra, em geral, falsa ou hiperbólica, pois os limites do dizível tendiam a operar de modo mais consistente nesse circuito. Nesse sentido, tomando-se o conceito de autoritarismo formulado por Stoppino, a própria existência dessa nota oficial sugere que práticas autoritárias não se restringem a governos declaradamente ditatoriais, podendo também manifestar-se em contextos formais de legalidade, por meio de mecanismos administrativos de contenção, vigilância e intimidação.[183]

Assim, é possível detectar excessos de autoridade, atitudes e pensamentos autoritários

---

[182] VIANA, José Ribamar. *Carta ao companheiro Jureba*. Agosto de 1963. In: Portal Brasil Nunca Mais, Seção BNM_250 (1). Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_03/46817. Acesso em: 10 abr. 2025.
[183] STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2010. v. 1, p. 94.

mesmo em sistemas democráticos. Outro fragmento da carta é de suma importância para a completude desta pesquisa, uma vez que o sindicalista, por meio de seu lugar social, observou uma discussão entre o jornalista Simplício de Sousa Dias Mendes e alguns grevistas.

> As comunicações com outros Estados estão impossíveis, de vez que o Departamento de Correios e Telegrafo está censurado. Não saem notícias que considerem subversivas. Um dos Gorilas locais, Desembargado Simplício de Sousa Mendes, encontrou-se com o signatário presente, quando ele arrecadava fundos financeiros no Banco. Lá dentro do recinto do Banco, dentro do recinto do balcão, tivemos um discussões tremendas em que, ele sem mais argumentos contra meus pedidos de solidariedade, chamou-nos a todos de comunistas e subversivos.[184]

A resposta do poder estatal a essa mobilização revela a presença de práticas autoritárias que, mesmo em um contexto formalmente democrático, indicam a persistência de mecanismos de dominação de longa duração na experiência política brasileira.[185] Do ponto de vista conceitual, adota-se aqui a formulação de Mario Stoppino, segundo a qual o autoritarismo pode ser compreendido, sob o prisma dos valores democráticos, como uma manifestação degenerativa da autoridade, isto é, uma forma de exercício do poder que, em nome do fortalecimento institucional, ultrapassa limites democráticos e restringe garantias.[186] No Piauí de 1963, essa degeneração se materializou em práticas de repressão e censura, sugerindo que a crise social foi enfrentada por meio de respostas verticalizadas, com baixa tolerância à contestação. A justificativa para tais medidas encontrava respaldo em uma retórica ideológica que associava reivindicações e protestos a ameaças externas e internas.

Essa visão se aproxima do conceito de "inimigo interno" discutido por Nilson Borges no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional: trata-se de uma figura política e discursiva que ajuda a manter a coesão do grupo no poder e a legitimar a ideia de crise permanente.[187] A eficácia dessa construção, inclusive quando baseada em suspeições ou generalizações, está no fato de oferecer lastro para restringir liberdades, ampliar a vigilância e naturalizar procedimentos de exceção no campo policial e jurídico. Essa lógica foi mobilizada diretamente contra o movimento. Em carta de agosto de 1963, José Ribamar Viana registra que o jornalista Simplício de Sousa Mendes, em sua oposição ao nacionalismo-trabalhista e ao comunismo, não hesitou em rotular o sindicalista e os grevistas como "comunistas e subversivos".[188] Ao transformar a reivindicação por melhores salários e condições de vida em sinal de "subversão",

---

[184] Ibidem.
[185] MARTINS, Paulo Henrique. Cultura autoritária no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. 1/2, p. 105-132, 2019.
[186] STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2010. v. 1, p. 94.
[187] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, esp. p. 30.
[188] VIANA, José Ribamar. *Carta ao companheiro Jureba*. ago. 1963. In: Portal Brasil Nunca Mais. Seção BNM_250 (1). Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_03/46817. Acesso em: 10 abr. 2025.

opera-se, na prática, a figura do inimigo interno: isola-se o protesto, desloca-se o debate do terreno social para o terreno da segurança e cria-se justificativa para a intervenção e para medidas coercitivas. Esse trecho ganha ainda mais densidade quando se considera o lugar de Simplício Mendes na cultura política local. Marylu Alves de Oliveira o analisa como personagem central na imprensa piauiense, destacando seu protagonismo na defesa de um liberalismo conservador e na difusão de repertórios anticomunistas que alimentavam esse tipo de enquadramento.[189]

Ademais, na cronologia do fim do levante, em 20 de agosto, iniciou-se um movimento liderado por mulheres chamado "Passeata da Fome". Essa passeata tinha como objetivo uma caminhada pelo centro da cidade em favor dos policiais que estavam cercados pelas tropas federais. O movimento foi visto como a última chance dos manifestantes. Justamente por isso, reforçamos que essa iniciativa não partiu exclusivamente da polícia militar, mas sim de setores da sociedade piauiense. A principal liderança feminina foi Iracema Santos Rocha da Silva, que proferiu discursos em apoio ao movimento na Rádio Clube.

O governo estadual convocou estudantes momentos antes da passeata para convencê-los dos riscos do ato e teve êxito. Sem o apoio da classe estudantil, a Passeata da Fome foi chamada de Marcha das Senhoras, em alusão à falta de apoio popular ou a um apoio somente representado por mulheres lideradas por Iracema Santos Rocha da Silva. Todavia, aos olhos da história, tal ação pode ser vista como um protagonismo feminino na luta por direitos sociais básicos, apesar da falta de apoio de outras minorias. O mais interessante nessa marcha é justamente a demonstração da mobilização feminina em uma capital essencialmente conservadora.

Após o fracasso da passeata, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, então comandante do IV Exército (10ª Região Militar) e conhecido do governador, enviou soldados e armamentos, sob a coordenação do oficial Francisco Batista Torres de Melo, para conter a rebelião e assumir o controle da Polícia Militar até a normalização da situação.[190] O jornal O Dia terminou apresentando aos leitores as ordens de prisão expedidas pelo coronel Façanha, além de todas as notas oficiais e agradecimentos aos reforços federais. Destaca-se, nesse sentido, a chegada de tropas comandadas pelo general da 10ª Região Militar, Almério de Castro Neves, que veio de Fortaleza (CE) para Teresina (PI) a pedido do governador Petrônio Portela, feito ao Ministro da Guerra do presidente João Goulart.

O coronel Façanha proferiu um discurso na Rádio Clube, posteriormente publicado no

---

[189] OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

[190] MELO, Francisco. *Chagas Rodrigues, o homem e sua história política*. In: KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília, DF: Senado Federal, 2018.

Jornal *O Dia*. Por volta das 16 horas, as estações de rádio passaram a veicular a seguinte proclamação, assinada pelo Cel. Francisco Mascarenhas Façanha, Comandante da Guarnição Federal ali sediada. A proclamação diz que:

> Estamos aqui no cumprimento de uma missão constitucional, qual seja a manutenção da ordem e do princípio de autoridade. Recebemos ordem para cercar o vosso Quartel. Embora reconheçamos a difícil situação financeira que essa Corporação atravessa compactuamos com a desordem e levaremos o cumprimento de nossa missão até o fim. Apelamos para que todos se retirem para suas casas o quanto antes. Companheiros da Polícia Militar do Piauí. Esperamos contar com a vossa compreensão e que conosco venham cooperar no restabelecimento da paz, a fim de vossos problemas possam ter uma solução adequada, pacífica e integralmente dentro das leis dirigentes do acatamento as diretrizes da mais alta autoridade Estadual. Os soldados, cabos e sargentos podem sair do Quartel desarmados. Os oficiais, somente os oficiais, devem se dirigir para o ‘‘REX’’, onde serão recebidos por um oficial do 25 BC.[191]

Notamos que o discurso proferido pelo coronel Façanha apresentou várias bases legais. Ele reconheceu a dificuldade dos policiais e concluiu seu discurso como um militar legalista. Porém, em sua fala reproduzida no Jornal *O Dia*, diversos pontos ficaram vagos e fatos foram omitidos. O coronel afirma "esperar a compreensão" e pede cooperação, mas como seria possível cooperar com armas e canhões apontados para o quartel? Em outra nota ele destaca um ataque aos movimentos de apoio civil:

> A chamada ‘‘passeata da fome’’ que tinha todas as características de provocação ao governo, recebeu a repulsa de todas as pessoas de bom senso, enquanto, por outro lado, adotou o Exército providencias visando a manutenção da ordem pública, inclusive providenciando, desde logo, ao cerco do Quartel da Polícia Militar.[192]

O representante das forças federais em Teresina, menciona que a Passeata da Fome não foi reconhecida pelas "pessoas de bom senso". O coronel Octaviano Miranda, proprietário de jornais em Teresina, reuniu-se com soldados do 25º BC e ordenou a prisão dos líderes da greve, como Elesbão Soares, Wilemar Bonfim, o major Carlos Alberto, e os tenentes Câncio, Drumond, Kleber e outros.

> As chaves do prédio foram entregues ao governador Petrônio Portella, que ficou senhor absoluto da situação. No dia 22 de agosto, às 18 horas, todos os militares sediados renderam-se à conclamação dos companheiros do Exército, e deu-se por encerrado o ‘Caso da Polícia Militar’, que tanto convulsionou o estado e ficou registrado nos anais da história política e militar do Piauí.[193]

Dessa forma, foi encaminhado o desfecho do movimento rebelde. Nele ficaram

---

[191] FAÇANHA, Mascarenhas. Nota da Guarnição Federal de Teresina. *O Dia*, Teresina-PI, n. 1117, 22 ago. 1963, p. 2.
[192] Ibidem.
[193] MELO, Francisco. *Chagas Rodrigues, o homem e sua história política*. In: KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília, DF: Senado Federal, 2018, p. 23.

evidentes a solidariedade do povo piauiense, a capacidade de reação de uma população mergulhada em crise, mas também as práticas autoritárias adotadas por autoridades locais e federais, que recorreram, inclusive, à censura. Ao final da cobertura, o jornal *O Dia* informou a abertura de um inquérito destinado a investigar o movimento e punir os responsáveis pela rebeldia. Contudo, o balanço apresentado pelo periódico foi marcado por silenciamentos e lacunas significativas. Aspectos fundamentais, como as condições de vida dos policiais e de seus familiares, não foram abordados.

Diante disso, impõe-se a seguinte questão: qual a melhor forma de compreender o Levante de 1963 em Teresina? Para além da reivindicação salarial, o movimento teve como objetivo central expor a realidade de abandono vivida pela população piauiense, bem como denunciar a censura e o autoritarismo das autoridades locais. Ao mesmo tempo, evidenciou que a imprensa escrita encontrava-se mais rigidamente controlada do que a imprensa oral (imprensa radiofônica? Imprensa falada?). Embora rádio e jornal pertencessem ao mesmo universo comunicacional, no Piauí dos anos 1960 um meio dispunha de maior margem de liberdade do que o outro. Essa relativa autonomia, contudo, foi severamente punida com o fechamento temporário da Rádio Clube.

Nesse sentido, o uso dos meios de comunicação integrava a própria engenharia política do período, servindo tanto às forças governistas quanto aos setores de oposição. Nesse embate, estavam em jogo valores democráticos e os fundamentos de uma cultura autoritária ainda em formação. Uma das hipóteses centrais deste estudo é que a imprensa escrita piauiense estava sob forte controle das forças políticas eleitas, sendo divulgadas apenas informações consideradas confiáveis ou convenientes ao governo, tanto no contexto do levante quanto em outras situações. Os relatos de Alberoni Lemos Filho, o discurso de Iracema Santos Rocha e a carta de Francisco Viana oferecem à historiografia piauiense versões alternativas e contrapontos à narrativa oficial veiculada pelo jornal *O Dia*.

A proposta inicial dos policiais era a obtenção de reajuste salarial. O governo estadual, recém-empossado, afirmava, desde o início do ano, não possuir condições de conceder aumentos a nenhuma categoria do funcionalismo público. Paralelamente, o custo de vida no Piauí se agravava: uma capital sem abastecimento regular de água, marcada por crises constantes e pela ausência de políticas de assistência social capazes de atender à população. Crianças e mulheres viviam em condições precárias, sem acesso a padrões mínimos de dignidade humana.

Os policiais — cabos, soldados e sargentos — juntamente com suas famílias, recusaram-se a continuar esperando. A fome e a precariedade em suas vidas não ofereciam alternativas viáveis. Embora alguns tenham demonstrado hesitação inicial, foram convencidos por lideranças como o capitão Elesbão. Unidos, insurgiram-se contra o governo estadual, que, por

sua vez, solicitou o apoio das tropas federais. Civis de diferentes setores da sociedade mobilizaram-se em solidariedade aos policiais. A população de Teresina demonstrou humanidade ao contribuir com alimentos, roupas e dinheiro para os manifestantes e suas famílias.

Apesar do governo estadual alegar dificuldades financeiras, não houve qualquer sinalização de políticas de acolhimento social ou de apoio institucional às famílias envolvidas. A resposta estatal deu-se exclusivamente pela via do autoritarismo, configurando mais um exemplo, na história brasileira, de práticas autoritárias adotadas no interior de uma democracia formal.

A imprensa oral piauiense compreendeu essa situação como profundamente injusta e, em parte, apoiou o movimento, alimentando a esperança de que as reivindicações fossem atendidas à medida que crescia a adesão popular. Esse cenário foi revertido com o fechamento temporário da Rádio Clube e com o cerco militar ao quartel da Polícia. Sem perspectivas de êxito, os policiais e suas famílias acabaram por recuar. Antes do fim de agosto de 1963, o Levante Piauiense estava encerrado — sem confrontos armados, sem mortes, mas deixando inúmeras lições e narrativas.

A Revolta Piauiense de 1963, portanto, não se encerrou apenas com a rendição dos policiais. Ela deixou como legado a demonstração de que uma grave crise social foi enfrentada sob censura e práticas autoritárias, mesmo em um regime democrático. A disputa pela narrativa midiática foi central tanto para o desfecho do movimento quanto para a construção da memória pública do evento, revelando a tensão permanente entre o direito à informação e os mecanismos de controle do poder estatal. Como observa Veyne (2008, p. 22), os acontecimentos históricos são únicos, pois ocorrem em um tempo específico e não se repetem, ainda que pareçam semelhantes.

Sob a ótica do jornalismo e do autoritarismo, permite concluir que a imprensa piauiense se dividiu em dois campos principais: o dos jornais impressos, mais cautelosos e alinhados ao poder político, e o do rádio, que se afirmou como veículo de mobilização e contraponto discursivo. Essa divisão não apenas influenciou o desfecho do movimento, mas também moldou sua memória histórica. A luta pela narrativa, travada nos bastidores e nos meios de comunicação, é fundamental para compreender como uma crise social foi transformada em questão de ordem e segurança, contribuindo para o fortalecimento do autoritarismo no país.

4.2 O golpe de 1964 em Teresina: censura, resistência e autoritarismo

Imediatamente após o golpe, as estratégias do novo regime para dominar o espaço público e informativo no Piauí se desdobraram com evidência. O Jornal *O Dia*, consolidando-

se como principal porta-voz do status quo, tornou-se um instrumento fundamental nessa empreitada. A publicação acrítica de notas oficiais da Guarnição Federal de Teresina, como a do Coronel Mascarenhas Façanha, que proibia manifestações e ameaçava com repressão "enérgica e pronta", é um exemplo claro:

> Recomenda a todos, indistintamente, que se abstenham de participar de quaisquer pronunciamentos ou manifestações públicas, que, porventura, venham a perturbar o clima de tranquilidade [...], os quais serão enérgicas e prontamente reprimidos.[194]

A estratégia de controle do espaço público e informativo foi rapidamente implementada pelo coronel Mascarenhas Façanha, chefe da guarnição federal em Teresina. Em nota oficial publicada no jornal *O Dia*, ele estabeleceu o tom autoritário que marcaria os primeiros dias do novo regime. A análise exegética desse comunicado revela o caráter explicitamente autoritário da proibição de manifestações físicas e orais que pudessem provocar qualquer reação ao golpe. O jornal *O Dia*, ao publicar essa nota sem qualquer contraponto editorial, já demonstrava seu alinhamento à estratégia dominante. Isso se enquadra como um claro exemplo de censura política.

Tal quadro discursivo não se limitava a uma disputa retórica. Ele integrava um repertório de intimidação política que visava produzir silêncio público, desmobilizar a sociedade civil e instaurar uma cultura do medo, elemento decisivo para a consolidação do novo regime. Nessa direção, como observa Tazinaffo, pronunciamentos de autoridades militares e civis funcionavam como dispositivos de paralisia social, convertendo a "tranquilidade" em resultado direto da ameaça e do controle exercido pelas armas.[195]

Além disso, a adesão entusiástica à narrativa da "Operação Limpeza" evidencia outra face dessa estratégia, compartilhada tanto por agentes militares quanto pela linha editorial do jornal *O Dia*. Em uma das publicações, o periódico anunciava: "Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí", associando a repressão a uma suposta descoberta de sede comunista na Rua Santa Luzia, em Teresina, e apresentando prisões como prova de uma ameaça organizada. Nesse tipo de enquadramento, o jornal não apenas noticiava os acontecimentos, mas também contribuía para estabilizar e legitimar a figura do inimigo interno, deslocando reivindicações e conflitos sociais para o terreno da "subversão". Como sintetizam Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, a "limpeza" constituiu um projeto político direcionado contra todos aqueles enquadrados como "inimigos da Revolução vitoriosa".[196]

---

[194] GUARNIÇÃO FEDERAL DO PIAUÍ. Nota. *O Dia*, Teresina, n. 1267, 3 abr. 1964, p. 1.
[195] TAZINAFFO, Lúcio Fellini. *Violência e ditadura militar: uma análise a partir das obras de Plínio Marcos e Roniwalter Jatobá*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.
[196] FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 392.

O jornal, ao abraçar essa retórica, contribuía para a estratégia de justificar a violência estatal e a perseguição política, transformando vítimas em ameaças e a repressão em um ato de salvação nacional. Esse "uso do escrito" visava controlar a percepção pública sobre o lugar, redefinindo seus problemas e justificando soluções autoritárias.

A construção de um consenso artificial em torno do novo regime foi outra estratégia habilmente empregada, como na cobertura ufanista da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" na capital do Piauí: "Teresina viveu ontem um de seus dias históricos mais expressivos, quando realizou a MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Foi o acontecimento mais importante de que se tem notícia na vida da capital piauiense, em todos os tempos".[197]

Ao descrevê-la como o "acontecimento mais importante [...] em todos os tempos", o jornal *O Dia* produziu uma representação hiperbólica que contrastava de forma evidente com a realidade de uma capital atravessada por carências de infraestrutura básica e por pobreza estrutural. Esse tipo de exagero não deve ser lido como simples "erro" de avaliação, mas como uma operação discursiva: uma escolha de linguagem capaz de inflacionar a importância do fato narrado e, ao mesmo tempo, reduzir a visibilidade de problemas sociais que desautorizariam a euforia propagandística. Nesse sentido, o efeito político do texto não está apenas no que ele diz, mas também no que reorganiza, hierarquiza e silencia.

A manipulação da representação, como adverte Michel de Certeau, não permite aos leitores acessar diretamente "o que o acontecimento foi", mas ajuda a compreender como determinados agentes, situados em relações de poder, produzem usos do discurso e fabricam sentidos.[198] No caso em questão, o periódico opera como "praticante" que transforma um evento em prova simbólica de apoio popular e, por consequência, em índice de legitimidade para a ruptura institucional. O produto jornalístico funciona, então, como instrumento de enquadramento: apaga as contradições locais, desloca a atenção das condições materiais de vida e reinscreve Teresina no roteiro triunfalista da "Revolução" de 1964. Mais do que retratar a cidade, o texto a reposiciona politicamente, convertendo um espaço marcado por desigualdade em cenário narrativo de consenso, ordem e vitória, precisamente o tipo de efeito que sustenta projetos autoritários quando procuram apresentar-se como vontade coletiva.

Após o golpe militar de 1964, o mesmo empresário proprietário do jornal adquiriu o acervo do extinto periódico Folha da Manhã. Com isso, *O Dia* evoluiu de um periódico semanal para um jornal diário, refletindo que um dos principais veículos de comunicação do Piauí, tanto em produção quanto em divulgação, servia como um porta-voz das ideologias da ditadura. O

[197] MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. *O Dia*, Teresina, n. 1216, 14 abr. 1964, p. 1.
[198] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 39.

jornal apoiou o golpe de 1964 e não fez críticas a atos autoritários das autoridades locais.

Em um ambiente de escassez material nas redações, *O Dia*, que recebeu consideráveis investimentos e ampliou sua capacidade de produção na capital piauiense, tornou-se um meio de comunicação alinhado ao golpe e ao regime autoritário instaurado a partir de então. No geral, o regime ditatorial brasileiro e seus aliados investiram na consolidação de um "lugar próprio" para a difusão de seu discurso, garantindo que a voz mais potente da imprensa local fosse também a mais afinada com seus interesses. Essa convergência entre poder político-militar e poder midiático, como aponta René Rémond, evidencia que "as ideias nunca são mais que a expressão de interesses de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de força definidas [...] pela pressão dos conjuntos socioeconômicos".[199]

O primeiro caso de resistência é do advogado e deputado estadual Celso Barros Coelho, eleito em 1962, professor da Faculdade de Direito e então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Piauí). Na manhã de 1º de abril de 1964, ele dirigiu-se a uma rádio de Teresina onde discursou contra o golpe em curso, defendendo a manutenção democrática e tentando convencer os militares a colocarem-se ao lado do povo e não dos generais golpistas. Embora o Inquérito Policial Militar da 10ª Região Militar não preserve a íntegra do discurso nem identifique a emissora, o documento atesta que Celso Barros verbalizou um discurso de resistência na comunicação social do Estado do Piauí.

Essa ação pode ser interpretada como uma tática "certeauniana" por excelência: Celso Barros não possuía um "lugar próprio" de poder, mas utilizou um espaço controlado (a rádio) para fazer circular um discurso dissonante. Aproveitou uma ocasião, o momento em que as forças armadas ainda não tinham total controle do país, para inserir uma voz de resistência no espaço público. Todavia, como consequência do domínio da ditadura, Celso Barros foi intimado a prestar esclarecimentos, teve seu mandato cassado e foi submetido a interrogatórios no 25º Batalhão de Caçadores, sob acusação de subversão.

O processo de cassação na Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) contra Celso Barros e outros três deputados (Deusdedit Mendes Ribeiro, Temístocles Sampaio Pereira e José Alexandre Caldas Rodrigues) revela a resposta estratégica do poder ao que considerava uma ameaça. Em 8 de maio de 1964, durante sessão solene, Celso Barros proferiu um dos discursos mais contundentes contra o golpe no Piauí:

> Respondo pelo crime de haver colocado a minha palavra a favor dos fracos contra os poderosos. Esta condição, porém, me tranquiliza a consciência e dignifica o meu trabalho. A cassação do meu mandato não me causa apreensões nem me causa dissabores. Recebo-a não como ato de justiça, mas como uma imposição de quem acha que este lugar não é para mim. O Erro foi do povo que me elegeu. Na defesa do meu mandato me limitarei a estas considerações, pois entendo que o mal não é perdê-lo, mas conspurcá-lo. A violência contra ele urdida terá o seu

[199] RÉMOND, René. *Para uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 52.

> fim, O povo saberá julgar os que em seu nome me estão julgando.[200]

Esse discurso, que contestava veementemente a acusação de "subversão" tornou-se um marco importante de resistência piauiense contra o autoritarismo da ditadura. Outro exemplo de resistência piauiense contra o golpe de 1964 foi da jornalista e professora Iracema Santos Rocha da Silva. No dia 1º de abril de 1964, por volta das 16 horas, após lecionar uma aula de história em Teresina, ela foi abordada por um radialista da Agência Nacional de Comunicação, que a convidou para falar sobre os acontecimentos do dia 31 de março através da sucursal da Rádio Nacional, que naquele momento estava em cadeia com a Rádio Pioneira. Naquela noite e final tarde, em seu programa "A Tribuna Nacionalista", ela se posicionou pela legalidade.

O depoimento da jornalista no 25º Batalhão de Caçadores preserva um fragmento desse discurso, no qual ela solicitou que "a Constituição fosse preservada, a ordem e a paz; que as mulheres soubessem pacificar seus maridos e pudesse o Brasil continuar sua tradição de paz e liberdade".[201] Essa intervenção pode ser analisada como uma tática que operava em múltiplos níveis. Em primeiro lugar, como apropriação do espaço radiofônico, entendido como um "lugar do outro", nos termos de Michel de Certeau, para veicular uma mensagem de defesa da legalidade constitucional.[202] Em segundo lugar, como uma tática atravessada por gênero, ao convocar mulheres como agentes de pacificação em um momento de crise política e de escalada de tensões. Afinal, como observa Márcia Veiga, "gênero é um elemento distintivo nos modos do fazer jornalístico, bem como nas relações e hierarquias entre os profissionais e entre as próprias notícias".[203]

Nessa chave, Iracema Santos mobilizou sua posição de mulher jornalista para articular uma crítica simultaneamente política e de gênero. Política, porque se ancorava na defesa da Constituição e na recusa à ruptura institucional. De gênero, porque, ao interpelar diretamente as mulheres e associar a crise a uma escalada masculina de confrontos, ela expunha a política como espaço predominantemente masculinizado e sugeria que a "pacificação" exigia, naquele contexto, freios à lógica viril da força e do enfrentamento. Ao fazer isso, sua fala tensionava tanto o conteúdo do conflito quanto as formas sociais de participação, indicando que a disputa não era apenas sobre governo e oposição, mas também sobre quem tinha voz, legitimidade e agência no espaço público.

---

[200] BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Dossiê Celso Barros Coelho*. 1964. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp. Acesso em: 10 abr. 2025.

[201] SILVA, Iracema Santos Rocha da. Depoimento coletado pelo 25º Batalhão dos Caçadores no Inquérito Policial Militar n. 42. 1964. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/117074. Acesso em: 10 abr. 2025.

[202] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 46.

[203] VEIGA, Márcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 9, n. 2, p. 490-505, 2012, p. 490.

A resposta repressiva não tardou. Embora inicialmente não tenha sofrido represálias imediatas, em maio de 1964, após uma série de prisões e depoimentos de outros acusados de "comunismo" e "subversão", Iracema Santos Rocha da Silva foi presa e obrigada a prestar depoimentos. Significativamente, sua prisão ocorreu na véspera do Dia das Mães, e seu depoimento no próprio Dia das Mães – uma data simbólica para as mulheres, o que torna esse acontecimento ainda mais carregado de simbolismo autoritário.

Nesse contexto, um aspecto particularmente interessante na análise das resistências ao golpe no Piauí é a diferença entre os espaços do rádio e do jornal impresso. Enquanto os jornais, especialmente *O Dia*, rapidamente se alinharam ao discurso golpista, foi no rádio que surgiram as principais vozes de contestação nos primeiros dias da ditadura de 1964. Essa diferença pode ser compreendida através da teoria de Michel de Certeau sobre os diferentes tipos de espaço e suas possibilidades táticas. O rádio, por sua natureza mais imediata e menos sujeita à edição prévia, oferecia brechas maiores para intervenções táticas. Além disso, o rádio no Piauí alcançava um público muito mais amplo que os jornais impressos, dada a alta taxa de analfabetismo. Quando Celso Barros e Iracema Santos Rocha utilizaram o espaço radiofônico para seus pronunciamentos, estavam aproveitando taticamente um meio que permitia uma comunicação mais direta com a população.

Um detalhe revelador dessa diferença está no tratamento que os militares dão aos discursos de resistência. O depoimento de Iracema Santos Rocha contém um trecho transcrito de seu discurso contra o golpe, enquanto o de Celso Barros apenas menciona que ele realizou tal ato. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de Iracema Santos ser uma jornalista com programa próprio, cujo perfil crítico já era conhecido pelos militares, que podem ter se preparado para registrar seu discurso como prova de "subversão". Já Celso Barros, que não tinha um programa radiofônico regular, pegou os militares de surpresa, sem agentes preparados para captar seu discurso. Celso Barros aproveitou um momento de incerteza, quando os mecanismos de controle ainda não estavam totalmente estabelecidos, para fazer seu pronunciamento. A jornalista, por sua vez, utilizou seu espaço cotidiano, já conhecido e potencialmente vigiado, o que demonstra uma tática mais arriscada e direta.

As táticas empregadas por figuras como Celso Barros Coelho e Iracema Santos Rocha da Silva demonstram como, mesmo em um contexto de crescente autoritarismo e vigilância, os sujeitos encontram maneiras de "habitar" os espaços controlados com suas próprias vozes, de inserir dissonâncias no discurso dominante, de aproveitar as ocasiões para marcar posições éticas e políticas. O preço dessas táticas, contudo, foi alto: cassações, prisões, interrogatórios. A diferença entre as estratégias do poder (que buscam controlar totalmente o espaço) e as táticas de resistência (que aproveitam as brechas e ocasiões) fica evidente na análise desses casos piauienses, revelando como a ditadura de 1964 não foi um processo uniforme de dominação,

mas um campo de disputas onde vozes dissonantes conseguiram, mesmo que temporariamente, fazer-se ouvir.

4.3. A Elaboração do Serviço Nacional de Informação: Contexto Pré-1964

A priori, os militares, ao longo da democracia de 1946, almejaram modernizar os aparatos de segurança do país. Dentre os setores de segurança priorizados, estava a área da inteligência (serviço secreto). Este, por sua vez, foi edificado na esfera federal desde 1927, no governo de Washington Luís. Ao longo de regimes autoritários e de uma democracia (1946-1964), esse serviço sofreu modificações importantes, desde o aumento das divisões até a extensão do seu alcance. Podemos citar alguns exemplos desses sistemas; por exemplo, a Marinha era a única que contava com um centro de informações próprio, o Centro de Inteligência da Marinha - CENIMAR, que, no entanto, era uma inteligência simples.

Para Ana Lagoa, as estratégias mobilizadas contra a chamada subversão assumiam, em grande medida, uma abordagem predominantemente policial: as informações provinham da Polícia Federal e as operações eram conduzidas pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), vinculados às Secretarias de Segurança Pública estaduais.[204]No campo do exército, existia até então o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), que foi um órgão nacional de inteligência. Embora tenha sido edificado pelo decreto n.º 9.775-A em 6 de setembro de 1946, durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra, somente foi efetivamente implementado em 1956, sob ordem do então presidente Juscelino Kubitschek. Era um programa atuante, mas enfrentava entraves impostos pela Democracia de 1946. Um dos objetivos do Golpe de 1964 era criar um sistema de inteligência mais estruturado do que o SFICI, com mais verbas e poderes.

O SFICI foi um embrião do SNI, uma vez que os militares que o formularam eram integrantes do SFICI. Dentre nomes estão Newton Cruz, Otaviano Medeiros, Golbery do Couto e Silva, entre outros. Agentes de operação do SFICI passaram a integrar o serviço de informação e vigilância da ditadura de 1964.É neste contexto que o criador oficial do SNI em 1964, Golbery do Couto e Silva, é reconhecido no campo da comunidade de informações, pois foi presidente do Conselho de Segurança do SFICI. Uma das características marcantes do militar era sua preocupação com a produção, sistematização e reconhecimento de informações.[205] Além disso, sua atuação no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais também lhe proporcionou experiências em coleta de dados, organização de arquivos e circulação de diagnósticos políticos, aproximando sua trajetória de práticas de inteligência e de assessoria voltadas ao mapeamento

[204] LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
[205] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167-206, esp. p. 175.

de atores, conflitos e riscos.[206]

Ademais, uma parte das técnicas e tradições criadas no SFICI estava incorporada no SNI. Ao reconstituir a trajetória da comunidade de informações no Brasil, observa-se que os próprios militares e agentes ligados ao SFICI já trabalhavam com um análises sobre a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional no setor de informações, incluindo registros de monitoramento e manuais operacionais voltados a atividades sigilosas.[149] Uma parte desses quadros circulava também pela Escola Superior de Guerra (ESG), onde, segundo Aloysio Castelo de Carvalho, desde o pós-guerra (1945) discutia-se a necessidade de reorganizar e modernizar os sistemas de vigilância e de coleta de dados, com o objetivo de fortalecer uma "comunidade de informações" mais integrada.[150] Entretanto, limites econômicos e constrangimentos constitucionais atuavam como freios à criação de um aparato centralizado e robusto, capaz de ultrapassar as fronteiras tradicionais dos serviços de inteligência militares já existentes.

Esse quadro se altera de forma decisiva com o golpe de 1964. A partir de 1º de abril, o novo regime passa a dispor de condições políticas para expandir o campo da espionagem interna e institucionalizar uma estrutura de informações com pretensões federais, subordinando direitos civis e garantias democráticas a prioridades definidas como "segurança". A novidade não residia na existência de serviços secretos, mas no alcance e na concentração de poderes atribuídos ao Serviço Nacional de Informações, que se tornou o núcleo mais influente e abrangente da arquitetura informacional brasileira em comparação a experiências anteriores. Tanto a literatura especializada quanto estudos sobre comunicação e repressão apontam que essa expansão não foi improvisada no calor de 1964: havia projetos, diagnósticos e desenhos institucionais discutidos antes do golpe, especialmente na ESG, que funcionou como espaço privilegiado de formulação e legitimação do novo modelo.[207]

Nesse sentido, a ESG aparece como instância central de potencialização da vigilância e do autoritarismo estatal. Ainda nos anos 1950, setores conhecidos como "linha Sorbonne" viam a comunidade de informações como um sistema que precisava ser ampliado e aprimorado. Carvalho assinala que, nos arquivos da ESG, há registros de palestras de representantes norte-americanos e de obras traduzidas e circuladas entre militares, com especial interesse por abordagens de inteligência associadas à experiência dos Estados Unidos, inclusive referências recorrentes aos métodos e ao repertório organizacional da CIA.[153] Esse intercâmbio reforça a hipótese de que o SNI foi concebido no mesmo ambiente histórico em que se intensificava o diálogo entre a ESG e modelos norte-americanos de inteligência, sobretudo no que se refere à

[206] DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
[207] FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

centralização de dados e à transformação de informações em insumos estratégicos para a tomada de decisão governamental.

A centralização, aliás, é o eixo que organiza boa parte dessas formulações: a ideia de um "setor central" capaz de coordenar, supervisionar, planejar e arquivar informações, articulando e disciplinando o fluxo de dados produzidos por múltiplos órgãos. Segundo Carvalho, essa concepção se materializa, após 1964, na Agência Central do SNI, estruturada para coordenar atividades informativas próprias e de outros órgãos vinculados ao campo da segurança nacional.[208] Nesse processo, ganha relevo a figura do coronel Humberto de Souza Mello, citado como um dos teóricos da modernização informacional: ocupou cargos estratégicos, colaborou com o Curso de Informações da ESG e atuou na 2ª Seção e no SFICI, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional. Em suas formulações, registradas em palestras e manuscritos, a inteligência deveria oferecer a líderes militares e civis uma visão abrangente do país e do exterior, mapeando fragilidades internas, possíveis ameaças externas e indicando cursos de ação, inclusive com operações especiais, sempre sob coordenação central.[209] No conjunto, portanto, o que se evidencia é que a ditadura de 1964 não apenas ampliou a repressão; ele institucionalizou uma arquitetura de informações previamente discutida, dando-lhe escala, centralidade e capacidade de intervenção nacional.[210]

4.4. A Criação do Serviço Nacional de Informações (1964)

Em abril de 2024, completaram-se 60 anos do golpe de Estado ocorrido entre a madrugada do dia 31 de março e 1º de abril de 1964. A ação golpista foi protagonizada pelos militares federais e contou com apoio interno, como a imprensa, movimentos reacionários, Igreja Católica, governadores e a classe empresarial. Externamente, os golpistas foram apoiados pelos EUA, que reconheceram o novo governo poucas horas após a "eleição" do Marechal Castelo Branco no Congresso Nacional. A primeira consequência do golpe foi a deposição do presidente João Goulart.

A partir disso, iniciava-se uma ditadura que durou 21 anos no país, período este marcado desde o início pela exceção, em que diversos métodos autoritários foram utilizados para restringir as liberdades individuais. Como de praxe em governos autoritários, o controle social

---

[208] CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021.
[209] HUMBERTO DE SOUZA MELLO, 1959. Apud: CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021.
[210] CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021; FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

é imposto não só pela força e pela violência, mas também pela validação de discursos ameaçadores e de ações de repressão. Para ludibriar a sociedade brasileira, os golpistas utilizam como narrativa de Golpe a necessidade de "purificar" o tecido social brasileiro. Melhor, sem corrupção e subversão. Pois:

> [...] os meios de comunicação passaram a ser fundamentais na construção de uma imagem próspera de país, uma vez que parte dos jornalistas e das empresas de comunicação, dentre tantos setores da sociedade civil que apoiaram os governos militares, passaram a contribuir com a autocensura, sendo mais um "alicerce" dessa ditadura como fruto de um acordo civil-militar.[211]

Ou seja, os militares, desde o Golpe de 1964, contaram com a participação da imprensa, seja pela promoção favorável de ações truculentas, seja por meio de políticas que restringem a circulação de informações mais críticas. Um dos alvos da comunidade de informações brasileira foi justamente a imprensa, uma vez que era fundamental para o regime monitorar as redações e os jornalistas, e garantir que a narrativa publicada fosse de acordo com a visão da ditadura.

A censura, neste estágio, é uma característica basilar dos regimes autoritários, pois torna-se uma prática ou ferramenta de manutenção do poder, sendo aplicada a diversos aspectos da sociedade, desde a esfera política até a produção cultural, e à liberdade de expressão e à atuação da imprensa. Em todo o país foram publicados textos favoráveis ao golpe e integrados com o discurso dos militares, sobretudo ligados às prerrogativas da "Operação Limpeza", com o objetivo de "limpar" o Brasil dos agentes "subversivos e comunistas". Em síntese, os principais editoriais do país defendiam uma solução constitucional imposta pelo Congresso Nacional. Porém, todo este desejo não tinha fundamento legal nem embasamento constitucional.

A mesma população que custeava o funcionamento (e era vítima) desse serviço via impostos federais, não tinha acesso a um conteúdo básico explicando as ações do SNI. Esse quadro começa a mudar apenas com o processo de abertura política. Em alguma medida a sociedade brasileira começou a ser informada por setores de governo e da mídia sobre aspectos básicos do SNI. Essas informações iam desde um hipotético número de órgãos, até financiamento, estimativas referentes à quantidade de agentes e informações sobre a existência de divisões nacionais e regionais do SNI. A Revista Veja publicou, em algumas edições, entrevistas com nomes importantes da ditadura de 1964, sobre os detalhes do SNI no início da década de 1980.

A jornalista Ana Lagoa observa que, durante muitos anos, o SNI foi cercado por um imaginário de segredo que o transformou em um "mito intocável" no debate público: "Durante muitos anos, o SNI permaneceu como um mito intocável. Pouco se sabia, nada se comentava

---

[211] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0210, maio/ago. 2021, p. 7.

sobre ele. Mas, a partir da abertura política, iniciada no governo do general Ernesto Geisel, alguns tabus se quebraram".[212] Essa constatação é relevante porque mostra que o desconhecimento social não era apenas uma falta de informação, mas também o efeito de uma cultura política que desencorajava a circulação de dados sobre vigilância e repressão. A reabertura, ao menos parcialmente, expôs informações básicas sobre o órgão, como estrutura, estimativas de efetivo, financiamento e a existência de divisões nacionais e regionais.

O SNI foi instituído poucos meses após a ruptura de 1964, por meio da Lei n. 4.341, que reorganizou o setor de informações e extinguiu o SFICI. Suas origens se articulam ao ambiente de formulação da Doutrina de Segurança Nacional, difundida na Escola Superior de Guerra, cuja lógica operava pela ideia de guerra permanente contra inimigos internos. Nesse sentido, Nilson Borges lembra que "o conceito moderno de Segurança Nacional somente vai aparecer após a Segunda Grande Guerra, mas nos anos 1930 já havia uma preocupação dos militares brasileiros em formar uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria".[213] A partir de 1964, essas concepções ganham condições políticas para se converter em institucionalidade, com ampliação de competências e redução de controles civis, o que ajuda a explicar por que o SNI se tornou, na prática, o órgão de inteligência com maior poder de coordenação e penetração estatal até então.

A novidade, portanto, não estava em "inventar" a inteligência no Brasil, mas em centralizá-la e dotá-la de capacidade de interferir na administração pública e na vida social. Figueiredo destaca que o projeto encaminhado por Castelo Branco ao Congresso delimitava, desde o início, uma finalidade ampla de coordenação nacional: "O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessam à Segurança Nacional".[214] Esse desenho institucional permitiu que a informação se convertesse em instrumento de governo, e não apenas em observação. Em outras palavras, antes de cassar, demitir ou interditar, seria necessário classificar, mapear e elaborar dossiês, pois a repressão dependia de uma maquinaria de identificação de alvos.

Uma vez aprovado o novo marco legal, o passo seguinte foi regulamentar e expandir o serviço. De acordo com Lagoa, a estrutura passou a operar com um centro organizador e ramificações capazes de alcançar o território nacional, articulando-se com órgãos policiais e militares. Essa expansão não se limitou à criação do órgão central. Houve também o fortalecimento de uma comunidade de informações, com redes e canais que aproximavam

---

[212] LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 21.
[213] BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 20.
[214] FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 125.

agências, ministérios e forças de segurança, ampliando a circulação de dados sensíveis e a capacidade de intervenção. Nessa dinâmica, o que estava em jogo era a concentração de informação nas mãos do Executivo e de setores militares, reduzindo margens para fiscalização democrática e produzindo um campo propício à exceção administrativa.[215]

Figueiredo aponta ainda que a intensidade repressiva do primeiro ano do regime expressa o peso dessas engrenagens: de 4.841 punições ao longo de 21 anos de ditadura, 2.990 teriam ocorrido já em 1964, muitas delas orientadas por informações que circulavam no novo sistema.[216] Essas consequências abrangeram desde afastamentos e demissões até violências mais graves contra civis e atores políticos, mostrando que o SNI não permaneceu, ao longo do tempo, como um serviço "meramente informacional". A transformação do órgão em peça central da repressão se intensificou com o avanço da linha dura e com as reconfigurações institucionais do final dos anos 1960. Como sintetiza Carlos Fico, a figura do "monstro" consolidou-se "depois da vitória da linha dura", processo associado ao endurecimento que se seguiu à posse de Costa e Silva.[217]

A partir de 1968, a estrutura foi alargada com novas camadas e subdivisões, como as Divisões de Segurança e Informações voltadas a órgãos específicos do Executivo, além da integração a sistemas mais amplos de coordenação da vigilância. Aloysio Castelo de Carvalho indica que, nesse processo, ganharam forma o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), em articulação com estruturas repressivas como DOI-CODI, ampliando o alcance da comunidade de informações.[218] Com o crescimento do aparato, também se ampliaram critérios de recrutamento e circulação de quadros especializados. Lagoa observa que parte do efetivo veio de outros organismos da administração, e outra parte foi contratada, buscando-se perfis com experiência prática em atividades de informação e domínio técnico, mais do que formação teórica.

No início dos anos 1970, esse movimento se combinou com a tentativa de qualificar e profissionalizar quadros, inclusive com maior "roupagem civil" e intercâmbios internacionais. Nesse ponto, os Estados Unidos permaneciam como referência, mas outras experiências ocidentais também entravam no horizonte.

Em síntese, destacamos que, ao longo da década, o SNI apresentou seu caráter mais autoritário, arbitrário e violento. O principal serviço de informações da ditadura de 1964 foi tão

---

[215] CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021.
[216] FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 140.
[217] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
[218] CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021, p. 27.

importante nas operações dos militares que os próprios administradores gerais do SNI tornaram-se figuras expressivas dentro da ditadura; alguns, inclusive, chegaram à presidência da República ou foram generais centrais no regime da ditadura.

Dentre alguns nomes, podemos citar Emílio Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo. Nesse sentido, é fundamental estudar o SNI, pois líderes desse serviço, na posteridade, foram também os principais ditadores (presidentes do Brasil durante a ditadura).Isso significa que o poder do SNI era tão significativo ao ponto de poder indicar os rumos das futuras indicações presidenciais. Além disso, mesmo aqueles líderes que não alcançaram o cargo máximo da ditadura tornaram-se personalidades essenciais na manutenção do regime, como Golbery do Couto e Silva e Carlos Alberto da Fontoura. Ambos são fundamentais para compreender a história da ditadura civil-militar no Brasil.

4.5. As Faces do Jornalismo Tradicional Piauiense e a Ditadura (1967)

Na disputa eleitoral de 1967, o MDB-PI tinha nomes concorrendo para diversos cargos, como Abdon Martins Nunes, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Alberto Freitas Santos, José de Arimathéia Tito Filho, Constantino Pereira de Souza e outros. Em termos eleitorais, o MDB elegeu 7 Deputados Estaduais contra 34 da ARENA. A partir desses resultados, como a imprensa piauiense reagiu? Ou seja, a imprensa piauiense sofreu alterações de alguma natureza justamente por conta dos resultados eleitorais?

As urnas não apenas decidiam os futuros governantes do Piauí, mas também geravam impactos nas redações. Isso acontecia, justamente porque o poder de investimento nas redações era mais acessível quando os aliados dos proprietários dos jornais estavam eleitos e empossados, ou quando os próprios donos de periódicos também eram políticos eleitos.

A questão principal para nossa seção é: como seria formada a imprensa de oposição no Piauí? Os integrantes do MDB-PI teriam espaço para expressar suas ideias e atacar os grupos da Arena, tal como acontecia entre os jornais ligados ao PTB e os periódicos do PSD-UDN antes do Golpe de 1964? Em síntese, não existiu, nos primeiros estágios da ditadura de 1964, uma oposição clara e bem formada contra os membros partidários da Arena na imprensa tradicional piauiense.

A situação começa a mudar com a formação do MDB no Estado. Observamos um número de jornalistas opositores do “antigo” PSD-UDN, organizados, após 1964, no periódico Estado do Piauí. Este periódico apoiou a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", o que é um apoio ao Golpe de 1964. Outro elemento analítico fundamental é que, pouco tempo depois, o mesmo jornal chegou a empregar jornalistas presos ou interrogados pela ditadura de 1964 para formar sua base de escritores no mesmo periódico. A jornalista Iracema Santos Rocha da

Silva é um claro exemplo disso.

Nesse contexto, é necessário destacar o percurso do referido jornal, até a segunda metade dos anos 1960. A priori, ele foi fundado em 27 de outubro de 1927. Durante os anos 1940, o veículo manteve uma boa relação com o governo do interventor Leônidas de Castro Melo.[219] Sua base de trabalhadores e apoiadores era formada por Ney Baumann, Lino Correia Lima, Edgar Nogueira e Lindolfo Monteiro. Em 1958, o mesmo periódico destinou apoio a Francisco das Chagas Rodrigues, candidato vencedor ao governo do Estado do Piauí pela coligação PTB-UDN. Assim, jornalistas, cronistas e escritores em geral passaram a publicar mensagens favoráveis ao PTB e ao governador.

A posteriori, com o Golpe de 1964, a configuração do jornal muda; suas mensagens em prol do PTB deixam de ser destacadas. No entanto, notícias sobre a fundação do MDB e até mesmo comemorações relacionadas ao partido podem ser localizadas no periódico. O Jornal adotou o seguinte lema: "Órgão Independente, Político e Noticioso". Um de seus administradores e diretor foi Josípio da Silva Lustosa, um homem com carreira jornalística, mas também política. Durante o governo Chagas Rodrigues (1959-1962) foi diretor geral da Fazenda. Mesmo com a derrota do candidato do PTB, Constantino Pereira, Josípio Lustosa também trabalhou no governo Petrônio Portella (1963-1967).

Todavia, por atritos internos, saiu dos órgãos públicos e passou a fazer oposição ao governo na imprensa teresinense, sobretudo no Jornal Estado do Piauí. Outros componentes do jornal eram Hermes Dias Pinheiro, Francisco Cunha e Silva, José Eduardo Pereira, Ofélio das Chagas Leitão e A. Tito Filho, Iracema Santos Rocha e outros nomes. Dentre esses citados, pelo menos três disputaram eleição (Estadual/Federal) pelo MDB. Ou seja, neste jornal existiam profissionais da imprensa que, mesmo em um contexto de repressão, buscavam manter uma linha editorial mais independente ou crítica, ainda que de forma velada.

Isso evidencia a complexidade das táticas de resistência no campo jornalístico: a oposição nem sempre se enuncia de modo frontal, mas pode aparecer em escolhas editoriais discretas, no modo de enquadrar um fato, no que se destaca ou se silencia, nas palavras que se evitam e nas que se fazem circular. Nessa perspectiva, o jornal não é apenas um "espelho" do real, e a resistência não se reduz ao confronto aberto; ela pode operar nas brechas do cotidiano, por meio de usos calculados do espaço de fala e de pequenas manobras narrativas, tal como Michel de Certeau ajuda a pensar ao diferenciar estratégias de poder e táticas praticadas no interior de terrenos controlados por outros.[220]

De forma complementar à fabricação discursiva, a vigilância e o controle também se

---

[219] Leônidas de Castro Melo (1897-1981) foi um professor, médico e um dos políticos brasileiros que assumiram o poder em esferas estaduais na condição de interventor durante a ditadura de Getúlio Vargas no Estado do Piauí.
[220] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

capilarizaram por meio do SNI. Nesse quadro, as redações e os circuitos de imprensa não ficaram à margem: foram percebidos como espaços estratégicos de disputa simbólica e, por isso, tornaram-se objetos de observação, dossiês e intervenções, em uma dinâmica que a literatura sobre o período associa à expansão de mecanismos de controle sobre a vida pública e sobre a circulação social de ideias.

No Piauí, essa vigilância era meticulosa, coletando dados sobre publicações, trajetórias políticas (mesmo as anteriores a 1964) e a vida pessoal dos jornalistas. As informações sobre a imprensa piauiense eram coletadas por agentes da Polícia Federal ou militares federais. Boa parte dessas informações, antes de chegarem à Agência Central do SNI, em Brasília, passavam pela sede da Polícia Federal em Fortaleza-CE e Recife-PE.

Após análises do conteúdo abordado pelos jornalistas piauienses, eram produzidos relatórios gerais. Os agentes federais também solicitavam dados sobre os jornalistas para sincronizar seus históricos com os conteúdos produzidos por eles. O relatório que analisamos, intitulado "Atividades de jornalistas em estados do Nordeste", datado de abril de 1970, não revela os agentes que o produziram, seguindo o padrão de diversos outros documentos do SNI. As informações básicas são: data de produção, código de referência e difusão – agência responsável pelo relatório.

O assunto do documento é "Jornalistas dos principais Órgãos de Imprensa da área (região nordeste)", e seu objetivo é citar os nomes dos jornalistas e uma breve apreciação deles. O modelo deste documento é padronizado: primeiro, destacava-se o Estado, seguido do nome do periódico e dos dados pessoais dos jornalistas, associados a uma análise de produção e atividades políticas. Assim, caso os jornalistas tivessem filiação ou ligações com partidos políticos, isso também era destacado. Em síntese, essas informações eram geradas no âmbito local e levadas para a agência central do SNI em Brasília, onde seriam analisadas por outros profissionais.

Destacando, sobretudo, o Piauí, os jornalistas foram classificados por níveis de produção: aqueles que tinham histórico de apoio ao Golpe e os que não produziam críticas ao governo, seja por autoritarismo ou por corrupção, eram classificados como "integrados às ideias da Revolução de 1964". Já aqueles escritores que tinham um passado marcado pela oposição ou não adesão ao Golpe de 1964, críticas em algum nível sobre a forma como os militares governavam, eram classificados como personalidades de ideologia política indefinida. E aqueles que mantinham "neutralidade"[221] máxima eram considerados indiferentes às ideias da "Revolução de 1964". Todavia, a apreciação de maior impacto era de "não integrado com os

[221] É fundamental compreender que não existe neutralidade. O que os agentes da inteligência do SNI entendiam como neutralidade era relacionada a não manifestação de determinados trabalhadores da imprensa sobre assuntos políticos, econômicos e sociais.

ideais da Revolução". Essa é a mais incomum categoria, utilizada para jornalistas que censuravam o regime em suas produções. Apesar de essa categoria ser apresentada pela vigilância federal no Piauí, vale destacar que este relatório considera que, no jornalismo piauiense tradicional, não existiu nenhum profissional subversivo nem comunista.

Assim, começamos destacando o arquivo em questão. Nele, em primeiro plano, aparece o diretor do periódico *O Dia*, Otávio Miranda, destacado como integrado aos princípios do governo ditatorial. Essa afirmação é produzida pelos próprios agentes da ditadura. Logo em seguida, outros colaboradores do jornal são mencionados:

> Jornal: O DIA. Jornalista: OTÁVIO MIRANDA. Função: Diretor. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; democrata; integrado com os ideais da Revolução de 31 de março de 1964...Jornal: O DIA. Jornalista: SEBASTIÃO DA ALMEIDA NEGREIROS. Função: Comentarista. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais: caráter idôneo; integrado com as ideias da Revolução de 31 Mar 64.Jornal: O DIA. Jornalista: POMPÍLIO DOS SANTOS FILHO. Função: comentarista. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; democrata; embora declara-se desiludido; estudante de direito; indiferente com os ideais da Revolução de 31 de março de 1964.[222]

Uma das chaves interpretativas possíveis, colocando em questão não apenas a apreciação do relatório, mas também as produções do Jornal *O Dia*, era que o diretor do jornal *O Dia* era de confiança da ditadura de 1964, pois suas atividades lhe renderam uma análise bem-vista pelos avaliadores do SNI. Era um profissional integrado, assim como Sebastião da Almeida. A diferença está em Pompílio dos Santos, que foi classificado como indiferente pela visão dos agentes.

Ademais, como complemento da nossa análise, destacamos os outros jornalistas dos periódicos impressos Estado do Piauí e do Jornal do Piauí, que foram citados neste texto e no relatório que analisamos. Seus nomes foram catalogados pelo sistema de monitoramento no mesmo relatório que evidenciava os integrados ao regime. No entanto, suas designações foram de jornalistas com "ideologia política indefinida" e um único caso de não integrado por censurar "às vezes" o regime:

> g) Jornal: "ESTADO DO PIAUÍ". Jornalista: FRANCISCO DA CUNHA E SILVA. Função: Redator. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; ideologia política indefinida. h) Jornal: "ESTADO DO PIAUÍ". Jornalista: IRACEMA SANTOS ROCHA DA SILVA. Função: Comentarista. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; ideologia política indefinida; ligada ao MDB [...] Jornal do Piauí. Jornalista: HERCULANO MORAIS DA SILVA FILHO. Função: comentarista. Apreciação: Capacidade profissional normal; conceito social regular; caráter idôneo; ideologia política indefinida; não integrado com os ideais da Revolução de 1964, às vezes censura o Regime em

[222] BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Jornalistas dos principais Órgãos de Imprensa da Área*. Nº 82t-AC/SNI/SS19, 20 fev. 1970. Confidencial.

seu artigo.[223]

O conteúdo dos relatórios evidencia, inicialmente, que a ditadura, por meio de seu aparato de vigilância, violou de forma sistemática direitos políticos e civis dos jornalistas. No caso do Piauí, aqueles profissionais que apoiaram o Golpe de 1964 e os Atos Institucionais foram bem avaliados pelo Serviço Nacional de Informações e, por essa razão, não sofreram perseguições de alto risco por parte da ditadura civil-militar. Em contrapartida, jornalistas que produziram críticas ao regime ou ao governo estadual da ARENA passaram a ser vistos como potenciais ameaças, tendo sua segurança colocada em risco.

À medida que os instrumentos repressivos foram sendo ampliados, especialmente após a promulgação do AI-5, textos críticos ao governo ou ao sistema ditatorial tornaram-se cada vez menos frequentes. Nesse contexto, o caso do jornalista Herculano Morais ganha destaque na história da imprensa piauiense. Na segunda metade da década de 1960, em algumas ocasiões, ele se recusou a seguir a pauta dominante sob a ótica da vigilância estatal, manifestou críticas ao regime e, por isso, foi classificado pelos órgãos de informação como "não integrado" às ideias da chamada Revolução de 1964.

Tanto Herculano Morais quanto outros jornalistas de posicionamento ideológico indefinido compõem um campo de estudo ainda pouco explorado pela historiografia. Suas atuações, sobretudo na fase inicial da ditadura, motivaram avaliações e classificações produzidas pelo SNI no início da década de 1970. Em alguns casos, essas práticas podem ser interpretadas como formas de resistência e oposição. No entanto, tratava-se de movimentos pontuais e condicionados a oportunidades específicas, uma vez que as forças dominantes ainda buscavam consolidar plenamente o controle político e simbólico. De modo geral, o grupo que desenvolveu uma atuação mais consistente do ponto de vista da resistência foi o dos jornais alternativos. Assim, compreende-se que, no Piauí, existiram iniciativas de oposição tanto ao governo estadual da ARENA quanto ao regime ditatorial em âmbito nacional, ainda que de forma limitada.

Com o aprofundamento do autoritarismo promovido pelos Atos Institucionais, o processo de produção de mensagens opositoras foi progressivamente enfraquecido. O SNI intensificou o monitoramento da imprensa piauiense e assegurou a implementação de políticas de censura e silenciamento. Já na década de 1970, os jornais do estado passaram por um processo de modernização conduzido pelo próprio aparato da ditadura. Nesse cenário, as possibilidades de oposição tornaram-se ainda mais restritas, pois, além da censura oficial, consolidou-se a prática da autocensura. Muitos jornalistas, inclusive, passaram a se beneficiar dessa conjuntura, elogiando o governo como estratégia de aproximação com o poder.

[223] Ibidem.

Diante desse contexto, coube aos jornais alternativos do Piauí, como *Chapada do Corisco*, *Gramma*, entre outros, a tarefa de produzir conteúdos contrários à cultura política dominante do regime. Essa produção se deu, em grande medida, a partir da clandestinidade. Ressalta-se que tal padrão de atuação apresentou coerência e continuidade do ponto de vista da resistência à ditadura. Esses periódicos enfrentaram um aparato repressivo mais intenso do que aquele direcionado à imprensa na fase inicial do regime. No Piauí, a vigilância exercida pelos órgãos de informação foi particularmente minuciosa, reunindo dados sobre publicações, trajetórias políticas, inclusive anteriores a 1964, e aspectos da vida pessoal dos jornalistas.

O relatório confidencial de 1972, intitulado *Jornalistas com antecedentes negativos*, ilustra de forma exemplar essa estratégia. Ao detalhar as trajetórias de Josípio da Silva Lustosa e Iracema Santos Rocha da Silva, vinculados ao periódico *O Estado do Piauí*, o SNI não se limitou a registrar informações, mas atuou ativamente na construção de imagens de suspeição. Esses jornalistas passaram a ser representados como potenciais inimigos internos, legitimando sua inclusão nos mecanismos de vigilância e espionagem do regime ditatorial.

> JOSIPIO DA SILVA LUSTOSA. [...] Em 1964, foi enquadrado no Al-l [...] sendo demitido do cargo público [...]. O nominado é o Diretor-Responsável do jornal "O ESTADO DO PIAUÍ" e após a sua demissão passou a publicar no seu jornal críticas e denúncias infundadas [...]. IRACEMA SANTOS ROCHA DA SILVA [...] Em 1964, a nominada foi indiciada em IPM [...] ligada à Frente de Mobilização Popular do Piauí, sem contudo haver cometido crime contra a Segurança Nacional.[224]

A linguagem burocrática adotada nos relatórios e a classificação de "antecedentes negativos" revelam de forma clara a lógica da vigilância policial. Qualquer vínculo anterior com movimentos populares ou qualquer manifestação crítica no presente, ainda que direcionada a autoridades locais, era suficiente para acionar os mecanismos de alerta do aparato repressivo.

Todavia, a ditadura brasileira não ingressou de imediato em sua fase mais repressiva após o golpe de 1964. O endurecimento do regime ocorreu de forma gradual e esteve diretamente relacionado à capacidade de organização democrática da oposição. Em outras palavras, quanto mais setores críticos ao governo ou ao partido Aliança para a Renovação Nacional passaram a se articular em torno de alternativas institucionais — como a defesa de eleições diretas e a contestação da concentração de poder no Executivo — maior foi a reação autoritária por parte dos militares e de seus aliados civis.

Essas iniciativas oposicionistas, a exemplo da Frente Ampla, foram interpretadas como ameaças aos projetos autoritários em curso. Nesse contexto, o AI-5 surgiu como um instrumento destinado a garantir, ou mais precisamente, a preservar a chamada revolução. Preservar a

[224] BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa do Ceará e Piauí*. Nº 15119/UU/AC/SS-19, 7 fev. 1972. Confidencial. SIAN.

"revolução "significava, na prática, assegurar a continuidade da ditadura imposta ao país desde 1964, ainda que isso implicasse novos e mais profundos avanços em direção ao autoritarismo.

O AI-5 instituiu medidas de amplo alcance repressivo, entre as quais se destacam: a suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos; o fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras municipais; a autorização para que o Presidente da República decretasse estado de sítio por tempo indeterminado; a suspensão de direitos políticos e a cassação de direitos eleitorais; o confisco de bens privados; e a possibilidade de intervenção direta em governos estaduais e municipais.

Tais dispositivos impactaram profundamente a sociedade brasileira, atingindo a arte, a cultura, as relações sociais e, de forma cada vez mais intensa, o próprio campo político. Em um relatório abrangente, a Agência Nacional destacou que os padrões de produção jornalística nos estados do Piauí e do Ceará são "seguros" para os interesses da ditadura:

> A situação hoje na imprensa é de tranquilidade aparente. Existe um potencial de esquerda que não se manifesta, em função do sistema de controle montado pelas autoridades de segurança. Mesmo assim, aqui e ali, os fatos surgem de forma sutil, como a cobertura às ações do Vietnã do Norte e dos movimentos em diversas partes do mundo identificados com as ideias marxistas, dando-se ênfase a tudo aquilo que advém dos países de esquerda, desfigurando-se a ação de algumas nações, principalmente os Estados Unidos da América do Norte, que lideram a corrente democrática.[225]

O relatório, enquanto celebrava a suposta tranquilidade garantida pelo aparato de controle, deixava entrever algo que ele próprio tentava conter: a existência de tensões, de "restos" de dissenso e de manifestações que escapavam ao que a vigilância considerava previsível. Essa admissão indireta permite pensar, com Michel de Certeau, não apenas os alcances do controle, mas também seus limites estruturais. Mesmo quando estratégias de poder pretendem transformar a escrita jornalística em um espaço plenamente disciplinado, é no cotidiano concreto do trabalho nas redações que reaparecem as brechas: escolhas de palavras, silêncios calculados, deslocamentos de foco, ironias discretas, ambiguidades e pequenas inflexões capazes de produzir sentidos não desejados pelo regime. É aí que se delineia aquilo que Certeau chamou de "arte do fraco": não a oposição declarada, mas uma prática de sobrevivência e intervenção que opera por desvios, sutilezas e reaproveitamentos do que é imposto.[226]

A tática, nesse sentido, não nasce de um "lugar próprio" de poder, mas do "lugar do outro".[227] Ela não domina o terreno, mas o atravessa; não controla as regras, mas aprende a

---

[225] Ibidem.
[226] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 95.
[227] Ibidem, p. 46.

jogar com elas. Depende do tempo, do momento oportuno e da circunstância específica, e por isso transforma restrição em possibilidade: um título que muda o tom, uma ênfase que desloca o sentido, um comentário aparentemente neutro que carrega crítica, uma narrativa que mantém a aparência de normalidade enquanto sugere, nas margens, a exceção. Assim, mesmo sob vigilância constante, essas práticas indicam que o controle não foi total: ele conviveu com resistências discretas, muitas vezes silenciosas, mas historicamente significativas.

É nesse horizonte que ganha importância uma crônica de Cunha e Silva, publicada em meio ao debate sobre a realização de eleições em 1965, momento em que a promessa de normalização institucional convivia com sinais de endurecimento e com o avanço dos mecanismos de controle. O texto é paradoxal justamente porque fala de eleições, isto é, de uma linguagem formalmente legítima e "institucional", mas, ao fazê-lo, acaba tensionando o próprio estatuto democrático do governo militar. Sem se apresentar como denúncia direta, a crônica problematiza, com cautela, a ideia de legalidade e sugere que a democracia se tornava objeto de disputa. Desse modo, ela funciona como exemplo de como a crítica podia sobreviver no interior dos limites impostos pelo regime, não como gesto frontal, mas como leitura insinuada, cuidadosamente construída para não ser facilmente capturada pela censura.

> Esperava que a Revolução de 31 de março dessa outra feição à vida pública do país com a renovação dos seus quadros administrativos e políticos. Mas o que se viu em quase todo o país foi a continuação de camarilhas políticas em posições de mando e no gozo de influência política, colocando em cargos importantes amigos e parentes. Pouca mudança houve nos usos e costumes da política brasileira. Os cambalachos não se acabaram. A advocacia administrativa pode ter diminuído, mas não desapareceu. O afilhadismo ainda existe aqui e acolá. Os contrabandos e os desvios de dinheiro não são apenas coisas do passado. Não vejo motivo, portanto, para que os senhores que estão no governo da Nação estejam de encontro ao retorno do País ao quadro da legalidade e da sua vida constitucional de maneira completa, sem restrições. O Brasil não pode é continuar com um governo que não é bem democrático nem ditatorial propriamente dito.[228]

Tratava-se de um uso da escrita que, embora não configurasse resistência em seu sentido mais forte, marcava uma diferença significativa em relação à adesão irrestrita ao regime. A crônica de Francisco Cunha e Silva, publicada em 1965, constitui um exemplo particularmente expressivo dessa complexidade tática. O texto revela um exercício delicado de equilíbrio: ao mesmo tempo em que critica a ditadura pelas promessas não cumpridas de moralização da vida pública, rejeita a retomada da chamada legalidade completa, posicionando o regime em uma zona intermediária, descrita como "nem bem democrático nem ditatorial".

Nesse contexto, a ambiguidade presente na crônica não deve ser interpretada apenas como expressão de medo ou hesitação. Ela pode ser compreendida como uma tática deliberada.

[228] SILVA, Cunha. Teremos Eleição. *Estado do Piauí*, Teresina, n. 743, 16 mai. 1965, p. 1.

Cunha e Silva, já então um escritor experiente, parece ter recorrido à forma da crônica como um meio de expressar um descontentamento calculado, buscando escapar aos enquadramentos rígidos impostos pelos dispositivos censórios. Trata-se de uma prática que opera nas entrelinhas, permitindo a formulação de uma posição crítica sem a construção de um alvo explícito de repressão. Assim, a escrita se converte em uma forma de ação possível dentro dos limites estabelecidos pela ditadura.

O caso de Iracema Santos Rocha da Silva, em sua crônica publicada em janeiro de 1967, aproxima-se mais do que se pode definir como uma tática de resistência explícita, ainda que profundamente atravessada pelo clima de medo que marcava o cotidiano. Sua trajetória política, militante do Partido Trabalhista Brasileiro, presa em 1964 e, posteriormente, candidata pelo Movimento Democrático Brasileiro, já a colocava sob constante vigilância dos órgãos repressivos. Ao escrever sobre a nomeação do prefeito de Teresina, subverte o espaço tradicional da crônica social, deslocando-o para o terreno da crítica política e tensionando, de forma mais direta, os limites impostos pelo autoritarismo.

> [...] Diversas pessoas vêm me perguntando o que acho da permanência do Dr. Hugo Bastos à frente da municipalidade. Até agora, me recusei ao debate do assunto. Está-se a viver um sistema político notavelmente diferente dos anteriores, para a escolha dos prefeitos das capitais. Já não é mais o voto popular que vai influir nessa indicação, mas a necessidade e conveniências políticas do Governador do Estado [...].[229]

A confissão do medo, nesse caso, não se limita a um desabafo pessoal, mas assume o caráter de testemunho de uma vítima da ditadura instaurada em 1964, produzida no interior de uma escrita permanentemente vigiada pelo regime. No entanto, vai além dessa dimensão subjetiva. Ao afirmar que a escolha política não decorreria do chamado voto popular, mas das "conveniências políticas do Governador", Iracema Santos Rocha da Silva denuncia a arbitrariedade do processo e, ainda que de forma indireta, a farsa eleitoral instituída pelo Ato Institucional nº 3. Trata-se de uma voz dissonante que se manifesta em um espaço controlado, rompendo, ainda que parcialmente, com os limites impostos ao jornalismo oficial do Estado.

Como argumenta Schilling, a resistência não pode ser tratada como ilusão quando se identifica o questionamento das “regras do jogo”, seja por meio da ação, seja pelo discurso.[230] A crônica se insere precisamente nesse quadro, pois problematiza de modo direto a lógica eleitoral moldada pelo regime e, ao fazê-lo, expõe fissuras na aparência de normalidade institucional. Além disso, a raridade desse tipo de texto no contexto piauiense, percebida tanto por fontes coevas quanto por registros produzidos pelo aparato de vigilância, sugere não apenas

[229] SILVA, Iracema Santos Rocha. Fica ou sai? *Estado do Piauí*, Teresina, n. 914, 22 jan. 1967, p. 1.
[230] SCHILLING, Flávia Inês. *Estudos sobre resistência*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 50.

a existência de vozes dissonantes, mas também a eficácia geral das estratégias de controle exercidas sobre a imprensa local, que reduziram o espaço público disponível para críticas explícitas.

A censura explícita, a autocensura induzida pelo medo, os mecanismos de cooptação econômica e a vigilância constante criaram um ambiente profundamente hostil à oposição organizada no interior da imprensa tradicional piauiense. Ainda assim, a existência dessas práticas de escrita, mesmo que fragmentárias e descontínuas, demonstra que a dominação não foi absoluta. Os jornalistas piauienses, inseridos nesse campo específico do jornalismo tradicional, marcado por precariedades materiais e ameaças permanentes, não atuaram apenas como receptores passivos das ordens do governo.

É necessário, portanto, considerar as complexidades de um campo de escrita que não se desenvolveu linearmente e que, em sua própria trajetória, carrega as marcas do autoritarismo. Analisar o jornalismo piauiense dos anos finais da década de 1960 a partir de parâmetros consolidados nas décadas de 1970 ou 1980 pode conduzir a leituras precipitadas. Ressaltar essa hipótese não significa questionar as interpretações hegemônicas sobre a ditadura de 1964 ao longo de seus 21 anos, mas propor uma leitura mais atenta a um recorte específico dessa experiência autoritária no contexto piauiense.

Alguns jornalistas atuaram como usuários que, em diferentes graus e níveis de consciência e risco, encontraram maneiras de reinventar o cotidiano das redações. Fizeram uso da escrita para além do que era prescrito, inscrevendo marcas próprias de ambiguidade, de crítica velada e de resistência pontual nos interstícios do poder. A análise dessas “artes de fazer”, dessas práticas de escrita situadas, permite ultrapassar a dicotomia rígida entre adesão e resistência. Revela-se, assim, uma trama complexa e profundamente humana, composta por negociações, medos e gestos de coragem que caracterizaram o fazer jornalístico no Piauí durante os primeiros anos da ditadura civil-militar.

Esse enfoque também possibilita situar o jornalismo piauiense em novos eixos de análise a partir de sua própria trajetória histórica, marcada por características singulares. O objetivo deste trabalho — e tampouco desta seção — não é comparar os modelos de imprensa do Piauí com os de outros estados, mas compreender o jornalismo local a partir de sua própria realidade. Tanto o funcionamento da imprensa quanto as relações entre jornalistas, grupos empresariais e forças políticas devem ser analisados considerando as especificidades do campo piauiense, que se distinguiam significativamente de outras experiências regionais.

5.0 Considerações finais

É necessário compreender o nacionalismo, as lutas pelo acesso à terra, as ações do

imperialismo americano, a ditadura de 1964 e a imprensa no território piauiense a partir não dos prismas e das óticas do eixo Centro-Sul ou do eixo Rio–São Paulo, mas das próprias características da experiência histórica local. Isso implica interpretar o Piauí por meio de suas dinâmicas internas, de suas tensões políticas específicas e de seus repertórios sociais e culturais próprios. A história piauiense reúne elementos que pertencem a esse território e não podem ser plenamente explicados por modelos analíticos construídos apenas com base em outras realidades regionais.

Desse modo, a presente dissertação analisou um período decisivo da história brasileira, concentrando-se na complexa relação entre imprensa, nacionalismo, autoritarismo e a influência do imperialismo estadunidense no estado do Piauí, entre 1953 e 1967. Ao eleger o Piauí como centro de investigação, o estudo buscou contribuir para a historiografia ao evidenciar dinâmicas políticas, sociais e midiáticas específicas, frequentemente marginalizadas nas análises centradas nos grandes centros urbanos.

Um dos principais resultados da pesquisa foi demonstrar que, no início da década de 1960, a imprensa piauiense se configurava como uma verdadeira arena política, na qual distintos projetos ideológicos disputavam a hegemonia. O *Jornal do Comércio*, por meio da seção "Folha Nacionalista", destacou-se como o principal veículo de defesa do nacionalismo e do trabalhismo, articulando-se com grupos políticos e com as Ligas Camponesas na promoção de um projeto nacional-reformista.

Em sentido oposto, periódicos como a *Folha do Nordeste* e, em determinados momentos, *O Dia* atuaram como espaços de ataque ao nacionalismo, recorrendo a estratégias de desinformação e associando sistematicamente esse campo político ao comunismo. Essa polarização midiática expressa a intensidade das disputas ideológicas que antecederam o golpe de 1964 e evidencia o papel central da imprensa na formação da opinião pública e na mobilização social.

A organização da PTB nacionalista no Piauí, materializada no Comitê Nacionalista do Piauí e em seu Departamento Feminino, revelou significativa capacidade de mobilização política em torno da candidatura de Henrique Teixeira Lott e João Goulart e de sua promoção na imprensa vinculada ao governo de Chagas Rodrigues. As atividades desenvolvidas, que incluíam o uso da imprensa escrita, palestras, debates públicos e programas radiofônicos, tinham como objetivo difundir valores nacionalistas e trabalhistas, ampliar a conscientização política e econômica da população e estimular a participação de diferentes setores da sociedade.

A luta anti-imperialista constituiu um eixo central desse discurso, articulando-se diretamente ao debate sobre o desenvolvimento desigual do Nordeste. O subdesenvolvimento era interpretado como resultado de uma estrutura econômica que favorecia interesses estrangeiros e as elites do Centro-Sul do país. Além disso, os movimentos nacionalistas no

Nordeste possuíam raízes próprias e lideranças locais, o que lhes conferia características específicas. Nesse contexto, o protagonismo feminino representou uma importante ruptura com os padrões patriarcais vigentes, contribuindo para a politização da sociedade piauiense e para a construção de um projeto nacionalista que incorporava demandas de gênero, sobretudo por meio da convocação e atuação de mulheres piauienses nas lutas sociais da década de 1960.

Essa perspectiva também orientou a análise da chamada Revolta Piauiense de 1963. Embora classificado oficialmente como um levante policial, o movimento revelou-se uma ampla mobilização civil, que paralisou a capital e expôs tensões sociais e econômicas profundas, algumas das quais persistem até o presente. A resposta do governo estadual, marcada pela recusa ao diálogo e pela opção pela repressão, configurou-se como um ato autoritário praticado no interior de uma ordem formalmente democrática. Nesse episódio, a imprensa oral, especialmente o rádio, desempenhou um papel fundamental ao apoiar o movimento e alimentar a expectativa de que as reivindicações populares seriam atendidas. Trata-se de um evento ainda pouco explorado pela historiografia, mas revelador da capacidade de organização e resistência da sociedade piauiense.

O golpe civil-militar de 1964 representou uma ruptura abrupta com o processo democrático, instaurando um regime de exceção que perduraria por 21 anos. A análise da imprensa piauiense, com destaque para o jornal *O Dia*, evidenciou o papel decisivo dos meios de comunicação na legitimação do golpe e na difusão da narrativa da chamada "Revolução Redentora". A adesão da imprensa hegemônica ao discurso militar, em contraste com a realidade de um estado marcado por profundas carências sociais e estruturais, contribuiu para a construção de um consenso artificial, destinado a apagar contradições e justificar a violência estatal. Dessa forma, a imprensa hegemônica atuou como um importante instrumento de sustentação simbólica do autoritarismo.

Em contrapartida, a dissertação evidenciou a existência de vozes dissonantes no cenário piauiense. A atuação de figuras como o deputado Celso Barros Coelho e a jornalista Iracema Santos Rocha da Silva, que utilizaram o rádio como espaço tático de resistência, demonstra a presença de uma oposição articulada e corajosa. A escolha do rádio, veículo de grande alcance em um estado com elevados índices de analfabetismo, revela uma estratégia consciente, capaz de atingir públicos mais amplos do que a imprensa escrita, rapidamente cooptada pelo regime.

As consequências dessas ações — como prisões e cassações de mandatos — evidenciam a brutalidade da repressão e o elevado custo imposto a quem se opôs à ditadura. Ainda assim, a persistência dessas vozes reforça a resiliência da sociedade civil e a necessidade de reconhecer formas de resistência que não se manifestaram de modo armado ou explícito, mas por meio de gestos simbólicos, discursos e práticas que tensionavam a legitimidade do regime.

Outro aspecto central da pesquisa foi a identificação da atuação concreta do que Wise e

Ross denominaram de Governo Invisível, na qual podemos situar o território piauiense como área impactada por esse órgão. A análise de documentos desclassificados e de reportagens investigativas do periódico *O Semanário* revelou denúncias contundentes sobre a presença norte-americana no estado, que extrapolavam os limites da cooperação oficial e adentravam o campo da espionagem e do controle territorial.

As denúncias do jornalista e aviador Jocelyn Barreto Brasil Lima acerca da circulação de helicópteros e aviões norte-americanos no Piauí, supostamente destinados a trabalhos de cartografia, indicam operações que iam além dos objetivos declarados. A exclusão do fiscal brasileiro designado pelo Ministério da Guerra evidencia não apenas o desrespeito à soberania nacional, mas também a existência de ações de inteligência conduzidas sem supervisão efetiva do Estado brasileiro.

Além disso, a análise de documentos desclassificados também permitiu uma revisão crítica da trajetória política de Petrônio Portella. Em oposição à imagem consolidada de um suposto defensor pragmático da democracia, a pesquisa sustenta que Portella se integrou de forma consciente ao projeto autoritário. O documento *"Nine Northeast States Sign Endorsement of Castello Branco"* demonstra sua adesão formal ao golpe de 1964, ao assinar, em 9 de abril daquele ano, uma declaração de apoio unânime dos governadores nordestinos à presidência do general Humberto Castelo Branco.

Ainda mais significativo é o memorando *"Senator Portela's Views on the Revolution, Succession in Piauí and Personal Prospects"* (1970), produzido a partir de uma conversa informal com assessores norte-americanos. Nesse documento, registrado sem seu conhecimento, Petrônio Portella defende, de forma articulada, a ditadura, elogia o AI-5 e sustenta a necessidade de uma democracia controlada no Brasil, revelando uma adesão ideológica ao regime, e não apenas uma acomodação circunstancial.

Esses elementos reforçam a dimensão transnacional do autoritarismo brasileiro e a necessidade de superar a interpretação de um golpe exclusivamente interno. A atuação do Serviço Nacional de Informações no Piauí, evidenciada ao longo da dissertação, completa esse quadro de controle e repressão. A classificação de jornalistas como "integrados", de "ideologia indefinida" ou "não integrados" revela a sistemática violação de direitos civis e políticos e o cerco permanente à liberdade de expressão. Seja pela espionagem dos jornalistas, seja por punições mais severas.

A análise dos relatórios do SNI também contribui para compreender os mecanismos de autocensura e as estratégias de sobrevivência adotadas pelos jornalistas. A presença de profissionais classificados como "não integrados" em periódicos inicialmente favoráveis ao golpe indica a existência de fissuras no sistema de controle, onde microrresistências e apropriações de espaços ainda eram possíveis.

Por fim, esta dissertação reforça a importância de investigações que considerem as especificidades regionais da ditadura civil-militar. A experiência piauiense, com suas resistências, acomodações e alinhamentos, funciona como um microcosmo das tensões que atravessaram o país. Compreender como a sociedade piauiense reagiu ao golpe por meio da imprensa, como se adaptou e como resistiu contribui para a construção de uma memória histórica mais plural e crítica. A memória, nesse sentido, não se limita ao exercício de rememorar o passado, mas constitui uma ferramenta essencial para refletir sobre os riscos do autoritarismo e fortalecer o compromisso com as liberdades democráticas no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO AFONSO, Eduardo José. *Para norte-americano ver: adidos trabalhistas e operários brasileiros (1943/1952)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí e o Nordeste na Guerra Fria: as ações e contra-ações da Aliança para o Progresso (1961-1966). In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BATISTA, Joel Marcos B. de S.; CASTELO BRANCO, Ronald C.; CARDOSO, Natanael da S. (org.). *60 anos do golpe: a ditadura militar no Piauí e as disputas de poder*. 1. ed. Teresina: Cancioneiro, 2025. p. 192-204.

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme C. Dentre lutas, lidas e labutas: memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e suas experiências organizativas na terra dos carnaubais (Fazenda Matinhos/Campo Maior). *Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 72-91, 2013.DULLES, Allen. *The craft of intelligence*. 1. ed. New York: Harper & Row, 1963, p. 44, tradução nossa.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BEVINS, Vincent. *The Jakarta method: Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world*. New York: PublicAffairs, 2020.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas; CAPES, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações*. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *The Washington connection and Third World fascism*. In: CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *The political economy of human rights*. v. 1. Boston: South End Press, 1979.

CRUZ, Natalia Reis. Cultura política, autoritarismo e desigualdade: as limitações à efetivação dos direitos humanos no Brasil. In: CONGRESO CEISAL DE INDEPENDENCIAS - DEPENDENCIAS - INTERDEPENDENCIAS, 6., 2010, Toulouse. Anais [...] Toulouse: CEISAL, 2010. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00503907. Acesso em: 13 abr. 2025.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 18.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O nacionalismo na experiência democrática brasileira (1945-1964): um conceito em transformação. *Anos 90*, v. 16, n. 29, p. 293-313, 2009.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Quando éramos "irreconhecivelmente inteligentes": o nacionalismo dos primeiros anos 60 no Brasil. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 381-400, jan./abr. 2014.

DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p. 301-343.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167-206.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0210, maio/ago. 2021.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *Recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história piauiense*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. *TOPOI: Revista de História*, v. 21, p. 45-67, 2020.

GARCÍA FERREIRA, R.; TARACENA ARRIOLA, A. *Guerra Fría y anticomunismo en Centroamérica*. Guatemala: FLACSO, 2017.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOBBI, Maria Cristina. *Do silenciamento à palavra: mulheres nos estudos em comunicação na América Latina*. Portugal: Ria Editorial, 2023.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Imperialismo y liberación: una introducción a la historia contemporánea de América Latina*. México: Siglo XXI, 1979.

GORDON, Lincoln. *O progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

GORDON, Lincoln. The Alliance at Birth: Hopes and Fears. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988. p. 35-52.

HELLER, Jack; WIONCZEK, Miguel S. The Assumptions of the Alliance. In: SCHEMAN, Ronald (org.). The Alliance for Progress: a retrospective. New York: Praeger Publishers, 1988. p. 136.

KATZ, Friedrich. La Guerra Fría en América Latina. In: SPENSER, D. (org.). *Espejos de la Guerra Fría: México, América Central y el Caribe*. México: CIESAS-Porrúa, 2004. p. 11-30.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAGOA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEMOS FILHO, Alberoni. *Vida impressa*. Teresina: Corisco, [s.d.].

LENS, Sidney. *A fabricação do império americano: da Revolução ao Vietnã – uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIEUWEN, Edwin. *Survey of the Alliance for Progress: The Latin American Military*. Study prepared at the request of the Subcommittee on American Republics Affairs of the Committee on Foreign Relations, U.S. Senate, Oct. 9, 1967.

LIMA, Flávia de Sousa. *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Paulo Henrique. Cultura Autoritária no Brasil. Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 30, n. 1/2, p. 105 a 132, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/42515. Acesso em: 26 maio. 2026.

MELO, Francisco. Chagas Rodrigues, o homem e sua história política. In: KRUEL, Kenard. *Chagas Rodrigues: grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. p. 23.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p. 241-272.

MOREIRA, Vania Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 155-194.

NAFTALI, Timothy; ZELIKOW, Philip; MAY, Ernest (eds.). *John F. Kennedy: The Great Crises*. New York: Norton, 2001. 3 v.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Terra seca, Guerra Fria: as forças políticas nordestinas e as relações Brasil-Estados Unidos sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PARKER, Phyllis. Brazil and the quiet intervention, 1964. Austin: University of Texas Press, 1979.

PERLOFF, H. S. *Alliance for Progress: a social invention in the making*. Baltimore: John Hopkins Press, 1969.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLARD, Robert. *La seguridad económica y los orígenes de la Guerra Fría (1945-1950)*. Buenos Aires: GEL, 1990.

PORTELA, Petrônio. Petrônio: o profissional. In: NERY, Sebastião. *Ninguém me contou, eu vi: de Getúlio a Dilma*. São Paulo: Geração Editorial, 2014. p. 319-320.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REMOND, René. *Para uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, R. A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROETT, Riordan. *The politics of foreign aid in the Brazilian Northeast*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

ROSS, Thomas; WISE, David. *O governo invisível: as forças ocultas dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires: EMECE, 1984.

SANTAMARÍA, Carlos Sanz de. Making the Alliance Work. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

SANTOS, Raimundo; COSTA, Luis Flavio Carvalho. Camponeses e política no pré-1964. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 83-117, abr. 1997.

SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

SCHILLING, Flávia Inês. *Estudos sobre resistência*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SCHLESINGER, Arthur. Myth and Reality. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p. 47-96.

SKIDMORE, Thomas E. *The politics of military rule in Brazil, 1964-85*. New York: Oxford University Press, 1988.

SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. *Tempo de esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais. Tempo de lutar: as Ligas Camponesas e os conflitos agrários em Campo Maior – Piauí (1962-1963). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais [...]* Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502834915_ARQUIVO_ArtigoANPUH2017.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.SPOHR, Martina. **American way of business**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2010. v. 1. p. 94-104.

TAVARES, Flávio. O golpe de 1964, início de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (org.). *Rebeldes e contestadores (1968): Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. p. 85-120.

TAZINAFFO, Lúcio Fellini. *Violência e ditadura militar: uma análise a partir das obras de Plínio Marcos e Roniwalter Jatobá*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

UPTON, T. Graydon. The Early Days of the IDB: a personal reminiscence. In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

VEIGA, Márcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 9, n. 2, p. 490-505, 2012.

VENERONI, Horacio. *Estados Unidos y las fuerzas armadas de América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1971.

WIARDA, Howard J. Did the Alliance "Lost Its Way", or Were Its Assumptions All Wrong from the Beginning and Are Those Assumptions Still with Us? In: SCHEMAN, Ronald (org.). *The Alliance for Progress: a retrospective*. New York: Praeger Publishers, 1988.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Congresso. Constituição do Brasil. Lei de Imprensa, n. 5.250, de 9 fev. 1967. In: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Jornalistas com antecedentes negativos dos principais órgãos de imprensa do Ceará e Piauí*. Nº 15119/UU/AC/SS-19, 7 fev. 1972. Confidencial. SIAN.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Jornalistas dos principais órgãos de imprensa da área*. Nº 82t-AC/SNI/SS19, 20 fev. 1970. Confidencial.

SIAN.BRASIL. Serviço Nacional de Informações. *Dossiê Celso Barros Coelho*. 1964. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp. Acesso em: 10 abr. 2025.

COELHO, Celso Barros. Depoimento coletado pelo 25º Batalhão dos Caçadores no Inquérito Policial Militar n. 42. 1964. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/117079. Acesso em: 10 abr. 2025.

KENNEDY, John Fitzgerald. *Public Papers of the Presidents of the United States*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1961. p. 508-509.

PIAUÍ. *Nota oficial*. Teresina: Palácio do Governo, Gabinete do Governador, 1 mar. 1964.
SILVA, Iracema Santos Rocha da. Depoimento coletado pelo 25º Batalhão dos Caçadores no Inquérito Policial Militar n. 42. 1964. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/117074. Acesso em: 10 abr. 2025.

VIANA, José Ribamar. *Carta ao companheiro Jureba*. Agosto de 1963. In: Portal Brasil Nunca Mais. Seção BNM_250 (1). Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_03/46817. Acesso em: 10 abr. 2025.

DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS AMERICANOS

CALL ON MR. RALPH DUNGAN BY THE GOVERNOR OF PIAUÍ, PETRÔNIO PORTELA.

1963. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/. Acesso em: 10 out. 2023.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Central Intelligence Bulletin*. Documento CIA-RDP79T00975A005900160001-9. 28 ago. 1961. Disponível em https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A005900160001-9.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Current Intelligence Bulletin*. Documento CIA-RDP79T00975A002100430001-9. 11 ago. 1955. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79t00975a002100430001-9. Acesso em: 29 jan. 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Current Intelligence Bulletin*. Documento CIA-RDP79T00975A002300300001-2. 18 dez. 1955. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79t00975a002300300001-2. Acesso em: 2 mar. 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Current Intelligence Weekly*. Documento CIA-RDP79T00927A000300170001-4. 25 set. 1953. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp79-00927a000100170001-4. Acesso em: 28 jan. 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The President's Intelligence Review*. Documento CIA-RDP79T00936A002500130001-5. 4-7 abr. 1964. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/document/0005959079. Acesso em: 2 mar. 2025.

DECLARATION OF NINE NORTHEASTERN GOVERNORS. 1964. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363470/. Acesso em: 10 out. 2023.

GOVERNORS-DESIGNATE IN NORTHEAST. 1970. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:376846/. Acesso em: 12 jun. 2024.

NINE NORTHEAST STATES SIGN ENDORSEMENT OF CASTELLO BRANCO. 1964. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363486/. Acesso em: 12 jun. 2024.

RAINE, P. *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Relatório, 19 dez. 1961. *Opening the Archives Project* / National Archives and Records Administration (NARA) / CDO-UEM. Record Group 59. *Records of the U.S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960–1963*. Rolo 17, 832.16/4-662–832.24/1-2263, slide 777. Disponível em: http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html. Acesso em: 15 out. 2023.

SENATOR PORTELA'S VIEWS ON THE REVOLUTION, SUCCESSION IN PIAUÍ AND PERSONAL PROSPECTS. 1970. *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s–80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. Disponível em: https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:377139/. Acesso em: 12 jun. 2024.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. [Telegrama de Lincoln Gordon para Dean Rusk sobre a

situação política no Brasil]. Central Files 1964-66, POL 23-9 BRAZ. National Archives and Records Administration (NARA), Record Group 59. Johnson Library, National Security File, Country File, Brazil, v. II, 3/64. 27 mar. 1964.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

A CRISE DA POLÍCIA MILITAR. *O Dia*, Teresina, 22 ago. 1963, n. 1117, p. 1.

BRASILIANAS. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 17–23 jan. 1963, p. 2.

DIUGUID, Lewis H. **U.S. forces stood ready to aid 64 Brazil coup**. *The Washington Post*, p. A1, 23 dez. 1976.

FECHAMENTO DA RÁDIO CLUBE DE TERESINA. *O Dia*, Teresina, 22 ago. 1963, n. 1117, p. 4.

GOVERNADOR DO PIAUÍ COM KENNEDY. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 6 abr. 1963.

GOVERNADOR DO PIAUÍ VOLTA DOS EUA CERTO DA AJUDA DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 1, 21 abr. 1963.

GUARNIÇÃO FEDERAL DE TERESINA. Nota da Guarnição Federal de Teresina. *O Dia*, Teresina, 22 ago. 1963, n. 1117, p. 2.

GUARNIÇÃO FEDERAL DO PIAUÍ. Nota. *O Dia*, Teresina, 3 abr. 1964, n. 1267, p. 1.

INQUÉRITO PARLAMENTAR EM FERNANDO DE NORONHA. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 3–10 out. 1957, n. 78, p. 7.

Jornal do Comércio, Teresina, 31 mai. 1959, n. 1483, p. 5.

Brasil, Jocelyn Barreto. **Aviões ianques dispõem de bases militares secretas**. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 17–23 jan. 1963, p. 8.

LOTT, Edna. **Mensagem de D. Edna Lott aos piauienses**. *Jornal do Comércio*, Teresina, 17 jul. 1960, n. 1696, p. 1.

MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. *O Dia*, Teresina, 14 abr. 1964, n. 1216, p. 1.

MENDES, Simplício de Sousa. **Reformas pistoleiras**. *Folha do Nordeste*, Teresina, 25 abr. 1963, p. 4.

MENDES, Simplício de Sousa. **Pseudonacionalismo**. *Folha da Manhã*, Teresina, 10 mar. 1960, p. 4.

NACIONALISMO OU TRAIÇÃO CUBANA? *Jornal do Comércio*, Teresina, 17 nov. 1960, n. 1.745, p. 4.

NOTA OFICIAL DO GOVERNADOR DO ESTADO. *O Dia*, Teresina, 22 ago. 1963, n. 1117, p. 1.

OLÍMPIO, José. *Jornal do Comércio*, Teresina, 15 out. 1959, n. 1513, p. 5.

OS PIAUIENSES EMPOLGADOS COM A PLATAFORMA NACIONALISTA DE LOTT: depoimento de Francisco Caldas Chagas Rodrigues. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1960.

O OUTRO LADO DA OPERAÇÃO LIMPEZA. *O Dia*, Teresina, 19 abr. 1964, n. 1220, p. 1.
PRESIDENTES DAS ENTIDADES DE CLASSE DO PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR. Nota oficial dos presidentes das entidades de classe do pessoal da polícia militar. *O Dia*, Teresina, 22 ago. 1963, n. 1117, p. 4.

SILVA, Cunha. **Teremos eleição**. *Estado do Piauí*, Teresina, 16 maio 1965, n. 743, p. 1.

SILVA, Iracema Santos Rocha da. **Comitê nacionalista pró-Lott**. *Jornal do Comércio*, Teresina, 31 jan. 1960, p. 1.

SILVA, Iracema Santos Rocha da. **O que é nacionalismo?** *Folha do Litoral*, Parnaíba, 19 nov. 1961, p. 2.

SILVA, Iracema Santos Rocha da. **Retoques, fatos e notícias**. *O Dia*, Teresina, 5 ago. 1962.

SILVA, Iracema Santos Rocha. **Fica ou sai?** *Estado do Piauí*, Teresina, 22 jan. 1967, n. 914, p. 1.

ROCHA, Iracema Santos. **Comentários e Políticos**. *Folha do Litoral*, Parnaíba, 14 jun. 1962.

FONTES DIGITAIS (WEB-SITES)

ROCHA, Iracema Santos. In: KRUEL, Kenard. Blog Kenard Kaverna - "entrem sem bater, Iracema Santos Rocha". Teresina, 2015. Disponível em: https://krudu.blogspot.com/2015/03/iracema-santos-rocha.htm. Acesso em: 13 abr. 2025.